



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

**A Estratégia — Seu Desdobramento
no Espaço e no Tempo**

Carlos de Meira Mattos



ANO LXXXI - Nº 770
OUT/NOV/DEZ 1995

Quem escolhe Toyota não joga no escuro.



Jipe equipado com opcionais.

Não é por acaso que ninguém duvida do Jipe Toyota. Forte. Versátil. Com o motor OM 364 mais potente, ele enfrenta as piores estradas e aguenta o trabalho pesado. Se você quiser, seu Toyota pode vir equipado com roda livre, relógio quartz, tacômetro, bancos em tecido, direção hidráulica, ar condicionado e muitos outros itens. Além disso, na hora da revenda você também não arrisca. Porque ele tem grande durabilidade e valorização de mercado. Agora que o Jipe Toyota deixou bem claro suas vantagens, é só levar o seu. Com toda a certeza.



TOYOTA

4x4



EDITORIAL

DUAS EFEMÉRIDES POR POUCO ESQUECIDAS

Duas efemérides ocorridas no decurso de 1995 merecem registro especial, antes que o ano expire: o centenário de falecimento do Marechal Floriano Peixoto e o sesquicentenário do Barão do Rio Branco, personagens históricos de consagrada importância no delineamento do Estado brasileiro, tal como hoje ele nos abriga. O primeiro foi o consolidador do regime político que praticamos; o segundo, o das fronteiras do espaço territorial que habitamos.

Ninguém como eles utilizou, com tanto acerto, as virtudes e valores inerentes à profissão, no desempenho das missões que lhes foram confiadas.

Preservação da autoridade e destemor em decidir, apanágios do verdadeiro chefe militar, deram a Floriano — por isso mesmo cognominado “o Marechal de Ferro” — condições de impedir que a anarquia sucedesse o regime monárquico deposto, em momento delicado da vida nacional, garantindo, à República recém-nascida, o exercício dos primeiros passos pisando em solo firme.

Capacidade de dialogar e persuadir, atributo do genuíno diplomata, agregada à cultura e ao saber de que Rio Branco era dotado em grau de excelência, permitiram a este conquistar ganho de causa para o Brasil, nos processos arbitrais a que foram submetidos os derradeiros litígios fronteiriços herdados da Colônia e do Império.

Ídolos nacionais em suas épocas, ambos tornaram-se paradigmas do legítimo patriotismo.

Por muito pouco, A Defesa Nacional deixava passar em branco as duas efemérides, tão significativas para todos os que comungam dos seus ideais.



BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO
EDITORA

1995

PROGRAMA EDITORIAL

A BIBLIEX apresenta o seu programa editorial para 1995 numa excelência de títulos apropriada à satisfação dos seus leitores e em resposta às preferências manifestadas em pesquisa dirigida aos assinantes. Um editorial de custo de aquisição baixíssimo e de obras entregues à domicílio!

ALIANÇA BRASIL - ESTADOS UNIDOS — 1937/1945 - *Frank D. McCann Jr.*

- O laureado "brasilianist" já tem publicado, em nosso idioma, o livro "A Nação Armada - Ensaio sobre a História do Exército Brasileiro". PhD em História, Chefe do Departamento de Pesquisa Histórica da Universidade de New Hampshire, lecionou, também, História Militar na Academia Militar de West Point. Surge agora, em português, "ALIANÇA BRASIL - ESTADOS UNIDOS" (1937/1945), onde se analisa o relacionamento diplomático do Brasil com os Estados Unidos (especialmente as projeções na área político-militar) numa época e situação internacionais de conflitos generalizados que culminaram com a 2ª Guerra Mundial. Revelações inéditas dos diálogos entre Roosevelt e Vargas, a propósito de interesses comuns ou divergências nacionais, são apresentados pelo autor. Editado originalmente pela Universidade de Princeton, recebeu os prêmios "Stuart L. Bernath" e "Bolton".

NAPOLEÃO E O BRASIL - *Donatello Grieco*

- Agora novamente acessível à leitura (a 1ª edição é de 1935 e há muito esgotada), é uma fundamentada pesquisa histórica onde as influências napoleônicas, em determinado momento do nosso passado, são apresentadas em estilo vivo e muito agradável. O sabor é de crônica mas a fundamentação do trabalho a faz peça firme de História, como se vê no capítulo inicial - "Napoleão—Inspirador de Duas Conjurações Pernambucanas". Ainda, da mesma forma, no episódio que relata o plano de resgate de Napoleão em seu cativeiro de Santa Helena, para fazê-lo governante do Brasil.

HISTÓRIA DOCUMENTAL BRASILEIRA - *Therézinha de Castro*

- Como sugere o título, o livro é o que se pode chamar um "Compêndio de História Documentada do Brasil". Uma criteriosa seleção e apresentação de documentos e escritos sobre as origens e a evolução da nossa sociedade, desde a época dos descobrimentos até os dias atuais, ou seja, o último governo eleito da República. Uma fonte permanente para consultas. Prefácio do Professor Vicente Tapajós.

ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA - *Armando Vianna Filho*

- Apresentação dos delineamentos de uma real e possível estratégia naval brasileira e os princípios de sua aplicação, assentados sobre a nossa singular experiência histórica. O autor, oficial-general de nossa Marinha de Guerra, foi diretor da Escola de Guerra Naval e coordenador do Curso de Política e Estratégia Marítimas. É uma leitura para todos os públicos interessados nos problemas estratégicos nacionais.

PILARES DA DISCORDIA - *Sérgio Paulo Muniz Costa*

- Uma análise atual e criteriosa dos conflitos e das tentativas das sociedades em busca de uma ordem internacional. A inserção do caso brasileiro no quadro geral analisado é outro destaque no texto, todo ele apoiado em rica bibliografia. O Embaixador Roberto Campos assina o prefácio.

O BRASIL E O COMÉRCIO INTERNACIONAL - *Francisco de Assis Grieco*

- A partir de uma breve e objetiva apreciação histórica da evolução do comércio internacional, o autor com o respaldo de uma formação universitária e do exercício de funções públicas e privadas relativas à atividade - estuda não só o processo de regionalização predominante em nosso comércio externo mas as associações dele a um intercâmbio global. Leitura com atualidade e com projeções muito úteis ao equacionamento dos problemas da nossa balança comercial.

RIO BRANCO - VIDA E OBRA - *Alfonso de Carvalho*

- Nova edição, revista e atualizada, de antigo e esgotado lançamento da BIBLIEX. O autor - o saudoso Alfonso de Carvalho, intelectual e soldado de escol - proporciona ao leitor uma exuberante biografia do nosso Grande Chanceler. Nela se interligam - como não podia deixar de ser - a história de uma vida e a história de uma época de nossa nacionalidade. Prefácio do General Jonas Correia, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

A FARSA IANOMÂMI - *Carlos Alberto Menna Barreto*

- O crítico problema da posse de terras habitadas por grupos indígenas e sua demarcação legal continua em debate. Direitos de minorias e preservação de interesses nacionais maiores, razão de conflitos? Qual a solução harmoniosa de acomodação? Haverá interesses alienígenas a interferir no quadro em pauta? O leitor encontrará na obra as respostas que o autor - um estudioso do tema - apresenta segundo as perspectivas de sua análise e das suas experiências de serviço na Amazônia. Prefácio do general Carlos de Meira Mattos.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA - Praça Duque de Caxias, 25
Palácio Duque de Caxias, 3º andar - Ala Marcial Dias
CEP 20221-260 - Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021) 253-4637 e Telefax: (021) 253-7535.

**ASSINATURA DO
EDITORIAL /1995
R\$ 99,00**

Diretor
Gen Bda Luiz Edmundo Montedônio Rêgo
Editor
Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho
Redator
Cel Eng EM Virgílio da Veiga

Conselho Editorial
Cel Inf EM Cláudio Puerper Bandeira
Cel Inf EM Hélio Ribeiro Alves
TC Com EM Vítor Eduardo de Souza Alves
TC Cav EM José Eduardo de Macedo Silva
TC Inf EM João Henrique C. de Freitas
TC Com EM João de Azevedo
TC Eng EM Wandecyr Edy Moura Romero
TC Art EM Juarez Aparecido de Paula Cunha

DISTRIBUIÇÃO
Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar
Ala Marcolino Dias
Rio de Janeiro, RJ - BRASIL - 20221-260
TEL.: (021) 253-7535

EDITORAÇÃO e PRODUÇÃO GRÁFICA
PENELUC Prod. Gráf. e Publicidade Ltda.
Tel.: (021) 533-0625 — Fax (021) 220-1782

REVISÃO
Renaldo di Slazio
José Lúvia Dantas
PUBLICIDADE
ENREVISTAS Prod. Gráf. e Publicidade
Tels.: (021) 201-9009 — 581-0101 — 581-7869
Fax: 581-6757

REDAÇÃO
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR
DO EXÉRCITO
Praça General Tibúrcio, 125 - Rio de Janeiro, RJ
BRASIL - 22290-270
Tel.: (021) 542-5646 - Ramal 204 e 205
FAX (021) 542-5454

ADMINISTRAÇÃO
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - Térreo - Rio de Janeiro, RJ
BRASIL - 20221-260
Tel.: (021) 253-4629

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da ECEME e do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Accepta-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser datilografados em laudas com 30 linhas, em espaço duplo e, no máximo, com 72 batidas por linha, acompanhadas de uma síntese do currículo.

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

ASSINATURAS E VENDAS DE NÚMEROS AVULSOS

A assinatura anual e a venda de números avulsos são feitas na Administração - Tel.: (021) 253-4628, as importâncias correspondentes podem ser enviadas por cheque ou vale postal, em nome da "A Defesa Nacional".

Assinatura Anual:
Brasil — R\$ 20,00
Exterior — US 50,00



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

SUMÁRIO

Editorial	1
Sudeste da Ásia — Um Caso Clássico da Estratégia da Lassião	5
<i>Fernando Velôzo Gomes Pedrosa</i>	
A Comunicação Social no Exército	35
<i>Leandro Acácio Esvael do Carmo</i>	
O Emprego de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais em Conflitos de Baixa Intensidade	43
<i>Gil Cordeiro Dias Ferreira</i>	
O Tráfico de Drogas no Mundo e no Brasil .	51
<i>Osmar José de Barros Ribeiro</i>	
As Operações de Paz da ONU	65
<i>Renato Índio da Costa Lemos</i>	
Os Foguetes no Exército Brasileiro	81
<i>Samuel de Tarso Teixeira Primo</i>	
A Presença Militar Brasileira na Amazônia como Fator de Dissuasão	93
<i>Luiz Fernando Azevedo Garrido</i>	
Os Antecedentes da Questão do Chaco — a Guerra e o Decreto de Neutralidade do Brasil	119
<i>Jayme de Barros</i>	
A Estratégia — Seu Desdobramento no Espaço e no Tempo	137
<i>Carlos de Meira Mattos</i>	
A EsAO e os seus Capitães, nos Primeiros 75 Anos	143
<i>Jonas de Moraes Correia Neto</i>	
Alemães Prisioneiros de Guerra no Brasil Durante a Segunda Guerra Mundial	151
<i>Claudio Moreira Bento</i>	
Comentários	161
Informações	171
Destques da Imprensa	177

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redação - Rua da Assembleia, 10 - Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1913

N.º 1

Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor

Benedito de Alencar, Celente Carlos de Carvalho, Joaquim de Sousa, Dr. J. Bittencourt, Francisco de Paula Culy, Maria Clementina, Silva e Silva, Paes, Bittencourt, Jorge Pinheiro, Fátima Cavalcanti, Estelito Figueiredo, Tabor, Amador Vello, Maria, Manuel da Costa.

(Fac-simile da portada do N.º 1, Ano 1 — 10/10/1913 de "A Defesa Nacional")

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Diretor-Presidente

Gen Div Carlos Patrício Freitas Pereira

Diretor-Secretário

Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Diretor-Administrativo

Ten Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Diretor-Tesoureiro

1.º Ten QAO Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt

Conselheiros

Cel Art EM Luiz de Alencar Araripe

Cel Art EM Amerino Raposo Filho

Conselho Fiscal

Cel Inf EM Raul Roberto Musso dos Santos

Cel Eng EM Virgílio da Veiga

Ten Cel Inf Antônio Gonçalves Meira

Suplentes

Cel Cav EM Davis Ribeiro de Sena

Cap QAO Justo Hélio Monteiro

1.º Ten QAO Anísio Coelho de Souza



NOSSA CAPA

Alegoria a Floriano Peixoto pela passagem do centenário de seu falecimento.

A foto mostra o povo comemorando a Proclamação da República no Campo da Aclamação, atual Praça da República, Rio de Janeiro, a 15 de novembro de 1894. Em primeiro plano, vê-se fração da tropa que participou na reconstituição do ato da Proclamação da República.

(Arquivo do IGHMB)



A DEFESA NACIONAL

Sudeste da Ásia — Um Caso Clássico da Estratégia da Lassidão*

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa**

Resumo de monografia elaborada pelo autor, como exigência curricular para obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares.

Ocupa-se da guerra no Sudeste da Ásia contra o domínio francês, objetivando identificar os fatores que favoreceram a vitória do Vietminh e os principais ensinamentos colhidos do conflito.

7 de maio de 1954. Após dois meses de batalha desesperada em um vale remoto nos confins da fronteira entre o Laos e Tonquim, o Exército de Libertação do Vietnã eliminava os últimos focos de resistência inimiga. Às 17h30min, sem munição e

completamente exauridas, as forças francesas cessavam a resistência. Caía a fortaleza de Dien Bien Phu, e, com ela, o império francês no Sudeste da Ásia.

Como um exército asiático, pobre e mal-equipado, que jamais dispôs de blindados ou de aeronaves, e contando com um apoio logístico rudimentar, ousou desafiar e vencer o poder econômico e militar da França, firmemente apoiada pelos Estados Unidos?

** Major do Exército — QEMA.

* Selecionado pelo PADECEME.

A ESTRATÉGIA DA GUERRA PROLONGADA

Lassidão

A “manobra pela lassidão” foi descrita pelo General Beaufre como uma das formas extremas da manobra estratégica indireta, desencadeada pelo contendor mais fraco, no interior da região do conflito, enquanto, através de uma “manobra externa”, busca apoio político e solidariedade internacional.¹

No plano material, a “manobra pela lassidão” visa a manter uma conflagração crônica, de baixa intensidade, causando um terrível desgaste material e moral no inimigo, enquanto mantém o foco da atenção internacional voltado para o conflito. No plano psicológico, procura atingir, simultaneamente, amigos e inimigos, sejam combatentes ou população civil. Isso é feito através de dois elementos principais: uma linha política de base, coerente com a “manobra externa” e táticas psicológicas, que incluem técnicas de propaganda, de doutrinação e de organização popular.

Do estudo das obras de Mao Tsé-Tung, o General Beaufre identificou os seguintes princípios de estratégia aplicáveis à guerra prolongada de fraca intensidade militar: recuo face a um avanço do inimigo, realizando retiradas convergentes; avanço ante o recuo do inimigo; estratégia a um contra cinco; tática a cinco contra um; reabastecimento sobre o inimigo; e coesão íntima entre o exército e a população.²

Guerra Prolongada

Em um trabalho publicado com o título “Sobre a Guerra Prolongada”, Mao Tsé-Tung fez uma análise bastante detalhada da guerra contra o Japão, que ocupara parte do território chinês. Essa obra tem servido como guia doutrinário da guerra prolongada e como modelo que, com adequadas adaptações, pode ser aplicado a outros conflitos de natureza semelhante.

Na visão do líder chinês, essa forma de guerra poderia ser definida como estrategicamente defensiva, de longa duração, conduzida em flagrante inferioridade de forças e sob o cerco estratégico do adversário, ou seja, em linhas interiores. O seu objetivo seria o desgaste estratégico do adversário em todos os campos do poder: político, econômico, psicossocial e militar. O prolongamento do conflito debilitaria, progressivamente, o inimigo, invertendo a relação inicial de forças e abalando a sua determinação de prosseguir na luta, até oferecer-se a oportunidade da contra-ofensiva estratégica.³

Para obter o efeito do desgaste estratégico, Mao recomendou, no nível tático, a reali-

“Para obter o efeito do desgaste estratégico, Mao recomendou, no nível tático, a realização de operações ofensivas de decisão rápida, com a finalidade de aniquilar o inimigo.”

1. BEAUFRE, André. *Introduction à la Stratégie*, Cap. IV.

2. *Ibid.*, p. 28.

3. MAO TSE-TUNG. *Obras Escogidas*, p. 113-119.

zação de operações ofensivas de decisão rápida, com a finalidade de aniquilar o inimigo. Para isso, seria necessário obter uma esmagadora superioridade local e dar combate a cada uma das colunas inimigas que se encontravam dispersas, cercando-as e destruindo-as. A acumulação de sucessivas vitórias táticas em combates de aniquilamento acarretaria o desgaste estratégico desejado. Quanto ao engajamento em uma batalha estrategicamente decisiva, em que estivesse em jogo o destino da nação, Mao foi taxativo: "(...) simplesmente não a empreenderemos (...). Assim frustramos o plano do inimigo para uma decisão rápida, e este se verá obrigado a sustentar uma guerra prolongada".⁴

Pode-se resumir as orientações estratégica e tática de Mao Tsé-Tung no quadro abaixo:

GUERRA PROLONGADA	NÍVEL ESTRATÉGICO	NÍVEL TÁTICO
Atitude Duração Efeito Desejado Relação de Forças Forma de Manobra	Defensiva Guerra Prolongada Desgaste Estratégico Inferioridade Linhas Inferiores	Ofensiva Operações de Decisão Rápida Combates de Aniquilamento Superioridade Local Linhas Exteriores

A fim de orientar a condução concreta da guerra prolongada contra o Japão, Mao seguiu um roteiro que também seria observado, mais tarde, pelos seus discípulos vietnamitas. Tal método parte de uma análise "materialista-histórica" de ambos os contendores. O objetivo dessa avaliação é a

identificação de pontos fortes e fracos de ambas as partes.⁵ Em seqüência, visualiza a evolução da guerra prolongada em etapas estratégicas bem-definidas: a defensiva estratégica, o equilíbrio estratégico e a contra-ofensiva.⁶ Na primeira etapa, a postura adequada ao defensor é conservar as forças próprias e causar o máximo de desgaste às inimigas. A etapa de equilíbrio inicia-se quando o agressor, já desgastado, e impossibilitado de ocupar todo o país, passa a consolidar os territórios conquistados. Finalmente, na terceira etapa, as mudanças na correlação de forças vão permitir ao partido inicialmente subjugado assumir uma atitude estrategicamente ofensiva.

Durante a visualização das etapas da guerra, seleciona-se, para cada uma dessas fases, a mais adequada das formas de luta

utilizadas na guerra prolongada. São elas: a guerrilha, a guerra de movimentos e a guerra de posições, sendo as duas primeiras as mais empregadas.

Mao destacou, ainda, que "a guerra não pode separar-se nem um só instante da política".⁷ Assim, a definição do objetivo polí-

4. Ibid. p. 187-188.

5. MAO TSE-TUNG, op. cit. p. 122-124.

6. Ibid. p. 139-142.

7. Ibid. p. 156-157.

tico da guerra é condição indispensável para sua condução segura. Finalmente, a doutrina maofsta prescreve a mobilização política do povo e do exército para a resitência, formando uma frente única em torno do objetivo político.⁸

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Aspectos Geográficos

A península indochinesa é cortada, de norte a sul, pelo Rio Mekong, que desce das montanhas do sul da China e delimita a maior parte da fronteira do Laos com a Tailândia e com a Birmânia. Em seu percurso para o sul o Rio Mekong penetra no Camboja e, infletindo para este, abre-se em um delta que rega as férteis planícies da Cochinchina, na extremidade sul do Vietnã.

A faixa central entre o Rio Mekong e o Mar da China Meridional caracteriza-se pelos planaltos do sul do Laos e pela cordilheira Anamita, já em território do Vietnã. Orlando essas terras altas, estende-se a estreita planície litorânea do Vietnã central.

O norte do Laos é uma região montanhosa, coberta por densa vegetação tropical e faz fronteira com o Vietnã através do Planalto Thaf. O Tonquim, porção norte do Vietnã, é cortado por três importantes cursos de água: o Rio Negro, o Rio Vermelho e o Rio Claro que correm do noroeste e do norte, provenientes das montanhas da província chinesa de Yunan. Esses três rios unem-se a oeste de Hanói e vêm a formar o Delta do Rio Vermelho. Ao norte desse delta situa-se

o Viet Bac, região montanhosa, inóspita e coberta por abundante selva. (figura 1)

Dominação Chinesa

A história da Indochina é a da eterna luta dos povos primitivos contra invasores provenientes sobretudo da China. Após cada invasão, sucediam-se a miscigenação e o aparecimento de novos reinos e Estados que se viam obrigados a lutar contra repetidas ondas de invasores chineses.

Por volta do ano 200 a.C., quando as tribos mongólicas Viet descenderam da China, encontraram os aborígenes nativos que foram absorvidos, destruídos ou expulsos para as montanhas. No ano 111 a.C., nova migração chinesa proveniente do Vale do Rio Amarelo já havia anexado o Vietnã. A submissão à China durou quase mil anos, e levou aos vietnamitas à cultura, aos costumes e aos conceitos políticos chineses, dos quais o Vietnã jamais viria a libertar-se.

Durante os dez séculos de dominação chinesa, jamais cessou a resistência dos vietnamitas que, para se defenderem das autoridades invasoras, construíram uma complexa rede de túneis e refúgios subterrâneos, onde escondiam rebeldes e condenados. As crônicas chinesas da época diziam: "*os vietnamitas, um povo de toupeiras*".⁹

Colonização Francesa

Após a desastrosa derrota na guerra franco-prussiana, em 1871, e movidos pelo dese-

8. MAO TSE TUNG, Op. cit. p. 158.

9. LARTÉGUY, Jean. *Um Milhão de Dólares por Vietcong*. p. 194.

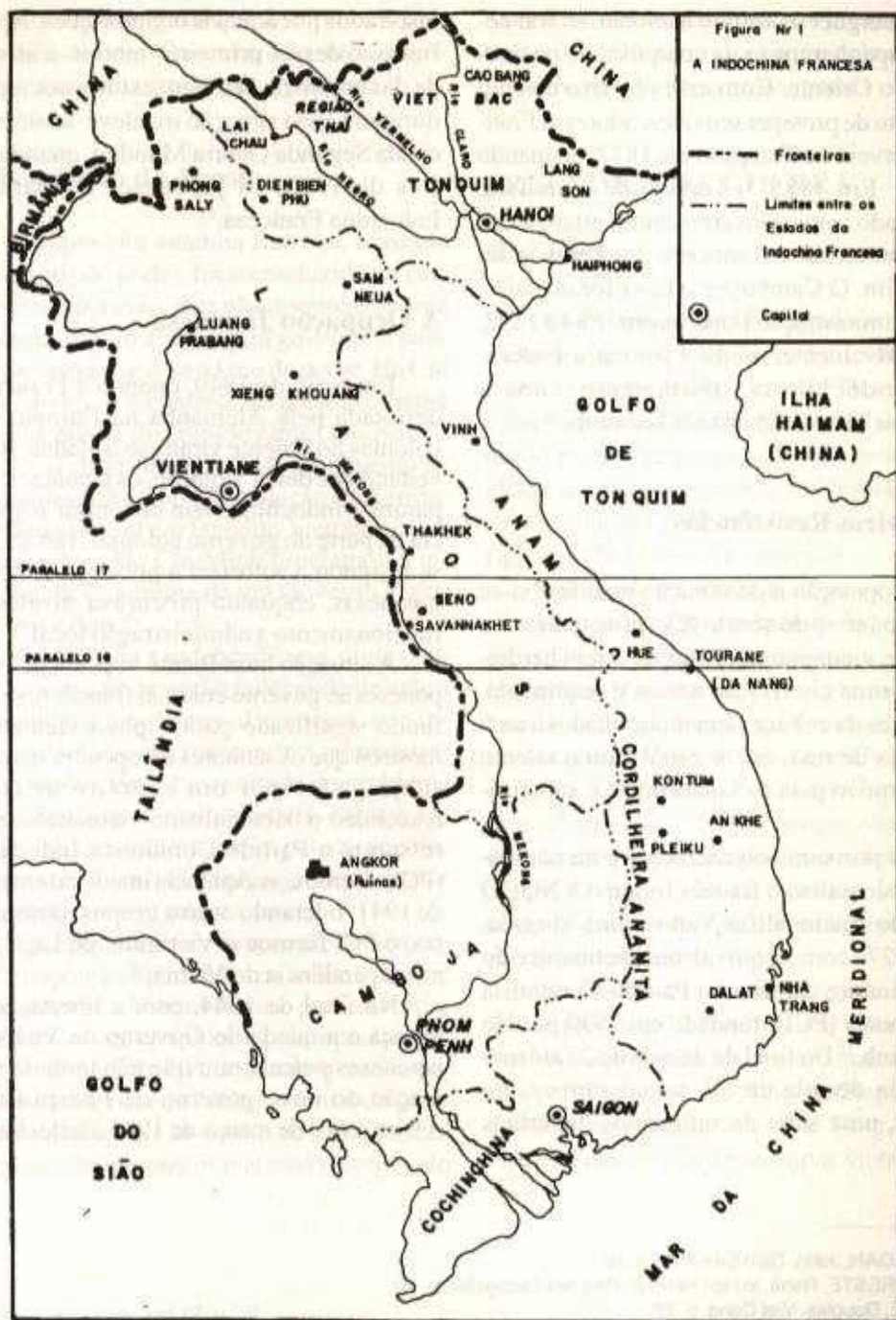


FIGURA 1

jo de reerguer o orgulho nacional, os franceses empenharam-se na conquista de possessões no Oriente. Com esse objetivo e sob o pretexto de proteger seus mercadores, a França interveio no Tonquim em 1872, ocupando Hanói. Em 1885, o Tratado de Tien-Tsin, celebrado com o Governo chinês estabeleceu os protetorados franceses do Anam e do Tonquim. O Camboja e o Laos foram sujeitos à administração francesa em 1884 e 1892, respectivamente, vindo a formar a Federação Indochinesa, juntamente com a Cochinchina, o Anam e o Tonquim.¹⁰

Primeiras Resistências

A oposição à dominação manifestou-se desde o início do século XX, principalmente entre os vietnamitas, ciosos de serem herdeiros de uma civilização antiga e requintada. Os traços da cultura vietnamita, aliados a uma tradição de resistência, moldaram o talento do seu povo para o clandestino e o subterrâneo.

As primeiras organizações para combater o colonialismo francês foram o VNQDD (Partido Nacionalista Vietnamita), surgido, em 1927, como equivalente vietnamita do Kuomintang chinês, e o Partido Comunista Indochinês (PCI), fundado em 1930 por Ho Chi Minh.¹¹ Do final da década de 20 até meados da década de 30, sucederam-se, no Vietnã, uma série de sangrentos distúrbios

inspirados por aquelas organizações. Após o fracasso desses primeiros motins, a atividade das organizações clandestinas começou a diminuir. Essa situação manteve-se até o início da Segunda Guerra Mundial, quando, em fins de 1940, os japoneses ocuparam a Indochina Francesa.¹²

A Ocupação Japonesa

Em maio de 1940, quando a França foi derrotada pela Alemanha na Europa, suas colônias no Oriente viram-se isoladas. Aproveitando-se dessa situação, os japoneses ocuparam a Indochina, sem encontrar resistência da parte do governo colonial francês, que se resignou a autorizar a presença de forças japonesas, enquanto procurava manter em funcionamento a administração local.¹³

A situação humilhante imposta pelos japoneses ao governo colonial francês teve profundo significado para o povo vietnamita: mostrou que os senhores europeus podiam ser subjugados por um exército asiático; reacendeu o nacionalismo vietnamita; e fez ressurgir o Partido Comunista Indochinês (PCI). Como consequência imediata, em maio de 1941, liderando outros grupos nacionalistas, o PCI formou o Vietminh, ou Liga para a independência do Vietnã.¹⁴

No final de 1944, com a libertação da França e a queda do Governo de Vichy, os japoneses perceberam que não tardaria uma reação do novo governo da França Livre. Assim, em 9 de março de 1945, desfecharam

10. REEGAN, John. Dien Bien Phu, p. 15.

11. DEPRESTE, René. In Ho Chi Minh. Páginas Escogidas, p. 16.

12. PIKE, Douglas. Viet Cong, p. 22.

13. KEEGAN, John. Op. cit. p. 20.

14. LLOYD, Dana Ohlmeyer. Ho Chi Minh, p. 43-44.

um golpe de surpresas que destituiu a administração colonial francesa, desarmou e aprisionou suas forças militares e policiais.¹⁵

A Revolução de Agosto

O imperador anamita Bao Dai, afastado havia anos do poder, foi reconduzido ao cargo pelos japoneses, mas não dispunha de uma estrutura administrativa para governar o país. Aproveitando-se desse vácuo de poder, Ho Chi Minh assumiu o controle do norte do Vietnã e desencadeou diversos levantes nas principais localidades do país. Esse movimento ficou conhecido como a Revolução de Agosto. Bao Dai abdicou em favor do Vietminh e, a 2 de setembro, Ho Chi Minh proclamou a independência, à frente de um Governo Popular Provisório.¹⁶

Proclamada a independência, urgia consolidar o *status* de nação independente ante a comunidade internacional e antepor-se à intenção francesa de reassumir a administração colonial. Face à magnitude do problema e à carência de meios materiais, cabia a Ho Chi Minh encontrar solução para as seguintes questões: com que forças poderia contar a nação e que estratégia adotar.

A resposta à primeira questão certamente não apontava para a força militar, de que tanto carecia o Vietminh, mas para as forças morais da nação, apoiada pela opinião pública internacional. A segunda questão encontrava resposta no caráter oriental do povo vietnamita, afeito ao sutil e ao oblíquo. Em flagrante desvantagem material e enrijecido

na resistência subterrânea aos invasores estrangeiros, era natural a opção pela estratégia indireta da guerra prolongada.

PRELÚDIOS DA GUERRA

Os Líderes

O movimento de libertação do Vietnã, contra o domínio francês, está estreitamente ligado à pessoa de Nguyen Van Thanh, mais conhecido como Ho Chi Minh. Sua determinação na luta pela causa da independência, aliada ao carisma pessoal e à habilidade para as negociações políticas, fizeram-no líder e figura símbolo desse movimento.

Van Thanh passou sua infância e adolescência assistindo e participando do ambiente de conspiração que impregnava a vida da Indochina. Durante sua juventude, viveu em Londres e Paris. Na capital francesa, travou contato com os socialistas, havendo participado da fundação do Partido Comunista Francês, em 1920.¹⁷ Inconformado com a submissão de seu país ao domínio estrangeiro, deixou a França e passou a dedicar-se à causa da libertação de sua pátria e à implantação do socialismo.

Em fins da década de 30, conheceu um jovem professor de História que viria ser seu mais destacado auxiliar na luta que se aproximava. Seu nome: Vo Nguyen Giap. Juntos e sob a proteção de Mao Tsé-Tung, passaram a treinar as primeiras tropas vietnamitas

15. KEEGAN, John. Op. cit. p. 20.

16. GIAP, Vo Nguyen. *O Vietnã Segundo Giap*. p. 72-73.

17. DEPRESTE, René. In Ho Chi Minh. Op. cit. p. 12-14.

em território chinês, próximo à fronteira com o Vietnã.¹⁸

Quando os japoneses ocuparam a Indochina, desmoralizando a administração colonial francesa, Ho Chi Minh decidiu intensificar suas atividades de organização revolucionária. Com esse fim, transferiu-se para território vietnamita, instalando sua base próxima à fronteira chinesa, na região do Viet Bac, onde, em maio de 1941, após intenso trabalho de articulação política, criou o Vietminh. Essa entidade era uma típica organização de frente comunista, embora seu nome não deixasse claro esse cunho ideológico. Preocupado em obter o apoio da conservadora população rural vietnamita, Ho Chi Minh procurava ressaltar o caráter nacionalista de seu movimento, encobrindo o marxismo-leninismo. Por essa época, adotou definitivamente o nome de Ho Chi Minh, "aquele que traz a luz".¹⁹

Giap tem sido apontado como um dos gênios militares deste século. Na verdade, sabe-se muito pouco a seu respeito. Seus escritos posteriores à guerra de libertação,²⁰ revelam um aplicado discípulo de Mao Tsé-Tung. Seu principal mérito foi o de adequar o roteiro doutrinário do líder chinês, idealizado para a guerra contra o Japão, às condições peculiares da luta do Vietnã contra o domínio francês.

Guerra e Política

Uma das preocupações primárias das lideranças comunistas do Vietnã foi a definição de objetivos políticos para orientar a luta. No estabelecimento desses objetivos, houve o cuidado de amoldá-los às circunstâncias vividas pelo país. O PCI identificava, no Vietnã, duas contradições fundamentais: uma entre o imperialismo e a nação inteira, e outra entre os proprietários feudais e as massas camponesas.²¹ Assim, em 1930, preconizou duas tarefas básicas para a revolução vietnamita: uma antiimperialista e a outra, antifeudal.²² Em 1940, com o início da Segunda Guerra Mundial, o Partido fixou os objetivos que caracterizavam os preparativos para a revolução: ampliação da Frente Nacional Unida antiimperialista, preparação da insurreição geral armada e derrubada dos franceses e japoneses, a fim de reconquistar a independência nacional.²³ Quando a guerra de libertação contra o domínio francês se generalizou, os objetivos políticos tomaram feição mais nítida: "*reconquistar a independência nacional, derrubar a classe dos latifundiários feudais para dar terra aos camponeses, (...) e abrir a estrada do socialismo à revolução vietnamita*".²⁴

Além de definir objetivos políticos que expressavam as mais arraigadas aspirações do povo vietnamita, Ho Chi Minh buscou obter a participação popular maciça na luta. O principal instrumento utilizado para congregar o apoio das massas foi a política de

18. LLOYD, Dana Ohimeyer. Op. cit. p. 42-43.

19. Ibid. p. 43-44.

20. GIAP, Vo Nguyen. Op. cit.

21. Ibid. p. 63.

22. Ibid. p. 64.

23. Ibid. p. 14.

24. Ibid. p. 42.

frente unida, que partia do pressuposto de que "quanto mais aliados, menos inimigos".²⁵ Foi para implementar essa política que, em 1941, quando da fundação da Liga Vietminh, o Diretório Central do PCI resolveu suspender, provisoriamente, a palavra de ordem da revolução agrária e substituí-la pela fórmula mais branda de *"redução das taxas de arrendamento de terras e de juros, e pelo confisco apenas das terras pertencentes aos imperialistas e aos traidores"*.²⁶

O ápice da política de frente unida foi a criação, em 1946, da União Nacional do Vietnã, ou Lien Viet, cuja bandeira era simplesmente "independência e democracia". Com essa medida dava-se cumprimento à diretiva, estabelecida pelo Partido, de *"reunir todas as forças possíveis, neutralizar as demais, dividindo as que puderem ser divididas"*.²⁷

A mobilização política da população foi obtida não apenas com a união nacional, como, também, pelos esforços no sentido de satisfazer os interesses imediato das massas e de melhorar suas condições de vida, particularmente as do campesinato,²⁸ tudo isso aliado a campanhas de educação política e de propaganda junto ao povo, divulgando as diretrizes do Partido.

Superioridade na Inferioridade

Da mesma forma que Mao Tsé-Tung, Giap fez uma análise "materialista-histórica"

das partes beligerantes. A França foi caracterizada como um país poderoso em relação ao Vietnã, pois dispunha de um exército profissional, bem adestrado, experiente, equipado com armamento moderno e bem abastecido. Suas deficiências eram: o caráter injusto da guerra, donde provinham divisões em suas fileiras; ausência de apoio popular e de aprovação da opinião pública mundial; moral baixo das tropas; recursos humanos e materiais limitados; e viva oposição do seu próprio povo à guerra.

Quanto ao Vietnã, Giap o caracterizou como um país colonial e semifeudal que acabava de recobrar sua independência e cujas forças ainda não estavam consolidadas; sua economia era agrícola e atrasada; possuía um exército de guerrilheiros mal-adestrado, mal-equipado, em luta com dificuldades logísticas, e comandado por homens inexperientes. Sua força assentava-se no caráter justo da resistência e na aprovação internacional.

Concluindo, Giap ressaltou que os pontos fortes do inimigo eram temporários, enquanto que os do Vietnã eram fundamentais.²⁹ Assim sendo, a orientação estratégica adequada ao Vietnã era a da guerra prolongada, uma vez que a dilatação das hostilidades tenderia a anular, progressivamente, as vantagens do inimigo, agravando ainda mais suas deficiências.

Seguindo o modelo maoísta, Giap previu, em tese, o desenvolvimento da guerra em 3 fases: a defensiva, a do equilíbrio de forças e da contra-ofensiva. Na prática, ele admitia

25. GIAP, Vo Nguyen. Op. cit. p. 77.

26. Ibid. p. 65.

27. Ibid. p. 77-78.

28. Ibid. p. 85.

29. Ibid. p. 85.

que, “segundo as condições particulares próprias, seu desenrolar pode ser mais vivo e complexo”.³⁰ Certamente as fases estratégicas não teriam as mesmas características daquelas visualizadas por Mao Tsé-Tung para a guerra contra o Japão, uma vez que as condições geográficas, militares, demográficas e econômicas eram absolutamente diversas.

Embora reconhecesse que a guerra de libertação do Vietnã desenvolver-se-ia segundo as três fases clássicas, Giap não se deteve em descrevê-las minuciosamente. Procurou, sim, fixar uma orientação operacional, a partir da definição de formas de combate apropriadas ao país e às forças disponíveis. Para isso, Giap apegou-se ao princípio a que Mao chamou de objetivo fundamental da guerra: “conservar as forças próprias e destruir as do inimigo”.³¹

Assim como Mao Tsé-Tung, Giap preconizou o emprego de três formas de combate: guerra de guerrilha, guerra de movimento e guerra de posições. No início, grande atenção seria dispensada à guerrilha e ao seu desenvolvimento. De acordo com Giap, a guerra de guerrilha deveria dedicar-se ao combate de usura (desgaste) ou de aniquilamento segundo as circunstâncias. Entretanto, admitia a incapacidade dessa forma de luta conduzir a resultados estrategicamente decisivos.

A guerra de movimento apreçoada por Giap pode ser definida como “um meio termo entre a luta de guerrilhas e a guerra convencional”.³² O aparecimento da guerra de

movimento marcaria um novo período da resistência, mas não eliminaria a guerrilha, que permaneceria tendo o papel principal. Efetivamente, a guerra de movimento surgiria por evolução da guerrilha e com esta conviveria durante a segunda fase da guerra. Durante essa etapa, grande esforço deveria ser feito para a coordenação das duas formas de luta. Com o desenrolar dessa nova fase, aos poucos, a guerra de movimento cresceria de importância, até assumir o lugar de relevo em relação à guerrilha.³³

A preponderância da guerra de movimento assinalaria a terceira etapa da guerra prolongada, a fase da contra-ofensiva. Nesse estágio, permaneceria a guerra de guerrilha e apareceria, eventualmente, a guerra de posições, ou seja, o ataque ou a defesa de posições organizadas ou fortificadas.

A terceira fase começaria com contra-ofensivas localizadas, e evoluiria até o momento de ser lançada a ofensiva final. Giap fixou quatro condições que deveriam ser obedecidas antes do golpe final:

- o exército popular deveria estabelecer absoluta superioridade moral aos seus olhos e aos do povo;
- deveria prover seus suprimentos e, em geral, suas necessidades materiais;
- a situação internacional deveria ser favorável; e
- o exército popular deveria ter confiança na vitória, em face das decrescentes esperanças que se acentuavam nas fileiras do inimigo.³⁴

30. GIAP, Vo Nguyen. Op. cit. p. 19.

31. MAO TSE TUNG. Op. cit. p. 159-160.

32. PIKE, Douglas. Op. cit. p. 30.

33. Ibid. p. 94-95.

34. CROZIER, Brian, *O Sudeste da Ásia em Conflito*, p. 59-60.

Ao adotar a estratégia da guerra prolongada, o Vietminh optou por uma guerra de desgaste estratégico, na qual os resultados finais seriam obtidos a longo prazo, pela debilitação progressiva das forças inimigas. Esse enfraquecimento poderia ser alcançado através de campanhas e combates de desgaste, principalmente, por campanhas e combates de aniquilamento.³⁵ Assim, a acumulação de vitórias táticas iria enfraquecendo, gradualmente, as forças do inimigo. Ao mesmo tempo, o Vietminh ver-se-ia fortalecido com a captura de suprimentos e equipamentos.

A palavra-chave para o sucesso tático é “concentração”, que, de acordo com Liddell Hart, condensa todos os princípios de guerra.³⁶ Esse princípio adquire especial relevo para uma facção que desencadeia uma guerra em evidente desvantagem estratégica. É através da concentração de forças que se obtém superioridade tática na inferioridade estratégica, força na fraqueza, vantagem na desvantagem.³⁷ Giap o utilizou com incomum habilidade, levando os franceses da ofensiva à imobilização e à defensiva estratégica.

O INÍCIO DO CONFLITO

A Volta dos Franceses

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a situação na Indochina era caótica. De acordo com a Conferência de Potsdam, o norte do país foi ocupado pelas forças nacionalistas chinesas de Chiang Kai-Chek, enquanto

o sul passava ao controle das forças britânicas do General Douglas D. Gracey.

Os vietnamitas mal haviam proclamado independência e já viam suas esperanças de autodeterminação ameaçadas. Mas o término da Segunda Guerra Mundial, vencida pelos Aliados em nome da liberdade, assinalara o começo do fim dos impérios coloniais. Além disso, a humilhação francesa, face à ocupação japonesa da Indochina, marcara profundamente os povos da região.

Quando o General Gracey chegou a Saigon, em 13 de setembro de 1945, o poder do Governo Popular Provisório de Ho Chi Minh era apenas nominal. Havia disputas entre facções e a administração pública estava em colapso. O Vietminh não conseguia controlar os grupos que o apoiavam; as forças francesas encontravam-se internadas em campos de concentração; e as tropas japonesas permaneciam armadas. A decretação de lei marcial pelo comandante britânico agravou a situação. Em 25 de setembro, grupos armados promoveram um massacre entre a população francesa de Saigon. Houve grande número de mortos, feridos e reféns.

O general inglês decidiu agir pela força. Não apenas a situação caótica da Indochina o alarmava mas, ao Império Britânico, não interessava contemporizar com um movimento anticolonial de cunho marxista. Para restabelecer a ordem na região de Saigon, o General Gracey pôs em ação um insólito grupamento de forças: tropas inglesas, indianas e *gurkhas* da 20ª Divisão Indiana, soldados franceses, recém-libertados dos cam-

35. MAO TSE TUNG. Op. cit. p. 181.

36. LIDELL HART, B. H. *As Grandes Guerras da História*, p. 421.

37. MAO TSE TUNG. *La Stratégie de la Guerre Revolutionnaire en Chine*, p. 97.

pos de prisioneiros e forças do derrotado Exército japonês.

Em princípios de outubro, o General Leclerc desembarcou em Saigon com os primeiros elementos do Corpo Expedicionário Francês (CEF). Sua missão era assumir o controle das colônias e obter a retirada dos britânicos e chineses. Unindo esforços aos britânicos, o CEF passou à ação. O Governo Popular foi desautorizado e o Vietminh expulso de Saigon. As operações estenderam-se por todo o Anam do Sul e pela Cochinchina. Em fins de dezembro, os franceses já controlavam grande número de aldeias e pequenas cidades da região. No final de janeiro de 1946, os britânicos passaram a responsabilidade sobre a região ao General Leclerc, e começaram a retirar sua forças.

No Camboja, a situação foi resolvida rápida e satisfatoriamente. Afastado o primeiro ministro imposto pelos japoneses, os franceses negociaram diretamente com o Príncipe Sihanouk. Um acordo inicial foi assinado, a 7 de janeiro de 1946 e, no dia 8 de novembro de 1949, a França reconheceu a independência do Camboja, como integrante da União Francesa.

A situação no Laos era confusa: tropas francesas haviam-se refugiado na China; grupos nacionalistas liderados por membros da família real lutavam entre si; e o Príncipe Suvanavong, líder comunista do Pathet Lao, era apoiado por forças do Vietminh. A ação integrada de tropas francesas avançando pelo sul, e dos elementos refugiados na China, acabou por dominar a situação. O Pathet Lao e seus aliados vietminhs foram expulsos para o norte do país e, a 27 de agosto de 1946, os Governos da França e do Laos assinaram um *modus vivendi*, semelhante ao já acordado com o Camboja. O tratado definitivo de

integração à União Francesa foi obtido em 19 de julho de 1949.

União Francesa

A fim de obter a retirada do tradicional inimigo chinês do norte do país, Ho Chi Minh assinou, a 6 de março de 1946, um acordo preliminar com um representante do Governo francês. Por esse acordo, o Governo Popular Provisório do Vietnã aceitava que um pequeno contingente francês fosse reintroduzido na região para, juntamente com tropas do Vietminh, substituírem o Exército nacionalista chinês. A França, por sua vez, reconhecia a independência da República Democrática do Vietnã, como integrante de uma Federação Indochinesa, que faria parte da União Francesa, novo nome para o império.

O acordo de 6 de março trazia em si as origens da discórdia. A principal questão era a do *status* político da Cochinchina. Segundo o acordo, a Cochinchina era admitida na Federação Indochinesa como uma república independente e diretamente ligada à União Francesa, no mesmo pé do Vietnã e dos reinos do Laos e do Camboja. O Vietminh não aceitava tal situação e exigia a realização de um plebiscito para decidir a questão. Além dessa controvérsia, havia o fato de que as autoridades coloniais francesas insistiam no aspecto provisório do acordo e procuravam adiar uma solução definitiva para o caso.

Levante Precipitado

Em fins de novembro, a situação agravou-se. Por causa do controle de um posto alfandegário no porto de Haiphong, o alto

comissário francês para a Indochina, enviou tropas à cidade. O Vietminh reagiu e houve luta aberta, que culminou quando o cruzador francês *Suffren* bombardeou o porto, matando cerca de 6.000 civis.

A situação chegara a um ponto inaceitável para o Governo do Vietnã. Giap avaliava, então, que o incipiente Exército Vietminh, contando com o fator surpresa e com o apoio maciço da população, poderia liderar um levante geral e neutralizar as forças francesas no Tonquim. A 19 de dezembro de 1946, Ho Chi Minh desencadeou a rebelião. Era o começo da guerra da Indochina.

As previsões de Giap revelaram-se incorretas. Os franceses reagiram prontamente e esmagaram o levante em poucas horas. Em guerra aberta contra as tropas coloniais francesas e em evidente desvantagem militar, não restava alternativa a Giap senão abandonar as cidades e aldeias do Delta do Rio Vermelho e retirar-se para suas bases no Viet Bac.

Reorganização no Viet Bac

O fracasso da revolta de dezembro demonstrou, a Ho Chi Minh e a Giap, que a solução por um golpe de força estava descartada. Só restava o caminho da resistência prolongada. Nesse contexto, o retorno às montanhas do norte representava a primeira fase descrita na teoria de Mao.

Ficara evidente a fragilidade das forças do Vietminh face às experimentadas tropas francesas. Havia necessidade de reorganizar o Exército de Libertação do Vietnã (ELVN),

e fazê-lo ascender em graus de organização e treinamento para derrotar o Corpo Expedicionário Francês.

O Exército de Libertação do Vietnã

As forças do Vietminh foram organizadas em três tipos de formações: as tropas populares, as tropas regionais e o exército regular. As tropas populares eram organizações paramilitares e constituíam a espinha dorsal das Forças Armadas do Vietminh. Suas atribuições eram a autodefesa das aldeias, a realização de pequenas ações de guerrilha e a execução de tarefas de natureza auxiliar, como coleta de informações, transporte e armazenamento de suprimentos, etc. Possuíam poucas armas e constituíam basicamente uma reserva de mão-de-obra com escasso treinamento militar. Suas fileiras eram fonte de recrutamento para as forças de nível mais alto.

As tropas populares dedicavam-se às atividades militares apenas nas horas livres. Sua principal missão era a atividade de produção agrícola, necessária à sustentação do Exército regular. Outro aspecto de grande relevância, para o Vietminh, era o fato de que a existência das milícias populares caracterizava a participação ativa da população na guerra de libertação, criando laços de compromisso entre as aldeias e o movimento revolucionário.³⁸

As tropas regionais eram organizadas em batalhões e companhias isoladas, dotadas de

38. TANHAN, George K. *Guerra Revolucionária Comunista*. p. 70.

equipamentos e armamento inferiores aos utilizados nas unidades regulares. Possuíam um treinamento militar razoável e dedicavam-se integralmente ao combate. Suas principais missões eram: realizar a guerrilha em larga escala na retaguarda do inimigo; proteger áreas e populações; em suas regiões, operar em coordenação com as tropas regulares; e instruir, adestrar e prestar assistência às tropas populares, nas quais recrutavam os homens mais aptos e capazes.³⁹

As tropas regionais constituíam a reserva do Exército regular e, conforme o nível de adestramento alcançado e as necessidades do ELVN, muitas unidades regionais eram "promovidas" àquela formação de nível mais elevado.

Diretamente subordinadas ao Alto Comando do ELVN, encontrava-se o Exército regular, chamado *Chu Luc*. Era o organismo militar de mais alto nível do Vietnã⁴⁰ e destinava-se à realização da guerra de movimento, que se seguiria à fase inicial da guerrilha, desencadeada pelas tropas regionais e milícias populares.⁴¹

Nos anos 40, o Chu Luc, ainda em fase de formação, tinha, como grande unidade, o regimento. Durante aquele período, Giap evitou empenhá-lo em operações de resultado duvidoso. A partir de 1950, seus regimentos foram agrupados em divisões, compostas basicamente por três regimentos de infantaria e um batalhão de armas pesadas. Em 1953, foi criada a 351ª Divisão Pesada, constituída, provavelmente, por dois regimentos de arti-

lharia de campanha, um regimento de defesa antiárea e um de engenharia.⁴²

O sistema logístico vietminh era extremamente rudimentar. Nos primeiros estágios de organização, os equipamentos e suprimentos, principalmente munições, eram obtidos na frente de combate, capturados do inimigo. A partir do final de 1949, com a vitória do Exército Vermelho chinês sobre as forças nacionalistas de Chiang Kai-Chek, a recém-estabelecida República Popular da China passou a prestar vigoroso e crescente apoio ao ELVN. Esse apoio converteu-se em um fluxo de ajuda militar que não parou de crescer, até o final da guerra.⁴³

O principal problema logístico do Vietminh foi o do transporte. O país possuía poucas e precárias estradas de rodagem e o sistema ferroviário resumia-se a uma ou duas estradas de ferro. A solução adotada foi a organização de um serviço auxiliar de carregadores braçais para suprir a deficiência. Um carregador era capaz de percorrer 25 km por dia, carregando 25 kg de suprimentos em terreno pouco acidentado. Essa capacidade era aumentada com o emprego de bicicletas, que eram empurradas e podiam transportar 75 kg.

"Pourrissent"

De volta às suas bases mais remotas, o Vietminh iniciou um processo de reorganização e acumulação de forças que se prolongou até 1949. Nesse período, os principais

39. TANHAN, George K. *Guerra Revolucionária Comunista*. p. 70.

40. TANHAN, George K. Op. cit. p. 59-67.

41. GIAP, Vo Nguyen. Op. cit. p. 111.

42. KEEGAN, John. Op. cit. p. 49.

43. TANHAN, George K. Op. cit. p. 89.

esforços foram desenvolvidos nos campos político e militar.

No campo militar, Giap empenhou-se na criação efetiva e no equipamento de um exército regular; no desenvolvimento das milícias populares e das forças regionais; e no desencadeamento de um amplo programa de guerrilha, cujos principais métodos de ação eram ataques a postos isolados, emboscadas e sabotagem. Simultaneamente às operações, foi posto em execução um programa de instrução baseado na divisa "instruir-se combatendo". Nesse processo, disse Giap, *"a vitória ou derrota era a melhor medida para avaliar o valor de nossa instrução"*.⁴⁴

O principal enfoque da etapa inicial da guerra prolongada no Vietnã foi dirigido, no entanto, para o campo político. Nessa área, Ho Chi Minh empenhou-se na mobilização política do povo, apoiado na idéia da frente unida e no atendimento das necessidades básicas da população. A fim de conquistar a iniciativa e um certo grau de liberdade de ação, intensos esforços foram feitos para a criação de "zonas liberadas". Os métodos adotados para isso foram: o progressivo controle sobre as aldeias, através da propaganda ou da intimidação, o que incluía o assassinato de líderes recalcitrantes; a desmoralização das autoridades coloniais francesas e dos seus representantes; a cobrança de impostos pelo governo popular, enquanto era suspenso o pagamento ao governo colonial; e o confisco e a redistribuição de terras das grandes propriedades rurais.

O programa de guerrilha e a mobilização política das massas obteve grande sucesso no norte do país, em parte pela proximidade das bases Vietminh, mas, também, pelo fato de as populações do Tonquim e do Amam do Norte serem mais politizadas. O processo de gradual perda do controle sobre a situação foi chamado, pelos franceses, *porrissent* (apodrecimento), e seus resultados causaram tal impressão que, em fins de 1950, o alto comando planejava recuar o Corpo Expedicionário para o sul do Paralelo 17, *"onde a população, se não era cordialmente pró-francesa, pelo menos não fora totalmente subvertida pelo Vietminh"*.⁴⁵

15 Milhões de Toneladas de Concreto

Os franceses tentaram reverter a situação. A partir do verão de 1947, desencadearam uma série de operações contra as bases comunistas no Viet Bac. Em geral, essas operações consistiam no lançamento de um ou dois batalhões pára-quedistas sobre alvos levantados pelo Serviço de Inteligência e no emprego de uma coluna blindada para realizar a junção e apoiar o retraimento da tropa aeroterrestre. Os resultados foram decepcionantes: primeiro porque os vietminhs eram fugidios e seus depósitos de suprimentos, muito bem ocultos; em segundo lugar porque o recuo, que se seguia à incursão, transformava-se em uma penosa retirada, sujeita a emboscadas e ao cerco.

44. GIAP, Vo Nguyen. Op. cit. p. 107.

45. KEEGAN, John. Op. cit. p. 59.

Para garantir o controle do país, os franceses iniciaram um processo de grande dispersão de forças, mantendo tropas de guarnição imobilizadas em postos isolados e fortalezas. Só no primeiro ano de guerra, 15 milhões de toneladas de concreto foram empregadas em fortificações no delta do Rio Vermelho.⁴⁶

O VIETMINH TOMA A INICIATIVA

Vitória na Fronteira Norte

Ao longo da cordilheira Cao Bang, entre o Viet Bac e a fronteira da China, a nordeste do Tonquim, os franceses mantinham tropas guarnecendo antigos fortes coloniais, servidos pela RC-4 (Rodovia Colonial 4). O reabastecimento das fortalezas, principalmente as de Cao Bang e Dong Khe, as maiores e mais longínquas, transformou-se em um problema crescente para as autoridades francesas. Em meados de 1950 a RC-4 estava praticamente intransitável, por ação do Vietminh. Em 27 de maio, a 308ª Divisão Vietminh assaltou a fortaleza de Dong Khe, pondo em fuga sua guarnição, mas a posição foi reconquistada por pára-quedistas franceses pouco depois.

O primeiro ataque a Dong Khe fora um sinal de alerta, mas quando o General Carpentier, comandante-em-chefe francês, decidiu evacuar as guarnições da cordilheira,

era demasiado tarde. Àquela altura, a RC-4 já estava completamente fechada pelo ELVN e o abastecimento das guarnições era feito exclusivamente pelo ar. Mesmo assim, a ordem de evacuação trazia o prenúncio do desastre. Ao invés de um movimento aéreo, as guarnições deveriam abrir caminho pela RC-4.

A 18 de setembro, Giap atacou e conquistou Dong Khe em poucos dias. A guarnição de Cao Bang teve ordem para iniciar a evacuação, a partir de 3 de outubro, enquanto uma coluna de socorro avançava de Lang Son. Impossibilitadas de utilizar a estrada, ambas as colunas foram obrigadas a abandonar viaturas, artilharia e material pesado e a penetrar na selva, tentando a junção. Embaraçados pela vegetação e contando apenas com o armamento leve, os franceses foram caçados ao longo das trilhas e vales, e, quando conseguiram unir-se, já eram tão poucos que sucumbiram aos últimos ataques do Vietminh. Dominados pelo pânico, os franceses evacuaram That Khe e a grande guarnição de Lang Son, abandonando, aos vietnamitas, munição de artilharia suficiente para dois anos de luta. Giap obtivera uma vitória esmagadora. As perdas francesas ascenderam a 6.000 homens.

Essa primeira vitória seria um marco. A partir daí, o Vietminh assumia a iniciativa das ações, deixando os franceses em uma situação de passividade e defensiva. Na tentativa de revertê-la, o Governo francês exonerou o General Carpentier e nomeou, em seu lugar, o General Jean de Lattre de Tassigny.

46. PIKE, Douglas. Op. cit. p. 35.

A Campanha do Delta do Rio Vermelho

O General de Lattre era um ídolo no Exército francês. Oficial de cavalaria, ferido a espada em 1914, revelara excepcionais qualidades de liderança à frente do 1º Exército francês, na Segunda Guerra Mundial, entre 1944 e 1945. Na Indochina, fez-se acompanhar de uma excepcional equipe de oficiais de estado-maior, entre eles o General Beaufre.

Seus planos para o Vietnã incluíam três providências principais. A primeira delas foi o completo isolamento do delta do Rio Vermelho, com uma série de 1.200 redutos fortificados de concreto, que ficou conhecida como *Linha de Lattre*. A segunda, foi a organização de grupamentos de tropas para desempenharem o papel de reservas móveis dentro do delta. Eram os GM (Grupos Móveis), compostos por um ou dois batalhões de Infantaria, um regimento blindado e um grupo de Artilharia. A última inovação foi a criação de um "programa de comandos", que procuraria empregar métodos de guerrilha, contra os guerrilheiros do Vietminh.

Giap, por seu lado, animado pelo sucesso das operações na RC-4 e fortalecido pela ajuda militar chinesa, avaliou que seria a hora de partir para a ofensiva geral. No mês de dezembro, reuniu a 308ª e a 312ª Divisões a noroeste do Delta e, a 13 de janeiro de 1951, lançou-as contra as fortificações da Linha de Lattre, em Vinh Yen. De Lattre interveio, dirigindo pessoalmente a defesa. Após uma série de contra-ataques, determinou um maciço ataque aéreo com o emprego de *napalm*. A 17 de janeiro a ofensiva de Giap fora rechaçada com a perda de 6.500 homens.

Em março, Giap voltou à ofensiva, dessa vez mais a leste, no setor de Mao Khe. A

316ª Divisão Vietminh iniciou o ataque na noite de 23. A reação francesa se fez pelo emprego maciço de fogo de artilharia, combinado com ataques aéreos. A 28 de março o ataque havia fracassado.

Giap mudou de tática e decidiu empreender uma ofensiva em larga frente. No dia 29 de maio, três divisões vietminhs atacaram ao longo do Rio Day, entre Phu Ly e Phat Dien. De Lattre contra-atacou com todas as forças disponíveis, apoiadas por intenso fogo de artilharia e ataques aéreos concentrados. O resultado foi devastador. As forças de Giap sofreram milhares de baixas e, no dia 18 de junho, o ataque foi suspenso.

Hoa Binh

Após os sucessos iniciais de sua estratégia, de Lattre decidiu passar à ofensiva. O objetivo escolhido foi a aldeia de Hoa Binh, localizada no ponto onde o Rio Negro aproxima-se da RC-6, que se dirige para o oeste. Em 14 de novembro de 1951, três batalhões pára-quedistas saltaram sobre a aldeia, enquanto quinze batalhões de Infantaria, dois grupos de blindados e unidades navais avançavam por terra e pelo Rio Negro. A aldeia foi tomada sem dificuldade.

Na noite de 10 de dezembro, a 312ª Divisão Vietminh atacou uma posição francesa ao norte de Hoa Binh. O ataque não obteve sucesso, mas causou inúmeras baixas entre os marroquinos que defendiam o posto. A 12 de janeiro de 1952, um comboio fluvial de suprimentos foi completamente destruído no Rio Negro, obrigando os franceses a abandonar a via aquática para o seu abastecimento. A RC-6 ameaçava transformar-se em uma nova RC-4. No final de janeiro, a 304ª Divi-

são Vietminh, atuando pelo sul, praticamente bloqueou a RC-6. Hoa Binh estava isolada.

Nesse meio tempo, o General de Lattre, tomado por um câncer, foi substituído pelo General Salan, vindo a falecer logo a seguir. A primeira providência de Salan foi mandar evacuar Hoa Binh. A operação foi realizada entre os dias 22 e 24 de fevereiro e transcorreu em ordem, embora as forças francesas tenham sofrido severas perdas.

Ofensiva na Região Thai

Agastado pelos reveses sofridos em 1951, Giap percebeu que ainda não havia chegado a hora da ofensiva final. Ele negligenciara quanto às condições, por ele mesmo estabelecidas, para o início da terceira etapa da guerra. Decidiu então adotar uma estratégia mais indireta, atacando posições francesas fora do inexpugnável delta do Rio Vermelho, e forçando o inimigo a aumentar sua dispersão.

A área de operações selecionadas por Giap foi a região Thai, no oeste do Tonquim. Em 11 de outubro de 1952, três divisões do Vietminh cruzaram o Rio Vermelho e iniciaram a ofensiva. Após atacar e tomar alguns postos isolados na cordilheira de Nghia-lo, Giap cruzou o Rio Negro, enviou a 316ª Divisão para ocupar o vale de Dien Bien Phu e empregou as 308ª e 312ª para cercar e atacar a guarnição francesa de Na San. Apressadamente, os franceses levaram reforços de tropas e artilharia, transformando Na San em uma poderosa fortaleza suprida pelo ar. Quando o Vietminh atacou, a posição francesa já estava consolidada e o assalto foi um fracasso.

Ofensiva no Laos

Com a chegada da primavera de 1953, Giap ampliou seu raio de ação. Deixando um regimento face à Na San, penetrou em território do Laos com três divisões na primeira quinzena de abril. Apressadamente, os franceses deslocaram, por via aérea, grande número de tropas, concentrando-as em torno de Luang Prabang e na Planície de Jars. As vanguardas vietminhs chegaram a menos de 20 km da capital real, mas, com suas linhas de suprimentos extremamente distendidas e sem disposição para travar combate em situação desvantajosa, Giap decidiu retroceder. (Figura 2.)

No Caminho para Dien Bien Phu

Os acontecimentos dos últimos meses foram tomados pelos franceses como lições. Eles avaliaram que o insucesso de Giap diante de Na San e o recuo no Laos indicavam a incapacidade do Vietminh dar combate, longe de suas bases de abastecimento, a uma posição fortificada e apoiada por artilharia. A rapidez com que o CEF conseguiria transportar poderosas forças para o Laos e supri-las por via aérea, fez crescer a confiança no suprimento pelo ar. Por outro lado, a ameaça de uma invasão ao país vizinho permanecia. O Vietminh encontrava-se a cada dia mais forte na região Thai, e a fronteira laociana continuava fracamente defendida e sob forte influência do Pathet Lao.

O General Navarre, novo comandante-chefe das forças francesas na Indochina, preocupava-se com o Laos. Desde julho de 1949, a França reconhecia a independência daquele país, dentro da União Francesa e, a 22 de outubro de 1953, os dois governos haviam assinado um tratado de defesa comum. Para impedir uma iminente invasão vietminh,

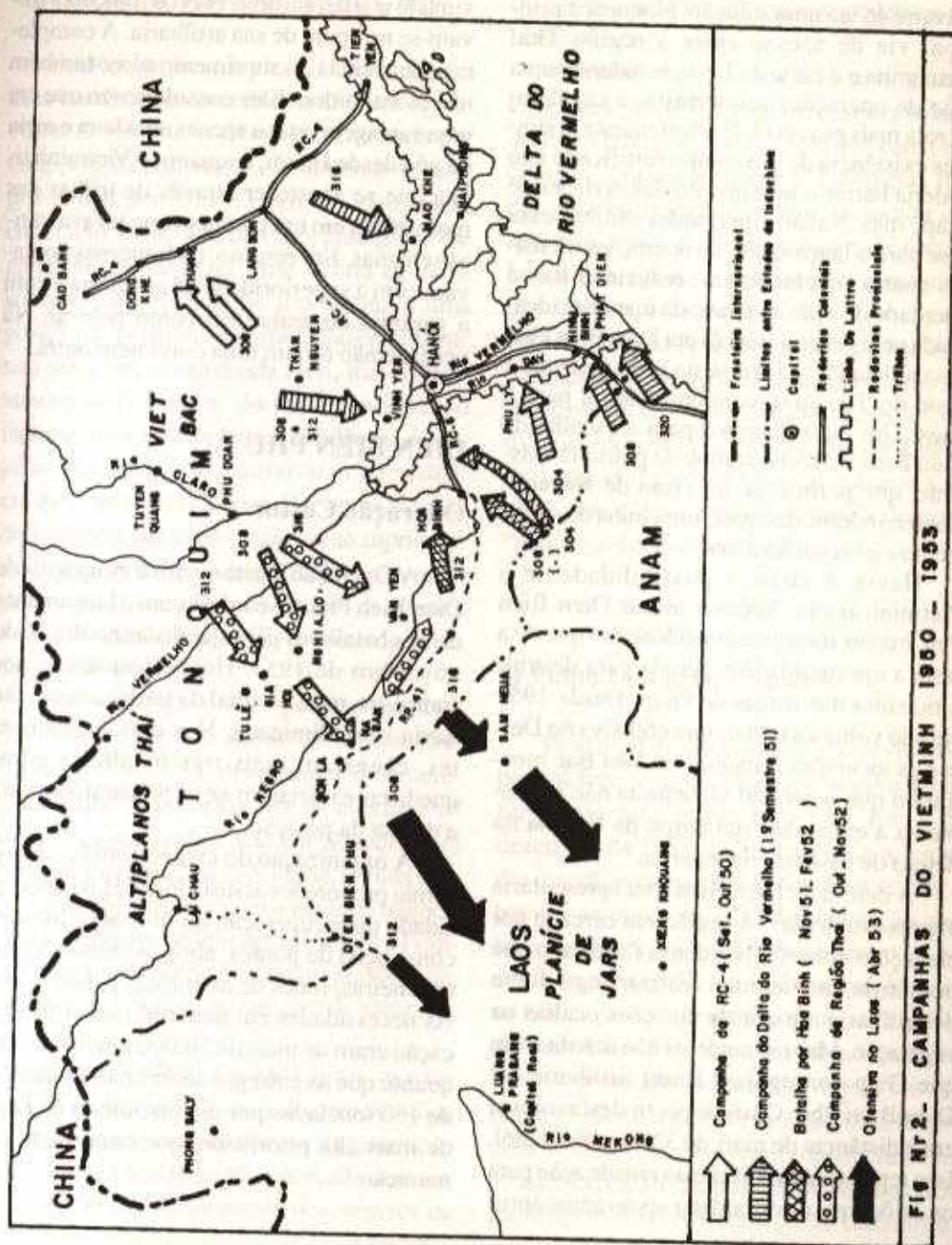


FIGURA 2

Navarre só via uma solução: bloquear a principal via de acesso entre a região Thai vietnamita e o norte do Laos, instalando uma base de operações aeroterrestre a cavaleiro da rota mais provável. Evidentemente, a simples existência de um campo fortificado não poderia barrar o movimento das divisões de Giap, mas Navarre pretendia utilizar essa base para o lançamento de operações ofensivas contra aquelas forças, reduzindo-lhes a liberdade de ação. A chave da manobra idealizada pelo general francês era Dien Bien Phu. Essa aldeia localizava-se no principal vale a oeste do Tonquim, caminho natural para o Laos. Um fator decisivo para a escolha de Dien Bien Phu foi o campo de pouso lá existente, que permitiria, na visão de Navarre, manter, indefinidamente, uma linha de suprimento e evacuação aérea.

Havia, é claro, a possibilidade de o Vietminh reunir forças e atacar Dien Bien Phu, mas os franceses consideravam que essa seria a oportunidade esperada para destruir o máximo das forças de Giap. Desde 1951 ele não voltara a tentar uma ofensiva no Delta e as incursões francesas ao Viet Bac mostraram que o general vietnamita não se dispunha a empenhar seu corpo de batalha na defesa de bases de retaguarda.

A defesa de Dien Bien Phu apresentaria alguns problemas. A região era cercada por elevações cobertas por densa floresta, o que permitiria ao Vietminh realizar fogo direto de artilharia a partir de posições ocultas na vegetação. Mas os franceses não acreditavam que Giap conseguisse trazer artilharia até Dien Bien Phu. Outro aspecto desfavorável era a distância de mais de 320 km de Hanói. Isso representava o limite do raio de ação para os aviões que deveriam dar apoio aéreo apro-

ximado aos defensores, mas os franceses fiavam-se no apoio de sua artilharia. A completa dependência do suprimento aéreo também não os intimidou. Eles consideravam que era uma vantagem estar a apenas uma hora e meia de vôo desde Hanói, enquanto o Vietminh tinha que se abastecer através de trilhas das montanhas, em um percurso que levava várias semanas. Em resumo, os franceses contavam com a superioridade da artilharia e com a garantia do reabastecimento pelo ar. Na verdade não teriam uma coisa nem outra.

DIEN BIEN PHU

Operação Castor

A Operação Castor, para a ocupação de Dien Bien Phu, teve início com o lançamento de três batalhões pára-quedistas no dia 20 de novembro de 1953. Houve resistência aos franceses, mas, ao final da tarde, a oposição havia sido eliminada. Nos dias subsequentes, chegaram mais três batalhões pára-quedistas e iniciaram-se os preparativos para a defesa da posição.

A organização do campo fortificado assumiu proporções assustadoras. Havia necessidade da recuperação de dois aeródromos, construção de pontes, abrigos subterrâneos, trincheiras, redes de arames, espaldões, etc. As necessidades em material para a fortificação eram de mais de 30.000 toneladas, enquanto que as entregas aéreas não passavam de 150 toneladas por dia, incluindo os itens de mais alta prioridade, que eram rações e munição.⁴⁷

47. KEEGAN, John. Op. cit. 78.

Operações Diversionárias de Giap

A idéia francesa de atrair o Vietminh para uma batalha convencional, realmente funcionou. A orientação estratégica, adotada por Giap, era de não atacar diretamente os campos entrancheirados. O general vietnamita, entretanto, percebia a oportunidade que se lhe apresentava, de obter uma vitória decisiva sobre o CEF. O assédio e o ataque a uma posição do porte de Dien Bien Phu certamente não seria uma empreitada fácil, mas as desvantagens defensivas do terreno, aliadas ao isolamento e à completa dependência do suprimento aéreo poderiam reduzir a resistência da guarnição francesa. Por outro lado, as deficiências vietminhs relativas ao suprimento, por mais difíceis que fossem, não eram insolúveis. Com o fim da Guerra da Coreia, a ajuda militar chinesa havia crescido substancialmente.

É possível que o fator político tenha influído na decisão de atacar Dien Bien Phu. Em janeiro de 1954, divulgou-se o comunicado de que seria convocada, no mês de abril seguinte, uma conferência em Genebra para tratar do problema da Indochina. O interesse de Ho Chi Minh levar para a mesa de negociação um quadro militar desfavorável à França pode ter sido considerado preponderante, em relação à diretriz estratégica de preservação de forças.

Após considerar aspectos positivos e negativos de aceitar a guerra de posição Giap decidiu-se pelo aniquilamento da guarnição francesa de Dien Bien Phu, mas não sem antes criar as melhores condições, através de uma série de ações ofensivas em diferentes frentes. Tratava-se de obrigar os franceses a

dispersar suas poucas forças que poderiam ser concentradas.

Inicialmente, a única área com grande concentração de forças francesas era o delta do Rio Vermelho. A estratégia de "zonas excêntricas" havia atraído parte daquelas forças para Dien Bien Phu, que se tornou um segundo ponto de concentração de forças. Importava, agora, evitar que essa concentração se tornasse forte o suficiente para inviabilizar sua destruição. Para tanto, Giap desencadeou, a partir de dezembro, uma série de operações contra o médio Laos, a Cordilheira Anamita e na direção de Luang Prabang, obrigando o General Navarre a dividir suas forças móveis, criando diversas "pequenas concentrações".

O Plano Defensivo Francês

Pelo final de novembro, ficara evidente, para os franceses, que Giap começava a reunir forças para atacar Bien Phu. Em 3 de dezembro de 1953, o General Navarre expediu uma diretriz na qual se decidia a aceitar a batalha no noroeste, em uma concepção claramente defensiva. O General Cogy, comandante francês no Norte, por sua vez, insistia na realização de operações ofensivas a partir da base Dien Bien Phu, empregando, pelo menos, a metade da guarnição para causar perdas e retardar o cerco vietminh. As intenções dos comandantes eram conflitantes e as ordens excediam as possibilidades das tropas disponíveis. No começo de dezembro, encontravam-se no vale apenas seis batalhões de Infantaria e duas companhias de Engenharia.

ria, para a realização dos inúmeros trabalhos de construção e fortificação.⁴⁸

Foram realizadas algumas tentativas de atacar as forças vietminhs, sempre sem resultados, embora com um alto preço em vidas. Aos poucos, o raio de ação dessas excursões foi sendo reduzido e, no começo de março, já se limitavam a tentar desalojar unidades vietminhs que se entrincheiravam à vista dos pontos fortes franceses, dentro do próprio vale.

Embora sua infantaria tivesse perdido toda a liberdade de ação, ficando reduzida à mera ocupação de abrigos e trincheiras, os franceses acreditavam que o poder da sua artilharia decidiria a batalha. O campo fortificado foi organizado com seis pontos fortes distribuídos em torno do aeródromo, próximo ao qual ficava o posto de comando (PC) e as instalações logísticas. Aproximadamente 2 km ao norte e a nordeste das principais posições, foram estabelecidos dois pontos fortes sobre pequenas elevações a cavaleiro da Trilha Pavie e da RP-41 (Rodovia Provincial 41). O último ponto forte ficava uns 6 km ao sul do PC. (Figura 3.)

Forças em Presença

No dia 13 de março de 1954, a guarnição de Dien Bien Phu era constituída por 12 batalhões de Infantaria, um esquadrão de carros de combate, dois grupos de Artilharia 105

mm, uma bateria 155 mm e 11 companhias de irregulares thaís, num total de 10.814 homens.⁴⁹

Embora esses efetivos correspondessem ao de uma divisão e a batalha que se prenunciava fosse tipicamente de infantaria, o General Cogny tomou a surpreendente decisão de entregar o comando do campo fortificado ao coronel de cavalaria Christian de Castries.

Naquela mesma data, a ordem de batalha do ELVN em Dien Bien Phu incluía três divisões de infantaria (308ª, 312ª e 316ª), a 351ª Divisão Pesada, um regimento de infantaria e um batalhão de artilharia da 304ª Divisão e o 148º Regimento Independente.⁵⁰ Isso correspondia a um efetivo aproximado de 49.500 combatentes, além de 31.500 homens para o apoio logístico.⁵¹ No comando dessas forças achava-se o General Hoang Van Thaf.⁵²

A Batalha

O ataque ao campo fortificado iniciou-se a 13 de março de 1954. Nessa noite e na subsequente, as divisões vietminhs conquistaram, sucessivamente, os pontos fortes mais afastados — Beatrice e Gabrielle — após haverem arrasado suas fortificações com devastador fogo de artilharia.

O poder de fogo da 351ª Divisão Pesada jogou por terra a primeira premissa da defesa de Dien Bien Phu: a contrabateria francesa não surtira qualquer efeito. Com seus ca-

48. FALL, Bernard. *Hell in a Very Small Place*, p. 40, 44 e 479.

49. Ibid. p. 479-481.

50. Ibid. p. 486.

51. Ibid. p. 133.

52. Ibid. p. 206.

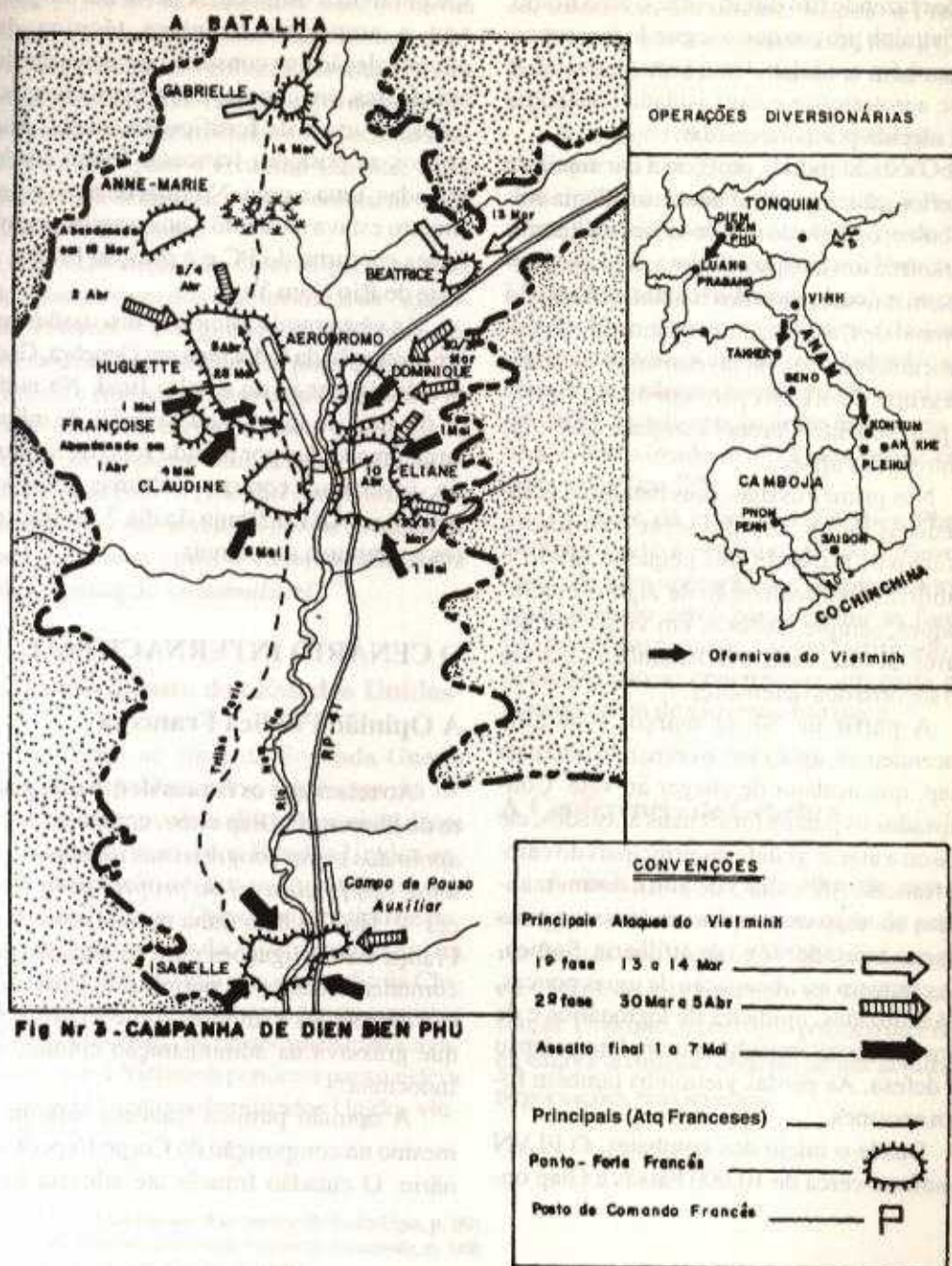


FIGURA 3

nhões fazendo tiro direto sobre o aeródromo, o Vietminh provou que o segundo pressuposto também era falso. Uma semana depois, a base aeroterrestre estava isolada e só podia ser suprida por pára-quedas.

O estado moral começou a dar sinais de deterioração: o comandante da artilharia suicidou-se; o chefe do estado-maior da guarnição sofreu um colapso nervoso; houve deserção em massa em um dos batalhões thaís; e o Coronel de Castries, comandante do campo, praticamente abdicou do comando, levando um grupo de oficiais pára-quedistas, liderado pelo Tenente-Coronel Langlais, a assumir controle das ações.

Nos primeiros dias, dois batalhões pára-quedistas foram lançados sobre o perímetro defensivo, trazendo um pequeno alívio e viabilizando a realização de alguns contra-ataques, sempre custosos em vidas. No decorrer da luta, mais três batalhões saltaram em socorro dos defensores.

A partir de 30 de março, a batalha reacendeu-se, agora sob o comando direto de Giap, que acabara de chegar ao vale. Conquistados os pontos fortes mais afastados, ele passou a atacar as defesas principais do campo francês. Até o dia 5 de abril, foram realizados sucessivos ataques em massa, apoiados por arrasador fogo de artilharia. Somente a coragem e a abnegação de umas poucas, e já reduzidas, unidades de legionários e de pára-quedistas impediu o completo colapso da defesa. As perdas vietminhs também foram enormes.

Desde o início dos combates, O ELVN já sofrera cerca de 10.000 baixas e Giap op-

tou por mudar de tática. A partir daí ele passou a empregar a antiga técnica da circunvalação que consistia na escavação de trincheiras, em círculos cada vez mais apertados, ao redor da fortificação sitiada. Aos poucos as posições francesas foram sendo tomadas, uma a uma. No final de abril o perímetro estava reduzido a uns poucos pontos fortes em torno do PC e à posição Eliane, a leste do Rio Nam Yum.

Às vésperas do início das discussões sobre a situação da Indochina em Genebra, Giap decidiu lançar-se ao assalto final. Na noite de 6 para 7 de maio, duas divisões de infantaria, precedidas por pesado fogo de artilharia, investiram contra as últimas posições francesas. Às 17h30min do dia 7, os franceses cessaram a resistência.

O CENÁRIO INTERNACIONAL

A Opinião Pública Francesa

Ao relacionar os fatores de êxito da guerra de libertação, Giap citou, entre outros, "*o apoio dos povos progressistas do mundo inteiro, (...) [inclusive] do próprio povo francês*".⁵³ Ho Chi Min tinha muitos amigos na França e suas ligações com os socialistas e comunistas franceses permitiram a divulgação de notícias e rumores sobre a corrupção que grassava na administração colonial da Indochina.

A opinião pública francesa refletiu-se mesmo na composição do Corpo Expedicionário. O cidadão francês até admitia arcar

53. GIAP, Vo Nguyen. Op. cit. p. 34.

com os custos da campanha mas, de forma alguma aceitaria que seus filhos fossem mortos em uma guerra colonial remota e, a seu ver, desnecessária. Assim, o governo de Paris jamais enviou unidades do "Exército Metropolitano" para o Extremo Oriente, limitando-se a empregar tropas coloniais e da Legião Estrangeira.

A exploração das contradições internas do inimigo é um dos instrumentos da "manobra externa"⁵⁴ e a guerra da Indochina era em si, uma contradição aos princípios da civilização francesa, como bem observou o filósofo francês Raymond Aron: *"Um país de democracia liberal não conduz indefinidamente uma guerra colonial com o único fim de manter, contra seus próprios princípios, uma soberania custosa e contestada, sobre uma população inassimilável."*⁵⁵

O Envolvimento dos Estados Unidos

Próximo ao final da Segunda Guerra Mundial, a política norte-americana era radicalmente anticolonialista. Em vista dessa posição, o Governo dos Estados Unidos expediu orientação a todos os comandantes militares no Extremo Oriente no sentido de negar qualquer ajuda aos franceses na Indochina.⁵⁶ À medida que a situação na China se definia favoravelmente aos comunistas de Mao Tsé-Tung, os norte-americanos avaliaram que o Vietminh penderia para a esfera chinesa. O Governo dos Estados Unidos viu-

se, assim, em um dilema: o apoio à França favoreceria a luta anticomunista, mas a Casa Branca não desejava aliar-se a uma causa colonial.

A irrupção da Guerra da Coreia pôs fim ao impasse. Em 27 de junho de 1950, dois dias após a invasão norte-coreana, o Presidente Truman anunciou a aceleração do fornecimento de assistência militar à França e a ida de uma missão militar de observação para a Indochina. Com o agravamento da situação indochinesa, a ajuda dos Estados Unidos cresceu consideravelmente e é provável que, em 1954, a participação norte-americana tenha se aproximado de 80% dos gastos com material bélico.^{57,58}

No auge da crise de Dien Bien Phu o Governo norte-americano iniciou o planejamento de uma operação que empregaria todo o seu poderio aéreo para destruir as forças vietminhs em torno do campo fortificado. A operação não se concretizou, em parte por falta de apoio do Governo britânico.

A Conferência de Genebra

A vitória de Dien Bien Phu não significava para o Vietminh a eliminação do poderio francês no Vietnã. O CEF perdeu, apenas, cerca de seis por cento do total de suas forças. Contudo, o prestígio político da França estava arruinado quando se iniciavam as negociações em Genebra.

54. COUTO, Abel Cabral. *Elementos de Estratégia*, p. 361.

55. ARON, Raymond. *Pensar a Guerra*, Clauswitz, p. 188.

56. CROZIER, Brian. Op. cit. p. 83-84.

57. Ibid. p. 88.

58. GIAP, Vo Nguyen. Op. cit. p. 25.

Ironicamente, o sucesso militar e político obtido por Ho Chi Minh não seria completo, pois outras forças se permearam na questão. A União Soviética e a China, temendo uma intervenção norte-americana, convenceram Ho Chi Minh a aceitar uma proposta de divisão do Vietnã. Os aliados do líder vietnamita argumentaram que o país seria reunificado, assim que fossem realizadas eleições livres.

Os acordos de Genebra estabeleceram que o Vietnã seria dividido na altura do Paralelo 17. O sul ficaria sob um governo nacionalista vietnamita, enquanto que o norte permaneceria sob a administração de Ho Chi Minh. Todas as forças francesas deveriam ser evacuadas para o sul. Finalmente, marcava eleições gerais para julho de 1956, quando se decidiria sobre a reunificação do país. O Camboja foi declarado independente, sob o governo do Príncipe Sihanouk, e a independência do Laos foi igualmente confirmada, embora o Pathet Lao ficasse com o controle do norte do país.

Consequências do Conflito

O artificialismo da divisão do Vietnã e a inexistência de autênticas lideranças nacionalistas no sul, em oposição à figura de Ho Chi Minh, levaram os Estados Unidos a envolverem-se, progressivamente, para apoiar

governos inexpressivos e corruptos no Vietnã do Sul.

O Governo sul-vietnamita não participara da Conferência de Genebra e jamais aceitou a realização das eleições gerais previstas para 1956. Sentindo-se ludibriados, os comunistas não hesitaram em fomentar a insurreição no Vietnã Sul. Começando com ações de propaganda, terrorismo e assassinatos de líderes; a partir de 1958 o país estaria mergulhado em uma insidiosa guerra revolucionária que perduraria por mais de 15 anos.

CONCLUSÃO

São muitas as interpretações da vitória do Vietminh na Guerra da Indochina. O General Beaufre, que participou pessoalmente do conflito, atribuiu a perda do Sudeste da Ásia não à fatalidade da evolução histórica, mas à utilização judiciosa da estratégia indireta, apoiada em uma linha política convenientemente escolhida e coerente com as tendências psicológicas do momento.⁵⁹ O General Giap, por sua vez, atribuiu o resultado da guerra da Indochina, principalmente ao fato de que aquela era uma guerra de libertação, uma guerra do povo.⁶⁰ Raymond Aron tem uma posição semelhante à do líder vietnamita, e destaca a fraqueza do objetivo de uma França, recém-libertada, *"que tentava contra toda razão estabelecer sua autoridade"*.⁶¹

Quanto à questão da escolha de um tema político conveniente, Aron respondeu diretamente ao General Beaufre: *"Não se inven-*

59. BEAUFRE, André. Op. cit. p. 97, 98 e 100.

60. GIAP, Vo Nguyen. Op. cit. p. 41.

61. ARON, Raymond. Op. cit. p. 191.

ta um tema político sob encomenda. O estrategista depende do político. Esse último analisa a natureza do conflito. E essa análise conduz eventualmente à conclusão de que o tema mobilizador não existe e de que o adversário, em função das idéias dominantes na época, tem razão."⁶²

Concluindo-se, pode-se afirmar que a luta do Vietminh, contra o domínio francês, foi uma guerra de libertação nacional, o que lhe conferia indiscutível legitimidade aos olhos da população vietnamita, da comunidade internacional e do próprio povo francês.

Os objetivos políticos de independência e reforma agrária representavam os mais genuínos anseios do povo vietnamita. A legitimidade da causa favoreceu o êxito da política de frente unida e conseguiu reunir, sob a mesma bandeira, comunistas e nacionalistas, neutralizando os mais renitentes. A união nacional em torno de um objetivo comum foi fator decisivo na obtenção de irrestrito apoio popular ao Exército de Libertação.

Durante toda a luta a liderança vietminh privilegiou a ação política em relação à militar. Isso ficou evidenciado pela seleção de objetivos políticos da guerra, pelos esforços de mobilização popular e de propaganda, e pelas manobras e articulações políticas em busca da união nacional. Mesmo ao decidir atacar Dien Bien Phu, a despeito da orientação estratégica de evitar engajamentos decisivos, o alto comando vietnamita, provavelmente, considerou preponderante o fator político, representado pela iminência do início das negociações em Genebra. Essa decisão mostrou-se acertada pois, embora o êxito

militar no oeste do Tonquim não tenha sido decisivo, no campo político ele transformou-se em uma incontestável vitória.

No campo militar, verifica-se que o conflito da Indochina desenvolveu-se segundo o modelo maofsta da guerra prolongada, adaptado às condições do Vietnã. Partindo de uma situação estrategicamente defensiva, pela persistência na luta e pelo emprego de orientação estratégica e operacional adequadas, o Vietminh logrou inverter a relação inicial de forças, conquistando a iniciativa das ações e passando à contra-ofensiva estratégica. A organização das forças do Vietminh em três formações distintas mostrou-se adequada aos métodos de combate adotados, ficando as unidades regulares encarregadas da guerra de movimento, enquanto as tropas regionais empreendiam a guerrilha em larga escala, e as tropas populares participavam de atividades de apoio e da defesa das aldeias. Embora tivessem pequeno significado como força de combate, essas milícias representavam um importante elo de ligação entre o Exército e a população.

Deve-se, enfim, ressaltar a astúcia política de Ho Chi Minh e o gênio militar de Vo Nguyen Giap, que imprimiram firme liderança na condução da guerra, perseverando na luta até a vitória final.

Ensinamentos

A Guerra da Indochina demonstrou que a estratégia da guerra prolongada, proposta

62. ARON. Raymond. Op. cit. p. 191.

por Mao Tsé-Tung para a luta contra o Japão, é aplicável a outros conflitos, desde que adaptada às condições do país e firmemente conduzida.

Ficou clara a necessidade da união nacional em torno de um objetivo político que expresse legítimo anseio popular. A identificação de propósitos entre as Forças Armadas e a população é de particular importância quando a nação conduz uma guerra de recurso, com suas unidades operando, freqüentemente, sob cerco estratégico e sem condições de serem adquadamente providas. A união nacional exige um esforço de mobilização popular que, em um país de democracia liberal, dependerá mais de educação e cidadania, do que da doutrinação ideológica.

No campo militar, a luta em flagrante inferioridade de meios, privilegia a conservação das forças próprias e a destruição das

inimigas. O adequado emprego dos princípios da massa e da economia de forças, permite concentrá-las e realizar operações ofensivas de decisão rápida em linhas exteriores, dentro da guerra defensiva prolongada em linhas interiores.

Além da luta militar e política travada no interior do país, é necessário um grande empenho no campo externo, através da diplomacia e dos meios de comunicação social. Esse esforço buscará apoio internacional na forma de ajuda militar e econômica, e de pressões políticas e sanções contra o agressor.

Finalmente, pode-se afirmar que os erros estratégicos e táticos que levaram os franceses à derrota em Dien Bien Phu poderiam ter sido evitados mas, considerando-se a justiça da causa e o nível de mobilização do povo vietnamita, a vitória final do Vietminh era só uma questão de tempo. □

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARON, Raymond. *Pensar a Guerra, Clausewitz: A Era Planetária*; tradução de Elizabeth Maria Speller Trajano. V.2. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.
2. BEAUFRE, André. *Introduction a la Stratégie*. 3ª ed. Paris: Armand Colin, 1965.
3. COUTO, Abel Cabral. *Elementos de Estratégia: Apontamentos Para um Curso*. Pedrouços, Portugal: Instituto de Altos Estudos Militares, 1988.
4. CROZIER, Brian. *O Sudeste Asiático em Conflito*; tradução de Luiz Oswaldo Xavier da Silveira. Rio de Janeiro: Bloch, 1967.
5. FALL, Bernard B. *Hell in Very Small Place*. [Taipei]: H.W. Baldwin, 1967.
6. GIAP, Vo Nguyen. *O Vietnam Segundo Giap*; tradução de Carlos Ferreira. 2.ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
7. HO CHI MINH. *Páginas Escogidas*. Havana: Instituto del Libro, 1968. Versão em espanhol de Oeuvre Choisies, Ho Chi Minh, tomo I.
8. KEEGAN, John. *Dien Bien Phu: Derrota no Vietnã*; tradução de Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Renes, 1979.
9. LARTÉGUY, Jean. *Um Milhão de Dólares Por Vietcong*; tradução de Otávio de Faria. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
10. LIDDELL HART, B. H. *As Grandes Guerras da História*; tradução de Aydano Arruda; revisão técnica e anotações do General Reynaldo Mello de Almeida. 4.ed. São Paulo: IBRASA, 1991.

11. LLOYD, Dana Ohimeyer. *Ho Chi Minh*; tradução de Livia Palladio. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
12. MAO TSÉ-TUNG. *La Stratégie de la Guerre Révolutionnaire em Chine*. Paris: Éditions Sociales, 1951.
13. ———. *Obras Escogidas*. v.2. Pequim: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1968. Tradução em espanhol da 1ª edição chinesa.
14. PYKE, Douglas. *Viet Cong: Organização e Técnica da Frente de Libertação Nacional do Vietnã do Sul*; tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.
15. TANHAM, George K. *Guerra Revolucionária Comunista*; tradução de Ignez de Castilhos França. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Record, 1969.

RAZÕES COLORIDAS PRA VOCÊ APLICAR NA POUPANÇA-OURO.

O VERDE.

O Banco do Brasil aplica no campo os recursos que capta com a Poupança-Ouro. Investe em projetos agrícolas. Financia o plantio e a irrigação.

Com isso a produção de alimentos aumenta.

O País fica mais verde.

E mais laranja, mais abóbora, mais rosa, mais violeta.

O AMARELO.

O seu dinheiro é reajustado monetariamente e rende juros, se valoriza sempre.

E você tem uma garantia que vale ouro.

A segurança de 180 anos do Banco do Brasil, Poupança-Ouro.

Você vai acabar encontrando razões de todas as cores pra aplicar o seu dinheiro.



BANCO DO BRASIL

SANBRA. UMA DAS MAIORES EXPORTADORAS NACIONAIS DO SETOR PRIVADO.

Entre os seus principais produtos de exportação estão fibra de algodão, café, óleo de mamona e derivados, ácidos esteóricos, ácidos graxos, farelo de algodão, óleo de algodão, farelo de soja, óleo de soja, farinha de soja, proteína isolada de soja, proteína concentrada de soja, proteína vegetal texturizada, lecitinas de soja e gorduras hidrogenadas.



SANBRA

SOCIEDADE ALGODOEIRA DO
NORDESTE BRASILEIRO S.A.

Avenida Maria Coelho Aguiar, 215
Bloco D - 5º ao 8º andares
CEP 05804 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 545-1122
Telex: 011-37885 - SANB - BR - Brasil



A Comunicação Social no Exército

Leandro Acácio Esrael do Carmo*

Adjunto da Seção de Produção e Divulgação do CCOMSEx em 1993, quando o artigo foi produzido, o autor ocupa-se em divulgar a estrutura organizacional da comunicação social no Exército e esclarecer sobre seus propósitos e evolução.

O homem, ser gregário por natureza, desde eras remotas reúne-se em grupos, organizações e instituições, que são identificadas em função dos objetivos propostos e dos estímulos recebidos. Esse hábito ampliou-se com o extraordinário desenvolvimento adquirido pelos meios de comunicação e, nesse contexto, o papel desempenhado pela imprensa¹ na influência de públicos adquiriu contornos cada vez mais expressi-

vos e específicos. A isso deve ser acrescentado o desenvolvimento de técnicas de marketing, ocorrido mais recentemente e abrangendo a propaganda e a publicidade, divulgadas sob formas as mais criativas.

Esse cenário terá que ser considerado por quem se disponha a compreender o comportamento da sociedade, a partir de suas respostas à carga de informações que lhe é impingida de todas as maneiras possíveis e imagináveis.

Para os estudiosos da arte de influenciar o comportamento humano, individual e coletivo, a atuação do todo poderoso ministro da

* Coronel do Exército.

1. Ai genericamente incluída a veiculação de notícias por meios gráficos, radiofônicos e televisivos.

Informação do III Reich, Joseph Goebbels, representou um fenômeno. Repetindo mil vezes mentiras grosseiras, esse "gênio" da comunicação conseguiu, com habilidade inquestionável, legitimar a maior barbárie já cometida na história da humanidade: o holocausto, no qual milhões de seres humanos pereceram sem que tal crime chegasse — à época em que foi perpetrado — a traumatizar a população alemã, a qual, praticamente, ignorava a magnitude desse ato ensandecido.

"Mudada a conjuntura, ficou evidente a necessidade de a Força Terrestre interagir, metódica e diligentemente, com a sociedade, a despeito da boa imagem que sempre desfrutou."

Hoje, com a confirmação das teorias de Marshall McLuhan,² a manipulação da informação representa um perigo muito mais significativo.

O estamento militar, pelo que representa em relação ao que há de mais substancial em uma sociedade, ou seja, a sua preservação, e, até, pelo seu caráter de instituição nacional e permanente, deve identificar-se com os sentimentos populares, saber interpretar suas aspirações e contribuir para a consecução de seus desígnios. É aí, que se insere a importância do segmento de comunicação social da expressão militar do poder nacional, à medida que decodifica esses pressupostos para a eles ajustar-se.

EVOLUÇÃO

O término da Segunda Guerra Mundial, da qual o Brasil participou com uma Divisão de Infantaria, integrando as forças aliadas, ensejou uma série de mudanças no Exército Brasileiro, que passou a adaptar sua organização e sua doutrina de emprego, inspiradas pela Missão Militar Francesa, à escola norte-americana. Por outro lado, o término do governo Vargas, instalado com a vitória da Revolução de 1930, proporcionou uma atmosfera de maior liberdade ao País, fruto da Constituição de 1946, o que repercutiu nas relações do Exército com a sociedade.

Tais fatos certamente conduziram à modificação da estrutura organizacional da Força Terrestre, começando pelo principal órgão de assessoramento do ministro: seu gabinete. Em julho de 1951, foi introduzida, no então Gabinete do Ministro da Guerra, uma divisão de relações públicas. Preenchia-se, assim, no mais alto nível decisório da Força, a lacuna de "auscultar, analisar e interpretar as tendências da opinião pública, por todos os meios possíveis, no que se refere aos seus reflexos sobre o Exército", atribuição explicitada no regulamento à época vigente para a recém-criada divisão.

Mudada a conjuntura, ficou evidente a necessidade de a Força Terrestre interagir, metódica e diligentemente, com a sociedade, a despeito da boa imagem que sempre desfrutou.

Conseqüentemente, esse importante componente, ligado inicialmente apenas a relações públicas, foi sendo aperfeiçoado para melhor cumprir sua finalidade, em função das

2. O mundo transformado em aldeia global.

modificações conjunturais. Dessa forma, a divisão evoluiu para serviço, em 1962; comissão diretora, em 1964; centro, em 1971; e assessoria, em 1975. Todos esses órgãos, como acontece com a atividade de relações públicas, estavam inseridos no maior escalão de assessoramento do comandante da Força Terrestre, implicando ação direta e oportuna deste.

O surgimento de um conceito mais abrangente, a comunicação social, englobando as relações públicas, a ação comunitária e as operações psicológicas, indicava, ao final dos anos setenta, a criação de novo órgão, a ser dotado de estrutura mais adequada à nova sociedade do País e aos novos meios de comunicação.

Estudos criteriosos mandados proceder pela alta administração da Força conduziram à criação do atual Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx), efetivada em 24 de março de 1981. Evidentemente, o CCOMSEx nascia sob a influência do processo de deliberalização do regime instalado em março de 1964. Vigia, no Brasil, o último governo chefiado por um militar, eleito pelo Congresso Nacional. O Ato Institucional nº 5, expressivo instrumento revolucionário, havia sido revogado. A Lei de Anistia facultava o retorno de líderes, ativistas e prosélitos políticos, banidos pelo envolvimento em oposição violenta ao regime.

Impõe-se esclarecer, contudo, que a Revolução já tinha cumprido o seu objetivo de restituir o País à normalidade democrática. Vale ressaltar, também, que nos governos revolucionários, a Presidência da República, por intermédio de sua assessoria de relações públicas, avocava a si grande parte do trabalho de comunicação social que, de outra forma, estaria afeto aos ministérios militares.

Dentre as várias competências consignadas no primeiro Regimento Interno do CCOMSEx, destacavam-se as de "planejar, promover e coordenar as atividades de comunicação social do Ministério do Exército, nos campos de relações públicas, operações psicológicas, ação comunitária e assuntos de governo" e "desenvolver ações e atividades de comunicação social voltadas para os públicos interno e externo que visem a manutenção e o fortalecimento da coesão, do moral e da verdadeira imagem do Exército".

Apenas duas seções, nessa oportunidade, estavam voltadas para o cumprimento da atividade-fim do órgão: a de operações e a de relações públicas. Nesta mais de década de história, o CCOMSEx vem sofrendo várias modificações em sua estrutura organizacional, com vistas a melhor adequar-se ao cumprimento de sua missão. Novas seções foram introduzidas e, posteriormente, reorganizadas, em virtude dos *inputs* recebidos do público interno e da sociedade, o que caracteriza o perfil dinâmico assumido pela comunicação social praticada no Ministério do Exército.

SITUAÇÃO ATUAL

A missão do CCOMSEx

Dotado de moderna estrutura e com atribuições redimensionadas e consentâneas às solicitações recebidas do público externo, o CCOMSEx, hoje, vem respondendo afirmativamente aos reptos que se lhe apresentam. Os questionamentos, levantados continuamente por setores representativos da sociedade, via de regra pouco informados, obrigam o órgão de comunicação social a desdo-

brar-se na tarefa ingente de convencer os segmentos mais renitentes da necessidade da alocação às Forças Armadas e, por extensão, ao Exército, dos meios necessários ao cumprimento de sua missão constitucional. Esta, no Brasil, diz respeito à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

A par disso, existe a vertente do Centro voltada para o interior da Força, sempre ávido por esclarecimento e informação. Isso ocorre em virtude de a imprensa estender sua ação, as vezes deletéria, ao público interno, não obstante o esforço desenvolvido pela cadeia de comando, no sentido de expurgar das notícias o seu componente fantasioso.

Restrito em pessoal, equipamentos e recursos financeiros, o CCOMSEx não pode competir com o poder de persuasão das redes de televisão ou dos jornais de circulação nacional. Entretanto, o compromisso com a verdade, ao permear as informações emitidas pelo Centro, conferem-lhe a credibilidade necessária ao cumprimento de sua missão. Tal condicionante naturalmente catalisa a atuação do Centro junto ao público interno.

O Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEx)

Para melhor compreender o papel desempenhado pelo CCOMSEx, impõe-se considerá-lo inserido no Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEx), constituído para dar maior efetividade à prática da comunicação social na Força Terrestre. De fato, o Exército vem procurando adaptar sua organização básica à concepção sistêmica, que privilegia as ligações funcionais — o canal técnico — prioritárias, porém realiza-

das sem prejuízo das ligações hierárquicas — o canal de comando — obrigatórias. A implantação de configuração sistêmica à comunicação social justifica-se plenamente pela capilaridade já existente, na qual cada organização militar isolada, por menor que seja, dispõe de um elemento de comunicação social. Essa atividade, para ser eficiente, deve ser ampla, abrangente e oportuna. É na cúpula do SISCOMSEx que se situa o CCOMSEx, emitindo os estímulos que impulsionam e motivam o Sistema. Este reage, executando ações, cujos resultados retornam para serem avaliados por aquele.

A rotina de trabalho do CCOMSEx

Com vistas ao cumprimento de sua destinação, o CCOMSEx encontra-se estruturado em cinco seções — uma ligada à atividade-meio — que, integradas, conduzem as suas atividades. A análise de per si de competência das seções faculta a compreensão do encaminhamento, pelo Centro, das questões ligadas à comunicação social do Exército.

O “cérebro” do Centro, e “cabeça” do SISCOMSEx, é a Seção de Planejamento (Sec Plj) do CCOMSEx que, seguindo diretrizes da Chefia, orienta o trabalho das outras seções. Dela partem as linhas mestras que irão balizar as ações a serem implantadas e desenvolvidas dentro do Sistema.

A organização interna da Sec Plj assumiu configuração flexível, de modo a incluir elementos de outros órgãos da alta administração do Exército, a fim de melhor desempenhar-se de seu papel técnico-normativo. Periodicamente, a Seção debruça-se na análise criteriosa da conjuntura, capatando as

tendências e as implicações, para a Força, que poderão resultar do desfecho de determinados *affairs* em evolução. No curso desse trabalho, são delimitados os cenários em cujo espaço poderá atuar a Instituição. Em função da análise prospectiva levada a efeito e do raio de ação permitido, são vislumbradas estratégias de atuação com a especificação das ações a realizar pelas demais seções e por componentes do Sistema, que possibilitem antecipar-se ao impacto de conseqüências indesejáveis, passíveis de macular a credibilidade da Instituição e a de seus integrantes.

Para exemplificar, recentemente, o efeito de denúncia de corrupção ocorrida em uma organização militar do Exército, divulgada com estardalhaço por importante órgão de imprensa, foi esvaziado pela ação oportuna e incisiva do Centro, mercê de eficiente avaliação realizada pela Sec Plj. A postura ativa do CCOMSEx, adotada em razão desse episódio, surpreendeu tantos quantos estavam acostumados à "colocação da fechadura, depois de a porta ter sido aberta". Essa norma de conduta mais agressiva, posta em prática pela atual chefia do Centro, certamente norteará seus procedimentos futuros.

O sensor que capta os influxos tanto do público externo, quanto, principalmente, do público interno, é a Seção de Relações Públicas (Sec RP). Para esta seção converge a volumosa correspondência diária encaminhada ao Ministro do Exército, com pleitos, colocações e críticas, abordando temas os mais variados. Esse afluxo de informações é depurado, e dá origem a um relatório de insatisfações, com vistas a detectar possíveis problemas que estejam incidindo em setores específicos da Força. A resposta a cada missiva recebida mantém e reforça as ligações já existentes.

A interação com o público externo constitui atribuição precípua da Seção de Imprensa (Sec Impr), à medida que esta franqueia as portas da Instituição à mídia impressa e eletrônica. Esse trabalho é feito pelo contato diário com jornalistas dos principais órgãos de imprensa credenciados junto ao Ministério do Exército, pela organização de entrevistas coletivas do Ministro e do chefe do CCOMSEx e pela emissão de notas oficiais, quando o assunto assim o requerer.

O braço executor do CCOMSEx é a Seção de Produção e Divulgação (Sec Prod Div). Nela são elaborados os veículos de comunicação social do Centro. Evidentemente, a Seção executa sua tarefa com base no programa de trabalho de CCOMSEx, editado anualmente pela Sec Plj, com fulcro no plano de comunicação social do Exército (Pl Com S Ex) e em diretrizes ministeriais. Nesse plano são cristalizados os objetivos propostos para os trabalhos desenvolvidos pelo CCOMSEx, naturalmente condicionados por premissas básicas que permearão as atividades de comunicação social desenvolvidas para o ano de 1993. Dentre estas se destacam as de: "ênfasis a missão constitucional das Forças Armadas, conscientizando a sociedade brasileira quanto ao verdadeiro papel e adequação da dimensão do Exército Brasileiro, em face das imposições da defesa nacional", e "difundir a imagem profissional do Exército, presente em todo o território nacional, dedicado à sua atividade-fim e co-participante do desenvolvimento nacional".

Além disso, a consecução dos objetivos propostos é norteadada pela fixação de uma idéia-força que impregna todos os trabalhos elaborados pela Sec Prod Div. O dístico "EXÉRCITO FORTE, NAÇÃO SOBERANA" materializa o enfoque que deve ser repassado em todos os trabalhos produzidos.

Na Sec Prod Div são produzidos veículos de comunicação que se enquadram nas mídias impressa e eletrônica. O mais antigo e tradicional instrumento de divulgação, que antecede, em muito, a criação do CCOMSEx, é o Noticiário do Exército, distribuído diariamente a todas as Organizações Militares (OM). O NE, como é tradicionalmente conhecido, divulga as atividades das OM que estejam consentâneas aos fins propostos para a comunicação social do Exército. A par dessa missão principal, o NE publica atos oficiais de interesse para o público interno e veicula pronunciamentos do Ministro e de altos chefes militares, que refletem a palavra oficial da Força sobre assuntos relevantes.

Matérias que contenham informações mais densas, duradouras e passíveis de incluir ilustrações atraentes, são preferencialmente publicadas na revista *Verde-Oliva*, criada em 1973.

Por outro lado, temas que primem pela importância, pela objetividade e pela urgência são divulgados no documento chamado Informativo do Ministério do Exército (INFORMEx), expedido, dependendo da difusão desejada, para todas as OM do Exército Brasileiro, localizadas no Brasil e no exterior.

A Sec Prod Div também propõe, periodicamente, a elaboração de cartazes, com a materialização da idéia-força que, "como um grito na parede", procuram transmitir a mensagem desejada.

No que concerne à mídia eletrônica, destacam-se os filmetes institucionais, inteiramente idealizados e produzidos na Sec Prod Div e veiculados nas emissoras de televisão em todo o País. Estes têm a duração de 30 segundos, abordando temas previstos no programa de trabalho do CCOMSEx e, ao mes-

mo tempo em que divulgam as atividades da Instituição, informam o público-alvo sobre assuntos de interesse, e contribuem para despertar o civismo, evocar fatos e vultos históricos e fortalecer o moral nacional.

Outro importante veículo produzido, que desperta grande interesse, particularmente junto ao público interno, é a Vídeo-Revista do Exército (VRE), que quadrimestralmente, retrata, em fitas de videocassete, matérias colhidas durante a realização de eventos dignos de destaque.

Assuntos externos diversos são registrados em módulos de vídeo-teipe (MVT), que permanecem no CCOMSEx à disposição dos interessados.

Projetos de Comunicação Social

Ao cumprir sua missão como órgão central do SISCOMSEx, o CCOMSEx privilegia setores específicos dos públicos interno e externo, destinando-lhes projetos especiais, cuja condução está afeta aos órgãos da alta administração do Exército e aos Comandos Militares de Área.

Para que o propósito de cada projeto seja perfeitamente captado pelos elementos interessados, o CCOMSEx, por intermédio do PI com S Ex, define e analisa o público-alvo; elege os objetivos da ação de Comunicação Social; levanta as linhas de persuasão possíveis; especifica as idéias-força; e, finalmente, seleciona os instrumentos de comunicação mais suscetíveis de serem utilizados para atingir o público-alvo considerado. A elasticidade e a flexibilidade na escolha de tais instrumentos permitem situá-los em amplo espectro, que vai do exercício contínuo e eficaz

da ação de comando³ à inserção de matérias de interesse do público-alvo visado em um dos veículos de comunicação social produzidos pelo CCOMSEx.

Vale ressaltar que a seleção dos instrumentos a empregar no público-alvo considerado, em face de cada situação, depende dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis e do tempo em que se pretenda atingir os fins colimados.

Na atual conjuntura, os públicos específicos prioritários, aí considerados o interno e o externo, abrangidos pelos projetos em vigor, compreendem: oficiais superiores da ativa; subtenentes e sargentos da ativa; servidores civis do Ministério do Exército; conscritos; oficiais da reserva; dependentes de militares da ativa; órgãos de imprensa; estudantes universitários; e políticos. A ênfase a ser atribuída a cada um desses públicos-alvo varia, naturalmente, ao sabor da evolução conjuntural.

O Controle do SISCOMSEx

A realimentação do SISCOMSEx, sem prejuízo da utilização oportuna de todos os meios de comunicação disponíveis, é realizada por meio do Sumário de Comunicação Social e da Ficha de Informação de Pronto Interesse (FIPIS).

O Sumário de Comunicação Social é um documento elaborado semestralmente, destinado a acompanhar a execução de cada projeto, no mais alto nível de comando e chefia, consolidando as informações oriundas dos escalões subordinados. Por intermédio desse

documento, o CCOMSEx mantém o Ministro informado acerca da evolução dos projetos; da realização de atividades complementares e das insatisfações do público interno; divulga as atividades e realizações do Sistema; e, pelo exame das dificuldades encontradas, dos resultados alcançados e das sugestões enviadas, aperfeiçoa e recicla a ação do Sistema.

Quando o fato exige o conhecimento imediato do órgão central do SISCOMSEx, o elemento envolvido vale-se da FIPIS, que percorre os canais técnico — mais ágil — e de comando, simultaneamente, o que faculta ao CCOMSEx tomar, com oportunidade, as providências necessárias.

PERSPECTIVAS

É lícito vislumbrar, em decorrência da situação atual, que as perspectivas para o futuro da comunicação social no Exército Brasileiro são alentadoras. A evolução passa, em primeiro lugar, pelo empenho do órgão condutor da atividade, o CCOMSEx, de, cada vez em maior grau e com maior eficácia, amoldar-se aos ditames da conjuntura, não só no sistema Exército, mas também nos sistemas envolventes, militar e nacional.

Côncio do constante aperfeiçoamento dos meios de comunicação, que gera a instantaneidade da informação, o CCOMSEx dirige suas atenções para os públicos-alvo de interesse para o SISCOMSEx. Cada vez com maior intensidade e eficiência, a ação de comunicação social deve sensibilizar aqueles que estejam suscetíveis ao bombardeio de

3. Atribuição dos comandantes em todos os escalões.

informações proporcionado pela mídia. Não obstante a execução de uma comunicação social eficaz exigir o aporte de vultosos recursos financeiros — possibilidade de difícil concretização a curto e médio prazos, em virtude das restrições ao orçamento do Exército — a otimização, pela racionalização do emprego dos meios disponíveis balizará a execução de todas as ações.

Impõe-se atribuir prioridade absoluta ao aprimoramento dos recursos humanos, representada pelo envio de oficiais ao exterior para a realização de cursos, a frequência à estágios e a participação em simpósios e conferências, com vistas à formação de uma massa crítica que enseje o aperfeiçoamento dos trabalhos de comunicação social. Ainda concorrendo para a consecução desse fim, reside a introdução ou o aumento substancial, no currículo das escolas de formação, especialização, aperfeiçoamento e altos estudos militares do Exército Brasileiro, da matéria Comunicação Social, fomentadora da necessária mentalidade, fundamental para a motivação da Força, em relação à importância do assunto.

Seguindo esta linha de raciocínio, existe a tendência de se permitir, no futuro, o ingresso no Quadro Complementar de Oficiais de profissionais de comunicação social — das áreas de publicidade e relações públicas — que, uma vez formados oficiais, na Escola de Administração do Exército, seriam classificados no CCOMSEx e nas 5ª Seções dos Comandos Militares de Área, com a finalidade de reduzir a distância existente entre a concepção castrense de comunicação social — rígida, hierarquizada e, portanto, inibidora da criatividade — e a concepção dos profissionais da área. Naturalmente, os princípios da ética, que presidem toda e qualquer ativi-

dade militar, não podem ser transgredidos, sob pena de comprometer a credibilidade da Instituição. O que importa, em última instância, é a adoção de uma postura mais profissional de tantos quantos se disponham a fazer comunicação social no Exército.

Transitando dos recursos humanos para os materiais, há que se contar com equipamentos de última geração, em condições de produzir veículos atraentes, que pouco ou nada fiquem a dever aos produzidos pela iniciativa privada. Não se trata de concorrer com esta, mas de não permitir que se amplie a natural defasagem tecnológica do material produzido pelo SISCOMSEx, a ponto de comprometer a consecução dos efeitos desejados. Por via de consequência, atuação mais agressiva em busca da interação com órgãos de comunicação de massa deverá ser adotada, de sorte a permitir a ocupação de espaços cada vez mais significativos nas mídias impressa e eletrônica. Esse acesso será tanto mais facilitado, quanto maior for a disposição e a capacidade dos integrantes do SISCOMSEx em conquistá-lo e mantê-lo.

Não há dúvidas de que o Exército será cobrado pela sociedade, preocupada com a capacitação da Força Terrestre para o cumprimento de sua missão constitucional e com o emprego judicioso dos recursos a ela alocados, à medida que melhorarem o nível dos indicadores sociais e a qualidade de vida do povo brasileiro, tendência natural e irreversível, a despeito das dificuldades atuais. O Exército e, por extensão, as Forças Armadas brasileiras, não podem ficar alijadas ou a reboque desse processo evolutivo que certamente empolgará toda a sociedade. Daí, a imposição de os elementos de comunicação social do Exército estarem preparados para enfrentar e vencer este instigante desafio. □



O Emprego de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais em Conflitos de Baixa Intensidade

Gil Cordeiro Dias Ferreira*

Após caracterizar "Conflito de Baixa Intensidade", o artigo aprecia a adequação dos "Grupamentos de Fuzileiros Navais" para emprego nesse tipo de guerra.

"O desagravo dos ressentimentos dos vencidos deve preceder o desarmamento dos vitoriosos."

Sir Winston Churchill

A partir do término da Segunda Guerra Mundial, os povos da terra mantiveram a expectativa de ocorrência de mais um conflito generalizado, muitas vezes batizado de "Leste-Oeste", que traria em seu bojo o holocausto nuclear. O que se viu, todavia, foi o fim do Império Soviético e da

ideologia comunista, além de uma série de ações concretas, por parte das duas superpotências mundiais, visando ao desarmamento. Consequentemente, o fantasma da Terceira Guerra Mundial parece ter sido exorcizado.

Em contrapartida, uma sucessão de "conflitos menores", não envolvendo armamento nuclear — mas servindo de útil "laboratório" para os convencionais, e de lucrativo mercado para os seus fabricantes — tem tido lugar em todos os continentes. Essa circuns-

Capitão-de-Mar-e-Guerra do Corpo de Fuzileiros Navais.

tância, naturalmente, tem levado vários pensadores militares a esboçar teorias e a criar denominações para essas "pequenas guerras". Cite-se, a exemplo, o conhecido livro *Limited War* (*Guerra Limitada*), de Robert Endcove Osgood.

Além de "Guerra Limitada", foram também cunhadas as expressões "Crise Político-Estratégica" (CPE) e "Conflito de Baixa Intensidade" (CBI). Essa última denominação foi a selecionada para o presente trabalho, que tem, por propósitos, apresentar alguns dos mais conhecidos fundamentos teóricos dos CBI, e avaliar as possibilidades de emprego de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFN) nos mesmos.

CARACTERÍSTICAS DOS CBI

Tratando-se de tema de natureza um tanto subjetiva, obviamente há divergências entre seus estudiosos. Não pretendemos, pois, ser categóricos. As características a seguir listadas são as comuns às definições de CBI apresentadas por diferentes fontes.

- Não definição clara do espaço geográfico onde se desenvolve o conflito, normalmente entendido como de "dimensões reduzidas" — conceito dificilmente quantificável, mas que geralmente significa a circunscrição dos combates ao território — ou a uma parte específica deste — de um só país; ou, se envolvendo os territórios de mais de um país, que estes componham uma região com certa "identidade", ou "homogeneidade", seja de ordem geográfica, política ou sócio-econômica.

- Emprego, geralmente, de apenas parcelas dos Poderes Nacionais dos países envolvidos. Todavia, é perfeitamente possível

que, para um ou mais deles — obviamente, o(s) agredido(s) — ocorra a aplicação de todo esse poder, caracterizando uma mobilização nacional.

- Não reconhecimento formal, pelos oponentes, ou por parte deles, do estado de beligerância.

- Limitação espacial dos objetivos, estes, sim, geralmente bem definidos — ao contrário da área conflagrada — inexistindo, normalmente, a intenção, por parte do agressor, de se apossar de todo o território do país atacado.

- Limitação temporal, pois o atual estado da arte bélica impõe a necessidade de manutenção de um fluxo constante e intenso de suprimentos — boa parte deles de alto nível tecnológico — para os combatentes, o que aduz custos por vezes inaceitáveis.

Não é difícil, portanto, observar que as limitações dessa guerra moderna se associam aos tradicionais fatores da decisão. A missão, o ambiente operacional ("terreno"), os meios, o tempo disponível, e, por que não dizê-lo, a ameaça ("inimigo") devem ser limitados em relação ao poder de que dispõem os beligerantes em um determinado momento. Em outras palavras, o CBI será aquele que puder ser conduzido ou enfrentando sem a decretação, ao menos para um dos envolvidos, de uma mobilização nacional, ao contrário do que ocorreu nas Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

Outras idéias poderiam ser trazidas ao debate, ainda que não configurando, necessariamente, peculiaridades dos CBI. Por exemplo, não seriam eles palcos para o exercício da guerra de manobra, muito mais que para a de atrição? E, por outro lado, as ações

das tropas envolvidas não se situariam muito mais no nível operacional da guerra, com menores ênfases nos níveis estratégico e tático? Afinal, se de um lado a força empregada é de vulto limitado (mais tática, portanto), de outro, os objetivos a ela atribuídos provavelmente serão de natureza estratégica. E a compreensão, por um comandante tático, de que seus objetivos são estratégicos é, precisamente, a circunstância que caracteriza o nível operacional da guerra.

Pode-se ainda considerar que a caracte-

“Os CBI se posicionam naquela ‘área cinzenta’ das relações internacionais, entre a paz e a guerra.”

rística de “baixa intensidade” esteja associada não aos valores absolutos dos poderes combatentes envolvidos, mas à relatividade entre eles. Por exemplo, para os EUA, a invasão de Granada foi um CBI. Ali, o poder norte-americano aplicado foi muito maior que o de Granada.

OS CBI E AS EXPRESSÕES DO PODER NACIONAL

Os CBI se posicionam naquela “área cinzenta” das relações internacionais, entre a paz e a guerra, entendendo-se como “paz” a competição pacífica entre países, ou seja, a situação em que cada Estado busca alcançar seus objetivos nacionais sem o emprego da violência (figura 1).



FIGURA 1: Conceituação dos Conflitos de Baixa Intensidade (CBI)

Na "paz", portanto, deve ocorrer um predomínio das expressões econômicas dos Poderes Nacionais dos países, orientadas pelas expressões políticas (que traçaram os objetivos nacionais) e tendo como apoio as expressões militares, tudo com vistas a promover o bem-estar das expressões sociais (figura 2).

Entre um extremo e outro, situam-se os CBI, ou as "Crises Político-Estratégicas", nas quais o predomínio é da expressão política, que, inicialmente, procura empregar, de maneira indireta, a expressão militar (persuasão, dissuasão), com o apoio da expressão econômica. À medida que os oponentes escalam a crise, a intensidade do emprego do



FIGURA 2: Os BCI e as Expressões de Poder Nacional

Na guerra, o predomínio é das expressões militares, apoiadas e orientadas, respectivamente, pelas expressões econômicas e políticas, buscando garantir a conquista e/ou a preservação dos objetivos nacionais, tanto quanto proteger as expressões sociais dos danos que lhes possam advir do conflito, o qual, pode-se dizer, é caracterizado como de média e alta intensidades (figura 2).

poder militar aumentará e, inversamente, decrescerá à medida que os contendores degradarem a crise (figura 2).

Como se vê, não pode haver uma definição clara para os CBI. Cada situação apresentará suas peculiaridades. De qualquer maneira, as sucessivas mudanças de predomínio de cada uma das expressões do Poder Nacional, conforme o momento político vivido,

caracterizam a evolução (e a involução) dos CBI. Para compreendê-los, portanto, assim como para mantê-los sob controle, é importante ter em mente essa concepção teórica.

ACÇÕES MILITARES MAIS COMUNS NOS CBI

A análise dos CBI que têm tido lugar desde o final da Segunda Guerra Mundial permitiu que os estudiosos do assunto tipificassem as ações militares de ocorrência mais comum em seu decurso. A listagem, evidentemente, não é definitiva e inclui: incursões anfíbias com propósitos variados; operações de segurança interna, contra o terrorismo e/ou o narcotráfico; ataques a objetivos limitados ("intervenções cirúrgicas"); evacuação de não-combatentes de áreas conflagradas; demonstrações de força; reforço a nacionais de país aliado, contra a subversão, o terrorismo e as guerras irregulares ou insurreccionais; assistência humanitária em catástrofes; despistamento tático; conquista de pontos estratégicos, como portos e aeroportos; operações de inteligência e de contra-inteligência, inclusive eletrônicas; guerra eletrônica (MAGE, CME, CCME); operações em áreas urbanas; resgate de pessoal e/ou material, inclusive clandestinamente, que estejam reféns de antagonistas, ou acidentalmente perdidos em locais onde possam vir a ser capturados por estes; reconhecimento e vigilância; interdição de áreas marítimas, ribeirinhas ou terrestres, bem como dos espaços aéreos que lhes forem sobrejacentes; e operações em plataformas de prospecção de petróleo.

Para desenvolver essas e outras ações, impõe-se a existência de uma Força bem equipada e adestrada, dotada de poder de combate adequado a cada uma das situações men-

cionadas, de tal forma que possa se constituir, de um lado, em eficaz presença dissuasória, e de outro, em elemento capaz de obter engajamentos vitoriosos. E mais: essa Força deve estar permanentemente em condições de pronto emprego. Em outras palavras, a prontidão operativa é requisito fundamental para uma Força destinada a fazer face aos CBI.

Recorde-se também que a aplicação do poder militar sob a modalidade de CBI costuma trazer grandes repercussões políticas, além de pôr em risco as populações civis, vale dizer, a expressão social.

Por conseguinte, o governo que se decidir por esse tipo de ação deverá manter rígido controle sobre a Força empregada, estabelecendo restritas regras de engajamento, de forma a evitar a sobrevida de elevados custos políticos posteriores, particularmente por força da pujante presença da mídia eletrônica em quaisquer CBI, como a história já tem exemplificado bastante.

"As sucessivas mudanças de predomínio de cada uma das expressões do Poder Nacional, conforme o momento político vivido, caracterizam a evolução (e a involução) dos CBI."

O "MODELO" DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE (EUA)

Os norte-americanos parecem ter escolhido seu Corpo de Fuzileiros Navais — "United States Marines Corps" (USMC) — como a corporação capaz de prover Forças

com as características citadas. E dentro dessa ordem de idéias, parecem também ter definido, como a combinação mais apropriada de armas e serviços para tal, o mais simples de seus GptOpFN (ou "Marine Air-Ground Task Force" — MAGTF): trata-se da "Marine Expeditionary Unit" (MEU), à qual corresponde, no Brasil, a Unidade Anfíbia (UANf).

Todavia, as "MEU" destinadas a emprego em CBI são um tanto diferentes das tradicionalmente constituídas para Operações Anfíbias. Na realidade, elas se denominam "MEU (SOC)", onde a expressão "SOC" significa "Special Operations Capable", isto é, "capacitadas para operações especiais".

Impõe-se aqui uma ressalva. A expressão adotada pode aduzir certa confusão de ordem semântica, já que o termo "Operações Especiais" tem sido consagrado, possivelmente dentre as Forças Armadas de todo mundo, como caracterizando ações realizadas por métodos e com meios não-convencionais. Os CBI não têm, necessariamente, essa característica, embora nada impeça que, em seu decurso, venham a ser realizadas Operações Especiais. Não parecem ter sido felizes, assim, os norte-americanos, ao cunharem a expressão "SOC" para definir um tipo específico de "MEU", destinada a emprego em CBI. Há inclusive notícias de ocorrência de ligeiros conflitos doutrinais com os "SEAL" — "Sea, Air, Land" (mar, ar e terra), equipe da Marinha daquele país, adestrada — aqui, sim — em Operações Especiais.

A própria estrutura típica das "MEU (SOC)", abaixo apresentada, mostra que elas nada têm de "não-convencionais":

- Elemento de Comando;
- Elemento de Combate Terrestre: um Grupo de Desembarque de Batalhão (GDB) com, dentre outros, os seguintes meios: cinco carros-de-combate (CC); oito morteiros de 81 mm; trinta e dois mísseis portáteis anticarro "Dragon"; oito lançadores do míssil anticarro "TOW"; doze carros de lagarta anfíbios (CLANf); cinco obuseiros de 155 mm; quatro obuseiros de 105 mm; vinte metralhadoras calibre 50; sessenta metralhadoras M-60 calibre 7,62; vinte lançadores automáticos de granadas de 40 mm;

- Elemento de Apoio de Serviços ao Combate (Composição variável); e

- Esquadrão Misto de Helicópteros: quatro CH-53D/E; doze CH-46; três UH-1; quatro AH-1; e cinco equipes de mísseis antiaéreos "Stinger".

Em que pese a questão semântica, não restam dúvidas quanto ao fato de que as "MEU (SOC)" estão bem dimensionadas para emprego em CBI, particularmente levando-se em conta que o "USMC" tem um elevado grau de adestramento e está permanentemente pronto para emprego.

Cabe acrescentar que essas "MEU" só recebem a "adjetivação" de "SOC" depois que demonstram ser, efetivamente, capazes de realizar as ações de ocorrência previsível em CBI. Isso ocorre em um exercício de longa duração ("SOCEX"), que precede o embarque das "MEU" que são "distribuídas antecipadamente"¹ por diferentes regiões do mundo, de acordo com os interesses norte-americanos.

Na parte naval, foram constituídos os "Amphibious Ready Group — ARG (SOC)"

1. A expressão original em inglês é *FORWARD DEPLOYED*, ainda sem versão oficial em língua portuguesa. Evitei usar, como tradução, o termo "pré-posicionadas", por ter constatado, em publicações estrangeiras, certas diferenças conceituais entre os significados das expressões militares *pre-positioning* e *FORWARD DEPLOYMENT*.

— “Grupos Anfíbios para Pronto Emprego, Capacitados a Operações Especiais” — isto é, grupos de navios, de composição variável, incumbidos de transportar e apoiar as “MEU (SOC)”.

Os seguintes “efeitos desejados” foram definidos para as “MEU (SOC)”: desenvolvimento de uma considerável capacidade de conduzir operações anfíbias de duração limitada, como parte de contingente pré-posicionado de forças norte-americanas; e provimento de uma capacidade de resposta imediata a um largo espectro de crises, conduzindo operações especiais.

Observe-se que o fato de terem sido definidos “efeitos desejados” parece indicar uma preocupação em demonstrar que as “ações a empreender” podem variar muito, ao longo de um CBI.

O MODELO BRASILEIRO

Para fazer face às ameaças previstas em sua avaliação estratégica, a MB dispõe do instituto da Força-Pronta (FP), pela qual é responsável o Comando de Operações Navais (ComOpNav).

No que diz respeito ao CFN, a FP conta com uma UAnf, para realização de Operações Anfíbias limitadas, e com dois Elementos Anfíbios (ElAnf), nucleados em CiaFuzNav (Companhia de Fuzileiros Navais), para emprego em ambiente ribeirinho, nos 4º e 6º Distritos Navais, em reforço às Forças Distritais de ambos. O detalhamento dos meios e das tarefas atribuídas à FP extrapola os propósitos deste trabalho.

O modelo brasileiro é bastante assemelhado ao norte-americano, no que tange à

constituição de GptOpFN, quer para a guerra, quer para os CBI. No entanto, a UAnf brasileira é a mesma para ambos os casos, o que já não ocorre no âmbito do “USMC”. Aqui inexistente a “UAnf (OpEsp)”; o que se faz é constituir um Grupo de Comandos Anfíbios (GRUCANF), com elementos do BtlOpEsp (Batalhão de Operações Especiais), que nada mais é do que um tipo especial de GptOpFN, que se integra a uma UAnf ou a uma Brigada Anfíbia (BAnf). Por outro lado, o “USMC” não costuma organizar ElmAnf.

O propósito deste artigo não era discorrer sobre os diferentes GptOpFN que podem ser constituídos, no âmbito da MB. Caso os leitores desejam aprofundar seus conhecimentos sobre o tema, recomenda-se a leitura da NORFORESC 80-14 e do ComOpNav-656-A. O que se pretendia era apresentar alguns fundamentos teóricos sobre os CBI e avaliar a adequabilidade de neles serem empregados determinados tipos de GptOpFN.

CONCLUSÕES

A não-ocorrência da guerra generalizada Leste-Oeste, envolvendo o emprego de artefatos nucleares, ensejou, em todo o mundo, o surgimento de “guerras limitadas”, nas quais as grandes potências vêm testando seu potencial bélico, e os “mercadores da morte” obtendo lucros fantásticos.

Conquanto seja difícil quantificar uma “guerra limitada”, os estudiosos do assunto têm alinhado certas características das mesmas, com a limitação espacial dos objetivos e a temporal da operação em si.

Uma das maneiras de se analisar, conduzir e controlar os CBI é observar as seguintes variações do predomínio de cada uma das

expressões do Poder Nacional: a econômica, na paz; a militar, na guerra; e a política, na área pouco definida entre a paz e a guerra, onde se posicionam os CBI.

Quer pela característica de pouca previsibilidade, quer pela difícil definição das ações a empreender — ainda que bem-definidos os efeitos desejados — os CBI requerem, para sua condução, a existência de uma Força tão bem-adestrada quanto equipada; em outras palavras, uma Força destinada ao pronto emprego, à pronta resposta, e que, pelo simples fato de existir, possa se constituir em fator de dissuasão e que, por seus adestramentos e equipamentos, seja capaz de obter a vitória nos engajamentos que sobrevierem.

As ações de mais provável ocorrência nos CBI ocupam um largo espectro, desde a simples assistência humanitária em catástrofe

até a realização de incursões anfíbias com propósitos variados. Assim, cada Estado, em função de seus interesses, organiza diferentemente suas Forças, de forma a fazer face a essas situações: os EUA com mais pujança, o Brasil, e outros, de maneira mais modesta.

Mas, inegavelmente, as características tradicionais do Poder Naval — versatilidade, flexibilidade e mobilidade — associadas ao fato de serem os Fuzileiros Navais uma tropa profissionalizada e em permanente estado de prontidão — permitem que se conclua serem, os combatentes anfíbios, sempre apoiados por Forças Navais, os elementos mais apropriados para o enfrentamento dessa moderna concepção bélica — os CBI.

E Fuzileiros que somos, preparemo-nos para tal. Uma vez mais cabe o dito latino: *Si vis pacem parabellum*. □

Faça a Sua Revista Conosco!

**OFERECEMOS AUTOFINANCIAMENTO PARA
SUAS PUBLICAÇÕES: TEMOS EXPERIÊNCIA EM REVISTAS
MILITARES, COM MÉTODOS
MODERNOS DE DIAGRAMAÇÃO.**

CONSULTE-NOS SEM COMPROMISSO PELO TELEFONE E FAX

(021) 201-9009 Fax: (021) 581-7869

ENREVISTAS PROD. GRÁF. E PUBL. LTDA.



O Tráfico de Drogas no Mundo e no Brasil

Osmar José de Barros Ribeiro*

O artigo apresenta breves informações sobre o tráfico de drogas na América e outras partes do mundo, detendo-se na apreciação do tema em relação ao Brasil.

Ao longo do tempo, desde a mais remota antiguidade, inicialmente por razões de ordem religiosa e, depois, por vício, o homem vem fazendo uso de diversas substâncias alucinógenas. Hoje, as drogas de uso mais comum são as seguintes:

Maconha: suas primeiras sementes foram trazidas da África, a bordo dos navios negreiros, e logo se aculturaram, às condições do semi-árido nordestino onde, ainda em nossos dias, são encontradas as suas maiores e mais produtivas plantações. Inicialmente, de consumo restrito às classes menos favo-

recidas, seu uso começou a tomar corpo na década de 50 e já na seguinte, no bojo da onda de protesto que varreu o mundo, foi popularizada a partir dos meios artísticos e intelectuais. Cultivares da erva já foram encontrados na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, não sendo de descartar a hipótese de que se tenham espalhado por outras unidades de Federação. No Brasil, a única limitação que apresenta o seu cultivo é a de produzir apenas uma colheita anual.

Cocaína: planta nativa nos altiplanos da Colômbia, do Peru e da Bolívia; áreas nas quais a população nativa mastiga suas folhas para vencer o cansaço, a fome e a sede; seu uso como alucinógeno teve início nas pesquisas procedidas, principalmente na Europa,

* Tenente-Coronel do Exército.

“No Brasil, o uso de cocaína ainda é pequeno, se comparado com o de maconha, álcool e outras drogas, mas a tendência é aumentar.”

sobre as qualidades tonificantes que lhe eram atribuídas. De qualquer forma, sua utilização era limitada às camadas de maior poder aquisitivo, dado seu alto preço, tendo sido muito popular entre escritores, cientistas e artistas em geral, na década de 20. No pós-guerra seu uso foi sendo mais e mais difundido, ao tempo em que verdadeiras máfias surgiam e enriqueciam com o tráfico da droga em todo o mundo ocidental. Nos Estados Unidos, já na década de 90, surgiu o “crack” derivado de baixa qualidade e de preço mais acessível, cuja maior propriedade, além dos sérios danos causados à saúde dos usuários, é o fato de provocar dependência desde a primeira vez que é usada. No Brasil, na Região Amazônica, existe o epadú, uma planta nativa, também capaz, através de processamento químico, de produzir cocaína.

Heroína: estupefaciente de largo uso no Oriente, produzida em grande escala no assim chamado Triângulo Dourado além de causar dependência física, somente é acessível, dado o seu preço, ao menos até agora, a um grupo limitado. Contudo, sabe-se que mudas da papoula adaptaram-se bem às condições ambientais do México e da Colômbia, hoje pequenos exportadores de heroína e ópio.

LSD: o ácido lisérgico, cuja sintetização é relativamente fácil, (embora custosa até mesmo em laboratórios universitários, teve seu apogeu na década de 60. Hoje, embora ainda seja usado, o LSD vem perdendo terre-

no para outras drogas de mais fácil aquisição. Não obstante, quanto ao seu uso, basta nos reportarmos ao publicado em 25 de fevereiro de 1995 na imprensa carioca, dando conta da apreensão, em Salvador/BA, de 201 pedras de LSD, suficientes para o preparo de mais de 800 doses, em poder de um capoeirista e de sua namorada, a alemã Bridgitt Schimidt.

Estudo realizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), órgão da ONU e referido pelo jornal *O Globo*, edição de 13 de março de 1995, assinala, entre outros, os seguintes pontos:

- está aumentando o consumo de “crack” (a mais nociva das substâncias derivadas da cocaína no Brasil, na Nigéria, em grupos de prostituição, e entre usuários de ópio, na Holanda;

- o consumo de cocaína está se espalhando pelo mundo e atingindo todos os grupos de pessoas, sem distinção de classes sociais e etnias;

- No Brasil, o uso de cocaína ainda é pequeno, se comparado com o de maconha, álcool e outras drogas, mas a tendência é aumentar;

- no Brasil, canal para o escoamento da droga, era de se esperar que houvesse consumo mas a cocaína está sendo consumida também em países da África onde, há alguns anos, ela era desconhecida.

Existem várias substâncias que podem ser utilizadas como alucinógenos, tais como o éter, a cola de sapateiro e outras menos conhecidas. Contudo, as relacionadas anteriormente são as principais, sendo seu uso o mais difundido. Aqui, por pertinente, vale ressaltar que o combate às drogas, embora realizado em todo o mundo, nem assim vem obtendo o desejável sucesso, mercê dos elevados lucros que propicia aos criminosos.

Recente relatório da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, órgão da ONU, revela que milhares de drogados europeus trocaram a heroína pela cocaína produzida na América Latina, e que chega aos mercados europeus principalmente pelos países ibéricos e a Itália.

O citado relatório acentua o fracasso da luta mundial contra o narcotráfico, cujo crescimento é atribuído ao desrespeito às convenções internacionais, posto que, segundo ainda o documento citado, os países que toleram a distribuição da maconha atraem traficantes de outras drogas, toxicômanos e consumidores em potencial.

O documento em apreço frisa, ainda, que o consumo de heroína na Ásia vem crescendo, que a Colômbia deverá transformar-se em grande produtor de heroína e que a cocaína produzida na América do Sul vem alimentando o mercado constituído pelas nações que conformavam a ex-URSS, em especial a Rússia, a Ucrânia e a antiga Bielorrússia, hoje Belarus. Nesta região do mundo, o principal ponto de entrada da droga é o aeroporto de Praga e os portos poloneses. Assinale-se, outrossim, que o citado relatório da ONU foi publicado no dia 26 de fevereiro de 1995, sendo bastante atual.

Outros pontos destacados no Relatório em causa são a preocupação da ONU com a difusão do "crack" na Europa e a proliferação de bancos e instituições financeiras, na América Central e no Caribe, especializados na lavagem de narcodólares.

OS PAÍSES PRODUTORES NA AMÉRICA DO SUL

Na América do Sul, tratando-se de maconha, o Paraguai é o grande produtor, já que ali, diferentemente do que ocorre no Brasil,

há mais de uma colheita da erva por ano. Quanto à cocaína, o grande produtor/exportador é o Peru, seguido da Colômbia e da Bolívia. Nos dois primeiros países citados, movimentos terroristas aliaram-se aos "barões da coca", auferindo elevados lucros com a segurança proporcionada aos mesmos. É desse conluio espúrio que surgiram os narcoterroristas.

Não cabe aqui especular quanto às razões que tornaram a Colômbia o maior exportador de cocaína do mundo. Importa, isso sim, ressaltar que o país vem procurando levar a cabo um ambicioso programa de erradicação de narcocultivares, com o qual tenciona tornar-se um exemplo para os demais países produtores, inclusive aqueles do Sudeste Asiático. Com base em tal programa, e contando com o auxílio financeiro dos EUA, o Governo colombiano pretende, no correr de 1995, destruir 50% das plantações de coca e de papoula para, ao fim de dois anos, não haver uma única plantação ilegal em seu território.

O *Jornal do Brasil*, em reportagem publicada no dia 5 de janeiro de 1995, salientava que a intensificação dos programas de erradicação das plantações de coca no Peru e na Bolívia haviam levado os plantadores colombianos a aumentarem as suas, posto que o governo local vinha priorizando a destruição das plantações de papoula, situação que hoje não mais é verdadeira.

Consoante dados fornecidos pela Polícia Antinarcóticos da Colômbia a região de Guavire é a principal produtora de coca do país. Ali, segundo a mesma fonte, estão 60% da área cultivada no país (23.900 hectares), correspondendo a 13% da área cultivada no mundo, com uma produção de 150 toneladas de pasta-base por ano.

O grupo guerrilheiro conhecido como Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) encontrou, na região, a melhor forma de arrecadar fundos, através de extorsão praticada contra os traficantes locais. Em virtude de tal "acordo de cavalheiros", os plantadores pagam 10 mil pesos por hectare plantado; 5 mil pesos por quilograma de pasta processada em laboratório; 20 mil pesos por quilograma de cocaína embarcado; 13 milhões de pesos por voo que parte de pistas clandestinas na selva; e 1 mil pesos por galão de insumo chegado por via fluvial.

Vale ressaltar que 20% dos insumos utilizados no processamento da coca procedem do Brasil.¹

A morte de Pablo Escobar, em 1993, quando de um confronto com as autoridades que o caçavam desde sua fuga de um presídio de alta segurança, liquidou o Cartel de Medellín. Agora, reina absoluto o Cartel de Cálí que obtém, segundo especialistas norte-americanos, lucros anuais da ordem de 7 bilhões de dólares, quase três vezes o lucro obtido pela General Motors em todo o mundo.

A queda dos preços da cocaína no mercado internacional dá bem a medida do sucesso dos narcotraficantes, malgrado os 52 bilhões de dólares gastos pelo Governo norte-americano para combatê-los. O fracasso da guerra mundial contra as drogas tem levado não poucas autoridades a defenderem estratégias alternativas, entre elas a descriminação das drogas. Recente decisão da polícia suíça de fechar o mercado de drogas ao ar livre, localizado numa estação ferroviária desativada, próxima ao centro finan-

ceiro de Zurique, vem provar a ineficiência de tal estratégia. Agora, as autoridades policiais suíças vão construir 120 celas para os traficantes e expandir os centros de tratamento dos viciados.

Na Colômbia, as plantações de coca, com quatro colheitas anuais, proporcionam estimulantes lucros aos seus donos. Este fato, por si só, explica a resistência que o governo local vem encontrando em suas ações destinadas a erradicar os cultivos ilegais que proliferam na Amazônia colombiana, alguns chegando a 40 hectares e dispondo, mesmo, de sofisticados laboratórios para o processamento da droga.

No Peru, já foram erradicados mais de 10% dos 108 mil hectares cultivados com coca. Na Bolívia, em particular na região de Santa Cruz de La Sierra, já o foram 7 mil hectares dos 49.600 que se estima estejam plantados.

Além das plantações de maconha existentes no Paraguai, o país vive ainda o problema, não menos sério, de ter sido transformado em entreposto pelos traficantes, antes da remessa da cocaína para a Europa, Estados Unidos, Argentina ou Brasil. Existem inúmeros campos de pouso clandestinos, tanto no Chaco Paraguaio, quanto em localidades próximas à fronteira argentina ou brasileira.

Na raiz do problema, tanto nos países produtores quanto nos consumidores, está a corrupção, posto que o dinheiro oriundo do tráfico compra consciências em todas as línguas e em todos os continentes. Para que bem se possa atentar para a gravidade do afirmado, basta uma consulta ao *Jornal do Brasil*, edição de sexta-feira, 10 de março de 1995,

1. 70% vêm dos EUA e da Europa, e 10% de países asiáticos.

onde, sob o título "Procurador Mexicano Ajudava Narcotráfico" vêm algumas afirmações como as que se seguem:

- "O Governo mexicano disse ter evidências ligando o ex-procurador geral Mário Ruiz Massieu a um grande cartel de drogas..."

- "... as autoridades dos EUA e do México descobriram provas indicando que Ruiz Massieu — então a maior autoridade nacional na luta contra o narcotráfico — trabalhava em conjunto com outras autoridades mexicanas ..., auxiliando as operações dos narcotraficantes de Tualipilas, no México".

SITUAÇÃO NO BRASIL

Das drogas referidas no início deste ensaio, nosso País é produtor de maconha, em princípio destinada ao consumo interno, recebendo ainda, conforme assinalado, reforço de erva oriunda do Paraguai. Quanto ao epadu, uma eventual exploração com fins comerciais, ainda não foi observada, muito embora, dadas as distâncias e as dificuldades de comunicação com a área produtora, não seja uma hipótese a ser descartada sem maiores cuidados.

No que diz respeito à maconha, o grosso da produção está centrado no Estado de Pernambuco, posto que existam plantações na Bahia, Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão. Seja qual for o Estado considerado, é difícil imaginar que a existência de plantações em escala comercial, a colheita da erva e a sua preparação para transporte, sejam fatos que fujam ao conhecimento das diferentes autoridades sediadas nos locais de plantio. Daí a concluirmos pela existência de uma vasta rede de interesses os mais diversos, envolvendo po-

líticos, policiais, e mesmo religiosos e membros do Judiciário, vai uma pequena distância. Por outro lado, igualmente digno de reparo, é o fato de que, utilizando variados meios de transporte, no mais das vezes rodoviário, com a utilização de caminhões pesados, inclusive frigoríficos, essa carga irregular trafegue ao longo de milhares de quilômetros de estradas municipais, estaduais e federais, quer venha do Nordeste quer do Paraguai, sem ser interceptada e termine por ser descarregada, sem maiores atropelos, nos pontos de destino.

Já quanto à cocaína, embora sem pretender esgotar o assunto, devem ser consideradas algumas situações que fazem, do seu tráfico, um problema diferente daquele tratado anteriormente com respeito à maconha. Ainda que os narcotraficantes não se subordinem, por razões óbvias, a procedimentos-padrão, é possível e mesmo necessário, para enfrentá-los, partir de algumas premissas as quais, embora mutáveis, podem servir como ponto de partida nas ações antidroga.

Tais premissas são, grosso modo, as seguintes:

- a cocaína procedente da Colômbia destina-se, em princípio, à exportação e faz, do Brasil, um corredor de passagem, tal qual acontece com o Chile e com a Argentina, principalmente;

- a "exportação", chamêmo-la assim, dá-se através dos nossos portos e aeroportos, quer como carga quer transportada por "mulas";

- tudo leva a crer que a cocaína produzida no Peru é, em sua maior parte, "exportada" diretamente, via Oceano Pacífico, para a costa oeste dos EUA, embora não seja de descartar a possibilidade de que parcela da produção, adquirida por traficantes colom-

bianos, venha a ser escoada por outros países, entre os quais o Brasil;

- a cocaína consumida no País procede normalmente da Bolívia, sendo o Paraguai, em muitos casos, usado como depósito temporário de grandes partidas de droga;

- o consumo de cocaína no Brasil, até o momento, não interessa aos grandes produtores e, desta forma, é alimentado por narcotraficantes, notadamente bolivianos e paraguaios, que conformam pequenos mas atuantes cartéis, sempre em estreito contato com seus correspondentes nacionais, em princípio residentes na região de fronteira ou no interior de Estados em franco desenvolvimento e onde surge uma emergente classe de abastados comerciantes, fazendeiros e industriais.

O problema é assaz complexo, dado o vulto do numerário envolvido e, ao final, cada caso é um caso. Os grupos de narcotraficantes diversificam ao máximo a sua forma de atuação e mostram-se, sem dúvida, muito engenhosos nos seus esforços para burlar as autoridades policiais, de resto dependentes, em alto grau, do auxílio que recebem — tanto em material quanto em conhecimentos — de organizações estrangeiras. Quanto aos grupos colombianos voltados para o “comércio exterior”, não restam dúvidas quanto a terem decidido fazer, da Região Norte, a sua base de operações para o envio da droga com destino aos EUA e à Europa, utilizando ou não países africanos como posições de espera antes do destino final do carregamento. As razões de tal procedimento são muitas. Dentre elas: a proximidade das zonas de produção da droga, facilitando o seu transporte; a baixa densidade demográfica da região, propiciando a manutenção do sigilo; a inexistência de controle governamental, real-

mente efetivo, sobre a área; o aproveitamento da rede fluvial para o transporte da droga; a existência de campos de pouso disseminados na área e operáveis por aeronaves de pequeno porte; e a corrupção.

Assim sendo, não é nenhum absurdo afirmar que, com o auxílio de não poucos brasileiros, o Cartel de Cáli logrou montar, em nosso País, uma estrutura empresarial clandestina, capaz de fazer inveja a grupos voltados para negócios legais. Ainda que Belém/PA seja o porto de escoamento natural para as drogas, outras áreas tais como Fortaleza/CE, São Luís/MA, Vitória/ES, Santos/SP, Paranaguá/PR e Rio de Janeiro/RJ, pelas facilidades que oferecem, também não deixam de ser utilizadas.

Dois exemplos da atuação do Cartel de Cáli em território brasileiro, são bem ilustrativos. O primeiro, ocorrido em 1993, no mês de maio, quando a Polícia Federal apreendeu mais de 1 tonelada de cocaína em Manaus/AM e em uma fazenda no município de Cachoeira do Arari, na Ilha de Marajó/PA. Em Manaus, a droga estava oculta na parede falsa de um navio que a levaria para Belém/PA, de onde seria enviada para o exterior e, na fazenda mencionada, por certo, estaria aguardando ocasião para ser embarcada. O mesmo grupo de traficantes, agindo em Belo Horizonte/MG, “exportava” cocaína para os EUA, com destino a uma firma inexistente, no interior de transformadores elétricos. O outro exemplo, esse mais recente, ocorrido em 1994, diz respeito à apreensão de quase 1 tonelada da droga, que seria exportada através do porto de Santos/SP como se fora uma carga de fumo em folhas. O responsável era o brasileiro Antônio Mota Graça, vulgo “Curica”, que da Colômbia di-

rige o transporte de boa parte da droga que passa pelo Brasil em direção ao exterior. Esse traficante, que em 1991 protagonizou uma rocambolesca fuga da Casa de Detenção, em São Paulo/SP, possui um patrimônio de milhões de reais. Algumas de suas empresas são as seguintes: Solimar Navegação e Comercial Agropecuária Importação e Exportação Ltda, ambas com sede em Manaus/AM; Posto Apuí, em Ariquemes/RO; Unigás, empresa de distribuição de gás de cozinha, em Boa Vista/RR; Comercial Massari de Tabacos e Alimentos, em Imperatriz/MA; STAREX Importação, Exportação e Comércio Ltda, em São Paulo/SP. Em sociedade com Nasrat Mohamad Jamil Rassoul, comerciante preso por tráfico, "Curica" possuía a In & Out Comercial Importação e Exportação Ltda, também em São Paulo/SP. Ambos sofreram um grande golpe quando da apreensão, no Estado de Tocantins, de pouco mais de 7 toneladas de cocaína destinadas ao exterior.

Existe ainda, o que se poderia chamar de "grupos independentes", que comercializam a droga sem estarem ligados a este ou aquele cartel. É, por exemplo, a "conexão Nigeriana", surgida em 1992 (quando a VARIG iniciou a linha Rio de Janeiro-Lagos para levar cocaína à Nigéria e dali à Europa. A prisão, pela Polícia Federal, de vários nigerianos e ganeses, embora venha dificultando o tráfico, não o impede, é claro, pois os artifícios usados pelos traficantes são os mais variados: transporte da droga no interior de aparelhos eletrodomésticos, de peças de automóveis, em bobinas de fio de cobre, no interior do próprio corpo ou misturada a produtos comestíveis. Tão logo um método é inviabilizado, os traficantes tratam de imaginar um outro, num processo interminável.

Esta é a vertente do tráfico de drogas que faz do País um dos "corredores de exportação" para a cocaína produzida, principalmente, pela Colômbia. Este é também, sem entrarmos no mérito da questão, o motivo pelo qual a Polícia Federal, levada a socorrer-se do auxílio de congêneres estrangeiras no combate ao narcotráfico, termina por subordinar os interesses nacionais aos externos, não coibindo, com o rigor necessário, a outra vertente do tráfico, aquela voltada para um crescente mercado interno. Tal mercado, do qual a expressão mais evidente são as "bocas-de-fumo", embora não tenha o vulto do anteriormente tratado, proporciona bons lucros aos seus praticantes e eles podem ser encontrados, sem grande esforço, entre comerciantes, fazendeiros e industriais, de médio e pequeno porte, residentes nas cidades do interior de Estados em franco crescimento tais como Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, São Paulo e Paraná, embora existam também nas demais unidades da Federação. São pessoas de poucos escrúpulos e que desejam enriquecer a qualquer preço, ainda que à custa da desgraça alheia. Tais elementos, seduzidos pela possibilidade do ganho de dinheiro fácil, compram a droga na Bolívia ou no Paraguai para revendê-la nos mercados consumidores e conformam, embora com pouca ou mesmo nenhuma ligação entre os grupos dedicados a tão criminoso comércio, aquilo que convencionou-se chamar de "Conexão Caipira."

A "CONEXÃO CAIPIRA"

Não se pode ter a pretensão de traçar as rotas pelas quais escoam o tráfico de drogas,

haja vista que elas dependem dos objetivos buscados pelos narcotraficantes, das facilidades disponíveis, do destino final da droga e de uma série de outros fatores, não sendo o menos importante a necessidade de alterá-las com certa frequência para iludir a repressão.

O Brasil é um país muito grande, com um litoral extenso e fronteiras terrestres facilmente permeáveis, além de malprotegidas. Internamente, aos rios francamente navegáveis, soma-se uma extensa, ainda que malculhada, além de pessimamente policiada, malha rodoviária e a existência de inúmeros campos-de-pouso clandestinos, semeados por fazendas tanto mais extensas quanto menor a ocupação das áreas, tudo facilitando a entrada dos mais diversos tipos de droga, o contrabando, etc. Por seu turno, portos e aeroportos têm uma intensa movimentação, enquanto a ação fiscalizatória é feita através de amostragem e, muitas vezes, de forma superficial e desinteressada, apenas para cumprir as formalidades legais.

Além do mais, não deve ser esquecido que o brasileiro, principalmente o morador das regiões fronteiriças, tem uma larga tradição de envolvimento com o contrabando, seja ele de ouro, gado, café, pedras preciosas ou cassiterita. Alguns exemplos relativamente recentes, extraídos da imprensa carioca, dão bem a medida do que seja a "Conexão Caipira", responsável pelo "abastecimento interno":

- 29 de novembro de 1994: a Polícia Federal apreende, em São José dos Campos/SP, 120 kg de pasta de coca capaz de serem transformados em 500 kg da droga. A quadrilha movimentava 100 kg de cocaína por semana, parte dos quais destinados ao Rio de Janeiro/RJ;

- 14 dezembro de 1994: a Polícia Federal apreende, no Rio de Janeiro/RJ, 8 kg de

cocaína e desbarata uma quadrilha que, além de enviar a droga para a Itália, por via aérea, era fornecedora, talvez a principal, de um traficante do Morro do Dendê, na Ilha do Governador;

- 23 de dezembro de 1994: é preso pela Polícia Federal, no Rio de Janeiro/RJ, o traficante paulista Jorge Sakamoto, principal fornecedor de cocaína para o Morro do Alemão, no subúrbio carioca;

- 7 de janeiro de 1995: no curso da Operação Rio, em uma operação liderada pelo Corpo de Fuzileiros Navais, na área das favelas vizinhas ao Centro de Reparos e Suprimentos daquela corporação, foram apreendidos 286 kg de maconha, 87 kg de cocaína e farta munição de diferentes calibres.

Em 19 de fevereiro, o *Jornal do Brasil* publicou, de forma bastante resumida, uma tese de doutorado desenvolvida pelo médico sanitário Francisco Inácio Bastos com o auxílio do geógrafo Christovam Barcellos, buscando provar que as rotas do tráfico da "Conexão Caipira" passam por um grupo de cidades onde a incidência de AIDS entre os usuários de drogas é a maior do País. Na tese em questão, os autores defendem a assertiva de que passagens obrigatórias para os narcotraficantes, como Campinas e Ribeirão Preto, o são por serem servidas por excelente malha viária, além de possuírem pujantes redes comercial e bancária, facilitando a lavagem do dinheiro, além de serem um mercado consumidor em franca expansão. A primeira das rotas, que começa em Puerto Suárez, um pequeno e paupérrimo vilarejo boliviano, passa por Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul; Andradina, Araçatuba, Araraquara, Barreto, São José do Rio Preto, São Carlos, Campinas, Americana, São Paulo, São José dos Campos, Taubaté

e Guaratinguetá, em São Paulo; Barra Mansa, Volta Redonda e Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro e prolonga-se até Vitória, no Espírito Santo. A segunda rota, tendo início na cidade paraguaia de Pedro Juan Cabellero, passa por Ponta Porã e Dourados no Mato Grosso do Sul; Presidente Wenceslau, Presidente Prudente, Assis, Marília, Bauru, Ourinhos, Botucatu, Sorocaba, São Paulo, Santos e São Sebastião, em São Paulo; Angra dos Reis e Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro e estende-se até Vitória no Espírito Santo.

Claro está que os autores preocuparam-se com o problema da incidência da AIDS e deixaram de lado outras rotas, quais sejam as que partem do Acre e especialmente de Rondônia e, a cavaleiro da estrada que corta longitudinalmente o Estado, atinge Cuiabá, no Mato do Grosso e Brasília, de onde se espraia para Minas Gerais e Estados do Nordeste. Tão pouco, ao menos no já referido jornal, citaram Foz do Iguaçu, no Paraná, de onde a cocaína é levada não só para São Paulo e Rio de Janeiro mas, também, para os Estados do sul do País.

O jornal *O Globo* em sua edição de 23 de novembro de 1994, apresentou um resumo do que seria um Relatório da Federação Nacional dos Policiais Federais, no qual Cáceres e Corumbá, no Mato Grosso eram apontadas, a primeira como ponto de entrada da cocaína que abastece 20% das grandes cidades brasileiras e a segunda como entrada de cocaína e de maconha. Da mesma forma, Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul e Foz do Iguaçu, no Paraná.

O mesmo jornal, em 25 de novembro de 1994, referindo-se ao que seria um documento confidencial da Polícia Federal, citava 20 pontos de passagem de drogas e/ou armas, a saber:

- Imperatriz/MA: grande centro produtor de maconha;
- Juazeiro/PE: maior centro produtor de maconha do Nordeste;
- Marabá/PA: rota de passagem de drogas; ponto de contrabando de ouro e minério;
- Santarém/PA: centro de venda de drogas e ouro;
- Bonfim/AP: passagem de contrabando de minério e de entrada de droga;
- Marco BV-8: "zona franca" de drogas e de armas;
- Tabatinga/AM: ponto de entrada/saída de armas e drogas;
- Estado do Acre: a Polícia Federal estima a existência de 300 aeroportos clandestinos;
- Guajará-Mirim: ponto de entrada de cocaína e de contrabando de cassiterita e de ouro;
- Corumbá/MT: entrada de cocaína e de maconha;
- Cáceres/MT: entrada de cocaína;
- Barra do Garça/MT: passagem de cocaína e ponto de contrabando de ouro;
- Ponta Porã/MS: entrada de maconha e cocaína;
- Dourados/MS: passagem e distribuição de maconha e de armas;
- Navirai/MS: passagem e distribuição de maconha e de armas;
- Três Lagoas/MS: passagem e distribuição de maconha e de armas;
- Foz do Iguaçu/PR: entrada de cocaína e de armas;
- Guaíra/PR: tráfico de drogas e contrabando de armas;
- Paranaguá/PR: centro distribuidor de cocaína;
- Santos/SP: saída de drogas e entrada de contrabando.

Tais são, em consequência, as principais vias de acesso utilizadas pela "Conexão Cai-pira" para introduzir a droga no País. O percurso, ora é feito com o emprego de aeronaves de pequeno porte, ora a bordo de caminhões transportando toras de madeira, soja, etc., outras vezes em carros de passeio devidamente preparados para o transporte da droga. De qualquer sorte, seja qual for o meio empregado, os narcotraficantes contam, em primeiro lugar, com o planejamento cuidadoso e, em segundo plano, com a ineficiência da fiscalização.

UM CASO ESPECIAL — O RIO DE JANEIRO/RJ

O Rio de Janeiro não produz cocaína e a pouca maconha aqui cultivada, em pequenas quantidades, não é suficiente para atender à demanda. Assim, toda droga ali chegada provém de outros pontos do País.

Salvo o acesso por mar ou por ar, restam as rodovias, de resto o processo mais simples e barato para alcançar o município: a Rio-Santos (BR-101) e sua saída em direção a Niterói, a Ponte General Costa e Silva; a rodovia Presidente Dutra, vinda do vale do Rio Paraíba e a rodovia Washington Luiz, vinda de Minas Gerais. Tais acessos, em caso de necessidade, podem ser barrados entre Coroa Grande e Itaguaí e em uma das cabeceiras da Ponte General Costa e Silva (BR-101); na região de Viúva Graça (anulando a transversal que liga a Rv. Presidente Dutra à BR-101) e em Japeri, de forma a inviabilizar a ligação da rodovia Washington Luiz com a rodovia Presidente Dutra, através da variante que vem de Três Rios. Finalmente, a rodovia Washington Luiz pode ser fechada na re-

gião de Campos Elíseos, vedando um eventual desbordamento por Magé.

"O Rio de Janeiro não produz cocaína e a pouca maconha aqui cultivada, em pequenas quantidades, não é suficiente para atender à demanda. Assim, toda a droga ali chegada provém de outros pontos do País."

As principais vias de acesso ao Município são a Rio-Santos, a Presidente Dutra e a Washington Luiz, visto que a ponte é mais uma saída para a região dos Lagos, norte do Estado e Vitória/ES. De resto, é sabido que antes de chegar às favelas onde são vendidas as drogas, após cumprirem um roteiro sinuoso que começa nas fronteiras com a Bolívia e com Paraguai, são transferidas dos caminhões e carretas que as transportam para sítios e fazendas de onde são levadas, em veículos menores, aos pontos nos quais é feito o transbordo para as viaturas dos traficantes dos morros cariocas. Os locais onde normalmente são feitas tais operações são a região de Seropédica, nas proximidades da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; no mirante do Belvedere, na Rio-Petrópolis ou nas proximidades de Itaguaí, na Rio-Santos.

O grande problema das autoridades estaduais reside no total desentrosamento entre a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado, de resto entravadas em suas ações, desde o primeiro período governamental de Leonel de Moura Brizola, por uma política que nem levava a saúde, o ensino e o saneamento básico aos morros nem permitia que a autoridade ali se fizesse presente. A situação ora vivida,

em particular no município do Rio de Janeiro, deriva de tal orientação, agravada por um estado de corrupção quase total dos organismos policiais muitas vezes, eles mesmos, extorquindo traficantes, seqüestradores e assaltantes de bancos, quando não, fazendo parte das quadrilhas. Esse o grande e quase intransponível entrave que o atual governo do Estado vem enfrentando, tudo agravado por uma legislação sobre o serviço policial que incentiva o emprego dos homens em serviços de segurança particular, com evidentes prejuízos para a coisa pública. Mas isso, é uma outra história...

UM EXEMPLO DO PERIGO — RONDÔNIA

O Delegado Vicente Chelotti, novo Diretor do DPF em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* e publicada na edição de 1º de março de 1995, faz afirmações que merecem ser consideradas não só pelas autoridades mas também por todo e qualquer brasileiro preocupado com o futuro da Pátria comum:

• "... não é o político que se envolve com o narcotráfico, não é o Congresso. É gente que fez dinheiro e teve a infeliz idéia de entrar na política. Quem se envolve com o narcotráfico cria um patrimônio bem sólido, daí não tem mais nada o que fazer na vida e resolve ser político".

• "A polícia tem que investigar o patrimônio das pessoas, chegar ao enriquecimento ilícito. Não tenho notícia de alguém, nesses últimos dez anos, que tenha sido indicado ou processado por enriquecimento ilícito. A origem pode ser a droga."

• "Para alguém internar sete toneladas de cocaína, tem que ser uma organização

muito forte, muito grande. Tem que saber quem é o responsável. Aí tem que começar a investigação da Polícia Federal. A apreensão é o meio, não o fim."

O mesmo *Jornal do Brasil*, em 19 de fevereiro de 1995, publicou uma reportagem sob o título "Pô fez fortuna da elite no estado", referindo-se à Rondônia. Desta reportagem, por extremamente esclarecedora e não contestada por ninguém até hoje, é válido que sejam retirados alguns tópicos muito ilustrativos:

• "Tráfico, política e atividades empresariais formam um tripé de influência em Rondônia. O exemplo mais recente dessa mistura foi descoberto há poucos meses em Cacoal... onde a Polícia Federal desbaratou nova quadrilha formada por 35 pessoas, algumas da elite."

• "A investigação começou com a prisão do traficante Claudeci Martiniano da Silva, com 94 quilos de cocaína em São Paulo, em maio de 94. No final do ano a Polícia Federal já tinha provas suficientes contra o vice-prefeito de Mário Andreazza — novo município que pertencia a Cacoal, Moacir Soares, dono de uma fazenda onde foi descoberto um laboratório para o refino de cocaína; o fazendeiro e empresário Josué Moreira Bernal; o distribuidor da cerveja Skol na região, Setembrino Stocco; o representante da Fiat, Janduy Braga de Carvalho; o piloto Paulo Neri Azevedo e uma equipe inteira da 8ª Delegacia de Cacoal — o delegado Fernando Valdeir Pacini e seis investigadores."

E mais: "Em Porto Velho e nos municípios que fazem fronteira com a Bolívia, grande parte das fortunas está associada aos 'cocadólares'. As quadrilhas investem pesado para se infiltrar nas estruturas do poder. Nas Câmaras de Vereadores, Assembléia

Legislativa e até na bancada federal, o tráfico integra o tripé dos setores que normalmente são responsáveis pelos custos de campanhas eleitorais."

UMA PROPOSTA DE SOLUÇÃO

É extremamente temerário apontar-se soluções as quais, na sua totalidade, fogem à esfera de ação do proponente. Afinal, do alto, tem-se uma visão muito melhor da planície. Não obstante, há coisas que saltam aos olhos de todo aquele que venha a interessar-se pelo problema, esteja ele no plano em que estiver.

Um primeiro aspecto diz respeito ao campo da economia e fará, por certo, tremer os economistas ortodoxos. Trata-se, inicialmente, de responder algumas indagações bem simples: interessa aos países do mundo livrar-se dos malefícios da droga? A que preço? Se a resposta ao primeiro quesito for positiva e aceite que o preço seja dividido entre os interessados na medida das possibilidades de cada um, basta incentivar a substituição do plantio da coca pelo de outras espécies, embora certamente de menor valor, pagando ao produtor até mesmo preços acima da cotação interna do bem produzido. Esta solução, embora dispendiosa e não constante dos manuais da economia, aliada a uma severa repressão ao cultivo ilegal, possibilitaria a erradicação, sem maiores resistências por parte dos plantadores, dos cultivos de coca, visto que aqueles não sofreriam redução acentuada em seus ganhos.

A outra solução, passa pela vontade política dos governos interessados na solução do problema, posto abanger medidas de caráter amplo, tais como:

- controle da produção, exportação e importação dos insumos utilizados no

processamento da coca. Entre tais controles podem ser citados o rigoroso cadastramento dos fabricantes; a constante verificação da produção e da sua venda, através inspeções inopinadas; a fiscalização do tráfego dos veículos transportadores e a conferência da sua carga em Postos de Controle Móveis;

- unificação da legislação processual das nações interessadas naquilo que respeita ao narcotráfico, posto tratar-se de um crime transnacional;

- criação de um Banco Internacional de Dados, alimentado por conhecimentos obtidos nos diferentes países, não só referentes aos traficantes mas também aos seus métodos e processos de atuação.

No Brasil, outras medidas poderiam ser tomadas, como as duas seguintes:

- criação de um Órgão Central, em princípio de direção colegiada, encarregado de supervisionar, coordenar e controlar as ações antidroga e dotado de plenos poderes para, ao ligar-se às autoridades de diferentes níveis, delas receber o máximo de apoio e cooperação;

- desde já, instituir um embrião do órgão anteriormente referido, abrangendo as Forças Armadas, o Ministério Público, a Polícia Federal, as Polícias Estaduais, a Receita Federal e o próprio Banco Central.

Essa proposta considera ser por demais evidente que o comando do tráfico de drogas não está nos morros. Nestes, o que se encontra são marginais de pequeno calibre, cuja força está na razão direta da violência com que buscam impor-se em uma determinada área. Alguns deles, é óbvio, são mais inteligentes e têm uma duração maior na vida criminosa mas, ao fim e ao cabo, todos terminam presos ou mortos em disputas internas ou pela própria polícia.

Assim, sem medo de errar, pode ser afirmado que atuam, no Brasil, grupos ligados aos grandes cartéis internacionais da droga e outros, menores mas numerosos, que conformam a "Conexão Caipira". Aqueles, responsáveis pelo narcotráfico internacional e estes, em princípio, pela droga consumida no interior das nossas fronteiras.

A grande e cristalina verdade está em que o narcotráfico, executado com vistas ao mercado externo ou ao interno, dá aos grupos criminosos acesso a dinheiro fácil e em uma escala difícil de ser imaginada. Esse dinheiro permite a compra de influência e de proteção em praticamente todos os níveis de governo, não só no nosso País mas em todo o mundo. No que respeita aos grupos nacionais, os indícios apontam para o Estado de São Paulo como sendo a sua base, posto que, em praticamente todas as grandes apreensões de droga feitas no Brasil ultimamente, os narcotraficantes possuíam empresas, geralmente voltadas para importação-exportação, ali instaladas.

Para que se tenha uma idéia, ainda que pálida, da necessidade de serem controlados os mecanismos de entrada e de saída de numerário do País, nada melhor que trechos de uma nota publicada no jornal *O Globo*, em sua edição de 14 de dezembro de 1994: "*Levantamento feito pela Comissão Especial de Investigação da Administração Pública (CEI) conclui que, de 1989 a 1993, a remessa ilegal de divisas para o exterior foi de US\$ 20 bilhões. Segundo o ex-ministro da Administração Federal (SAF) e ex-presidente da CEI, Romildo Canhim, a maior parte desses recursos foi obtida através de corrupção, narcotráfico, sonegação fiscal, jogo do bicho e sobras de campanhas políticas. O dinheiro é enviado para paraísos*

fiscais, onde é legalizado. No mesmo período, entraram no País, através do Banco Central, US\$ 82 milhões. ... O estudo da CEI foi realizado com o auxílio do próprio Banco Central e da Plúcia Fedral."

CONCLUSÃO

O consumo de drogas está aumentando no mundo e preocupando não só a ONU e os dirigentes da quase totalidade dos países, em todos os continentes, mas também cada cidadão. Em muitas nações, em especial na Europa, dirigentes buscaram, mediante algumas medidas de controle sanitário, tornar menos grave o problema pela liberação do uso da maconha, da cocaína e mesmo da heroína. Os resultados, ao que se sabe, não foram os esperados, posto que, segundo a própria ONU, através da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, os países que toleram, por exemplo, a distribuição de maconha, terminam por atrair traficantes de outras drogas, toxicômanos e consumidores em potencial.

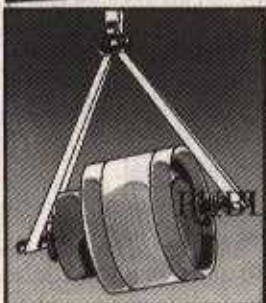
Na América do Sul, os países produtores são a Colômbia, o Peru e a Bolívia, sendo que o primeiro deles já começa a desmontar como produtor/exportador de heroína. Programas os mais diversos vêm sendo tentados para erradicar as plantações de coca e coibir a sua destilação, com pífios resultados até agora, tudo apontando para a busca de soluções mais criativas.

O Brasil, embora ainda considerado um "corredor de exportação" representa mercado promissor para o tráfico de drogas, notadamente nos grandes centros urbanos e nas florescentes cidades do interior.

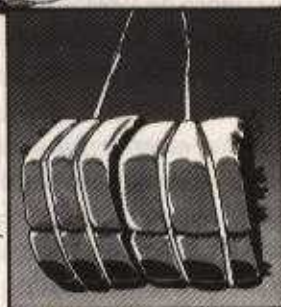
Porém, no nosso caso, mais que a falta de recursos materiais e humanos dos órgãos policiais, sejam eles estaduais ou federais, mais que a remuneração dos seus integrantes, julgada insuficiente, é a falta de exatidão de não poucas autoridades, policiais ou não, no combate ao tráfico de drogas; é a sede de poder, que leva os partidos políticos a abrigarem em seus quadros elementos desclassificados e, com tal atitude, envenenarem a própria representação política como um todo;

é o baixo nível cultural e educacional do povo, aliado ao materialismo de uma elite econômica descompromissada com os verdadeiros Objetivos Nacionais. Corrigir tais falhas é tarefa de gerações e gerações, tanto no Brasil quanto no restante do mundo. Assim, cumpre haver o máximo rigor na aplicação da Lei que deverá, para tornar-se efetiva, ser implementada, de forma semelhante, em todos os países. □

A SOLUÇÃO PARA QUEM PEGA NO PESADO "CORREIAS HUZI"



As correias Huzi oferecem resistência, durabilidade e segurança no transporte e movimentação de carga que são feitas com a mais alta tecnologia. Em nylon ou poliéster, com formato antideslizante, mantêm a carga sempre firme e segura. Huzi Sling e Huzi Estropo. A solução definitiva para quem pega no pesado.



HUZIMET AÇOS ESPECIAIS LTDA.

Rua Alvaro Gomes, 127 - Alto do Mandaqui - CEP 02421 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 298-7022 PABX - Telex - 11-21016 - HUZIBR



A DEFESA NACIONAL

As Operações de Paz da ONU*

Renato Índio da Costa Lemos**

A análise das "Operações de Paz" da ONU e da organização, preparo e apoios das Forças de Paz são objeto do artigo, que levanta questões sobre a futura atuação da ONU e opina sobre a participação brasileira nesse tipo de operações.

"A manutenção da paz não é um trabalho para soldados, mas apenas um soldado pode realizá-la."

Dag Hamarskjöld, ex-Secretário-Geral da ONU

O advento da Nova Ordem Mundial veio acompanhado da proliferação de crises regionais, de conflitos étnicos e de disputas nacionalistas e religiosas, colocando em risco a estabilidade e a paz mundiais.

** Coronel do Exército.

A fim de deter e dissuadir a escalada de violência global e de promover a paz, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi obrigada a incrementar, de forma substancial, a condução de Operações de Paz. Essa modalidade de atuação direta da Organização constitui, hoje, sua face mais visível e bem aceita no mundo e a principal ferramenta com que ela conta para buscar, através da

* Selecionado pelo PADECEME.

atuação do seu Conselho de Segurança (CS/ONU), a manutenção da paz. Atualmente, não há crise no mundo em que não se cogite do envio dos "capacetes azuis", como forma de criar condições básicas de pacificação.

As Operações de Paz crescem e se multiplicam, tornam-se complexas, e passam a requerer a destinação de reservas de pessoal pronto e treinado para rápido engajamento pelos países-membros.

Muito embora se possam constatar aspectos de sua eficácia, a partir dos resultados alcançados em cada caso, as Operações de Paz da ONU constituem, atualmente, o laboratório dinâmico de testes de medidas práticas de pacificação cuja adoção tende a tornar-se rotineira nas próximas décadas.

A CARTA DA ONU E AS OPERAÇÕES DE PAZ

O primeiro objetivo da ONU, conforme estabelecido em sua Carta de criação é: "manter a Paz e a Segurança internacionais, devendo para isso tomar medidas coletivas efetivas para a prevenção e remoção de ameaças à paz, para a supressão de atos de agressão ou outras infrações contra a paz e conseguir por meios pacíficos, de conformidade com os princípios de justiça e das leis internacionais, o ajustamento ou o acordo de disputas internacionais ou de situações que possam conduzir a uma violação da paz."

Compete ao CS/ONU a responsabilidade primária da manutenção da paz e da segurança internacionais. Para que tal objetivo seja atingido, há normas estabelecidas nos capítulos VI e VII da Carta, a saber:

"As Operações de Paz crescem e se multiplicam, tornam-se complexas, e passam a requerer a destinação de reservas de pessoal pronto e treinado para rápido engajamento pelos países-membros."

Capítulo VI: *As disputas internacionais com probabilidade de colocar em perigo a paz e a segurança podem ser trazidas à consideração do CS/ONU que possui mandato expresso para determinar aos litigantes que cessem as divergências por meios pacíficos, recomendar métodos adequados de procedimentos ou ajustamentos e, além disso, recomendar as condições para a cessação da disputa.*

No contexto desse capítulo, a ação do CS/ONU é limitada a recomendações às partes envolvidas, devendo estas buscar o entendimento por elas mesmas, atendendo de forma voluntária à recomendação CS/ONU.

O Conselho de Segurança pode, todavia, julgar que existe uma ameaça à paz, uma infração à paz ou, ainda, um ato de agressão. Nesse caso, disporá de poderes mais amplos que lhe são autorizados pelo capítulo VII, a saber:

Capítulo VII: *de forma a prevenir um agravamento da situação, o CS/ONU pode determinar às partes envolvidas que adotem providências consideradas desejáveis ou necessárias. Pode, ainda, decidir, baseado no artigo 41, quais medidas que, não envolvendo o uso de força armada, devem ser adotadas pelos membros da ONU, incluindo sanções econômicas totais ou parciais, interrupção de comunicações e o rompimen-*

to de relações diplomáticas. Caso o CS/ONU ainda considere tais medidas insuficientes, ele pode decidir, baseado no artigo 42 (enforcement action), pela ação armada com as forças consideradas necessárias para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais. Neste caso, os Estados-membros assumem a responsabilidade de colocar à disposição do CS/ONU, dentro de determinados acordos, a Força Armada, a assistência e instalações necessárias, conforme o estipulado no artigo 43.

Os capítulos VI e VII da Carta, ao estabelecerem a base do sistema de segurança coletiva dos Estados-membros da ONU, fundamentam, assim, juridicamente, o emprego das Operações de Paz.

OPERAÇÕES DE PAZ

A Agenda para a Paz

Em declaração adotada pelo Conselho de Segurança, em 31 de janeiro de 1992, no final da primeira reunião realizada a nível de Chefes de Estado e de Governo, o atual Secretário-Geral da ONU, Boutros Ghali, foi convidado a elaborar um estudo e recomendações para apresentação aos Estados-membros, sobre a forma de reforçar a capacidade da Organização nos domínios da diplomacia preventiva, do restabelecimento e da manutenção da paz, no quadro da Carta e das suas disposições.

Esse documento, intitulado "Uma Agenda para a Paz", foi escrito baseado nas idéias e propostas que foram apresentadas, ao Secretário, por diversos governos, organismos regionais, organizações não-governamentais, instituições várias e por simples particulares de grande número de países.

Por essa Agenda, o Conselho de Segurança passou a ser o instrumento fulcral para prevenir e resolver os conflitos e para preservar a paz. Para isso, pode adotar um ou mais de um dos seguintes conjuntos de medidas: diplomacia preventiva; restabelecimento da paz e/ou manutenção da paz. Também, intimamente ligada aos anteriores, pode adotar a consolidação da paz, conjunto de medidas que seguirá às anteriores, visando a evitar o ressurgimento do conflito.

Diplomacia Preventiva

Diplomacia Preventiva é o conjunto de medidas destinadas a evitar o surgimento de controvérsias entre as partes. Evitar, também, que as controvérsias, caso já existam, degenerem em conflitos, e que os conflitos já desencadeados se alastrem o menos possível.

A Diplomacia Preventiva pode ser conduzida pelo Secretário-Geral — pessoalmente ou por intermédio de altos funcionários ou de instituições ou programas especializados —, pelo Conselho de Segurança ou pela Assembleia-Geral e por organizações regionais em cooperação com as Nações Unidas.

A Diplomacia Preventiva engloba, entre outras: medidas que visam à consolidação da confiança (através do intercâmbio de missões militares, troca de informações, supervisão de acordos regionais de armamento e criação de centros regionais de redução de riscos); a investigação de fatos (através de processos formais ou informais); a presença, preventiva, de efetivos militares ou policiais e, em certos casos, a criação de zonas desmilitarizadas.

É um processo, a curto prazo, com o objetivo de impedir uma crise imediata.

Restabelecimento da Paz

Restabelecimento da Paz é o conjunto de medidas realizadas através dos meios diplomáticos, mediação, negociações e outras formas pacíficas, que visam a dar um fim às disputas e resolver as questões que conduzem ao conflito. É um processo a longo prazo com o objetivo de chegar à raiz do problema, subordinado a um processo político.

O capítulo VI da Carta da ONU apresenta uma lista completa dos meios de resolução pacífica de conflitos. Esses meios foram alargados por posteriores decisões adotadas pela Assembleia-Geral. Também foram objeto de várias Resoluções da Assembleia-Geral o fortalecimento da paz internacional, a segurança e a cooperação internacional em todos os seus aspectos, em conformidade com a Carta da ONU.

O Restabelecimento da Paz engloba, entre outras, as seguintes medidas:

- recurso à Corte Internacional de Justiça, eficaz quando os países envolvidos acatam a medida e a competência do organismo, sem reservas;
- mediação ou negociação através de pessoas designadas pelo Conselho de Segurança, pela Assembleia-Geral ou pelo Secretário-Geral. Algumas vezes, são designados estadistas de renome e prestígio pessoal para conduzir as negociações de paz, como na recente participação do ex-Presidente Carter no Oriente Médio;
- prestação de assistência às partes em conflito, ou a grupos hostis, de modo a minorar as circunstâncias que contribuíram para

o surgimento da controvérsia ou do conflito. Atualmente, as Nações Unidas não dispõem de um mecanismo que permita ao Conselho de Segurança, a Assembleia-Geral ou o Secretário-Geral mobilizarem os recursos necessários ao exercício de uma influência positiva dessa natureza.

A Agenda para Paz considera, ainda, como medidas de Restabelecimento da Paz o uso de sanções político-econômicas e o uso da força militar, neste caso chamada de Unidades de Imposição da Paz. São medidas repressivas e que só devem ser usadas como último recurso.

A Imposição da Paz é um tipo de intervenção armada (ou ameaça de intervenção armada) de conformidade com um acordo internacional, formal ou informal, onde a força militar é empregada para impor resoluções da ONU ou a observância de padrões de comportamento internacional, com o principal objetivo de restabelecer a paz sob condições amplamente aceitáveis pela comunidade internacional. O artigo 42 da Carta da ONU (capítulo VII) autoriza a desenvolver ações militares para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. No entanto, essas ações só devem ser desencadeadas depois de esgotados todos os meios pacíficos. A possibilidade de recorrer a elas é essencial para a credibilidade das Nações Unidas como mantenedora da segurança internacional. Para tanto, será necessário negociar e pôr em prática os convênios especiais previstos no artigo 43 da Carta, segundo o qual os Estados-membros se comprometem a colocar suas Forças Armadas à disposição do Conselho de Segurança, a ajuda e as facilidades indispensáveis para os fins definidos no artigo 42, e não apenas em caráter eventual, mas em caráter permanente.

consolidação da paz depois dos conflitos é evitar o seu reacender.

FORÇAS DE MANUTENÇÃO DA PAZ

Princípios básicos de emprego

A manutenção da paz tem-se revelado uma reação pragmática a problemas urgentes que requerem pequenas ações da ONU, empregando medidas explicitamente prescritas na Carta. Nestas circunstâncias, foram desenvolvidos certos princípios que se tornaram comuns a todas as operações de manutenção da paz:

- já que a manutenção da paz não implica imposição, é vital que a operação tenha o consenso e a cooperação das partes envolvidas no conflito em questão;

- é desejável o apoio da comunidade internacional como um todo, por sua representação no Conselho de Segurança, o qual normalmente adota a resolução adequada à operação e decide, no âmbito de sua competência, baseado em recomendações do Secretário-Geral. Em consequência, as atribuições do Conselho tornam-se essenciais para prover o suporte político ao Secretário-Geral, a quem compete prorrogar ou ratificar a delegação, conforme necessário;

- as tropas ou os observadores militares necessários a uma operação de paz são supridos voluntariamente pelos Estados-membros, que não estão subordinados a compromissos formais a esse respeito (ao contrário do prescrito na Carta, Cap. VII). A disposição dos Estados-membros em prover tropas é de essencial importância;

- a operação é subordinada ao comando do Secretário-Geral, o qual é pessoalmente responsável perante o Conselho de Segurança por todos os aspectos da operação. O pessoal militar cedido pelos governos dos Estados-membros fica sob o comando do Secretário-Geral nas questões operacionais, embora permaneça sob o comando nacional em assuntos referentes a pagamento e disciplina. É um princípio básico de manutenção da paz que o pessoal militar, numa Operação de Paz, não receba ordens das autoridades dos seus países sobre assuntos operacionais inerentes à missão, mas somente do Comandante indicado pelas Nações Unidas, que recebe suas ordens do Secretário-Geral. A falta de observação da cadeia de comando pode conduzir a sérias dificuldades operacionais e políticas;

- a operação mantém uma atitude de completa imparcialidade entre as partes envolvidas no conflito. É preciso não interferir nos problemas internos do país anfitrião, evitando-se tomar qualquer atitude que possa favorecer uma parte em detrimento da outra;

- no caso de forças de paz que estejam armadas, a força é usada no menor grau possível e normalmente apenas em sua autodefesa;

- os custos de uma Operação de Paz são, normalmente, considerados como de responsabilidade da coletividade dos Estados-membros das Nações Unidas. A cada Estado-membro é exigido pagar sua parte, o que é avaliado de acordo com a possibilidade de pagamento de cada um;

- a tendência atual é que o Conselho de Segurança seja a autoridade com responsabilidade para ativar ou desativar uma força de paz da ONU. A Assembléia-Geral, pode, também, utilizando o procedimento de "uni-

ficação para paz" (Resolução 377, de 3 de novembro de 1956) desencadear uma operação;

- deverá ficar bem definido o mandato, o mais transparente possível, emanado que é de provável e natural decisão de consenso tomada pelo Conselho de Segurança.

Composição das Forças de Paz

Uma Força de Paz da ONU (FP) é considerada um órgão subsidiário da Organização, estabelecido mediante uma resolução do Conselho de Segurança ou, excepcionalmente, da Assembléia-Geral.

Normalmente, as Nações Unidas estabelecem uma estrutura para operar em determinada área cuja composição básica é a seguinte:

• Componente Militar

Uma FP é composta de um Comandante, que é denominado Comandante da Força ou Chefe dos Observadores Militares, e de um número de contingentes fornecidos por Estados-membros das Nações Unidas, selecionados por solicitação do Secretário-Geral.

Em todas as FP, instituídas desde outubro de 1973, os contingentes têm sido selecionados em Consulta ao Conselho de Segurança e com consenso das partes.

O Comandante tem, normalmente, o controle operacional sobre as unidades militares e os grupos de observadores dos diferentes contingentes nacionais. Cada comandante de unidade é responsável pela supervisão e coordenação de sua missão.

Os comandantes dos diversos contingentes nacionais ligam-se diretamente com o comandante da força/chefe dos observadores militares. São os responsáveis pela aplica-

ção de medidas disciplinares de acordo com os códigos de justiça militar e de regulamentos disciplinares vigentes nos países de origem dos contingentes. Se houver um fato disciplinar considerado importante, o Comandante da Força o estudará com o Comandante do Contingente que originou o fato, para as medidas cabíveis.

• Componente Administrativo Civil

São civis, selecionados do Corpo de Assistentes da ONU e colocados à disposição do Comandante da Força, pelo Secretário-Geral, como assessores para política, assuntos jurídicos, informações, administração e logística. Eles seguem as normas e regulamentos do Secretariado da ONU.

Adicionalmente, o Comandante da Força pode recrutar algum pessoal da região, conforme requeira a operação. As normas e condições de emprego do pessoal, localmente recrutado, são prescritas pelo Comandante da Força e, geralmente, seguem a prática que prevalece no país anfitrião.

• Outros componentes

Em alguns casos, uma FP executa tarefas que não são de natureza militar e que requerem um grande número de componentes civis, como, por exemplo, Polícia Civil ou monitores eleitorais. Nesses casos, o comando geral na área é normalmente exercido por um funcionário civil, usualmente designado Representante Especial do Secretário-Geral, a quem o Comandante da Força se reporta.

Estrutura da Força de Paz

Normalmente uma FP possui, em sua estrutura organizacional: Comando e Esta-

do-Maior (EM), Organizações Militares (OM) de Combate e Apoio ao Combate, OM de Logística e Observadores Militares.

• Comando e Estado-Maior

O Comando dispõe de um EM Militar, um Grupo de Assessores ou EM Pessoal e uma Seção de Administração (Civil — pode ficar subordinada ao Comandante da Força).

O EM Militar é o órgão fundamental para a direção e controle das operações militares e para a coordenação da atuação das diferentes unidades.

Deverá ser integrado, proporcionalmente, por elementos cujas nações enviaram contingentes, de forma a que seja representado pelo maior número possível de nacionalidades.

É constituído, normalmente, por uma Chefia, uma Seção de Pessoal, uma de Informações e outra de Operações. Na maioria das vezes, dispõe ainda de uma Seção de Logística e um Escritório de Relações Públicas.

Quando a área a ser ocupada pelo desdobramento da FP for muito grande e a situação aconselhar, poderão ser criadas regiões militares, cujos comandantes disporão de EM, porém reduzidos.

O Grupo de Assessores, ou EM Pessoal, além de um Chefe de Assessoria, pode dispor de Assessor Político, Jurídico, de Relações Públicas, Tradutores e Intérpretes e Oficial de Ligação das Facções Beligerantes.

A Seção de Administração é responsável pela administração, pelo apoio logístico e pela coordenação com a Seção Logística do EM militar, quando existir.

• Organizações Militares de Combate e de Apoio ao Combate

O número e a composição dessas unidades será variado. As características da área de operações e a missão são fatores que vão

condicionar sua escolha. Seus efetivos e composição podem ser diferentes daqueles comumente adotados no país de origem.

“Em toda a FP, a Engenharia desempenha um papel de relevância. Deve estar apta a realizar os trabalhos técnicos necessários ao bom desempenho da força que apóia.”

Na escolha e organização das unidades devem, também, ser considerados os seguintes aspectos:

— pelas suas peculiaridades, organização, missões e possibilidades, as OM de infantaria são as mais aptas para atuar como FP;

— a nível brigada, o número de batalhões poderá variar, o mesmo ocorrendo com os órgãos de apoio de fogo e apoio ao combate. Nos próprios batalhões de Infantaria, o número de companhias de fuzileiros também poderá sofrer modificações, assim como seus elementos de apoio de fogo. Nas subunidades de Infantaria, as frações de apoio de fogo poderão dar lugar a estruturas logísticas leves;

— ao organizar-se o estado-maior a nível unidade, além das seções normais, será importante acrescentar a 5ª Seção e uma Seção de Ligação e Interpretação. Essa última deverá ser mobiliada com oficiais e graduados proficientes na língua inglesa, aptos para realizar ligações com outras tropas estrangeiras e a trabalhar com a documentação da ONU, que é feita naquele idioma. Mesmo que a força a ser enviada seja valor subunidade, a constituição de um estado-maior far-se-á necessária, para assegurar um perfeito planejamento e facilitar as ações de seu comandante;

— deve-se prever a utilização de viaturas blindadas para transporte de pessoal, para oferecer proteção contra atiradores de escólos nos deslocamentos. As viaturas blindadas também facilitam a escolta e proteção de comboios;

— as unidades de Cavalaria também podem ser utilizadas para compor as FP. Ações de reconhecimento, vanguarda de comboios blindados ou motorizados, reforço aos batalhões destacados, defesa de ponto sensível, PCTran (Posto Controle de Trânsito), segurança de PC/Bda (Posto de Comando de Brigada) e força de reação, são exemplos de operações onde podem ser empregadas;

— em toda a FP, a Engenharia desempenha um papel de relevância. Deve estar apta a realizar os trabalhos técnicos necessários ao bom desempenho da força que apoia. Avultam de importância os trabalhos de limpeza de minas e instalações. A Engenharia deve, também, estar em condições de fornecer água potável às tropas, atividade logística de fundamental importância em áreas endêmicas e áridas;

— o sucesso de uma operação de paz está ligado diretamente ao estabelecimento de um sistema de comunicações amplo, flexível e confiável. O sistema deve aproveitar ao máximo os recursos locais. Ênfase deverá ser dada ao sistema rádio HF, devido às grandes distâncias em que, normalmente, operarão os diversos elementos. O sistema fio poderá ser utilizado nas bases fixas, em qualquer escala. Poderão ser estabelecidos outros meios necessários ao fluxo de informações da força. Por isso, a estrutura do elemento de comunicações vai variar em função da articulação da FP.

“O sucesso de uma operação de paz está ligado diretamente ao estabelecimento de um sistema de comunicações amplo, flexível e confiável. O sistema deve aproveitar ao máximo os recursos locais.”

• Organizações Militares de Logística

São organizadas em número suficiente para atender às necessidades logísticas dos efetivos da FP e às peculiaridades do apoio logístico a ser prestado.

• Observadores Militares

Algumas vezes, a FP conta com um grupo de observadores militares. Nesse caso, o Chefe dos Observadores Militares ficará subordinado ao Comandante da Força.

Modalidades de Participação

A participação em operações de Manutenção da Paz, por militares, pode ocorrer através de Oficiais Observadores desarmados; Forças de Paz, consistindo de tropas levemente armadas, geralmente organizadas em unidades convencionais; e da combinação Observadores/Força de Paz.

Os observadores são o instrumento ideal para monitorar o cessar-fogo, policiar um acordo e supervisionar uma retirada. Eles operam postos de observação, asseguram o patrulhamento e envolvem-se em investigações e negociações.

As forças de paz são necessárias em algumas situações transitórias, onde a autoridade adicional de uma força organizada com tropa armada pode ser solicitada, embora não deva empregar armamento na tarefa de compelir à paz. As FP, usualmente são empregadas para um curto mandato, com tempo renovável, embora algumas das que lá existiram tenham estado nas áreas por um grande período.

Ações Militares de Manutenção de Paz

As ações militares da ONU para a manutenção da paz vêm se desenvolvendo baseadas na ampla experiência do passado e nas atuais FP. As ações mais comumente utilizadas são as que se seguem.

• Separação de Forças

Compreende a interposição de uma força de paz entre as partes beligerantes, com suas concordâncias. A separação de forças pode possibilitar a estabilização da situação, enquanto esforços mais consistentes para empreender a paz estejam sendo encaminhados. Frequentemente, a interposição conduz ao desdobramento em uma área de separação ou em uma área-tampão. As FENU I e II¹ UNICYP² são exemplos.

• Policiamento de acordos

Ocorre quando um acordo de cessar-fogo entre as partes tenha sido firmado. Esta ação, normalmente, segue-se à anterior e pode envolver uma ou mais das seguintes tarefas:

— monitorar e verificar o cessar-fogo, a separação e a concentração de forças, sua desmobilização, e o recolhimento, guarda e destruição de armas;

— monitorar e verificar a dispersão de grupos armados particulares e/ou irregulares;

— proteger pontos sensíveis da infraestrutura vital do País;

— garantir a segurança das atividades necessárias ao processo de paz.

No policiamento de acordos a FP verificará se ambas as partes estão cumprindo os termos acordados. A FP investigará as violações alegadas, negociações, redução de tensões e suspeitas. A UNDOF³ a UNMOZ⁴ são exemplos desse processo.

Na primeira fase da operação, o efetivo militar é de fundamental importância. À proporção que a situação começa a estabilizar-se os militares serão substituídos por entidades civis. A transferência de responsabilidades deverá ser planejada e executada em cooperação com as autoridades do país anfitrião, as partes em conflito e os organismos que irão assumir os encargos.

1. Força de Manutenção da Paz da ONU na Faixa de Gaza.

2. Força de Manutenção da Paz da ONU em Chipre.

3. Força de Manutenção da Paz da ONU na Síria.

4. Força de Manutenção da Paz da ONU em Moçambique.

• Supervisão de uma Retirada

Envolve a supervisão de um plano de retirada acordado pelas partes. A FP monitora a retirada e assegura que os termos do acordo sejam fielmente cumpridos pelas partes. UNTAG⁵ e UNAVEM⁶ são bons exemplos.

Recentemente, algumas técnicas têm oferecido proveitosos subsídios para estudo, levando a enfatizar que poderá ser incorreto tentar classificar todas as ações militares de manutenção da paz em uma categoria apenas e só nessas que foram citadas. Entre as novas ações citamos a ajuda humanitária, que objetiva aliviar o sofrimento humano, especialmente quando as autoridades da área não podem, ou mesmo, não querem proporcionar a adequada ajuda à população em tela. A UNPROFOR⁷ é um exemplo.

Instrução e Adestramento das Forças de Paz

A instrução e o adestramento do pessoal integrante da FP é encargo do país que está fornecendo o contingente e que emitirá suas orientações específicas.

Entretanto, em face das experiências anteriores, considerando o escalão e o desempenho funcional, torna-se aconselhável a inclusão e/ou a intensificação da instrução nos seguintes tópicos: organização geral da ONU; missões típicas; direitos e deveres dos com-

ponentes da FP; regras de engajamento; direito internacional, em particular, no que se aplicar ao desempenho da missão; informações gerais sobre o país;⁸ normas de comportamento social adequadas aos costumes e idiossincrasias da população local; origem do conflito e situação atual; forças armadas ou grupos envolvidos; informações particularizadas sobre a zona de operações; armamento, material, equipamentos e outros sinais identificadores das forças beligerantes; normas de relacionamento com as partes beligerantes; técnicas de patrulhas, escoltas, observação, ligação, autodefesa, etc; localização, identificação e sinalização de minas e outros artefatos explosivos; medicina preventiva, orientada para a área de operações, e técnicas de primeiro socorro; armamento e tiro; segurança de instalações, com ênfase para defesa contra ações terroristas e assaltos; defesa QBN;⁹ operações contra forças irregulares; controle de refugiados; operações noturnas; uso de equipamentos especiais;¹⁰ sistemas e meios de comunicações empregados pela ONU e procedimentos de exploração no idioma oficial da missão; noções do idioma oficial da missão e do país anfitrião; habilitação para condução de viaturas; noções básicas de manutenção de viaturas; sistema logístico utilizado na área de operações; e instruções peculiares de cada arma ou serviço.

Paralelamente o preparo técnico da tropa, é aconselhável o desenvolvimento de ori-

5. Grupo de Assistência da ONU à transição da Namíbia.

6. Missão de Verificação da ONU em Angola.

7. Força de Proteção da ONU atuando na Sérvia, Croácia, Bósnia e Macedônia.

8. Aspectos referentes à geografia, história, demografia, religião, situação política e social, características étnicas, costumes, etc.

9. Química, bacteriológica e nuclear.

10. GPS, aparelho de visão noturna, etc.

entação psicológica em todos os níveis. Há que se preparar a tropa para ficar longo tempo afastada dos familiares, sofrer baixas, inclusive fatais e, sobretudo, fazer baixas, quando necessário.

O adestramento deverá ser conduzido de maneira a consolidar os ensinamentos da fase de instrução. Os exercícios previstos deverão ser integrados em todos os escalões. Será conveniente iniciar-se no nível pelotão/fração, a fim de permitir o entrosamento das seções/grupos nos trabalhos de campo e subir de nível gradativamente, até atingir o adestramento do contingente que será empregado. Como coroamento, deverão ser simulados exercícios, onde todas as atividades de rotina previstas para a área de operações sejam treinadas. O adestramento deverá revestir-se do máximo de realismo; o clima de guerra, as tensões e privações naturais do combate deverão ser criados para testar e selecionar os homens.

O tempo disponível para o preparo será fator fundamental no planejamento "do que fazer". Quando não for possível completá-lo antes de seguir destino, o mesmo poderá ser finalizado na área de operações. Para isso, o Comandante da Força deverá ser cientificado do nível de preparo que foi atingido pelo contingente e o que falta para completá-lo. É preciso, no entanto, ser ressaltado que é importante que a maior parte do preparo seja realizado no país de origem, permitindo que o contingente se incorpore a FP tão logo chegue ao destino.

A orientação para a preparação do pessoal constante das diretrizes, que são elaboradas pela ONU, para os países contribuintes com pessoal militar para uma FP, é fundamental para o planejamento do preparo dos contingentes.

Apoio Logístico para as Forças de Paz

A Divisão de Operações de Campanha da ONU, com seu Gabinete de Serviços Gerais, é responsável pelos aspectos administrativos das operações de manutenção da paz e, em estreita colaboração com os Gabinetes para Assuntos Especiais de Política e de Planejamento de Programas de Orçamento e Finanças, por organizar o transporte dos contingentes, preparar as propostas orçamentárias para a operação e apresentá-las ao Comitê para Assuntos Administrativos e Orçamentários da Assembléia-Geral. Adicionalmente, ela planeja a obtenção das provisões necessárias à manutenção da operação e dirige as operações do Corpo Administrativo Civil na área.

O Comandante da Força, com o seu Assessor-Chefe Administrativo Civil, de acordo com procedimentos prescritos por ele mesmo, dentro dos limites das provisões orçamentárias para a operação e das normas e regulamentos das Nações Unidas, prepara a obtenção e o abastecimento de gêneros para o componente militar; o estabelecimento, manutenção e operação das instituições de serviço que proporcionem amenidades para os componentes da operação ou para outro pessoal da ONU, conforme autorizado pelo Comandante; o transporte de pessoal e equipamento; a obtenção, armazenagem e distribuição de suprimentos e equipamentos que não sejam diretamente fornecidos pelos Governos participantes; a manutenção e outros serviços necessários à operação; a implantação, operação e manutenção dos serviços de telecomunicações e postais; e o funcionamento dos serviços médicos, dentários e sanitários para o seu pessoal.

A previsão é obtida através de um esforço coordenado entre os assessores da área logística militar e os assessores civis. A organização dos sistemas de suprimentos e o levantamento das necessidades são responsabilidade do Oficial Chefe da Logística e seus assessores, e a responsabilidade pela obtenção e distribuição oportuna de provisões cabe ao funcionário civil Chefe do Aproveitamento.

A responsabilidade pelo Apoio Logístico, dentro da FP, acima do nível batalhão deverá ser, em princípio, atribuída pela ONU a uma, ou mais de uma — dependendo da constituição da FP — organização militar de um país situado próximo da área de atuação. O contingente deverá, portanto, estar capacitado a prestar apoio logístico de nível batalhão a todos os elementos que o integram e, em certos casos, estar apto a suplementar esse apoio de modo a aumentar sua capacidade.

A auto-suficiência é a situação que os contingentes deverão buscar. Dificilmente a ONU conseguirá suprir uma força em todas as suas necessidades, principalmente nos estágios iniciais de instalação. Os recursos locais, normalmente, são escassos e a qualidade duvidosa. Outro aspecto que reforça essa necessidade de auto-suficiência é a distância que o contingente vai operar, em relação à unidade que vai lhe prestar o apoio.

A ida de um Destacamento Precursor à área designada para a instalação do contingente possibilitará melhor especificação de itens escassos e imprescindíveis.

Para o suprimento Classe I convém ressaltar que, para manter elevado o moral da tropa e considerando as diferenças de hábi-

tos alimentares, é de todo indicado que seja prevista uma complementação, de gêneros típicos do país de origem, aos gêneros que serão distribuídos pela ONU.

É indispensável a presença de Oficiais de Ligação junto à organização designada pela ONU para prestar apoio logístico ao contingente. Para esses oficiais, além do inglês, é desejável o conhecimento do idioma do país a que essa organização pertencer.

Nas diretrizes expedidas pela ONU, para regular determinada operação, é incluído um capítulo que orienta os contingentes quanto aos aspectos administrativos. É fundamental que o contingente participante seja dotado com todo o equipamento previsto nas diretrizes.

O FUTURO

O mundo pós-Guerra Fria continua instável. Sinais de alerta para novas crises estão surgindo em todo o planeta. As missões de manutenção da paz da ONU serão requeridas com maior frequência, mas nem sempre poder-se-á distinguir claramente se aquele organismo deverá intervir em uma situação específica como tampouco teremos a certeza de que o fará eficazmente. De qualquer forma, se essa organização deseja desempenhar um papel mais relevante no futuro, deverá aumentar a sua capacidade de planejar, organizar, conduzir e apoiar operações de manutenção da paz, cada vez mais complexas.

Ao se pensar no futuro das missões de paz, à luz dos acontecimentos atuais, ressal-

tam questões que, por sua importância, necessitam ser equacionadas e melhor analisadas, para que se possa entender os efeitos diferenciados decorrentes nas áreas da sua atuação.

Assim, as missões de paz da ONU revelam alguns desafios:

- Os países aceitariam abrir mão de parte de suas soberanias por pressões de uma organização supranacional?

- Estariam as sociedades preparadas para aceitar o sacrifício de seus representantes, civis e/ou militares, em áreas onde seus interesses nacionais não estivessem diretamente em jogo, mas sim estivessem sendo selecionadas questões internacionais com tendências hegemônicas, com emprego de Forças de Paz multinacionais?

- Concordariam os países do "Primeiro Mundo" que suas forças fossem comandadas por estrangeiros ou que forças multinacionais intervissem em seus territórios para solucionar suas questões internas?

- A medida em que a ONU aumenta sua presença nas regiões de conflitos, pela maior agilidade de seu Conselho de Segurança, cresce o seu "déficit financeiro". Com o envio de novas forças, os "capacetes azuis" em atuação chegam a 80.000 homens. É uma cifra recorde nos 49 anos de existência daquele organismo. O déficit nas finanças ultrapassa a dois bilhões de dólares. Estariam os países-membros dispostos a pagar essa conta?

- O pleito do Brasil para passar à condição de membro permanente do CS/ONU implicaria aumento da sua contribuição financeira?

- Até quando a ONU manterá, com sua antiga estrutura, o gerenciamento racional dos grandes conflitos mundiais?

- Até que ponto as dissidências, que começam a ser notadas entre alguns líderes mundiais e o Secretário-Geral da ONU, deixarão transcorrer incólumes as deliberações de seu Conselho de Segurança sobre Forças de Manutenção de Paz?

- Quais os reflexos da "Agenda para a Paz" e suas missões de segunda geração (onde se propõe não apenas em manter mas, também, em impor a paz) em função de decisão soberana de alguns países que defendem os princípios de autodeterminação e não ingerência em assuntos internos?

Todas essas considerações têm dado margem a reflexões sobre a necessidade de se repensar sobre a ONU, especialmente quanto ao redimensionamento e à estruturação, diante de um quadro em mutação. Decorridos 50 anos de sua criação, permanece com a mesma estrutura decisória, calcada em parâmetros pertencentes ao passado, para tomar decisões políticas no contexto de uma nova realidade global.

É de se supor que a ONU está a visulizar tais idiossincrasias e começa a precaver-se, através da criação de centros de formação e adestramento de *Peacekeepers* (mantenedores da paz) ou da implementação de contratos sobre forças a ela hipotecada, *Stand-by Forces*, buscando respaldo em seus membros.

CONCLUSÃO

O mundo vive hoje sob os impactos de nítidos contrastes sociais, de bem definidos

setores de turbulência e de evidentes crises econômicas.

A pobreza e as crises sociais monitoram as convulsões.

Os cenários mundiais são regidos por diferenças étnicas, confrontos religiosos, nacionalismos exarcebados, migrações desenfreadas, poder crescente do narcotráfico, preocupações mundiais com o meio ambiente e com os direitos humanos.

Nesse quadro, a concretização de uma paz mundial e duradoura envolve previsível participação, cada vez maior, da ONU como gerenciadora do processo. Tal prognose decorre da evidência de que, desde sua criação, em 1945, entre as 28 missões de paz por ela implementadas, mais da metade foi iniciada nos últimos 5 anos, a partir dos primórdios da tão propalada "Nova Ordem Mundial."

Torna-se, assim, oportuno indagar se o organismo, criado no fim da Segunda Guerra Mundial, e tendo, nestes cinquenta anos, sofrido poucas modificações estruturais, estaria adequadamente dimensionado para a nova realidade.

A "Agenda para Paz", de Boutros Ghali, propõe novas modalidades de envolvimento na solução de conflitos — já denominadas como missões de segunda geração — sugere maior interação com organismos regionais e organizações não-governamentais, no processo de busca da paz, e culmina com propostas para criação de Forças Internacionais de pronta intervenção, sob o arbítrio do Conselho de Segurança, em áreas por ele julgadas como ameaças à paz mundial. Nesse contexto, há necessidade de se definir se os países-alvos estariam dispostos a aceitar, tacitamente, uma situação que lhe poderá ser proposta

ou imposta, bem como, identificar nessas operações possíveis manipulações das grandes potências em prol de seus interesses.

Essa postura, porém, não invalida a participação efetiva do Brasil em algumas missões conduzidas pela ONU, que, agindo de forma coerente com sua política exterior, busca contribuir para a paz mundial.

Assim, reconhecendo a importância das tarefas da ONU, o Brasil vem participando de Forças de Paz e de Missões de Observação com efetivos cada vez maiores e em áreas diversificadas, marcando a presença da Nação no plano internacional e sustentando a posição pela resolução pacífica dos conflitos, respaldado na Constituição brasileira, que norteia sua postura soberana e independente das pressões e interesses hegemônicos.

Essa participação, que requer uma preparação cuidadosa, um planejamento detalhado, uma seleção de meios (pessoal e material) criteriosa, um adestramento voltado para a realidade e que envolve riscos, constitui-se em excelente oportunidade para a incorporação de enriquecedora experiência militar que, devidamente aproveitada e difundida, é fator de fundamental importância na capacitação e motivação das Forças Armadas brasileiras.

O desempenho dessas missões, além de constituir prova de confiança, traz novas responsabilidades às Forças. Sem desviar-se de sua missão constitucional, da defesa da soberania e da integridade do território nacional, as Forças Armadas devem estar prontas para responder, com oportunidade e eficácia, às missões que lhes venham a ser atribuídas no âmbito das Operações de Paz. □

Melhorando a vida de milhões

Há mais de 50 anos atuando
nas áreas de habitação,
saneamento básico e irrigação.



O melhor existe



Os Foguetes no Exército Brasileiro

Samuel de Tarso Teixeira Primo*

Comunicação apresentada, pelo autor, em sessão do NEPHIM (Núcleo de Estudo e Pesquisa de História Militar do Brasil, no IGHMB) de 14.07.1992 e publicada na Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil nº 79/94. Informa sobre o uso de foguetes e mísseis em operações militares e apresenta uma síntese histórica de sua utilização no Exército Brasileiro.

Empregados pela primeira vez em combate, no ano de 1232 da nossa era, os foguetes foram submetidos, a partir de então, a um processo de contínuo aperfeiçoamento ao longo dos séculos, do qual resultou tornarem-se, os foguetes, bem como os mísseis deles originados, na mais avançada tecnologia bélica à disposição das modernas forças de combate.

É interessante recordar-se que o Exército Brasileiro, ao preparar-se para a batalha

decisiva contra as forças de Alvear e Lavalleja, na Guerra da Cisplatina, no alvorecer do século XIX, realizou experiência tentando absorver a nova tecnologia dos foguetes, recém-chegada ao continente sul-americano. Embora frustrada, a experiência realizada assinalou o ingresso do Exército Brasileiro no campo dos foguetes.

TERMINOLOGIA ATUALMENTE EMPREGADA

• *Míssil* — Engenho autopropulsado e não tripulado que se desloca acima da super-

* General-de-Brigada.

fície terrestre. Sua trajetória pode ser modificada, após o lançamento, por mecanismos existentes no seu interior, em resposta a comandos originados interna ou externamente.

• *Foguete* — Engenho cuja trajetória não pode ser modificada após o lançamento, pois não tem sistema de direção ou parte deste no seu interior. Descreve uma trajetória balística.

• *Propulsão a foguete* — É aquela na qual o engenho transporta o combustível e o comburente. O empuxo produzido é independente da atmosfera ou do meio em que o engenho se desloca.

• *Propulsão a jato* — É aquela na qual o engenho transporta apenas o combustível, dependendo do ar atmosférico para completar a combustão do motor. Sofre uma limitação bastante grande, pois necessita do oxigênio da atmosfera terrestre, razão pela qual não pode ser empregada acima de 30 quilômetros de altitude.

OS FOGUETES

Primórdios

Historiadores dedicados à pesquisa histórica sobre o desenvolvimento dos foguetes registram seu primeiro emprego no século XIII, na China. Tal fato ocorreu no ano de 1232 da nossa era, quando os mongóis sitiavam a cidade de Kai-Feng Fu, capital da província de Honan. Os chineses defenderam a cidade usando armas que foram descritas como "flechas do fogo que vão". Como não havia arcos ou outros meios para arremessar as flechas, os pesquisadores concluíram que tais flechas eram mesmo foguetes.

Na mesma batalha, os defensores lançaram do alto das muralhas da cidade, sobre os atacantes, uma espécie de bomba, descrita com o "o trovão que faz o céu tremer". Partindo dessas escassas referências, os pesquisadores concluíram que os chineses, no ano de 1232, já haviam descoberto a pólvora e tinham aprendido a usá-la para fabricar bombas explosivas bem como cargas propulsivas para os seus incipientes foguetes.

Ainda no mesmo século, os foguetes e a própria pólvora chegaram à Europa, provavelmente levados pelos árabes. A partir de então, disseminaram-se por toda a Europa as pesquisas relacionadas com os foguetes, do que resultou não apenas melhorias no seu desempenho, como também variada literatura sobre o assunto, especialmente na segunda metade do século XVII, quando foram publicados os notáveis trabalhos de Kazimiers Siemienowicz, experimentado artilheiro polonês, nos quais constavam desenhos de foguetes com estágios múltiplos, foguetes agrupados em feixe e foguetes com aletas, por ele mesmo desenhados.

Na mesma época, no ano de 1687, Isaac Newton formulou suas famosas leis do movimento. A terceira dessas leis estabelecia que "a cada ação corresponde, uma reação igual e em sentido contrário", vindo a constituir-se no princípio fundamental da propulsão a reação.

A despeito dos entusiastas europeus, o uso dos foguetes nas campanhas militares era esporádico. Somente após uma série de batalhas na Índia, no fim do século XVIII, houve um renascimento do interesse pelos foguetes. Hydar Ali, príncipe de Misore, desenvolveu foguetes usando tubos metálicos que permitiam pressões internas mais elevadas. Os foguetes pesavam de 3 a 6 quilos e eram esta-

bilizados em vôo por uma vara de bambu com 3 metros de comprimento. O alcance desses foguetes era de aproximadamente 2.500 metros e a falta de precisão era compensada pela quantidade de foguetes disparados, tornando seus ataques particularmente eficazes contra a Cavalaria, como aconteceu nas batalhas de "Seringapatam", contra os ingleses, em 1792 e 1799.

• Os foguetes no Século XIX

As notícias sobre o sucesso alcançado pelos foguetes na Índia, ao fim do século XVIII, espalharam-se pela Europa.

O Coronel de Artilharia William Congrève, do Exército inglês, começou a fazer experiências em segredo e, dentro de poucos anos, tonou-se capaz de igualar e superar o alcance dos foguetes indianos. Os foguetes a Congrève proporcionaram, aos ingleses, uma notável capacidade de ataque, bastante utilizada nas guerras do início do século XIX, como aconteceu no ano 1807, quando um ataque em massa, usando 25.000 foguetes, incendiou e destruiu a maior parte da cidade de Copenhagem.

Os foguetes a Congrève alcançaram sucesso por várias razões. Congrève fez experiências com inúmeras fórmulas de pólvora negra e estabeleceu especificações padronizadas. Com a produção de centenas de milhares de foguetes durante várias décadas, conseguiu introduzir nos seus foguetes um número apreciável de melhoramentos. Os foguetes a Congrève foram utilizados pelo Exército Brasileiro na campanha de 1851-52 e na Guerra da Tríplice Aliança.

Em meados do século XIX, William Hale, inglês, idealizou uma maneira de eliminar o peso morto da vareta estabilizadora. Colocando um conjunto de aletas curvas e

inclinadas na cauda do foguete, os gases da combustão imprimiam uma rotação ao foguete, estabilizando-o em vôo. Os foguetes estabilizados por rotação representaram um grande melhoramento no desempenho do artefato e proporcionaram maior facilidade no seu manuseio.

• Os foguetes no Século XX

No início do século XX, continuavam as tentativas para melhorar o desempenho dos foguetes, sem alcançar sucesso, pois os mesmos ainda usavam pólvora negra como propelente, tornando muito limitadas suas possibilidades de melhoria.

Tal situação fez com que houvesse pouco uso dos foguetes na Primeira Guerra Mundial, pois a evolução da Artilharia superou de muito a capacidade dos foguetes existentes, os quais pouco haviam progredido nas décadas anteriores.

Após a Primeira Guerra Mundial, entretanto, começaram a surgir na Europa e nos Estados Unidos cientistas e pesquisadores, como Hermann Oberth (Alemanha), Robert H. Goddard (EUA) e muitos outros, em vários países, cujas idéias avançadas proporcionaram extraordinários progressos no campo dos foguetes, chegando até mesmo a antever a possibilidade dos foguetes no espaço interplanetário.

Durante a Segunda Guerra Mundial, registrou-se, evidentemente, acelerado progresso em ambos os lados, com maior desenvolvimento na Alemanha, graças ao gênio de Wernher von Braun que, terminada a guerra, radicou-se nos EUA, juntamente com a sua equipe de trabalho no campo de provas de Peenemünde, constituída por engenheiros altamente especializados. O trabalho que se seguiu aproveitou a bomba V-2 para, partin-

do dela, chegar aos mísseis balísticos intercontinentais e, finalmente, à grande conquista de 20 de julho de 1969, quando o módulo lunar da *Apollo-XI* pousou na Lua e seus tripulantes Neil Armstrong e Edwin Aldrin, pela primeira vez, pisaram em solo lunar.

Paralelamente, foi também extraordinariamente grande a evolução no campo dos mísseis, em todas as suas modalidades: superfície-superfície, superfície-ar, ar-superfície e ar-ar. Representam os mísseis, nos dias de hoje, a mais avançada tecnologia à disposição das modernas Forças Armadas em combate, conforme foi demonstrado na Guerra do Golfo, em fevereiro de 1991.

FOGUETES E MÍSSEIS NO EXÉRCITO BRASILEIRO

A primeira experiência com foguetes

A primeira experiência com foguetes realizada no Exército Brasileiro aconteceu treze dias antes da Batalha do Passo do Rosário (20 de fevereiro de 1827), na região das cabeceiras do Arroio Lexiguana, a nordeste da atual cidade de Bagé, onde se encontrava acampado o Exército Imperial do Sul, sob o comando do Marquês de Barbacena.

Foi ela realizada ao entardecer do dia 7 de fevereiro de 1827, sob a forma de uma demonstração a cargo de Tenente Carl Ludwig August Siegener, oficial alemão a serviço do Exército Brasileiro, na qual seriam lançados três foguetes a *Congreve*.

Lamentavelmente, porém, a experiência não foi bem sucedida, em virtude de acidente por ocasião do lançamento dos foguetes, do qual resultou seriamente ferido Siegener, que veio falecer dois dias depois, quando era

evacuado para Caçapava, onde foi sepultado em 9 de fevereiro de 1827.

“A primeira experiência com foguetes realizada no Exército Brasileiro aconteceu treze dias antes da Batalha do Passo do Rosário (20 de fevereiro de 1827).”

A despeito do insucesso registrado, a tentativa do Tenente Siegener constitui evento histórico da maior significação para o Exército Brasileiro, pois comprova o espírito e a determinação de buscar o aperfeiçoamento profissional dos seus quadros e da tropa, já desde os primeiros tempos de sua existência, mediante o conhecimento e a capacidade de utilizar as inovações surgidas na arte da guerra para aumentar o poder de combate da Força Terrestre.

Nos dias de hoje, à frente do Ginásio de Esportes Presidente Medici, em Bagé, encontra-se o monumento que memoriza a primeira experiência com foguetes no Exército Brasileiro e homenageia o protomártir da missilística brasileira, o Tenente Carl Ludwig August Siegener.

A Primeira escola de fogo de foguete

Prestes a iniciar as operações contra Oribe e Rosas, Caxias, nomeado Comandante-em-Chefe do nosso Exército na fronteira, passa por Bagé e convida Mallet para participar da campanha, oferecendo-lhe o comando do 1º Regimento de Artilharia a Cavalos. É interessante lembrar-se que Mallet,

demitido do serviço ativo do Exército Brasileiro, em 29 de abril de 1831, após a abdicação de D. Pedro I passara a residir em Bagé, onde constituíra família. No momento em que Caxias o convida para participar da campanha, Mallet, já com cinquenta anos de idade, é ainda capitão. Sem hesitar, Mallet aceita a missão. Para isso, segue para São Gabriel, parada de sua nova unidade, onde, atuando com rapidez, mobiliza e apresta o pessoal necessário para completar o efetivo da unidade.

O regimento entra em campanha a 10 de agosto de 1851, deslocando-se de São Gabriel para Santana do Livramento, local escolhido para a concentração de nossas forças sob o comando de Caxias, onde chega em fim de jornada de 21 de agosto. Concluída a concentração, as tropas brasileiras põem-se em marcha e, por Quaraí, penetram em território uruguaio, avançando para o sul, em direção a Montividéu.

Em novembro, as forças brasileiras acampadas nas margens do Rio Santa Lúcia, próximo ao Passo do Soldado, têm sua artilharia reforçada com o recebimento de uma bateria de foguetes a *Congrève*, que ficou adida ao 1º Regimento de Artilharia a Cavalo (1º RACav).

Naquele local, no dia 9 de novembro de 1851, foi realizada a primeira escola de fogo de foguetes no Exército Brasileiro. Às nove horas da manhã daquele dia, foi recebido com honras militares o Conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, Ministro Plenipotenciário do Brasil, junto às repúblicas do Prata.

Por volta do meio dia, teve lugar uma experiência de lançamento de foguetes a

Congrève, realizada pela bateria adida ao 1º RACav, sob o comando de Mallet, assistida pelas autoridades presentes e pelas 1ª, 2ª e 3ª Divisões, juntamente com a Cavalaria e a Artilharia. Às 16:00 horas, sob o comando do então Conde de Caxias, Comandante-em-Chefe, realizaram-se exercícios, manobras e evoluções das três Divisões.

Cabe assim a Mallet o galardão de ter conduzido a primeira escola de fogo de foguetes, galardão esse que o faz patrono não só da Artilharia de tubo como também da Artilharia de foguetes do Exército Brasileiro.

Batismo de fogo dos foguetes

A primeira participação de uma bateria de foguetes do Exército Brasileiro em combate ocorreu na Batalha de Monte Caseros, em 3 de fevereiro de 1852.

Trata-se da bateria de foguetes a *Congrève* adida ao 1º RACav, o atual Regimento Mallet, que, naquela oportunidade, sob o comando do Major Joaquim José Gonçalves Fontes, integrava a Força Expedicionária Aliada em operações contra Rosas em território argentino.

É interessante observar que os nossos adversários também empregaram foguetes naquela batalha, pois além de 34 canhões, foram também apreendidas 2 das três estativas de foguetes existentes nas forças de Rosas.

Por ironia do destino, Mallet que recebera a bateria no acampamento do Rio Santa Lúcia e conduzira sua primeira escola de fogo, no dia 9 de novembro de 1851, não pode comandá-la em combate. Mallet, mais mo-

demo que o Major Gonçalves Fontes, ficaria no Uruguai, comandando a outra ala do 1^o RACav que lá permaneceu, não tendo assim podido participar da Batalha de Monte Caseros.

Fabricação de Foguetes no Brasil no Século XIX

Em 1851, por ocasião da declaração de guerra contra Rosas, foi criada a Fábrica de Munições e Petrechos (1851-1863), tendo sido contratado o técnico alemão Rodolfo Rockneldt, com a finalidade de montar uma oficina para fabricar foguetes a *Congrève* a serem utilizados durante a campanha.

Terminada a guerra, foi dispensado o técnico alemão, sendo nomeado um oficial de engenheiros, o Tenente Francisco Carlos da

Luz, para prosseguir nos trabalhos. Foram ainda contratados na Europa o mestre-de-fogos André Koolf e outros artífices, também alemães, para trabalharem na Fábrica de Munições e Petrechos.

Em 1863, a Fábrica de Munições e Petrechos passou a chamar-se Laboratório Pirotécnico do Campinho, permanecendo em atividade até o ano de 1900.

Durante a Guerra do Paraguai, prestou relevante apoio às Forças do Exército em operações, conforme consta do Relatório do Ministério da Guerra, do ano de 1870, em que é apresentada uma "relação de armamentos, equipamentos e munições remetidos ao nosso Exército desde o princípio da guerra até esta data".

É interessante observar-se a variedade de foguetes utilizados, constantes da relação abaixo:

— De guerra	1.025
— De dito de 2 polegadas	1.961
— De dito de 2 1/2 polegadas	2.450
— De dito de 3 1/2 polegadas	198
— De dito de calibre 18	1.813
— De dito de calibre 24	1.218
— De dito de calibre 32	162
— Tangencias (de guerra)	170
— Estativas para foguetes de 2 polegadas	35
— Ditas, idem de 2 1/2 polegadas	4
— Estativas	6
— Caudas para foguetes de 2 polegadas	385
— Ditas para foguetes de 2 1/2 polegadas	763
— Ditas, idem de guerra	3.530

Os foguetes na Guerra do Paraguai

Tanto as forças brasileiras como as paraguaias empregaram foguetes durante as operações realizadas na Guerra do Paraguai.

Os foguetes foram usados basicamente para sinalização, ligação e, sobre tudo, para bombardeios de saturação contra tropas de infantaria e cavalaria desabrigadas; emprego este que, além do efeito material, gerava enorme efeito moral pelo ruído produzido pelos foguetes.

No Exército Brasileiro participaram das operações as seguintes baterias de foguetes a *Congreve*: Bateria adida ao 1º RACav; Bateria adida ao 1º BAPé (1º Batalhão de Artilharia a Pé); e Bateria adida ao Corpo Provisório de Artilharia a Cavalo.

As baterias eram constituídas com quatro estativas, normalmente austríacas ou inglesas. Para o apoio às operações, a bateria podia ser empregada completa, com as suas quatro estativas, ou por seção, a duas estativas.

Integraram as baterias de foguetes a *Congreve* os seguintes oficiais: Capitães Francisco Vilela de Castro Tavares, Jorge Diniz Santiago, Nicolau Carneiro da Fontoura e Salazar; Tenentes Francisco Teixeira Peixoto de Abreu Lima e João Nepomuceno da Cunha; Tenente da Guarda Nacional Felisberto Pereira do Nascimento e Alferes João José de Toledo Ribas.

O projétil-foguete Martins

Cinco anos após o término da Guerra do Paraguai, o Tenente da Guarda Nacional Cláudio Augusto Martins apresentou, à Comissão de Melhoramentos do Material do

Exército, para testes, o projétil-foguete por ele desenvolvido.

Os resultados constam do Relatório do Ministro da Guerra, de 1875 (páginas 12 e 13) à Assembléia Geral Legislativa, enumeradas a seguir:

- Estudo e parecer emitidos pela 2ª Seção (Comissão de Melhoramento do Material do Exército).

- De início, as experiências não foram favoráveis.

- Duas modificações iniciais, sem obter resultados.

- A 2ª Seção, persistindo em seus trabalhos, conseguiu introduzir novas modificações que possibilitaram a correção dos problemas constatados.

- O projétil-foguete, modelo 1875, foi considerado como o melhor foguete de guerra conhecido até aquele momento.

- As experiências realizadas na linha-de-tiro proporcionaram os seguintes resultados:

- Perfeita direção do foguete, obtida pela pontaria com o canhão.

- Alcance de 3.000 metros como projétil e, daí em diante, continuação do alcance como foguete, com a carga média do canhão.

- Perfeita graduação da espoleta, que termina com a trajetória do projétil, dando lugar a funcionar o foguete deste momento em diante.

- Um foguete de guerra de forte calibre que, além de possuir as vantagens já citadas, dispensa estativas, visto ser lançado pelo canhão.

Encerrando o Relatório, afirma o Ministro da Guerra que "A 2ª Seção foi grandemente ajudada pelo Laboratório do Campinho, na confecção do misto e da espoleta. Vão ter lugar novas experiências."

Foguetes e mísseis no Século XX

Os estudos de foguete e mísseis, já no Século XX, começaram oficialmente em 1949, quando foi criada, na então Escola Técnica do Exército, a cadeira de Engenhos Autopropulsados.

Já em 1950, foi construído o protótipo, lançado com êxito, de um foguete propulsado a pólvora, de um só estágio, estabilizado empenas na carenagem da tubeira, com alcance teórico de 22 quilômetros.

Em 1951, foi realizado o projeto do primeiro foguete a propelente líquido, que não chegou a ser lançado em ensaio experimental. Ao mesmo tempo em que era projetado o foguete a propelente líquido, continuavam os estudos de foguetes a pólvora, de 75 e 105 milímetros, estabilizados por empenas. Foram também projetados foguetes rotativos, lançados em 1954. Esses foguetes, disparados por um lançador com 25 tubos, eram estabilizados em sua trajetória pelo movimento de rotação causado por um colar de tubeiras.

Em 1957, houve nova conquista no setor dos engenhos balísticos: foi lançado, pela primeira vez na América do Sul, um foguete de dois estágios, com 30 quilômetros de alcance.

Em 1959, mais dois sucessos: são lançados os protótipos de um foguete teledirigido a fio e de um foguete-sonda, cujos projetos foram desenvolvidos pelo Curso de Armamento da então Escola Técnica do Exército.

O foguete teledirigido a fio era propulsado a pólvora e tinha um alcance de 3.000 metros. Destinado ao emprego anticarro, sua ogiva portava uma carga oca de grande poder explosivo, capaz de perfurar blindagens com mais de 40 centímetros de espessura.

O segundo projeto, destinado a atrair maiores atenções, seria o lançamento do foguete-sonda *Felix I*. O foguete media 5 metros de comprimento, de estágio único, era de longo alcance e pesava 350 quilos, com uma carga propelente constituída de 180 quilos de pólvora de base dupla, produzida pela Fábrica Presidente Vargas. O projeto previa a subida de um ser vivo, no caso um gato, cujo comportamento biológico seria estudado para testar a resistência à velocidade e à altitude. O foguete-sonda *Felix I* não chegou a ser lançado, provavelmente em consequência da celeuma levantada pela decisão de incluir um gato na carga transportada pelo foguete.

A Escola Técnica do Exército, cujo nome foi mudado posteriormente para Instituto Militar de Engenharia (IME), continuou a desenvolver seus projetos com a participação dos membros do corpo docente e de oficiais-alunos, em busca de novas tecnologias e de novos tipos de armamento e equipamentos.

Ressalte-se a importante contribuição da Escola Técnica do Exército na formação de engenheiros para a Força Aérea Brasileira os quais, em 1945, criaram o Centro Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos, reconhecido hoje como um dos grandes centros mundiais de pesquisa e desenvolvimento de projetos, que vão desde a produção de aeronaves até o Veículo Lançador de Satélite (VLS), que colocará em órbita o primeiro satélite brasileiro.

A Escola Técnica do Exército foi também a sede da Comissão de Mísseis do Exército Brasileiro, lá instalada no final dos anos 50, com a missão de impulsionar os estudos sobre mísseis, cuja importância vinha crescendo a cada dia em todo mundo.

Implantado na década de 70, o Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento passou também a realizar estudos e projetos nos seus vários campos de interesse, entre eles os foguetes e mísseis superfície-superfície, como sejam os foguetes *114 mm*, *108-P*, *X-20* e *X-40* e os mísseis *Roland*, antiaéreo, e *Cobra*, anticarro, os dois últimos com vistas à sua nacionalização.

Em busca da tecnologia

Ao final do ano de 1970, foi constituída uma comissão, chefiada pelo General Ayrton Ribeiro da Silveira, para visitar instalações industriais na Europa, com o objetivo de escolher um míssil antiaéreo, para defesa a baixa altura, e um míssil anticarro, a serem adquiridos para o Exército Brasileiro, com a finalidade de realizar estudos que viessem propiciar conhecimentos capazes de permitir a nacionalização dos referidos mísseis.

Foram selecionados para avaliação os seguintes mísseis antiaéreos:

- *Crotale* (França), produzido em programa conjunto pelas companhias THOMSON-CSF/ENGINS MATRA.

- *Rapier* (Inglaterra), produzido pela companhia British Aircraft Corporation.

- *Roland* (França/Alemanha), produzido em conjunto pelas companhias Aeroespatale, francesa, e Messerschmith-Bolkow-Blom, alemã.

- *Tigercat* (Irlanda do Norte, produzido pela companhia Short Brothers Limited.

Após a avaliação, foi escolhido o míssil *Roland*.

Foram selecionados para avaliação os mísseis anticarro *Cobra* (Alemanha), produzido pela companhia Messerschmith-Bolkow-

Blom e *Vigilant* (Inglaterra), produzido pela companhia British Aircraft Corporation.

Após a avaliação, foi escolhido o míssil *Cobra*.

O míssil *Roland* representava, na época, o estado da arte entre os mísseis antiaéreos de baixa altura existente no mundo. Foram adquiridas três unidades de tiro, com o sistema montado em viatura blindada sobre lagarta. Foram também adquiridos ferramental e equipamentos para instalação de um laboratório e oficinas, no Campo de Provas da Marambaia, destinados a sediar os trabalhos a serem realizados em busca da transferência de tecnologia.

O míssil *Cobra* era um míssil de primeira geração, em que o guiamento do míssil em voo era realizado pelo atirador, acompanhando o míssil com um binóculo e comandando as mudanças de direção e elevação por meio de uma alavanca de comando. O míssil *Cobra*, na época, já havia sido vendido para cerca de 18 países, com encomendas de centenas de milhares de mísseis. O míssil, além de sua grande simplicidade de operação, possuía elevada capacidade de produzir efeitos, sendo capaz de perfurar blindagens com até 50 centímetros de espessura. Foram também adquiridos ferramental e equipamentos para instalação, na área do IPD (Fortaleza de São João), de um laboratório e oficinas para os trabalhos a serem realizados.

Com o *Roland* desejava-se chegar rapidamente ao conhecimento do estado da arte, a fim de utilizar os novos conhecimentos no desenvolvimento de estudos e projetos sobre os mísseis antiaéreos e, particularmente, desenvolver projetos para a nacionalização do míssil.

Com o míssil *Cobra*, notável pela sua simplicidade, tanto na sua estrutura básica

como na sua operação em combate, desejava-se nacionalizá-lo a fim de produzi-lo, a curto prazo, no País.

Projetos em desenvolvimento no Exército Brasileiro

O Exército Brasileiro, em conjunto com a companhia Otto Melara, com a companhia Aeromot e a Imbel, está concluindo o desenvolvimento do míssil anticarro *MSS-1.2*, guiado a laser, com alcance de 3.000 metros.

Está também realizando a nacionalização do míssil *Roland*, para defesa antiaérea a baixa altura. Os trabalhos estão bastante avançados, a despeito das dificuldades enfrentadas pela equipe encarregada do projeto.

Participação da indústria bélica nacional

Atualmente, a indústria bélica nacional privada prossegue em seus esforços para desenvolver projetos que possam servir tanto ao Exército Brasileiro como a clientes estrangeiros.

Este é o caso da empresa Avibras, fabricante do Sistema de Foguetes *Astros II*, já fornecido para vários países, tendo sido, inclusive, comprovado em combate na guerra Irã-Iraque, onde demonstrou sua extraordinária capacidade de saturação de área.

O Exército Brasileiro, conhecedor das possibilidades do Sistema *Astros II*, decidiu adquiri-lo. Assim, em março de 1990, no Campo de Instrução de Formosa, próximo à Brasília, foram incorporadas as primeiras unidades de tiro que constituirão o núcleo

inicial do Sistema *Astros* na nossa Artilharia de foguetes.

Além do Sistema *Astros*, outro produto da Avibras está em avançado estágio de desenvolvimento e certamente representará uma nova capacidade para as Forças Terrestres, na sua luta contra os seus dois maiores inimigos no campo de batalha atual: o carro de combate e o helicóptero de ataque.

Trata-se do Sistema *FOG-MPM* (Míssil Multipropósito — Guiado a Fibra Ótica). Como se vê, o míssil é guiado a fibra ótica, por meio da qual são enviados os comandos ao míssil em voo e são encaminhadas ao posto de tiro as informações colhidas pelos sensores transportados pelo míssil. Entre eles, uma câmara de televisão colocada na cabeça optrônica transmite, a todo instante, as imagens do espaço aéreo ou do terreno que está sendo sobrevoado pelo míssil. Sua guarnição é de apenas 2 homens e tem um alcance de 10 quilômetros.

CONCLUSÃO

A indústria bélica nacional, que nesta segunda metade do século XX iniciara uma fase de crescentes sucessos, produzindo equipamentos e armamentos de alto nível tecnológico, capazes de competir no mercado internacional, foi atingida ao final da década de 80 pelos problemas gerados pela difícil conjuntura econômica vivida pelo País, paralelamente a problemas surgidos no mercado internacional.

Companhias como a Engesa e a Avibras, seguramente as duas maiores empresas do País no setor de material bélico, viram-se compelidas a requerer concordata preventiva em 1990. Paralelamente, foram obrigadas

a demitir funcionários em grande número, para poder sobreviver, perdendo *know-how* e mão-de-obra especializada.

Na atual conjuntura internacional, com a queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, os grandes antagonistas do passado transformaram-se em aliados do presente, começando a restringir seus arsenais atômicos e iniciando a redução de suas forças convencionais.

Tal situação certamente gerará problemas para os países do Terceiro Mundo, que terão que enfrentar a competição dos países do Primeiro Mundo, desejosos de se verem livres dos excedentes de material bélico resultantes das reduções de efetivos procedidas em sua forças de combate.

Às dificuldades da conjuntura interna virão associar-se as restrições da conjuntura internacional.

O que fazer com as nossas indústrias de material bélico? Deixá-las simplesmente pe-

recer ou preservá-las, evitando o seu desaparecimento?

Lembremo-nos que o ciclo de vida de uma indústria de material bélico é normalmente longo e exige, de um lado, uma capacidade tecnológica em permanente crescimento, e de outro, a formação de mão-de-obra de alto nível técnico, paralelamente a equipamentos modernos e instalações adequadas. Evidentemente, tudo isto não se cria da noite para o dia. Um país sem a capacidade de produzir seus próprios armamentos estaria colocando em risco sua segurança, pois não teria condições de saber se, numa emergência, poderia suprir sua Forças Armadas com armamentos e equipamentos importados, especialmente na eventualidade da existência de restrições nos mercados tradicionais de material bélico.

Diante do quadro acima, a pergunta se impõe. O que fazer?

Esta é a crucial interrogação que nos cabe responder neste final do século XX. □

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Joaquim Victorino Portella Ferreira. *Seis Séculos de Artilharia*, pp 364-380, 1959, Biblioteca do Exército.
- IDEM, Mallet, *O Patrono da Artilharia*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1979.
- WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *Campanha de Ituzingó*. Biblioteca do Exército, 1961.
- AZEVEDO, Gilberto e JOUBIN, P.J. de Mallet. *Foguetes, o problema dos engenhos dirigidos no Brasil*.
- FORTES, Heitor Borges, "Efemérides da Artilharia", *A Defesa Nacional* nº 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, anos 1966/1967.
- MÍSSEIS — Generalidades — Notas de aula da EsACosAAE.
- TAYLOR, John W.R. *Foguetes e Mísseis*, Edições Melhoramentos, 1974
- FORD, Brian. *Armas secretas alemãs — Plataforma para Marte*, História ilustrada da Segunda Guerra Mundial, Editora Renes, 1973
- ENCYCLOPEDIA BRITANNICA — Vol 19, Rockets and Guided Missiles, pp 404-424, Edição 1968
- JANE'S WEAPON SYSTEMS, 1977. Informações e dados sobre mísseis e foguetes.
- PAREY, Albert. *Rússia's Rockets and Missiles*, 1960, pp 81-110. Editora Macmillan & Co LTD, Londres.



SUPERPESA

Cia. de Transportes Pesados e Especializados

SUPERPESA

Transportes Marítimos Ltda.

SUPERPESA

Perfurações e Dragagens S.A.

SUPERPESA

Industrial Ltda.

TECNOLOGIA DE PESO.

Não deixe mais que os problemas da sua empresa pesem em seus ombros.

Fique com a maior empresa brasileira de transportes pesados e especializados: o Grupo Superpesa.

Afinal, são 25 anos de trabalho sério e produtivo com cargas indivisíveis de grande peso e dimensões, turbinas de grandes hidrelétricas, comportas de barragens, fornos siderúrgicos, equipamentos de refinarias e indústrias pesadas.

Tudo apoiado por uma equipe de peso: mais de 1.200 funcionários, entre técnicos e engenheiros, altamente especializados.

Tecnologia empregada tanto na terra como no mar.

Em terra, uma frota que inclui os maiores cavalos mecânicos do mundo, carretas hidráulicas e o

mais amplo parque de guindastes da América do Sul, com equipamentos para o ergulmo de até 600 toneladas.

No mar, o Grupo Superpesa opera com navio próprio "roll-on roll-off" no transporte de cabotagem. Desenvolve ainda um importante trabalho "off shore", com suas balsas guindastes responsáveis pelo lançamento e montagem de mais de 30% dos oleodutos e plataformas de petróleo existentes na costa brasileira.

Além disso, o Grupo Superpesa mantém equipes de mergulhadores para o trabalho em lâminas d'água

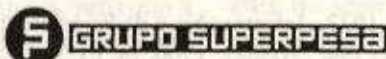
de até 300 metros de profundidade, através de sofisticados equipamentos, apoiados por um mini-submarino - o único em uso na América Latina.

Atuação que se estende, hoje, às perfurações petrolíferas e às dragagens.

E, dando apoio às empresas

Superpesa em operação, foi criada a Superpesa Industrial que, com sua caldeiraria pesada e usinagem de precisão, já se faz presente em todo o território brasileiro.

Assim, desenvolvendo tecnologias e aprimorando seu maquinário, dentro de mais de 100.000 m² de área construída, o Grupo Superpesa se constitui num líder em transportes de grandes cargas. Um nome de peso na solução de grandes problemas.



Matriz: R. Araújo Porto Alegre, 36/3ª e 12º andares,
Rio de Janeiro RJ • CEP 20030 • Tel.: (021) 210-2131,
Tólex: (021) 214-99 5718.
Filial: São Paulo
Rua Consolação 222 - gr. 509
Tel.: (011) 257-8286



A Presença Militar Brasileira na Amazônia como Fator de Dissuasão*

Luiz Fernando Azevedo Garrido**

Resumo de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares.

Caracteriza diferentes aspectos do cenário amazônico atual que constituem ameaças à Segurança Nacional e defende a essencialidade do Projeto Calha Norte, do SIPAM e do SIVAM para a garantia da Soberania Nacional sobre a área.

Desde que os europeus, há mais de quatrocentos anos, começaram a descobrir a Amazônia, a explorá-la e, mais tarde, povoá-la, o mundo tomou conhecimento, através dos mais variados relatos, dessa misteriosa e vasta extensão de águas e

matas que se esparramam por uma superfície de quase 6 milhões de km².

Para muitos cientistas e aventureiros do século passado, a Amazônia era uma espécie de terra encantada, com uma multiplicidade biológica e de riquezas naturais incomparáveis no mundo todo.

Nas três décadas passadas, a civilização tecno-industrial dos nossos tempos iniciou a conquista da Amazônia a seu modo: começou-se a desmatar a floresta, para transformá-

**** Major do Exército.**

* Selecionado pelo PADECEME.

la em áreas de plantio; investiu-se muito dinheiro na implementação dos sistemas de transportes fluvial, terrestre e aéreo; promoveram-se esforços, tanto para o combate de endemias, quanto a melhoria da qualidade de vida da população. Entretanto, o propósito original de fazer da Amazônia o "paraíso da Terra", uma próspera região agrícola, com comunidades que progredissem e uma população feliz, é, atualmente, quase inatingível. Pelo contrário, há um perigo premente de que esse último reduto da natureza, praticamente intocado, seja destruído em poucos anos ou décadas, pela moderna civilização.

"A Amazônia vive, hoje, sérios problemas que poderão, num futuro próximo, vir a gerar complicadores para a efetiva concretização dos Objetivos Nacionais Permanentes."

O Brasil é detentor da maior parte da região amazônica. Essa área tão vasta, entretanto, contém a menor densidade populacional do País, o que a torna particularmente sensível às inúmeras injunções do campo internacional.

Sua importância geopolítica e a gama de recursos naturais que possui, cedo atrairiam a atenção e incentivariam a cobiça de potências estranhas à ela. As tentativas de influência e domínio têm sido sucessivas e realizadas a intervalos cada vez menores, ao longo da História.

Porém, a despeito do fascínio que sempre exerceu, a Amazônia viu-se, historicamente, preterida no esforço de desenvolvimento do País. Assim, por longo tempo, o ade-

quado equacionamento de seus problemas e a correta avaliação de seus recursos não encontrariam um eficiente tratamento na esfera governamental.

Como conciliar desenvolvimento e conservação ambiental? Eis, ao que parece, o maior desafio para os brasileiros no limiar do Terceiro Milênio.

A preservação do meio ambiente tornou-se, nos últimos tempos, uma questão crucial no relacionamento internacional. A dinâmica dos meios de informação faz com que o homem médio dos países desenvolvidos tome ciência, quase simultaneamente, dos acontecimentos ocorridos no âmago da floresta amazônica, sejam os relacionados às questões indígenas ou os que se referem à preservação do ecossistema.

A expectativa criada pela mídia internacional gera um clima emocional que interfere na correta análise do tema, muitas vezes sem base científica comprovada.

Na atualidade, poderosos interesses e pressões, nem sempre confessáveis, movem-se no plano internacional. Organizações e governos estrangeiros constantemente manifestam-se, mesmo que veladamente, contra a política brasileira para o desenvolvimento da região e para a preservação do meio ambiente amazônico.

Não completamente integrada ao restante do território nacional e sob forte pressão externa, a Amazônia vive, hoje, sérios problemas que poderão, num futuro próximo, vir a gerar complicadores para a efetiva concretização dos Objetivos Nacionais Permanentes.

Esses óbices, em essência, constituem-se em ameaças à região, o que tem atraído a atenção governamental e, particularmente, das Forças Armadas.

Assim, questões como a do narcotráfico aliado à guerrilha e a dos conflitos de índios com garimpeiros, além das próprias características naturais da região — com 11.500 km de fronteiras a vigiar —, tornam a Amazônia uma área instável e altamente vulnerável.

Que medidas deverão ser tomadas para salvaguardar os interesses e a soberania nacional na região amazônica? O Brasil deverá renunciar às suas pretensões de desenvolvimento e de integração da Amazônia ao restante do País? O que há de real no interesse internacional pela região? Minerais estratégicos ou a simples defesa da ecologia e de grupos indígenas?

Essas e outras indagações talvez só possam ser respondidas a longo prazo. Porém, de imediato, é imperativo que a ação governamental se faça presente em toda a área, a fim de levar a todos os pontos do território nacional a afirmação da soberania da Nação brasileira.

AS TENTATIVAS INTERNACIONAIS DE INGERÊNCIA

O interesse internacional pela Amazônia remonta ao século XVII, quando ingleses, franceses e holandeses tentaram dominar a foz do Rio Amazonas, o que viria lhes proporcionar amplo acesso ao interior da hiléia. Essas tentativas, porém, seriam frustradas pela ação arrojada de portugueses e brasileiros.

De lá para cá, vêm sendo assinaladas sucessivas tentativas externas de ingerência na área.

Por constituir uma região dissociada do território nacional e, ainda, por não ter a fai-

xa de fronteira suficientemente vivificada, a Amazônia brasileira, ao longo dos séculos, tem despertado o interesse estrangeiro sob várias formas.

No século passado ocorreu a primeira tentativa de ingerência, durante a Guerra dos Cabanos (1835–1840), quando Inglaterra, França e EUA propuseram, aos revoltosos, a separação da Amazônia do restante do Império, sob o pretexto de protegerem a região e seus habitantes.

Em 1849, o chefe do Observatório Naval de Washington, Mathew Maury, publicou um artigo em que desenvolveu a teoria segundo a qual o Golfo do México e a Amazônia faziam parte de um único complexo geográfico e, conseqüentemente, o Rio Amazonas seria uma extensão do Rio Mississippi. Com base nessa teoria, mais tarde seria proposta a criação da República Amazônica, a fim de acolher os negros americanos recém-libertados.

Na década de 1850, os norte-americanos, aproveitando-se do fato de estar o Brasil envolvido nas questões do Prata, e almejando a exploração da região por empresas multinacionais, pressionaram o Governo brasileiro, com o intuito de obterem a livre navegação da Bacia Amazônica. Para isso, alegaram que a política brasileira para a área, mantendo ali um estreito controle de trânsito, trazia prejuízos para a própria região, bem como para os interesses de outras nações, impedidas de desenvolver o livre comércio.

Reagindo às pressões diplomáticas, o Imperador D. Pedro II elevou a Amazônia à condição de província, estimulando a criação de uma companhia de navegação fluvial para a utilização de seus rios e, finalmente, abrindo a Bacia Amazônica à navegação internacional.

No final do século, foi criado, em Nova York, o *Bolivian Syndicate*. Com capitais ingleses, alemães e estadunidenses, tal empresa viria a negociar com a Bolívia um contrato para ocupar a região que é hoje o Estado do Acre, e que foi objetivo de litígio entre o Brasil e aquele país, desde 1867.

Outra tentativa de ingerência internacional ocorreu na última metade do século passado, a pretexto de redistribuir a população mundial. Tratava-se de um plano japonês, pelo qual a Amazônia receberia os excedentes populacionais do mundo.

Já neste século, em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) planejou a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, cujo objetivo era a desapropriação da Amazônia. Concedia atribuições executivas a uma entidade internacional, criava imunidade para pessoas e bens, e retirava toda e qualquer jurisdição territorial do Brasil. A iniciativa agradou a tal ponto as nações estrangeiras, que as autoridades brasileiras no exterior passaram a ser inquiridas sobre as áreas que os países interessados poderiam dispor para a "exploração comercial e colonização".

Nos anos 60, o Instituto Hudson, norte-americano, elaborou o Projeto dos Grandes Lagos, ou Plano do Mar Mediterrâneo Amazônico, que previa a construção de sete grandes lagos na Amazônia. Esses lagos serviriam de ligação entre as bacias dos rios e lhes melhorariam o potencial de navegação, promovendo um grande número de subprodutos estimuladores do desenvolvimento regional. O projeto consistia, ainda, na ligação das três maiores bacias do Subcontinente Sul-americano — Orenoco, Amazonas e Paraguai —, inundando uma área aproximada de 1/4 da Amazônia, o que permitiria uma navegação em larga escala e integraria cinco países.

Mais recentemente, o Governo francês propôs criar uma estrutura supranacional de defesa do meio ambiente que, apoiada na estranha tese da "soberania compartilhada", teria o direito de intervir em assuntos internos brasileiros.

Existiu, ainda, a conhecida atuação do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, que em suas diretrizes afirmou, de modo categórico, que "a Amazônia constituiu-se patrimônio de humanidade, e não, patrimônio dos países cujos territórios, pretensamente, dizem lhes pertencer".

Os interesses estrangeiros, notadamente dos países do chamado Primeiro Mundo, seguidamente transvestiram-se, através de pressões, para criação de parques indígenas multinacionais, por intermédio de órgãos não governamentais (ONG). Manifestaram-se, também, através de boicotes propostos por parlamentares europeus junto à Comunidade Econômica Européia, visando a interromper o Projeto Carajás, em andamento desde a década de 80.

Em 1990, coube à Agência Espacial Norte-americana (NASA) lançar o Projeto "Amazônia Global — Missão do Planeta Terra", elaborado por 551 técnicos e 168 instituições. Dele participaram apenas dois cientistas brasileiros e o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE). O Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA) nem foi consultado.

Outra forma de pressão, e bem-sucedida, foi exercida pela Igreja, através do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O setor internacional, mobilizado pelo Movimento dos Jovens Católicos da Áustria, pressionou o Governo Collor para que fosse criado o Parque Indígena Binacional (Brasil-Venezuela), a ser ocupado pelos

lanomâmis. Por sua importância no contexto da Segurança Nacional, esse assunto voltará a ser abordado posteriormente.

A NOVA ORDEM MUNDIAL

No âmbito internacional, a queda do Muro de Berlim, em 1989, caracterizou o fim da Guerra Fria, entrando o mundo em um processo de transição ainda hoje não definido. Rufram os valores que mantiveram o equilíbrio estratégico internacional desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e que vigoraram por 45 anos, caracterizados pelos conflitos ideológico, político, econômico e militar entre os Estados Unidos da América (EUA) e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O fim do sistema bipolar determinou profundas repercussões no quadro mundial, trazendo marcantes consequências que delimitariam um novo ordenamento internacional.

Os analistas estão preocupados com o novo panorama estratégico mundial que começa a se delinear. É o caso, por exemplo, do ex-secretário de defesa dos EUA e ex-presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, que defende uma "nova ordem mundial" dirigida pelo grupo dos sete países mais desenvolvidos do mundo,¹ conhecido por G7. Esses países, pela influência que exercem, dominam as estruturas internacionais do poder político² e do poder econômico.³

Na "nova ordem mundial" de McNamara, os países desenvolvidos garantiriam a

paz e a segurança entre as nações. Para tal, seria utilizada, quando necessária, uma diplomacia de pressões políticas e econômicas, que, se fosse ineficaz, seria substituída, em última instância, pela ação militar realizada através da intervenção de uma força multinacional sob a tutela da ONU.

Já outros analistas europeus e norte-americanos vêm propondo a tese da *Pax Americana*, em que o poder bipolar, que assegurou o equilíbrio estratégico deste pós-guerra, está sendo substituído pelo poder hegemônico dos Estados Unidos, hoje os únicos possuidores de um arsenal estratégico sem rival.

No decurso das transformações e reavaliações que se processam nesse período de transição, a posição relativa de cada país no âmbito mundial também está em jogo.

O Brasil, no contexto do período bipolar, conduziu sua política externa em função de sua opção pelo Ocidente. Isso lhe conferiu um peso estratégico, representado pelo valor de suas alianças e pela participação nos organismos internacionais. Afora as pressões exógenas, nunca o Brasil se sentiu constrangido à tomada de uma posição contrária aos seus interesses.

Uma primeira análise da nova ordem mundial indica, aparentemente, para o Brasil, uma perda de capacidade de opção e, conseqüentemente, um enfraquecimento de seu peso estratégico, caso se confirmem os prognósticos de um poder hegemônico mundial ou de uma ordem comandada pelos países desenvolvidos.

O atual momento histórico pode ser descrito como de transição, motivando inú-

1. EUA, Canadá, França, Inglaterra, Alemanha, Itália e Japão.

2. ONU e Pactos Regionais.

3. Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Comunidade Econômica Européia.

meros ajustamentos no âmbito das relações internacionais. É óbvio que política, segurança e economia mantêm relações de mútua causalidade e interdependência. Afinal, foram as transformações no sistema produtivo que acabaram por levar a alterações profundas no mapa político mundial.

“A questão indígena é antiga e tem vinculação direta com a ocupação e a exploração da Amazônia.”

Com o novo entendimento entre os países desenvolvidos, diversas crises regionais passaram a ser resolvidas através de mecanismos multilaterais. O mesmo grau de consenso se formou em relação aos chamados “temas transnacionais” da agenda diplomática, tais como meio ambiente, direitos humanos, tráfico de drogas, migrações e a não-proliferação de armas nucleares.

Os temas transnacionais, contudo, como não poderia deixar de ser, trazem em seu bojo discussões acerca de suas consequências sobre o conceito de soberania, suscitando indagações sobre as responsabilidades que caberiam ao Estado ou à comunidade internacional. Assim, levanta-se o questionamento de como evitar as conotações de intervencionismo e de violação dos direitos soberanos de cada país. Além disso, argui-se até que ponto o diálogo e a cooperação nesses temas não significarão, para o Estado, abdicar de suas prerrogativas de soberania, impedindo que se multipliquem condicionantes cada vez mais abrangentes que, em nome da legitimidade do interesse internacional, seri-

am impostas aos países, particularmente aos do chamado Terceiro Mundo.

A QUESTÃO INDÍGENA

A questão indígena acompanha toda a história da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira. Entretanto, não foi ainda incorporada de modo destacado às reflexões e debates em âmbito nacional. Deve-se isso, em parte, ao desconhecimento da importância da diversidade cultural como forte que estimula e enriquece as dinâmicas sociais e, principalmente, à resistência em se aceitar a convivência com sociedades diferentes.

A problemática da sobrevivência do índio remonta à descoberta do Brasil, em 1500, quando a população aproximava-se dos 5 milhões de silvícolas. De lá para cá, paulatinamente, eles foram sendo dizimados, seja por doenças contraídas pelo contato com o homem branco, seja por intermédio de perseguições e mortes.

Calcula-se, hoje, que existam no País cerca de 220 mil índios, distribuídos por 170 etnias, sendo a grande maioria já integrada à civilização. Na Região Amazônica, estima-se que viviam 176 mil indígenas.

Quanto ao aspecto relativo às reservas por eles ocupadas, segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) existem, no País, 279 áreas demarcadas, correspondendo a aproximadamente 36 mil hectares. Ainda restam 265 áreas à espera de demarcação, correspondendo a cerca de 46 mil hectares, o que totaliza o equivalente a 10% de todo o território brasileiro.

A questão indígena é antiga e tem vinculação direta com a ocupação e a exploração da Amazônia.

A descoberta de riquezas minerais em áreas até então inexploradas produziria, na região, problemas ecológicos, em função do desmatamento, da extinção da flora e da fauna, e também da poluição ambiental. Para as comunidades indígenas, as consequências seriam as doenças infecciosas e a eclosão de conflitos, decorrentes da invasão de suas terras. Aos contatos iniciais com a civilização, amistosos ou hostis, seguir-se-ia um processo continuado de deterioração em seu modo de vida, com aumento da dependência externa, privações crescentes e perda de terras.

A demarcação de reservas indígenas pelo Governo federal é um fator que vem agravando a situação existente na região, através da pressão exercida por diferentes interesses envolvidos no problema. De um lado, estão os indigenistas, os ecologistas e as entidades religiosas nacionais e estrangeiras, todos preocupados com a preservação das florestas e dos índios. Do outro lado, existem os políticos regionais, os garimpeiros, a população da área e os grandes proprietários de terras, todos preocupados com a exploração econômica e o conseqüente desenvolvimento regional. No centro, situam-se o Governo federal, procurando conciliar os múltiplos interesses e, particularmente, as Forças Armadas, preocupadas com a ingerência internacional e as possíveis ameaças à soberania.

No contexto da problemática indígena, a questão dos Ianomâmis é, sem dúvida, a mais preocupante. Os Ianomâmis nasceram em berço de ouro. De ouro, cassiterita e de outros minerais preciosos demais, no mundo dos brancos. Atrás do ouro, veio o garimpeiro e, com ele, as doenças que o *pajé* não conseguiu tratar: malária, pneumonia, tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis e outras, que derrubaram o povo da floresta. A

doença mais grave é a malária. Sozinha, essa doença mata mais de 100 índios por ano. Malária e garimpo andam juntos. Em 1991, ano da demarcação da Reserva Ianomâmi, 57% dos índios examinados tinham malária. Com a retirada dos garimpeiros, em 1992, o índice caiu pela metade. Em abril de 1993, o índice cairia para somente 20%.

Os contatos decorrentes das comunidades indígenas e o mundo civilizado têm provocado sérios atritos, que colocam o Brasil em evidência no cenário internacional, sempre sob forma desfavorável e embaraçosa para o Governo.

No mundo desenvolvido, a imagem dos povos da floresta amazônica é a dos índios Ianomâmis, já que eles se constituem na comunidade indígena mais conhecida pelos conservacionistas, ecologistas e militantes da defesa das florestas. Com isso, esses índios adquiriram um valor simbólico.

Os povos do chamado Primeiro Mundo, preocupados com a preservação da Amazônia, que é o maior banco genético do planeta, olham a morte de um Ianomâmi com muito mais emoção que as rotineiras mortes ocorridas na Europa, nos conflitos étnicos na ex-Iugoslávia. Essa é uma realidade fabricada pela mídia internacional.

No entanto, apesar da notoriedade no exterior, a opinião pública brasileira pouco se interessa e, de modo geral, desconhece os Ianomâmis, como as demais nações indígenas.

A política nacional em relação aos índios não merece espaço regular nos meios de comunicação. A maioria dos políticos considera-a uma atividade exótica, desligada de suas preocupações. Em conseqüência, a sua formulação fica restrita aos grupos que sempre estiveram presentes na região, ou seja,

militares, funcionários do Governo, padres missionários, aventureiros e cientistas, estes com menor influência.

No âmbito externo, as pressões manifestam-se sob várias formas. Uma delas é através de organismos internacionais de crédito. Foi pressionado dessa maneira que o ex-presidente Fernando Collor, contrariando amplos setores nacionais, as Forças Armadas, o Congresso Nacional e os governos estaduais do Amazonas e de Roraima, atribuiu aos índios Ianomâmis uma reserva de 94 mil km² de terras, ou seja, uma área correspondente à de Portugal. Essa reserva, que é binacional, ocupa a parte leste de Roraima e o noroeste do Amazonas, na fronteira com a Venezuela, estendendo-se por mais 67 mil km² nesse país.

A criação da reserva não levou em conta as peculiaridades específicas das tribos ianomâmis, já que os diversos grupos não mantêm compatibilidade tribal, sendo até mesmo rivais entre si.

Uma mudança importante na estratégia da questão indígena foi introduzida nos textos constitucionais de 1967 e 1968, que estabeleceram a incorporação dos territórios indígenas ao patrimônio da União. A regulamentação da legislação sobre os índios foi estruturada no Estatuto do Índio (Lei 6.001/73), onde ficou estabelecido o prazo de 5 anos para a demarcação das terras.

Com a elaboração da Constituição Federal de 1988, os direitos dos índios não só foram preservados, como se ampliaram, suscitando inúmeros questionamentos sobre o aspecto legal, merecendo por isso uma análise mais detalhada.

Pela Constituição Federal, os silvícolas não são mais do que "ocupantes", e seus direitos se limitam ao usufruto. As terras são propriedade da União, nos termos do Art 20, inciso XI.⁴

A condição *sine qua non* é que a ocupação seja tradicional, imemorial. Esse dispositivo, portanto, dá a definição de "terras tradicionais ocupadas pelos índios" como sendo aquelas por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas no desenvolvimento de atividades produtivas; e as essenciais à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar e à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Assim, ao definir o que são "terras tradicionalmente ocupadas", a Constituição Federal está estabelecendo os parâmetros para a demarcação dos territórios indígenas.

O Art 231 da Carta Magna manda proteger a organização social, os costumes, línguas, crenças, tradições e direitos originários sobre terras que tradicionalmente ocupam. Constata-se, portanto, que não existem terras de que sejam proprietários. Seus direitos, dessa forma, limitam-se à superfície e ao solo, não se estendendo ao subsolo. O parágrafo 2º deste mesmo artigo alude expressamente a usufruto: "*As Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo da riqueza do solo, dos rios e dos lagos nela existentes.*"

O parágrafo 3º desse artigo estabelece que, em caso de relevante interesse da União, e havendo aprovação do Congresso Nacional, poderão ser explorados os recursos

4. "São bens da União: XI — As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios."

hídricos, os potenciais energéticos e as riquezas minerais nas terras indígenas.

Não obstante, paralelamente à exploração de qualquer dos recursos existentes em terras indígenas, é garantida a participação dos índios nos resultados da lavra, na forma da lei. Tudo isso está subordinado ao superior interesse público. Tanto assim, que o parágrafo 5º do citado artigo prevê a remoção de grupos indígenas *ad referendum* do Congresso Nacional, em casos de catástrofe ou epidemia que ponham em risco a sua população, ou no interesse da soberania do País.

Afora os direitos assegurados na Constituição brasileira, existem ainda setores no âmbito internacional que defendem o direito de autodeterminação dos povos indígenas. Prova disso é a Declaração Universal dos Direitos dos Índios, que, além de garantir aquele direito, que poderia levar os índios a reivindicar a independência, prevê também, em seu Art 26, que os índios têm o direito de controlar totalmente suas terras e territórios.⁵ Outro artigo, que não agrada ao Governo brasileiro, o de número 32, estabelece que os índios têm o direito de escolher sua própria cidadania. Além disso, segundo o Art 4º, os índios têm o direito de manter e fortalecer suas características políticas, econômicas, sociais e culturais, podendo ter o seu próprio sistema legal.

Constata-se, portanto, pelo que se pôde analisar, que a questão indígena é por demais complexa. O caso dos Ianomâmis é o complicador de maior relevância. Os reflexos advindos desse grave problema constituem, sem dúvida, sérios óbices à Segurança Nacional. Exigem, assim, de todos os seto-

res envolvidos, a máxima atenção na busca de uma forma de eliminar ou atenuar tais óbices a curto prazo, sob pena de comprometimento da própria soberania da Nação.

O GARIMPO ILEGAL E A EVASÃO DE DIVISAS

A atividade de garimpagem na Amazônia remonta à década de 50, no médio Tapajós, onde ainda hoje se localizam centenas de garimpos.

A procura aleatória de ouro, porém, que historicamente se praticava desde o século XVI, deu lugar, em 1970, a um estudo científico da região. Essa operação materializou-se através da criação do Projeto Radar da Amazônia (RADAM). Por intermédio de uma tecnologia avançada, empregando sensores remotos de radar de visada lateral, possibilitou-se o rastreamento de recursos naturais da Amazônia, o que permitiu o cadastro sistemático e ordenado de diversos tipos de minerais.

Na década de 70, com a abertura da Perimetral Norte, novo fluxo migratório acorreu à região, em busca de melhores condições de vida.

Em dezembro de 1979, ocorre um verdadeiro *boom* na atividade garimpeira na Amazônia, com a descoberta do veio aurífero de Serra Pelada. Segue-se, então, um efeito multiplicador na abertura de novas frentes garimpeiras, com a conseqüente atração de grande número de pessoas ávidas pela riqueza fácil.

5. Água, ar, costa, flora, fauna e outros recursos.

A corrente migratória em direção à Amazônia resulta em uma população garimpeira desordenada, espalhada pela região, estima-se hoje em torno de 337 mil homens.

Essa ocupação, realizada sem um mínimo de planejamento, efetuou-se à margem da presença disciplinadora do Estado, o que criaria uma situação com graves consequências futuras.

A primeira delas é o impacto ambiental, causado pelo uso indiscriminado do mercúrio, provocando a degradação do meio ambiente. Essa substância, de natureza altamente tóxica, é aspirada diretamente pelo garimpeiro quando de seu manuseio. O restante é lançado sob forma metálica nos rios e igarapés, onde vem a contaminar a água e os peixes normalmente consumidos pelos próprios homens do garimpo e pela população ribeirinha.

Outra consequência para o meio ambiente é o desmatamento indiscriminado e a desertificação do solo. Inicialmente, o método utilizado pelo garimpeiro era rudimentar e manual, com mínimos danos à natureza. Hoje, porém, com o advento da tecnologia, é comum o emprego de moto-bombas de alta pressão, que desmoronam as margens e provocam o assoreamento dos rios, além de desmatarem uma área considerável da floresta. O solo da região, ficando sem a cobertura vegetal torna-se estéril, dando origem a grandes extensões de terras desertificadas.

Do impacto da atividade de garimpagem decorrem, ainda, choques culturais e sérios atritos com a população indígena da área. A Região Amazônica possui grandes reservas indígenas que guardam promissoras jazidas de minerais nobres. Esse fato, aliado à inexistência de áreas livres para a mineração, tem provocado a sistemática e continua-

da invasão daqueles territórios pelos garimpeiros.

“A corrente migratória em direção à Amazônia resulta em uma população garimpeira desordenada, espalhada pela região.”

O grande problema emergente na área, portanto, constitui-se no garimpo não credenciado, que, sem o respaldo legal, atua de forma violenta e desorganizada, propiciando efeitos nocivos ao meio ambiente e à cultura indígena.

Protegidos pela Constituição Federal, os silvícolas têm sua preservação física e cultural ameaçada pelas empresas de mineração e pelos garimpeiros. Exemplo recente de tal situação constata-se na Reserva Ianomâmi. Os resultados do Projeto RADAM revelaram a existência de urânio, ouro, diamante e cassiterita em suas terras. Assim, a partir de 1975, começou a invasão da Serra dos Surucucus, onde se concentra a maioria das aldeias e das reservas minerais. Essa invasão chegou a colocar 40 mil garimpeiros dentro daquela reserva e os choques foram inevitáveis.

A atividade de contrabando de ouro é mais uma consequência do garimpo. Pelas próprias características da região amazônica, o ouro continua saindo do País com extrema facilidade, em todo tipo de transporte, especialmente o aéreo. Da região o ouro sai ilegalmente para o exterior, principalmente pela dificuldade de fiscalização e de controle de áreas de garimpo espalhadas pela flores-

ta, com o incentivo do preço pago pelo cambista, geralmente superior ao preço oficial.

A presença tênue do Estado na região torna-a permissiva a esse tipo de atividade ilegal, da qual decorrem grandes evasões de divisas, que de outro modo poderiam ser investidas no desenvolvimento da própria região e no enriquecimento do País.

O Departamento Nacional de Produção Mineral divulgou, em 1992, um levantamento de garimpeiros no País, no qual foi feito um perfil sócio-econômico e sanitário dos trabalhadores envolvidos com este tipo de atividade. Embora a pesquisa seja tida como a mais completa já realizada no Brasil, o total estimado de 292 mil garimpeiros pode estar bem longe da realidade. Esse número pode chegar aos 450 mil. Destes, 74,48% estão na Amazônia. A pesquisa também revelou que o nível médio de renda dos garimpeiros naquela região é de 4,8 salários mínimos. Outros números importantes mostram que apenas 7,14% são assalariados, 78,78% já tiveram malária, e somente 3,85% são garimpeiros de tradição.

A atividade garimpeira tem provocado inúmeras violações de fronteiras com países limítrofes, especialmente com a Colômbia e a Venezuela. Incidentes fronteiriços como o ocorrido em fevereiro de 1992 causaram constrangimentos diplomáticos entre Brasil e Venezuela. Naquela ocasião, um avião monomotor particular que conduzia garimpeiros brasileiros para um garimpo clandestino no território venezuelano foi derrubado a tiros pela Guarda Nacional daquele país.

Outro incidente diplomático envolvendo os mesmos países ocorreu em outubro de 1993, quando um grupo de garimpeiros bra-

sileiros invadiu o território venezuelano e massacrou cerca de 16 índios Ianomâmis. O caso teve ampla repercussão internacional e o Brasil, mais uma vez, foi alvo de inúmeras críticas de governos e entidades estrangeiras.

Acrescente-se, também, que o território brasileiro, igualmente, fica à mercê da violação de suas fronteiras, já que na região amazônica não existem acidentes naturais facilmente identificáveis que delimitem seu traçado.

Pressionado pelos bancos internacionais, que exigiam a proteção do meio ambiente para financiar projetos, e também preocupado com a aproximação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO'92, o ex-presidente Fernando Collor, em novembro de 1991, determinou a realização da "Operação Selva Livre". Executada pela Polícia Federal, e com apoio das Forças Armadas, a operação conseguiu retirar cerca de 30 mil garimpeiros da Reserva Ianomâmi e destruir aproximadamente 100 pistas de pouso clandestinas. Porém, as próprias dimensões da reserva e a insuficiência de meios governamentais para uma fiscalização eficiente foram fatores que facilitaram o retorno dos garimpeiros.

O cerco ao garimpo e a perspectiva da crise econômica transformaram o Estado de Roraima em uma área tensa. Ali, o problema que agora é mais visível, e que pode vir a se tornar um óbice à Segurança Nacional, parece ser o de toda a Região Amazônica, ou seja, encontrar um modo de conciliar a preservação da floresta e a proteção aos índios com a exploração de minérios e de outras atividades necessárias ao desenvolvimento da região.

O NARCOTRÁFICO E A GUERRILHA

O problema do tráfico de drogas tem recebido, ultimamente, um tratamento especial no contexto internacional.

Os países desenvolvidos, que são grandes consumidores, têm exercido fortes pressões junto aos países produtores na América Latina,⁶ de forma a reprimir a produção e a exportação de drogas. Essa pressão se faz mais intensa por parte dos Estados Unidos da América que, sendo o maior mercado consumidor de drogas do mundo, têm grande interesse no desmantelamento dos cartéis que regem o tráfico internacional.

Coerente com sua estratégia de impedir a entrada de drogas em seu território, os Estados Unidos firmaram acordos com aqueles países para reprimirem a produção de cocaína, através de ações militares realizadas em conjunto com a *Drug Enforcement Agency* (DEA). Assim, as Forças Armadas do Peru, da Colômbia e da Bolívia têm agido sob a coordenação daquele órgão norte-americano, executando violenta repressão aos narcotraficantes.

Como consequência da repressão nos territórios desses países, que são limítrofes com a Amazônia brasileira, os narcotraficantes têm direcionado o deslocamento de seus interesses para o território brasileiro, única rota não bloqueada que serve de escoamento da droga para a Europa e os Estados Unidos. Esse fato tem gerado forte pressão diplomática, por parte dos EUA, para que o Brasil

também venha a empregar suas Forças Armadas no combate ao tráfico na Região Amazônica. O Governo brasileiro, porém, permanece irredutível em sua decisão de não empregá-las na repressão a esse tipo de atividade ilegal, uma vez que a Constituição Federal não dá essa destinação às Forças Armadas brasileiras, ficando o combate ao tráfico sob a competência da Polícia Federal.

Segundo informações da ONU, Bolívia e Peru produzem a matéria-prima (pasta de coca) e a exportam para a Colômbia, onde tem sido refinada e enviada para os grandes centros consumidores. Nesse país, a cocaína é comercializada através de suas grandes organizações criminosas, os cartéis de Cáli e de Medellin.

A rota do tráfico internacional tem passado pelo Brasil, e dia-a-dia se fortalece mais. O Brasil, ainda segundo a ONU, serve de escoamento para 10% da cocaína produzida na Colômbia. Uma das rotas passa por Manaus e vai até os EUA, enquanto outra passa por Belém, indo até a Holanda, porta de entrada da droga na Europa.

O narcotráfico não se tornaria um fator crítico para a Segurança Nacional, não fossem as recentes associações de narcotraficantes com guerrilheiros desses países limítrofes com a Amazônia brasileira. Essa coligação vem conferir aos primeiros, maior poder político e, aos segundos, maior poder econômico, criando-se, portanto, melhores condições para as atividades ilegais de ambos.

6. Colômbia, Peru e Bolívia.

Na Bolívia, a guerrilha ainda permanece latente, contando com os traficantes de drogas como aliados. Estes fornecem armas em troca da defesa e da guarda de seus centros de processamento.

Em 1980, soldados norte-americanos vieram à Bolívia ajudar na repressão ao narcotráfico, em uma operação conjunta com as forças legais do País.

No Peru, o grupo guerrilheiro "Sendero Luminoso" iniciou suas operações em 1985, realizando ações de comandos, ataques a bomba, seqüestros e assassinatos, principalmente contra prefeitos e juízes.

Também nesse país, o tráfico de cocaína está aliado à guerrilha. Estima-se que entre no país cerca de 1 bilhão de dólares anualmente, como resultado da comercialização da droga. Parte desse dinheiro é usada pelos traficantes para obter a proteção dos guerrilheiros.

Na Colômbia, as "Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia" (FARC) são atualmente o grupo guerrilheiro mais numeroso e organizado. O mais conhecido dos grupos, entretanto, é o "Movimento 19 de Abril" (M-19). Nesse país, é muito estreita a ligação dos guerrilheiros com os traficantes de drogas. De modo similar ao que ocorre nos países vizinhos, os revolucionários conseguem armamento com os traficantes, e estes se valem da segurança proporcionada pelos primeiros. O Exército colombiano combate a ambos; porém, conta apenas 60 mil homens, efetivo insuficiente para fazer frente a cerca de 10 mil guerrilheiros.

Não se sabe quantas pessoas estão envolvidas com o comércio internacional de drogas na Colômbia, mas estima-se que seus ganhos giram em torno de 1,5 bilhão de dólares anuais, valor equivalente à exportação de

café, que é a principal pauta nas exportações do país. Esse poder econômico confere aos cartéis de Medellín e de Cali quase tanta força quanto a que possui o Estado. Os traficantes a utilizam para eliminar aqueles que se opõem aos seus planos, exercendo uma ação intimidatória com assassinatos e ações terroristas. Somente em 1986, foram mortos 28 juízes que julgaram casos relacionados a drogas.

Usando desses métodos, os narcotraficantes têm conseguido se firmar, estabelecendo uma rede internacional, com bases na Colômbia, Bolívia e Peru. Esse aspecto multinacional é altamente favorável às atividades de seus aliados guerrilheiros, o que tem preocupado os governos desses países, pois existe a possibilidade de criação de uma "área liberada" internacional, onde o poder dominante seria desses criminosos.

Pressionados pelas ações de repressão em seus países, narcotraficantes e guerrilheiros têm sido paulatinamente empurrados para o interior da selva amazônica, chegando algumas vezes a violar as fronteiras com o Brasil. Foi o caso ocorrido em fevereiro de 1991, quando houve um ataque de guerrilheiros da FARC a um Destacamento do 1º Batalhão Especial de Fronteira que guarnecia um posto militar na região da Serra do Traíra, no Amazonas.

Por tudo isso, tendo em vista o grave problema social e político que representam, sem dúvida o narcotráfico e a guerrilha associados constituem, hoje, um sério óbice à Segurança Nacional. Exige-se, portanto, uma redobrada atenção com a inviolabilidade das fronteiras do País na Amazônia, sob pena de se tornarem cada vez mais comuns os casos como o do incidente do Traíra, bem como para se evitar que o Brasil se consagre como rota internacional do tráfico de drogas.

A QUESTÃO ECOLÓGICA

A devastação de florestas tornou-se, nos últimos anos, o desastre ambiental de maior repercussão em todo o mundo, atraindo o interesse de entidades internacionais, governos estrangeiros e, até mesmo, de instituições financeiras para a Amazônia, que possui 33% das áreas cobertas por florestas tropicais ainda existentes no planeta.

Nas últimas décadas, a região passou por um acelerado processo de integração à economia nacional e por profundas transformações em sua organização social. Esse processo, ao mesmo tempo que promoveu um rápido desenvolvimento econômico, trouxe graves conflitos sociais, com a desorganização do espaço regional e a ocorrência de fortes impactos ambientais.

Entre 1970 e 1988, foram canalizados para a região mais de US\$ 10 bilhões em incentivos fiscais e financiamento de programas. Com a execução de inúmeros projetos de desenvolvimento, não se levou em consideração a resultante do impacto ambiental, o que viria proporcionar um quadro desordenado de ocupação e de agressão ao meio ambiente.

Em 1988, desencadeou-se uma polêmica internacional sobre o papel da Amazônia, no tocante ao equilíbrio da biosfera do planeta e, em decorrência disso, aventou-se o direito que outros países e organismos internacionais poderiam exercer, fiscalizando os programas de desenvolvimento do Governo brasileiro na região.

Pressionado por entidades ambientalistas e líderes políticos, o Banco Mundial passou a endurecer suas relações com o Brasil, vinculando a liberação de fundos à proteção do meio ambiente.

O Brasil também vem sendo, sistematicamente, acusado de estar contribuindo para o crescimento de dióxido de carbono na atmosfera e para o conseqüente "efeito estufa". Esse fenômeno corresponde à teoria defendida por alguns cientistas, segundo os quais o globo terrestre estaria sofrendo um processo de aquecimento, conseqüente da emissão excessiva desse gás e de outros, produzidos pela combustão de carvão, gasolina e óleo, em atividades industriais e em veículos automotores.

Uma corrente científica afirma que a temperatura poderia aumentar a tal ponto, que as calotas polares iriam derreter e os mares elevar-se-iam da ordem de 65 centímetros, causando inundações ao longo da costa de todos os continentes, submersão de ilhas e destruição de praias e de mangues litorâneos.

Os maiores emissores de gases do "efeito estufa" são, entretanto, os Estados Unidos da América, os países da ex-União Soviética e os doze países que compõem a Comunidade Econômica Européia. Embora detivessem, em 1988, apenas 11% da população mundial, juntos, esses países consumiram cerca de 43% de toda a energia produzida no mundo, a maior parte dela obtida pela queima de combustíveis fósseis.

A devastação da floresta amazônica, afirma-se, poderá alterar substancialmente o controle climático da Terra, à medida que diminua seu poder de atenuar o "efeito estufa", quando retira, da atmosfera, em torno de 1,2 bilhão de toneladas anuais de gás carbônico, correspondente a mais de 20% do total lançado no mundo. Essa devastação poderá afetar, também, a estabilidade climática nos países do Hemisfério Norte.

Todavia, o Governo brasileiro considera improcedentes as acusações de que as quei-

madras seriam as principais responsáveis pelo lançamento de gás carbônico na atmosfera. O Brasil, com toda a sua produção industrial, contribui com apenas 5% deste total. Os países desenvolvidos seriam, portanto, os grandes responsáveis por esse tipo de poluição.

Outro mito que se rendeu às evidências científicas é o verdadeiro papel desempenhado pelas florestas tropicais na geração de oxigênio. Está cientificamente provado, hoje, que a Amazônia não funciona como o "pulmão do mundo", pois sua vegetação consome praticamente todo o oxigênio que produz. Como a floresta já alcançou o ponto máximo de desenvolvimento, o chamado "clímax", a quase totalidade do oxigênio que é produzido durante o dia é consumida pela própria vegetação à noite. A hileria amazônica caracteriza-se, assim, como sendo um ecossistema que se encontra em equilíbrio.

No mundo, a proporção de oxigênio no ar permanece estável há séculos,⁷ sendo os mares, e não as florestas, os responsáveis por sua produção.

Além das alterações climáticas, existem outras conseqüências ambientais desastrosas produzidas por queimadas, desmatamentos, colonização e exploração desordenada da Amazônia. A extinção maciça de espécies de animais e plantas, por exemplo, ameaça a maior reserva genética do mundo, a um ritmo quinhentas vezes maior do que o regulado pela própria natureza.

O comércio de madeiras nobres, que tem sido destinado exclusivamente à exportação, é

outro fator de degradação do meio ambiente, na Amazônia. Combatida por ambientalistas estrangeiros, a extração no Brasil resume-se a apenas 4,7% da produção mundial.

Outro fator de desequilíbrio ambiental a ser considerado é o assoreamento dos rios, provocado por erosões e pela utilização inadequada do solo, e que poderia comprometer, a longo prazo, o volume de águas da região.⁸

A atividade comercial que vem contribuindo com maior impacto para esse desequilíbrio é a da mineração de ouro, pois, além de remover grandes áreas de florestas e de desestruturar o solo, também contamina a água dos rios e igarapés com o mercúrio.

A imprensa internacional, sistematicamente, vem dedicando, nos últimos anos, amplos espaços sobre a situação ecológica no Brasil, muitas vezes em artigos eivados de emocionalismos, visões apocalípticas, dados inverídicos ou não comprovados, e inverdades científicas.

Em 1991, o Brasil aguardou, com ansiedade, os resultados da reunião de cúpula anual do G7, na Inglaterra, durante a qual foi discutida a liberação de um financiamento de US\$ 1,5 bilhão para conservar a floresta amazônica. Prometido na reunião do ano anterior, o financiamento mobilizou setores importantes do Governo brasileiro que, em conjunto com o Banco Mundial, elaborou o Programa-Piloto para a Preservação das Florestas Tropicais do Brasil. No entanto, embora a comunidade internacional reconheça algumas mudanças significativas na política ambiental

brasileira, três aspectos contribuíram para a frustração do movimento ecológico nacional, com a liberação de apenas US\$ 50 milhões para a implantação do projeto: falta de capacidade institucional, legislação contraditória e política fundiária desfavorável. Existia a possibilidade de que o financiamento fosse liberado durante a negociação de um Tratado Global sobre Florestas, que seria discutido na ECO'92, o que, efetivamente, acabou não acontecendo.

A crescente preocupação ambiental está levando inúmeros pesquisadores para a Amazônia, atualmente estudada por satélites, equipes científicas internacionais e ecologistas ligados ao Governo federal.

O satélite *Noaa-9*, um observatório eletrônico norte-americano que, periodicamente, fotografa a região, informou que o número de queimadas ocorridas na Amazônia em 1992 foi 25% menor que as ocorridas no ano anterior, seguindo uma tendência já iniciada em 1990. Também o desmatamento diminuiu, tendo o ritmo caído em 50% em quase todos os pontos da região. Esse novo cenário foi atribuído à criação de muitas punindo os depredadores do meio ambiente e a fiscalização exercida em conjunto pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), pelos governos estaduais e pela Força Aérea Brasileira. Uma análise mais cética, no entanto, admite que essa diminuição esteja relacionada à recessão econômica que se instalou no País ao longo dos anos, diminuindo as atividades em geral, inclusive na Amazônia.

Em 1992, o Rio de Janeiro foi sede da maior conferência internacional de todos os tempos, a Conferência das Nações Unidas

sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO'92) contando com a presença de 103 chefes de Estado ou de Governo. Como resultados práticos, a ECO'92 apresentou, no seu encerramento, um conjunto de documentos relativos à questão ambiental, entre os quais se destacaram a "Agenda 21", um projeto mundial para o desenvolvimento sustentado,⁹ e a "Declaração do Rio", estabelecendo os direitos e as responsabilidades das nações para atingir esse desenvolvimento, além de vários tratados sobre temas específicos. Milhares de pessoas participaram das discussões em torno desses documentos, cuja redação final, como era previsível, foi criticada por muitos. O maior eixo de divergências se deu entre o grupo "G7" e o "G77", grupo dos países pobres, que defendiam posições antagônicas quanto a questões específicas, tais como as do aquecimento global, do desmatamento, do uso das fontes de energia não-renováveis e da destruição da camada de ozônio.

Felizmente, durante a Conferência, não foram discutidas propostas para internacionalizar a Região Amazônica, nem tampouco a tese da soberania compartilhada. No entanto, mesmo que o Brasil possua hoje certo reconhecimento da comunidade internacional quanto à responsabilidade no trato da questão ambiental, e após ter desenvolvido uma política séria para o setor, ainda persistem, latentes, os riscos de aquelas propostas voltarem à tona na pauta das discussões dos países desenvolvidos. Assim, no plano externo, aumentarão as pressões no sentido da preservação ambiental, em especial a da floresta amazônica, que as nações desenvolvi-

9. Crescimento econômico compatível com a preservação ambiental.

das pretendem considerar como "patrimônio da humanidade", condicionando financiamentos e ajudas às políticas conservacionistas por elas estabelecidas.

A difícil conciliação entre a necessidade indiscutível de proteger o meio ambiente e a inadiável necessidade de promover o desenvolvimento é um dos desafios postos diante do Brasil, e esse desafio certamente criará novos obstáculos no seu relacionamento com os países do chamado Primeiro Mundo, o que poderá constituir sérios óbices à Segurança Nacional, caso persistam as pressões externas como forma de ingerência na Região Amazônica.

O PROJETO CALHA NORTE

O Projeto Calha Norte, criado pelo Governo Federal em 1985, teve por propósito desenvolver a porção da Amazônia situada ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas, com uma superfície de 1,2 milhão km² de terras que se distribuem pelos Estados do Amazonas, Pará, Roraima e Amapá, numa faixa de 160 km ao longo da fronteira.

Abrangendo uma área que equivale a 14% do território nacional e a 41% de suas fronteiras, o Projeto foi criado para beneficiar uma região de difícil acesso, que abriga apenas 1,2% da população brasileira e que é carente de recursos sócio-econômicos. São 6.500km de fronteiras com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, estendendo-se de Tabatinga (AM) até Oiapoque (AP).

Na área do Calha Norte, onde vivem 1,6 milhão de pessoas, estão concentradas as mais importantes reservas minerais do País. Além de ocupar a referida área, o Projeto visa, tam-

bém, a combater o narcotráfico e a evasão de divisas através do contrabando de ouro e pedras preciosas.

A região, coberta em sua maior parte pela floresta amazônica, historicamente foi hostil à presença e à fixação do homem.

Lá existem fatores complicadores que não ocorreram em outras épocas e em outras regiões brasileiras. Além dessa ocupação, que está acontecendo às vésperas do Terceiro Milênio, quando os estímulos materiais decorrentes da evolução tecnológica tendem a fixar o homem nas proximidades dos centros desenvolvidos, devem ser ressaltados os aspectos intrínsecos da área de toda a bacia. Entre esses complicadores destacam-se: o imenso espaço geográfico da chamada Amazônia Legal, envolvendo cerca de 60% do território nacional; a precária rede viária, predominantemente fluvial; a pequena e rarefeita população; as dificuldades enfrentadas pelos Governos federal e estaduais para se fazerem presentes na área; a existência de índios de diferentes tribos, que desconhecem limites fronteiriços entre países; a presença de garimpeiros que, atraídos pelo ouro à flor da terra, atuam em diversas áreas sem alvarás de autorização e sem respeitar os limites de fronteiras; a ação de missões religiosas, nem sempre voltadas para as suas funções precípuas; a grande distância entre os marcos fronteiriços; a existência de grupos de guerrilheiros organizados e de poderosos cartéis de narcotraficantes em alguns países vizinhos; a ação predatória de garimpeiros de várias nacionalidades; a atuação de grupos multinacionais sob vários pretextos, tais como ecologia, defesa dos povos indígenas e internacionalização da floresta; e as dificuldades que têm os Governos dos países da região em projetarem seus poderes nas áreas limítrofes.

Quanto à economia, a região é primária e rudimentar, baseando-se no extrativismo e na agricultura de subsistência.

Existem apenas três pólos de desenvolvimento, sendo Manaus (AM) o mais expressivo, seguido de Macapá (AP) e de Boa Vista (RR). O distanciamento dos centros de poder, acentuado pelas calhas dos Rios Amazonas e Solimões, tende a dissociar a região do restante do território brasileiro. Por outro lado, ao norte da área existe uma continuidade territorial que, se induz a uma aproximação natural e desejável com os países ali situados, por outro lado permite o fácil acesso aos agentes do comércio e das atividades ilegais.

A abrangência do Projeto Calha Norte evidencia-se nas variadas metas e na ação conjunta e coordenada de diversos órgãos do Governo federal.

Dentre as necessidades identificadas para a região, citam-se:

- a intensificação de relações bilaterais e o estreitamento dos laços com os países da área para a solução de problemas comuns, na busca do aprimoramento das relações comerciais, com significativos reflexos na melhoria das condições de vida das populações da faixa de fronteira;

- o aumento da presença brasileira na área, pela ação pioneira das Forças Armadas;

- a proteção e a assistência às populações indígenas da região, mediante trabalho específico da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), resguardando sua cultura, delimitando e garantindo suas terras;

- a intensificação de campanhas demarcatórias para a definição geral das fronteiras, por meio de uma melhor manutenção e maior adensamento dos marcos limítrofes;

- a criação de pólos de desenvolvimento, permitindo reduzir a carência de recursos, intensificando a ocupação da área, melhorando a infra-estrutura social básica e disciplinando a exploração florestal e mineral.

O Calha Norte, de concepção interministerial, erradamente tem sido acusado de ser um programa puramente militar. A verdade é que a estrutura das Forças Armadas, já de há muito presente na área, possibilitou uma pronta resposta às solicitações em sua esfera de atuação, o que não ocorreu com os outros setores governamentais.

A ausência desses setores na implantação do Projeto deveu-se a inúmeros fatores, sendo os principais a falta de estrutura logística, a insuficiência de recursos orçamentários para a sua efetiva implantação e, principalmente, a falta de vontade política do Governo federal. O Projeto, entretanto, vem sendo cumprido pelas três Forças Singulares, mesmo com extremas limitações de verbas.

O Exército, na área em questão, vem implementando obras de melhoria em organizações militares existentes e criando novas guarnições.

Na área de fronteira, foram selecionados seis trechos preferenciais para implantação do Projeto, dando-se maior prioridade aos quatro primeiros:

- trecho caracterizado pela presença dos índios Ianomâmis, no noroeste de Roraima e ao norte do Estado do Amazonas, na fronteira com a Venezuela;

- trecho do Alto Rio Negro, a noroeste do Estado do Amazonas, fronteira com a Venezuela e a Colômbia;

- trecho norte e leste de Roraima, fronteira com a Venezuela e com a Guiana;

- trecho do Alto Solimões e Alto Trafra, no Estado do Amazonas, fronteira com a Colômbia;

- trecho do Tumucumaque, no norte do Estado do Pará, fronteira com o Suriname;
- trecho norte do Estado do Amapá onde se situam as localidades de Macapá, Oiapoque e Clevelândia do Norte, fronteira com a Guiana Francesa.

As outras forças, Marinha e Aeronáutica, também se estruturaram para atender às imposições do Calha Norte.

A Marinha de Guerra reforçou sua Flotilha do Amazonas, com a construção de novos navios de patrulha fluvial, e incrementou o levantamento hidrográfico e a sinalização náutica das bacias dos rios da região. Realizou, ainda, o levantamento de toda a calha principal da Bacia Amazônica e suas ligações com o Oceano Atlântico, permitindo, com isso, que se conheça hoje o potencial de utilização das principais hidroviárias.

A Força Aérea Brasileira (FAB) também é atuante na região, transportando cargas, pessoal e artigos de subsistência, procedendo a evacuação aeromédica e exercendo outras atividades essenciais àquela população desassistida. Desenvolve, além disso, a melhoria da infra-estrutura de transporte aéreo, com a construção de pistas e aeroportos e com a ampliação e a remodelagem do sistema já existente. Dessa forma, a FAB almeja exercer maior controle do tráfego aéreo e otimizar o atendimento do transporte aéreo na faixa de fronteira.

Vê-se, portanto, que o Projeto Calha Norte foi criado para atender às necessidades fundamentais e imediatas da região por ele abrangida, através de um conjunto de projetos especiais que visam a promover seu desenvolvimento sócio-econômico e sua integração ao resto do País.

Os objetivos de cada projeto especial, aliados à estratégia da ação governamental para a sua execução, revelam a importância

desse empreendimento para a Amazônia e, conseqüentemente, para a Segurança Nacional, porquanto buscam incrementar o desenvolvimento naquela região, paralelamente à conquista e à manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes.

Infelizmente, o Projeto Calha Norte, hoje o único instrumento de ocupação e vigilância da fronteira setentrional, a cada ano recebe menos recursos, chegando quase à insolvência.

Não obstante os óbices que se antepõem à consecução dos objetivos propostos, certamente o Projeto Calha Norte é a orientação segura para que a presença do Estado se faça sentir em toda aquela área e para que se promova a verdadeira integração deste imenso patrimônio, que é a Amazônia, ao restante do território nacional.

OS PROJETOS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA (SIPAM) E DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA (SIVAM)

O Governo federal, a fim de promover a integração e a coordenação das ações governamentais e, ainda, de forma a assegurar a implementação das políticas e estratégias concebidas para a Amazônia, resolveu, recentemente, criar o Sistema de Proteção da Amazônia, SIPAM.

O SIPAM envolverá dezessete ministérios e será coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos. Suas áreas de atuação serão: a proteção ambiental, o controle da ocupação e uso do solo, a vigilância e o controle das fronteiras, o combate a atividades ilícitas, a prevenção e o controle de endemias

e epidemias, a proteção de terras indígenas, a vigilância e o controle do tráfego aéreo, e o apoio à navegação fluvial.

“O SIVAM será um empreendimento predominantemente militar, elaborado pelo Ministério da Aeronáutica, e visará a atender a uma necessidade permanente do País, que é a defesa de seu território.”

O Projeto terá, como metas estratégicas: potencializar os esforços dos diversos órgãos setoriais do Governo, através da ação cooperativa e solidária, respeitando-se a competência institucional de cada setor; maximizar a utilização dos conhecimentos sobre a Amazônia; facilitar o planejamento e a coordenação de ações; viabilizar as diretrizes políticas estabelecidas para a proteção da Amazônia; evitar o desperdício e a sobreposição de tarefas; otimizar a aplicação de recursos orçamentários; reduzir o tempo despendido entre a ocorrência de fatos, o seu conhecimento, a elaboração de decisões e a execução de ações recomendadas; agilizar o processo decisório; e tornar efetiva a ação do Governo federal na região.

Concebido em 1990, o Sistema de Vigilância da Amazônia, SIVAM, viabilizará o SIPAM, sendo elemento essencial para que os trabalhos de todos os ministérios integrantes daquele sistema possam ser efetivados, através da vigilância aérea e das telecomunicações. Ele proporcionará, assim, a infra-estrutura necessária em meios técnicos capazes de viabilizar os conhecimentos essen-

ciais às atividades do SIPAM. Compreenderá os subsistemas de aquisição de dados, tratamento e visualização de dados e imagens, e de comunicações.

O SIVAM será um sistema a combinar radares e rede de telecomunicações ao longo de 6.771 km de fronteiras, entre Tabatinga (AM) e Oiapoque (AP). A instalação prevista de radares em dezessete pontos da região amazônica e de uma rede de telecomunicações está orçada em cerca de US\$ 800 milhões, devendo levar de cinco a oito anos para ser completamente implantada.

Além do controle do espaço aéreo, os sensores poderão monitorar transmissões clandestinas de rádio, entre outras possibilidades. Serão usados satélites, radares fixos, radares móveis e aeronaves com sensores.

O SIVAM será um empreendimento predominantemente militar, elaborado pelo Ministério da Aeronáutica, e visará a atender a uma necessidade permanente do País, que é a defesa de seu território. Exigindo especialização na execução das diversas atividades a ele inerentes, torna-se lógico que o empreendimento seja militar, mas não militarizado. Dele virá a ocupação pioneira das fronteiras e também a ocupação humana com que se efetiva a soberania. Dele nascerá, também, a integração daquelas partes remotas do território nacional, até hoje somente integradas no contínuo exibido nos mapas.

Em 1992, o Presidente da República aprovou a proposta da Secretaria de Assuntos Estratégicos para que as compras dos radares e demais equipamentos necessários à implantação do SIVAM fossem feitas sem a realização de licitação pública. Tendo em vista o resguardo necessário que se precisa tomar quanto à segurança técnica do material, tomou-se por base a Lei 8.666, que permite a

dispensa de licitação ante casos de possibilidade de comprometimento da Segurança Nacional.

Com uma ação integrada entre as Forças Armadas, as Polícias federal e estaduais, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Receita Federal, o SIVAM irá proporcionar o incremento à fiscalização do meio ambiente na região amazônica e às atividades governamentais de repressão ao tráfico de drogas e ao contrabando.

Executando ações de vigilância, o SIVAM proporcionará, entre outras atividades, a monitoração de comunicações clandestinas, o controle das fronteiras, a localização de rotas do narcotráfico, o levantamento de rotas de contrabando, a localização de pistas de pouso clandestinas, a localização de garimpos irregulares, a localização de plantio de substâncias entorpecentes e as facilidades de radiolocalização.

Quanto ao controle de tráfego aéreo e de superfície, o SIVAM proporcionará, também, o apoio à navegação aérea, o controle do espaço aéreo, a monitoração de embarcações, o apoio à navegação fluvial e as facilidades de radiolocalização.

Pelo que podemos observar, as propostas aprovadas pelo Conselho de Defesa Nacional para a efetivação do SIPAM e do SIVAM só vêm reforçar as necessidades de defesa e preservação da Amazônia, o que se almejava originariamente com o Projeto Calha Norte. Mais abrangente que este, aqueles Projetos, se realmente efetivados pelo Governo federal, possibilitarão a presença do Estado brasileiro lá onde deveria estar sempre presente.

CONCLUSÃO

Vários fatos permitem constatar que a Amazônia sempre atraiu a atenção de outros países. Exemplos desse interesse remontam ao século passado, quando se formulou a campanha pela livre navegação na Bacia Amazônica, e a este século, com o Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos, apresentado pelo Instituto Hudson, na década de 60. Atualmente, teses científicas relacionam fenômenos da região ao "efeito estufa", à manutenção do regime hídrico mundial e à conservação da diversidade biológica, evidenciando a preocupação da comunidade científica internacional com a conservação do ecossistema da região.

Ao lado do natural interesse despertado por seus imensos recursos naturais, de inestimável valor econômico e científico, percebe-se a existência de movimentos internacionais com flagrante intenção de interferir nos destinos e soluções que se devem dar à Amazônia, escudando-se, invariavelmente, em argumentos de defesa da ecologia e dos grupos indígenas.

A atuação das Organizações Não-Governamentais (ONG) científicas, idealistas ou ideológicas, merece destaque, considerando-se que vários países instrumentam tais entidades para secundar suas atividades diplomáticas, usando-as em favor de seus interesses.

Tais entidades supranacionais, arrogando-se defensoras dos interesses indigenistas e do meio ambiente, usufruem de amplo espaço e apoio de órgãos das mídias nacional e internacional. Utilizando-se de ótica própria, destacam apenas as conseqüências negativas da exploração das riquezas naturais da Amazônia e os conflitos decorrentes do contato

entre o homem civilizado e as comunidades indígenas

Dentro desse contexto, a utilização de inverdades científicas, de mistificação da Amazônia e de manipulação tendenciosa de fatos, intensifica a polêmica internacional sobre o papel que a região desempenharia para o equilíbrio do ecossistema mundial.

O Brasil, por deter a maior parcela da floresta amazônica, tem sido o alvo principal das críticas e pressões internacionais para a sua preservação. Essas críticas têm procurado ressaltar, inclusive, uma pretensa incapacidade brasileira na solução dos problemas ligados à proteção do meio ambiente na região.

A questão ambiental associa-se à questão indígena que, de igual modo, vem sendo tratada com sensacionalismo há vários anos nas imprensas nacional e estrangeira, sendo as autoridades brasileiras acusadas de omissão em relação ao "genocídio" dos índios que habitam algumas regiões da selva amazônica.

A questão indígena, particularmente a dos índios lanomâmis, talvez constitua, hoje, o mais sério óbice à Segurança Nacional.

A problemática desses índios ilustra a dimensão da questão. Na região onde vivem, existem os mesmos problemas normalmente presentes em outras áreas, ou seja, grupos indígenas em processos de extinção, igreja, garimpeiros, missionários, interesses políticos e econômicos, atuação de grupos ambientalistas e de proteção aos índios, além de pretensões internacionais ainda não muito claras. A proposta de criação de uma Nação lanomâmi na fronteira do Brasil com a Venezuela, feita por entidades estrangeiras durante os trabalhos da Constituinte, em 1988, encontra alguma similaridade, nos dias

de hoje, com a proposta de criar-se uma zona de proteção à minoria curda, no Norte do Iraque, e colocada em execução, mesmo sem a prévia aquiescência da Organização das Nações Unidas.

O exagero da dimensão atribuída à reserva dos lanomâmis, longe de preservá-los, irá, certamente, prejudicá-los, pois o principal argumento que fundamentou destinar para cada indígena algo entre 7 a 10 km² é equivocado, não possuindo base científica.

A questão indígena, na verdade, envolve seriamente a soberania nacional, a partir de uma possível proposta de internacionalização de parte da Região Amazônica, ou na concessão de "independência" das chamadas "nações indígenas", sob a tutela de alguma organização internacional.

A campanha de descrédito do Brasil no tocante à preservação ambiental na Amazônia, orquestrada por entidades preservacionistas internacionais, trouxe, como consequência, uma imagem bastante negativa do País no exterior, que tem interferido até mesmo nos projetos de desenvolvimento e integração regionais.

Com base na "Nova Ordem Mundial" surgida após a derrota do comunismo e evidenciada na Guerra do Golfo, constata-se que há uma tendência de implantação de uma política internacional que atenda, preponderantemente, aos interesses dos países industrializados, em detrimento dos países em desenvolvimento. Soma-se a isto, também, o fato de que a tônica dos anos 90 será caracterizada internacionalmente pela defesa dos interesses de minorias raciais e culturais. Exemplo atual é a fragmentação da ex-Iugoslávia e de outros países bálticos.

Na nova divisão do poder mundial, percebe-se que as nações industrializadas do

Hemisfério Norte pretendem deter o monopólio do progresso, mantendo os países em desenvolvimento como simples fornecedores de matérias-primas e de mão-de-obra barata e desqualificada. A proteção do meio ambiente, associada às questões das dívidas externa e da transferência de tecnologia de ponta, vem sendo usada para retardar ascensão de outros países, potencialmente capazes de se tornarem concorrentes no cenário internacional do início do próximo século.

Justifica-se, assim, questionar a noção de que os recursos naturais se constituam em patrimônio da humanidade. Seria irreal supor que certos recursos pertençam à humanidade em seu conjunto, quando de fato eles estão localizados em jurisdições nacionais. Se fosse certo que eles deveriam ser compartilhados em uma espécie de "fundo mundial", não seria menos correto supor que os poderes econômico, político e tecnológico também deveriam ser compartilhados por todas as nações. Como os países industrializados não parecem dispostos a aceitar essa última concepção, tampouco os países em desenvolvimento se dispõem a renunciar às decisões sobre o uso de seus recursos naturais.

O grande desafio a ser vencido, desta maneira, é o de buscar novas formas de co-operação, que sem desconhecer a assimetria atual entre o Norte e o Sul, permitam o surgimento de uma nova ordem internacional, em que os interesses nacionais contribuam para o fortalecimento dos interesses mundiais, em perfeita sintonia com o direito soberano de cada país.

O Brasil deve, portanto, reafirmar à comunidade internacional o progresso obtido no trato da questão ambiental no País, nos últimos anos, retirando de experiências passadas as lições necessárias para enfrentar o desafio do desenvolvimento sustentável.

A mobilização gerada pela discussão dos temas ecológicos demonstra o amadurecimento da consciência brasileira diante da necessidade de conciliar desenvolvimento com harmônica convivência com a Natureza.

Não se trata, assim, de pensar a Região Amazônica como área intocada, mas de identificar formas de uso, que ao mesmo tempo valorizem os recursos naturais, incentivem sua conservação e gerem riquezas.

No plano internacional, as pressões insinuam uma ingerência externa no tratamento dos problemas ambientais da Amazônia brasileira, sugerindo que o Brasil abra mão de "parte" de sua soberania e avalize a criação de uma entidade supranacional para zelar pela conservação ambiental da região.

Por outro lado, as manifestações, implícitas e explícitas, sobre uma possível ingerência externa na Região Amazônica podem ser explicadas, também, pelo clima emocional gerado entre os habitantes dos países mais desenvolvidos. Estes estariam sendo preparados, lenta e progressivamente, para aceitarem e apoiarem uma política internacional para a região, para a "garantia dos direitos da comunidade internacional", o que viria a chocar-se frontalmente com os interesses e a soberania do Brasil.

As nações que orquestram essa verdadeira "guerra ecológica" contra o Brasil parecem querer desviar a atenção da opinião pública mundial do fato que elas são, na realidade, as responsáveis pelos maiores índices de população e degradação ambiental conhecidos, frutos do progresso e do desenvolvimento industrial que conseguiram, inclusive, com a exaustão de muitos de seus recursos naturais.

Com a evolução da tecnologia e o emprego de satélites artificiais para levantamen-

tos mais precisos, os estrangeiros passaram a conhecer a Amazônia muito melhor do que os próprios brasileiros. Hoje, seguramente, devem possuir o perfil mineralógico dessa região em detalhes, com plena ciência de que a grande maioria dos minérios da chamada "terceira geração", que serão utilizados maciçamente no Terceiro Milênio, estão na Amazônia.

Diante do crescente interesse demonstrado pelas grandes potências com objetivos lesivos à soberania e aos anseios do Brasil, urge despertar a consciência da sociedade para a gravidade do problema, por meio de uma campanha de esclarecimento da opinião pública sobre a questão amazônica e da renovação dos valores racionais.

A vulnerabilidade das fronteiras na região, recentemente demonstrada no episódio do Trafra, o vazio demográfico ali existente e a cobiça internacional sobre suas riquezas minerais, em particular, indicam a necessidade de se promover a rápida integração da Amazônia, social e economicamente, ao restante do País.

Medidas que visem a reduzir ou a corrigir distorções prejudiciais às populações que ali vivem precisam ser efetivadas.

O fortalecimento e a ampliação do Projeto Calha Norte, assim como de outras medidas que promovam o desenvolvimento sócio-econômico da região, favorecerão certamente a sua ocupação racional e a exploração ordenada dos recursos naturais existentes.

A implantação dos Projetos SIPAM e SIVAM permitirá a realização de ações que redundem em benefícios para o desenvolvi-

mento e colonização da região, em especial àquelas que se destinam à vivificação da linha de fronteiras. Tais medidas proporcionarão, em âmbito regional, a elevação da qualidade de vida e a geração de riquezas, com o conseqüente abrandamento de tensões sociais e o controle de atividades marginais que lesam o País.

As Forças Armadas, pela característica de se fazerem presentes em todos os quadrantes do território nacional, deverão contribuir para a ocupação da faixa de fronteira e para o desenvolvimento da área. Essa contribuição transcende a simples segurança territorial e deverá se estender ao apoio logístico aos órgãos federais e estaduais, particularmente nos setores de saúde, transporte e telecomunicações.

Ao Exército Brasileiro, pela sua própria destinação constitucional, cabe a missão indeclinável de garantir a preservação e a integridade da região, decorrente do espírito histórico que norteou a ocupação da Amazônia. Porém, torna-se imprescindível que o Poder Militar seja dotado de meios que assegurem as condições para o desenvolvimento da área e que disponha de capacidade de dissuasão para prevenir atos lesivos à soberania brasileira.

A adoção destas e de outras ações pelas autoridades competentes criará condições para que sejam repelidas com firmeza as pressões internacionais focalizadas na Amazônia, contribuindo, ainda, para preservar a soberania nacional na região e resguardar seus imensos recursos naturais única e exclusivamente para as futuras gerações de brasileiros. □



Agropecuária

Arames farpados.
Arames ovaíados.
Cordoalhas para curral.
Distanciadores para cerca.
Grampos galvanizados para cerca.
Arames para enfiamento de algodão.
Arames para vinhedos.

Eletificação e Telecomunicação

Arames galvanizados de uso em telefonia e telegrafia.
Arames galvanizados para almas de cabos de alumínio.
Cordoalhas de aço galvanizadas para pára-raios.
Cordoalhas de aço galvanizadas para estais, mensageiros, tirantes em linha de transmissão e aplicações similares.

Construção Civil

Tela soldada.
Arames recozidos para amarração.
Arames de relaxação normal e de relaxação baixa para concreto protendido.
Cordoalhas de relaxação normal e de relaxação baixa, de 2, 3 e 7 fios para concreto protendido.

**Além desta, os produtos
Belgo-Mineira
têm utilidades
que você nem imagina.**

Todos eles com a qualidade Belgo-Mineira, uma empresa de produção diversificada e sólida como o aço. É por isso que ela está entre as oito maiores empresas privadas nacionais.



**Companhia Siderúrgica
Belgo-Mineira**

Indústria e Uso Geral

Arames para fabricação de parafusos auto-roscantes, parafusos para madeira, porcas, arruelas, esferas, etc.
Arames galvanizados qualidade industrial.
Arames para telas de alambreado.
Arames recozidos.
Arames para pregos.
Arames galvanizados e cobreados para grampeação.
Arames cobreados para solda sob atmosfera gasosa (CO_2), ao arco submerso e oxiacetilênica.
Arames para eletrodos revestidos.
Arames galvanizados para gabiões.
Arames para molas mecânicas.
Arames para molas de estofados.
Arames para raios de bicicletas e motocicletas.
Arames para enfiamento de celulose.
Arames para lâ de aço.
Arames para cabo de escova, grampo de cabelo, anzóis.
Arames para cabos.
Arames para a pesca da lagosta.
Arames para fabricação de cordões para pneus radiais de aço.



Os Antecedentes da Questão do Chaco — a Guerra e o Decreto de Neutralidade do Brasil*

Jayme de Barros**

Extraído do capítulo sobre a Guerra no Chaco do livro A Política Exterior do Brasil, do mesmo autor, o artigo permite comparar a ação diplomática do Brasil nessa guerra com a adotada no conflito Peruano-Equatoriano, tratado em comentário publicado nesta edição (ver, na Seção Comentários, 3º Artigo: O Brasil e o Conflito Peruano-Equatoriano).

A região disputada pelo Paraguai e a Bolívia, entre os altiplano boliviano, o curso do Paraguai e de seu afluente, o Pilcomaio, figura de maneira pouco clara na documentação do antigo império colonial espanhol. Interposta entre núcleos de po-

pulação que se transformaram, mais tarde, em capitais dos dois países vizinhos, terra de ninguém, a princípio, o Chaco não preocupou os colonizadores espanhóis.

Pouco a pouco, porém, à medida que se formava, de um lado, uma consciência nacional paraguaia, de outro, uma consciência nacional boliviana, avançaram os dois países para a posse da região imprecisa e indefinida nas respectivas cartas geográficas. Reduzia-se cada vez mais o deserto e caminha-

**** Diplomata e participou da Conferência realizada em Buenos Aires, em 1936, para a manutenção da paz entre o Paraguai e a Bolívia, a fim de terminar a Guerra no Chaco.**

* Selecionado pelo PADECEME.

va-se para um choque inevitável, que se verificou, pela primeira vez, em época já remota.

Quando Rosas caiu, em 1852, em Buenos Aires, apressou-se a Argentina em resolver suas pendências de limites com o Paraguai, que envolviam a questão do Chaco. Mas o tratado que então firmou não foi aprovado.

Seis anos depois, ao iniciar negociações com esse país amigo sobre os seus limites com ele, foi o Brasil notificado pelo Governo de La Paz de que a Bolívia ressaltava mais uma vez os seus direitos à região litigiosa do Chaco, à margem direita do Rio Paraguai, abaixo da Baía Negra.

A chancelaria brasileira, agindo com prudência e habilidade, recusou-se, então, a entrar no exame da pendência entre as duas nações amigas, sobre o território contestado. Preferiu obter separadamente, de cada uma delas, o reconhecimento aos títulos líquidos de soberania sobre o território à margem esquerda daquele rio, à montante da foz do Apa.

Foi o primeiro ato eloqüente da nossa neutralidade. Recusávamos a intervir numa questão que interessava somente àqueles países, desde que todos reconheçam o curso do Rio Paraguai, no trecho referido, como fronteira internacional.

Daí por diante, em mais de três quartos de século, não variou a nossa linha de conduta. Nenhum fato conseguiu alterá-la. Mudou de aspectos e agravou-se progressivamente o litígio do Chaco, sem que interviéssemos, sob qualquer forma, em qualquer de suas fases.

Em 1907, processaram-se negociações em Buenos Aires, visando a voltar ao *statu quo* na região, entregando-se a solução do litígio ao juízo arbitral do Governo argentino.

Não se chegou, porém, sequer, a definir o pleito, que, antes, se agravou, pelo avanço do Paraguai e da Bolívia a fim de se apossa-

rem do território em disputa. A cada ato prenunciador de uma solução, mesmo remota, precipitavam-se as medidas acautelatórias de posse presuntiva.

Assim, já em 1925, a Bolívia erguia, do seu lado, fortins ameaçadores, ao mesmo tempo que o Paraguai recorria ao método da concessão de terras na zona em litígio.

Em 1928, diante dos choques frequentes entre forças bolivianas e paraguaias, a Argentina tentou de novo o arbitramento, sem resultado. Foi quando se reuniu, em Washington, a Conferência de Arbitragem e Conciliação, a 10 de dezembro de 1928. O Paraguai e a Bolívia, atendendo então ao apelo dos Estados amigos, aceitaram os seus bons officios para a solução amigável do incidente, sendo, a seguir, designada a Comissão de Investigação e Conciliação, da qual o Brasil não quis fazer parte, pelos motivos já expostos.

Em 1929, a Bolívia e o Paraguai concordaram em submeter a essa comissão a tarefa de repatriar os respectivos prisioneiros, feitos por ocasião de um dos incidentes no território do Chaco. Ficou então deliberado, pela comissão de Washington, que a repatriação seria feita através do Brasil e da Argentina, se os Governos desses países concordassem, o que logo se verificou. Comissões neutras foram encarregadas de executar as medidas necessárias. Essas comissões, para o caso dos prisioneiros bolivianos detidos pelo Paraguai em Vila Hayes, eram compostas do adido militar à Embaixada americana no Rio de Janeiro, Major Lester David Baker, e de um delegado do Governo brasileiro, o Sr. Antonio de São Clemente, então 1º oficial da Secretaria de Estado; e, para o caso dos prisioneiros paraguaios detidos pela Bolívia em Vila Montes, do adido militar à Embaixada ame-

ricana em Buenos Aires e dos funcionários designados pelo Governo argentino.

As cidades de Corumbá e Formosa foram, respectivamente, escolhidas para ponto de entrega dos prisioneiros às comissões neutras.

O Governo brasileiro não só concordou em colaborar nessa repatriação, como, atendendo ao pedido da comissão de Washington, designou o juiz federal suplente de Corumbá para inquirir os prisioneiros, de acordo com o processo civil brasileiro, a fim de procurar esclarecer o incidente então havido no Chaco.¹

Desembarcados em Corumbá, a 6 de julho de 1929, foram ouvidos no dia 7, sendo remetidos para Washington os termos das declarações prestadas.

No dia seguinte, 8, o Brasil entregava os prisioneiros às autoridades do seu país. Embarcados na lancha *Almirante Neves*, da flotilha de Mato Grosso, em companhia da comissão neutra, foram recebidos, na Baía de Cáceres, pelo consul boliviano em Corumbá, seguindo daí todos na mesma lancha até Porto Suarez, na Bolívia, onde desembarcaram, depois de lavrada ata formal da entrega. Eram em número de 21: dois tenentes, um cabo e dezoito soldados.

Foi com satisfação que o Brasil cooperou com a comissão de Washington nesse episódio, que parecia então contribuir para a conciliação entre o Paraguai e a Bolívia. O presidente da referida comissão, Sr. Traut McCoy, em nota ao nosso embaixador em Washington, datada de 10 de julho de 1929, comunicava-lhe que a mesma resolveu mani-

festar ao Governo brasileiro, por intermédio de sua embaixada, "mais vivos agradecimentos pela eficaz e constante cooperação das autoridades brasileiras civis e militares" na repatriação dos prisioneiros bolivianos.²

"Foi com satisfação que o Brasil cooperou com a comissão de Washington nesse episódio, que parecia então contribuir para a conciliação entre o Paraguai e a Bolívia."

Mal a comissão de Washington, composta de representantes dos Estados Unidos, do Uruguai, da Colômbia, do México e de Cuba, iniciava seus estudos, tornavam-se tensas e insustentáveis as relações entre o Paraguai e a Bolívia. Estava-se em meados de 1931. Seguiu-se o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países. Longe de decrescer de intensidade, agravava-se, pois, a crise.

Sem perder de vista a trama sutil dos acontecimentos, a chancelaria brasileira não se precipitava.

Fez-se nova tentativa, no molde e nos métodos das anteriores. A Santa Sé e a Argentina, em ação conjunta, resolveram secundar os esforços da comissão dos neutros, de Washington.

Ofereceram os seus bons ofícios e chegaram a conseguir que o Paraguai e a Bolívia nomeassem representantes a uma nova conferência, convocada para Washington, a fim de negociar um pacto de não agressão.

1. Relatório do Ministério das Relações Exteriores. Ano 1929, Vol. I — Anexo A, págs. 42, 43, 46 e 48.

2. Relatório do Ministério das Relações Exteriores. Ano 1929, Vol. I — Anexo A, págs. 48 e 49.

Não escapava à nossa diplomacia a evidente desconfiança com que os dois países aceitavam essas conferências, às quais compareciam para que não se suspeitasse da sinceridade dos seus propósitos conciliares, mas não porque confiassem nos resultados das mesmas. A prova é que, mal pressentiam certas tendências, rompiam logo relações e delas se retiravam.

A nova reunião de Washington, como as anteriores, malogrou.

Formuladas, de um e de outro lado, propostas para negociações, foram rejeitadas. Em meados de 1932, o Paraguai retirou de Washington o seu delegado, ao ter notícia da ocupação de um dos seus fortins pelas forças bolivianas. O mesmo procedimento teve a Bolívia. Interrompiam-se, desse modo, com a guerra em marcha, todas as conversações.

Ao Governo brasileiro, sempre parecia, antes mesmo das negociações relativas ao pacto de não agressão, que a solução da delicada pendência exigia estudos preliminares e profundos. Por isso, sugeria a criação de duas comissões especiais para estudá-las e situá-las nos seus precisos termos. Uma, seria incubida da documentação histórica; outra, da parte geográfica do litígio.

Sem localizar histórica e topograficamente o território disputado pelo Paraguai e a Bolívia, todo esforço para resolver a questão seria inútil, desde que eram imprecisos e vagos os dados fundamentais do problema. O recuo, diante da questão de fundo, deixou aberto o caminho para a guerra.

Quando, ainda em julho de 1932, o Chile e o Peru tomaram a iniciativa de tentar impedir o conflito armado iminente, a chancelaria brasileira, firme na orientação que lhe traçara o Chefe do Governo Provisório, pre-

feriu, preliminarmente, a organização de uma comissão de inquérito e conciliação.

Mas a comissão dos neutros, que continuava reunida em Washington, resolveu propor apenas a suspensão das hostilidades, sob bases logo repelidas.

No desejo de encontrar uma solução específica, que se tornava cada vez mais difícil, em face de tantos malogros sucessivos, os quatro países limítrofes dos litigantes, o Brasil, a Argentina, o Chile e o Peru, resolveram desenvolver intensa ação mediadora, paralela à da comissão de Washington. Esta, porém, interveio com outra proposta, de novo rejeitada.

Já nessa altura, era inquietante a gravidade do conflito e reinava evidente confusão entre os mediadores, por falta de orientação firme, corajosa e decisiva. Chegava-se ao mês de setembro de 1932 e as negociações, que se arrastavam em Washington, não haviam logrado sequer circunscrever a região contestada, onde corria sangue, levando os paraguaios certas vantagens na luta.

Diante da famosa Ata de Mendoza, firmada em começo de 1933, pela Argentina e pelo Chile, na qual se consubstanciara certa fórmula de acordo, que deveria ser apresentada pelo Brasil e o Peru, bem como consultada a comissão de Washington, apressamo-nos em aprová-la, com pequenas restrições, no preâmbulo, que foram aceitas.

Restavam ainda algumas esperanças de que a questão pudesse ser resolvida por arbitramento.

Na realidade, era tarde para isso. Perder-se muito tempo. Estavam ainda em curso as negociações baseadas na Ata de Mendoza, quando o Governo paraguaio, alegando que a Bolívia desenvolvia violenta ofensiva no ter-

ritório em litígio, solicitou autorização ao Congresso para declarar-lhe guerra.

Esse fato vinha demonstrar que a fórmula consignada naquele documento, de permitir a solução arbitral, desiludira os contendores, que não viram outra saída senão o recrudescimento da luta e a declaração formal da guerra.

Em interessante memória sobre a região litigiosa do Chaco, enviada ao Itamaraty, em dezembro de 1931, o Cônsul Geral do Brasil em Assunção, Sr. José Pinto Guimarães, acentuava: "Há duas questões no pleito de limites entre os dois países:

"Primeira; o Paraguai entende que a Bolívia violou o *statu quo* de 1907, avançando os seus fortins ao sul do Rio Negro e a leste do 61º, 30' do meridiano de Greenwich. A Bolívia nega semelhante violação. Como tal negativa implica a interpretação do dito *statu quo*, o Paraguai levanta uma questão preliminar sobre essa interpretação, propondo submetê-la a um árbitro antes do julgamento do pleito principal. A Bolívia opõe-se a isso.

"Segunda; tanto o Paraguai como a Bolívia, em princípio, concordaram com a decisão pela arbitragem, porém surge divergência profunda sobre a zona que deve ser arbitrada. O Paraguai elimina da questão o longo trato que já lhe foi adjudicado pelo presidente Hayes (do Rio Negro ao Pilcomaio), e também o Forte Olimpo (21º, 10), *marco secular da sua soberania*, no dizer do Doutor Manuel Dominguez, ex-ministro das Relações Exteriores, advogado a quem o Governo entregou a defesa jurídica da questão."

A Bolívia reclamava então a arbitragem de todo o Chaco, da Baía Negra ao Pilcomaio.

Em 3 de agosto de 1932, fez-se, em Washington, uma declaração segundo a qual todos os países americanos assumiam o compromisso solene de não reconhecerem nenhuma solução de contendas territoriais que não fosse conseguida por meios pacíficos, nem "a validade de aquisições territoriais obtidas por meio de ocupação ou conquista em virtude da força das armas".³

Em 23 de maio de 1933, diante da comunicação oficial do Governo paraguaio de que o Paraguai se encontrava em guerra com a Bolívia, o Governo brasileiro baixou o decreto abaixo transcrito, mandando observar completa neutralidade na guerra entre os dois países.

DECRETO nº 22.744, de 23 de maio de 1933 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Bolívia e o Paraguai

"O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil:

"Considerando que, diante do fato profundamente lamentável de uma guerra entre duas nações americanas, a ambas as quais o Brasil se acha estreitamente ligado, por laços de antiga amizade e por esse conjunto de interesses, princípios e sentimentos comuns, de ordem internacional, que constitui o característico ambiente continental da América, o Brasil tem necessidade imperiosa de definir a sua posição de país neutro;

3. *Questão do Chaco*. Arquivos do Itamaraty, 931 (31) (43).

"Considerando que, não sendo membro da Sociedade das Nações, o Brasil não está adstrito aos preceitos do Pacto, e que, tendo de afirmar a sua neutralidade, se orienta pelo direito internacional, escrito e consuetudinário, e pelos altos ditames da moral e da justiça, que a civilização depositou na consciência dos povos cultos;

"Considerando que as Regras Gerais de Neutralidade adotadas pelo Brasil, durante a Grande Guerra, enquanto a ela não foi arrastado, as quais foram estabelecidas pelo Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914, e completadas ou modificadas por atos ulteriores, não satisfazem, plenamente, às necessidades do presente momento, porque, ao tempo da sua publicação, se tinha em vista guerra em outro Continente, sendo os atos de beligerância no mar os que mais deviam preocupar o país, ao passo que, agora, a luta se trava entre nações vizinhas e mediterrâneas, surgem problemas de navegação fluvial, e, além de ter o espírito internacional tomado um largo surto, nestes últimos anos, as idéias sobre a guerra se modificaram consideravelmente;

"Considerando que estas ponderações mostram, ainda, que os cânones sobre neutralidade marítima e, terrestre, consignados nas Convenções nºs 5 e 13, de Haia, em 1907, publicados no Brasil, que os assinou e aprovou, pelo Decreto nº 10.719, de 4 de fevereiro de 1914, sendo embora direito internacional positivo, reclamam desdobramentos inspirados na doutrina melhor fundada, a fim de atender à situação especial, que se apresenta;

"Considerando que, conquanto não tenha ratificado, até a presente data, a Convenção de Neutralidade Marítima, que subscreveu em Havana, a 20 de fevereiro de 1928,

conjuntamente com as nações representadas na Sexta Conferência Pan-americana, o Brasil não pode deixar de ter em apreço o grande valor que ela tem, como expressão concreta do conceito jurídico de neutralidade consagrado pelo direito internacional americano;

"Considerando que, em matéria de contrabando de guerra, intimamente relacionada com o respeito à propriedade privada, o direito positivo é sobremodo deficiente; que a Declaração Naval de Londres, em 1909, tem apenas valor doutrinário; que o pensamento do conselheiro Paranhos, ao interpretar o sentimento brasileiro, na comunicação feita às potências signatárias da Declaração de Paris, de 16 de abril de 1856, continua, passados 76 anos, em estado de aspiração para que se complete a obra de paz e civilização expressa nas máximas então proclamadas, e melhor se assegure a propriedade particular inofensiva;

"Considerando, porém, que para solução dos incidentes, que acaso apareçam e para dirigir o procedimento do Brasil e dos brasileiros, há o conceito geral da neutralidade, que consiste em abster-se o Estado neutro de prestar concurso direto ou indireto à ação dos beligerantes; em não estorvar, por qualquer modo, as operações de guerra realizadas fora do seu território; em não permitir, dentro deste, que se realizem atos de hostilidade, e em ter assegurada a liberdade do seu comércio pacífico, expressão de sua soberania, que a guerra no estrangeiro não pode, razoavelmente, limitar, deduzindo-se desta última proposição que somente a finalidade normal da mercadoria e o seu destino podem influir para a sua classificação como hostil ou inocente;

"Considerando que, desde anos, vem tomando corpo a idéia de se colocarem os povos em posição mais decisiva em favor da paz, que é o ambiente normal da civilização, mas, que as condições atuais não lhes tendo permitido obter resultados positivos no sentido de impedir a guerra e dar à atividade pacífica a preeminência a que, incontestavelmente, tem direito, subsistem os princípios acima invocados;

"Considerando, finalmente, que o Governo Federal recebeu notificação oficial do Governo paraguaio de que o Paraguai se acha em estado de guerra com a Bolívia;

"Resolve que, enquanto durar o referido estado de guerra, sejam fiel e rigorosamente observadas e cumpridas pelas autoridades brasileiras as Regras de Neutralidade que a este acompanham, assinadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

"Rio de Janeiro, 23 de maio de 1933. 112ª da Independência e 45ª da República. (a) Getúlio Vargas, Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, Afranio de Melo Franco e Protogenes Pereira Guimarães."

Esse decreto era acompanhado das seguintes regras de neutralidade do Brasil:

"Art. 1º — Os residentes nos Estados Unidos do Brasil, nacionais ou estrangeiros, devem abster-se de qualquer participação ou auxílio em favor dos beligerantes e não deverão praticar ato algum que possa ser tido como de hostilidade a uma das potências em guerra.

"Art. 2º — Não é permitido aos beligerantes promover, no Brasil, o alistamento de nacionais seus, de cidadãos brasileiros, ou de

naturais de outros países, para se viarem nas suas Forças Armadas.

"Art. 3º — É proibido aos agentes do Governo Federal, ou dos Estados brasileiros; exportar ou favorecer, direta ou indiretamente, a remessa de artigos bélicos a qualquer dos beligerantes.

"Art. 4º — A disposição do artigo anterior não impede o livre trânsito, fluvial ou terrestre, assegurado por tratados em vigor, entre o Brasil e qualquer dos beligerantes.

"Art. 5º — Aos beligerantes é proibido fazer, no território terrestre, fluvial ou marítimo dos Estados Unidos do Brasil, base de operações de guerra, ou praticar atos que possam constituir infração da neutralidade do Brasil.

"§ único — Considerando-se ato ilícito internacional o desrespeito à neutralidade, pelo qual responde o beligerante, cabendo, outrossim, ao Estado neutro a defesa da sua posição jurídica.

"Art 6º — O Governo Federal usará dos meios de que dispõe para impedir o equipamento ou armamento de qualquer navio que tenha motivos razoáveis para crer destinado a concorrer para operações hostis contra um dos beligerantes. Usará da mesma vigilância para impedir que parta do seu território qualquer navio destinado a cruzar ou a concorrer para operações hostis e que haja sido, em águas da sua jurisdição, adaptado, no todo ou em parte, aos usos da guerra.

"Art. 7º — Nos portos e ancoradouros dos Estados Unidos do Brasil, os navios de guerra dos beligerantes, sem aumentar, de modo algum, a sua força militar, poderão reparar,

4. Arquivo do Itamaraty. Idem.

na medida indispensável à segurança da navegação, as avarias que tenham sofrido.

“A autoridade naval brasileira verificará a natureza dos concertos a efetuar, os quais deverão ser feitos com a maior celebridade possível.

“Art. 8º — Os navios de que trata o artigo precedente só poderão abastecer-se nos portos e ancoradouros do Brasil:

“1º — para completar a sua provisão normal de víveres em tempo de paz.

“2º — para receber combustível com que possam alcançar o porto mais próximo do seu país, ou completar a carga dos seus paí-
óis propriamente ditos.

“Art. 9º — os navios de guerra dos beligerantes, que tomarem combustível em porto brasileiro, não poderão renovar a sua provisão no mesmo ou em outro porto brasileiro senão três meses depois.

“Art. 10 — os navios beligerantes não poderão servir-se dos portos, ancoradouros e águas territoriais do Brasil para aumentar as suas provisões militares, nem para completar a sua guarnição. Poderão, porém, utilizar-se dos serviços dos pilotos do país.

“Art. 11 — As disposições dos artigos 7º e 9º se não aplicam aos navios hospitalais, nem aos empregados exclusivamente em missão científica, religiosa ou filantrópica.

“Art. 12 — Quando navios de guerra dos beligerantes se acharem, simultaneamente, em porto ou ancoradouro brasileiro, devem medear, pelo menos, 48 horas entre a partida de um deles e a do adversário.

“A ordem de partida será determinada pela ordem de chegada, salvo se o navio que tiver entrado em primeiro lugar se achar em algum dos casos em que é admitida a prolongação do estacionamento.

“Um navio de guerra beligerante não pode deixar o porto ou ancoradouro brasileiro, onde se achar, senão 48 horas depois da partida de navio mercante arvorando o pavilhão do seu adversário.

“Art. 13 — Os navios de guerra dos beligerantes poderão demorar-se em porto ou ancoradouro do Brasil, normalmente, até 48 horas. Ser-lhes-á permitido estacionamento mais prolongado:

“1º — Quando em menos tempo não puderem ultimar os concertos indispensáveis para prosseguirem na sua viagem;

“2º — Quando houver impedimento material para a sua saída.

“Fica ao arbítrio do Governo Federal determinar, segundo as circunstâncias, o tempo da demora do navio.

“Art. 14 — Se, apesar da notificação feita pela autoridade competente, o navio de guerra beligerante não deixar o porto brasileiro, o Governo Federal tomará as medidas, que julgar necessárias para tornar o navio incapaz de navegar, enquanto durar a guerra.

“Se o comandante do navio beligerante não quiser atender à notificação recebida, por qualquer motivo inaceitável, o Governo Federal ordenará às suas autoridades militares o emprego da força, para que a sua determinação seja cumprida.

“Art. 15 — Quando um navio beligerante tiver de ser retido no Brasil, os oficiais e a guarnição serão igualmente retidos.

“Os oficiais e os homens da guarnição poderão ser alojados às medidas restritivas, que pareça necessário impor-lhes. Todavia, a bordo do navio de guerra ficarão os homens necessários para a sua conservação. Os oficiais poderão ficar em liberdade, tomando o compromisso escrito, sob a palavra de hon-

ra, de não sair do lugar que lhes for designado em território brasileiro, sem autorização da Marinha.

"Art. 16 — As presas feitas por um dos beligerantes só poderão ser trazidas a um porto brasileiro por causa de inavegabilidade, mau tempo, falta de combustível ou provisão de boca, ou da descarga de mercadorias destinadas ao Brasil.

"Art. 17 — os navios de guerra que, perseguidos pelo inimigo, e para evitar ataque iminente, se refugiarem em porto brasileiro, aí serão detidos e desarmados.

"Art. 18 — As tropas ou soldados isolados, que transpuserem as fronteiras do Brasil, serão desarmados ou internados, longe do teatro da guerra. Os oficiais poderão ficar em liberdade, sob as condições estabelecidas no art. 15, segunda parte, *in fine*, sendo neste caso, o ministro da Guerra a autoridade competente para permitir que o internado se retire do lugar que lhe tenha sido designado para residência.

"Art. 19 — Os prisioneiros que, evadidos, se refugiarem no Brasil, ficarão livres, podendo, entretanto, ser-lhes designada a residência, quando essa medida parecer necessária.

"Art. 20 — Os beligerantes internados serão tratados de acordo com os preceitos do direito internacional.

"Art. 21 — As aeronaves dos beligerantes não poderão voar sobre o território ou águas jurisdicionais do Brasil, sem prévia autorização. E serão detidas as que, não autorizadas, pousarem em territórios, ou águas brasileiras.

"As aeronaves militares não será dada autorização de voarem sobre território brasileiro.

"Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1993. (a) A. de Mello Franco.⁵

A SOLUÇÃO DO CONFLITO PELOS PAÍSES VIZINHOS — Troca de visitas entre os presidentes da Argentina e do Brasil — Marcha da mediação em Buenos Aires

Parecia propício o momento para que o Brasil, que em todos esses fracassos sucessivos mantivera inalterável sua posição conciliadora e se armara de invejável autoridade, tomasse novas iniciativas. Havia mesmo indícios veementes de que era esse o desejo dos beligerantes. Mas qualquer movimento do Governo brasileiro se tornou impossível, pois a Sociedade das Nações já então se ocupava da questão, enviando uma comissão especial para estudá-la *in loco*.

Foi então que as duas nações em guerra pediram fosse sustada a partida dessa comissão, preferindo confiar aos quatro países limítrofes, o Brasil, a Argentina, o Chile e o Peru, o desenvolvimento de negociações conciliatórias.

Ainda uma vez, sem se deixar iludir pelas aparências, dentro de sua política internacional realista e em linha reta, o Governo brasileiro propôs o conhecimento da questão de fundo e sua solução integral pelo arbitramento. As hostilidades cessariam na

5. Arquivos do Itamaraty. Idem.

data da assinatura do compromisso pelos beligerantes.

Precisamente porque não deixáramos nunca de participar das negociações anteriores, todas malogradas, cada vez era maior a convicção do Itamaraty de que urgia precisar os termos do problema do Chaco. Desde que havia chegado ao desastre da guerra, era preciso sair dela com a assinatura de um documento pelos beligerantes, submetendo-se a pendência à arbitragem.

Resultaram inúteis os nossos propósitos. Todas as indicações então formuladas pela chancelaria brasileira foram rejeitadas.

Pouco depois, pressentindo novo insucesso, declarávamos à Sociedade das Nações não ser possível atender à solicitação dos países beligerantes e aceitar o seu convite para colaborar na tentativa pacificadora por ela empreendida. Idêntica atitude assumiram a Argentina, o Chile e o Peru.

Era com angústia crescente que a América assistia ao desenrolar da luta sangrenta no Chaco. Apesar de mais afastados do teatro da guerra fratricida, não se manifestava menos pungente a tristeza com que acompanhávamos a ingloria carnificina.

Auspicioso e histórico acontecimento, em outubro de 1933, abriu, mais uma vez, ensejo para que se tentasse pôr termo à guerra, com a reafirmação dos princípios de solidariedade americana. O Brasil recebia na sua capital, com transbordantes manifestações de simpatia e de júbilo, a honrosa visita do General Augustin P. Justo, presidente da República Argentina, de cuja comitiva fazia parte o seu ministro das Relações Exteriores, Sr. Carlos Saavedra Lamas.

Os dois presidentes, o do Brasil e o da República vizinha, não podiam deixar de examinar, em tão feliz oportunidade, o drama que

enlutava o continente. Das conversações entre o Sr. Getúlio Vargas e o General Justo, nasceu a idéia de ser dirigido um apelo conjunto, em nome dos dois países, aos Governos do Paraguai e da Bolívia, para que cessassem a luta.

Os chanceleres Afranio de Mello Franco e Saavedra Lamas fixaram, então, em ata, segundo as instruções recebidas dos dois presidentes, as bases de um acordo a ser proposto aos beligerantes. O Brasil e a Argentina indicavam meios de se chegar a um entendimento sobre o extremo meridional do território em litígio.

Respeitáveis melindres diplomáticos, logo manifestados, e que o Governo brasileiro não quis ferir, obrigaram-no a desistir dos seus propósitos.

Em dezembro de 1933, o Paraguai, que havia obtido vários sucessos pelas armas e se considerava vitorioso, propôs à Bolívia um armistício, por ela aceito, vigorando até janeiro de 1934.

Pareceu à Comissão de Inquérito da Sociedade das Nações, instalada em Buenos Aires, ser favorável o momento para promover a fixação de limites na zona litigiosa. Formulou, com esse propósito, um projeto de tratado, segundo o qual a Bolívia se obrigava a aceitar certos limites meridionais do território disputado, que não eram outros senão os dos termos precisos da ata brasileiro-argentina, firmada no Rio de Janeiro, por ocasião da visita do General Justo. Por sua vez, ainda de acordo com o mesmo documento, o Paraguai se comprometia a desistir de incluir, na região sujeita a arbitramento, as terras asseguradas à Bolívia pelo Tratado de Petrópolis, além de outras estipulações conciliatórias.

Mais um insucesso veio acentuar as dificuldades para resolver o lamentável dossídio. O Paraguai e a Bolívia rejeitaram, incontinenti, esse projeto.

Desanimada de encontrar uma solução, a Comissão de Inquérito da Sociedade das Nações deu, então, por encerrados os seus trabalhos e regressou à Europa.

Embora muito houvesse observado, nada conseguira realizar esse órgão especial do instituto de Genebra. O problema do Chaco permanecia o mesmo, senão agravado por tantos e tão desastrosos passos em falso.

No relatório apresentado ao Presidente da República,⁶ o Sr. José Carlos de Macedo Soares, revelando mais um curioso episódio da questão do Chaco, escreve:

"Quando se esboçavam as primeiras negociações para a organização da Conferência da Paz, que viria pôr termo ao conflito do Chaco, cogitou-se de uma conferência econômica destinada a destrinçar certos problemas de grande alcance entre o Paraguai e a Bolívia e entre eles, e os Estados vizinhos. O Brasil viu-se, com surpresa, excluído da projetada conferência e declinou, por esse motivo, com a nota de 12 de abril, de participar das negociações em curso para a solução da luta do Chaco. Plena e amistosa satisfação nos foi, então, dada ao verificar-se que decorreria, exclusivamente, de lamentável erro de cópia a omissão do nome do Brasil. Tendo ficado inteiramente esclarecido o incidente, sobreveio a nota coletiva dos embaixadores da Argentina, Chile e Peru, e do encarregado de negócios dos Estados Unidos da América,

em que se insistiu pelo comparecimento do Brasil."

A Nota do Brasil, de 10 de abril de 1935 é transcrita no tópico seguinte.

NOTA DO GOVERNO BRASILEIRO AOS GOVERNOS ARGENTINO E CHILENO, EM RESPOSTA AO CONVITE PARA PARTICIPAR DAS NEGOCIAÇÕES SOBRE O CONFLITO NO CHACO⁷

"Senhor ministro,

"Tenho a honra de acusar o recebimento da nota reservada, de 1^a de abril corrente, pela qual Vossa Excelência, com palavras de alto apreço para meu país, que muito me sensibilizaram, convida o Brasil a participar da nova iniciativa da República Argentina e do Chile, para pôr termo ao conflito do Chaco.

"2 — Em resposta, o meu Governo deu-me instruções para que, desde logo, saliente a atitude que o Brasil vem mantendo em relação ao conflito paraguaio-boliviano, não tendo jamais regateado sua cooperação leal e desinteressada nos esforços comuns para o restabelecimento da paz.

"3 — A indefectível disposição do Brasil de trabalhar pela terminação da guerra continua inalterável e não se deixa abater, nem mesmo diante da série, já longa, de malogros com que as intervenções ditadas pelos sentimentos de confraternidade americana tem figurado no cortejo de tristezas dessa luta interminável.

6. Relatório do Ministério das Relações Exteriores — Ano de 1995, Vol. I, págs. 3 e 4.

7. Idem. Idem. Anexo A, págs. 13 e 14.

"4 — Entretanto, a força moral, inseparável de qualquer ânimo pacifista, poderia vir à falta se, no ardor de tudo envidar pela paz, deixássemos de distinguir entre as aspirações e as realidades, confundindo-as imprudentemente, no impulso idealista dos nossos anelos.

"5 — Está o Governo brasileiro convencido de que a Guerra do Chaco, notadamente pela situação mediterrânea do Paraguai e da Bolívia, é um grave problema político continental, e que, portanto, só terminará satisfatória e definitivamente mediante uma solução americana.

"6 — Assim pensando, o governo do Brasil não pode ocultar a sua surpresa em se ver excluído, e também ausentes os Estados Unidos da América, da conferência que deverá solucionar os problemas de ordem econômica, entre o Paraguai e a Bolívia e entre eles e os Estados vizinhos. O governo brasileiro não compreende, também, que o Uruguai, convidado razoavelmente para a conferência, não figure entre os membros da conferência política.

"7 — Estranhando as ausências indicadas dos Estados Unidos da América e do Uruguai, e protestando contra a sua exclusão da projetada conferência econômica, o Brasil lamenta vivamente não poder participar das atuais negociações para a solução do conflito do Chaco.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1935."

Em resposta a essa nota, o governo brasileiro recebeu a nota reproduzida no tópico a seguir.

NOTA DOS GOVERNOS DA REPÚBLICA ARGENTINA, CHILE, PERU E ESTADOS UNIDOS, AO DO BRASIL, SOBRE O CONFLITO DO CHACO*

"Rio de Janeiro, 29 de abril de 1935.

"Senhor ministro,

"Os Governos da República Argentina, Chile, Peru e Estados Unidos tomaram conhecimento com grande satisfação da resposta formulada pelo Governo do Brasil ao convite dos governos das Repúblicas Argentina e Chile, para participar como uma das potências mediadoras das negociações das quais se espera possa resultar a fórmula de uma proposta para a solução pacífica das hostilidades entre a Bolívia e o Paraguai, que seja igualmente aceitável para ambos os países beligerantes.

"Tanto os Governos das Repúblicas Argentina e do Chile, que fizeram o convite, como os dos Estados Unidos e do Peru, que aceitaram o convite para participar das negociações de paz, aproveitam com prazer esta oportunidade para informar ao Brasil que todos eles consideram indispensável sua participação nessas negociações, a fim de assegurar o seu êxito, tão ardentemente desejado por todas as repúblicas americanas. Lamentam a involuntária omissão do Brasil da lista dos países sugeridos para participação em uma conferência econômica, omissão a respeito da qual os países que iniciaram as conversações preliminares já se dirigiram ao governo do Brasil. Os governos da Argentina e

8. Idem. Idem. Anexo A, págs. 14 e 15.

do Chile têm a satisfação de assegurar ao governo do Brasil que, desde o começo das negociações confidenciais, iniciadas sob os auspícios de ambos os Governos, a participação do Brasil naquela conferência foi considerada essencial.

“O Governo brasileiro não poderia ficar indiferente à fraternal manifestação dos países que lhe acabam de testemunhar, de maneira tão altamente significativa, a indefectível fidelidade do Brasil aos ideais de paz e rigoroso respeito aos legítimos interesses dos beligerantes.”

“Além disso, os Governos da Argentina, do Chile, do Peru e dos Estados Unidos foram informados pelos Governos da Bolívia e do Paraguai que, também eles, sempre acreditaram igualmente que o Governo do Brasil deveria participar da conferência econômica proposta e, também, que consideraram a participação do Brasil nas negociações de paz como um fator essencial para assegurar o seu êxito final.

“Em seu esforço comum para levar adiante uma solução justa e equitativa da trágica controvérsia entre as repúblicas irmãs da Bolívia e do Paraguai, os Governos da República Argentina, do Chile, do Peru e dos Estados Unidos, reclamam o inestimável auxílio e a colaboração do governo do Brasil,

manifestando sua esperança de que o Governo do Brasil possa convencer-se, em vista dos desejos acima manifestados, da necessidade de reconsiderar a atitude que acreditou previamente indispensável tomar e unir-se a eles em seu esforço para estabelecer uma paz permanente ao Continente Americano.

“Aproveitamos esta oportunidade para reiterar a sua excelência a segurança da minha mais alta consideração”. (Assinado pelos Embaixadores da Argentina, Chile e Peru e pelo encarregado de negócios dos Estados Unidos da América).

Diante de tais demonstrações, o Governo brasileiro concordou, com júbilo, em participar das novas gestões para o restabelecimento da paz, e enviou, aos representantes diplomáticos das nações interessadas, a nota de 1^o de maio de 1935, nos seguintes termos:⁹

“1 — Foi com a mais viva satisfação que recebi, anteontem, das mãos do senhor encarregado de negócios dos Estados Unidos da América, e na presença de Vossa Excelência e dos senhores Embaixadores do Chile e do Peru, a nota coletiva na qual os governos assim representados solicitam, para as gestões chileno-argentinas em prol do restabelecimento da paz entre a Bolívia e o Paraguai e como fator essencial para assegurar-lhes o êxito final, a colaboração do Brasil.

“2 — O Governo brasileiro não poderia ficar indiferente à fraternal manifestação dos países que lhe acabam de testemunhar, de maneira tão altamente significativa, a indefectível fidelidade do Brasil aos ideais de paz e rigoroso respeito aos legítimos interesses dos beligerantes.

9. Idem. Idem. Introdução, págs. 4 e 5.

“3 — À vista de tal garantia moral, tão nobre e alevantada, na afirmação da qual os próprios beligerantes se associaram, o Governo brasileiro não pode, nem deseja mais senão unir-se a todos, no esforço comum para assegurar uma paz permanente ao continente americano, levando por diante uma solução justa e equitativa da trágica controvérsia entre as repúblicas irmãs da Bolívia e do Paraguai.”

Insistentemente convidados para que se tentasse um esforço decisivo a fim de pôr termo à guerra no Chaco Boreal, subordinamos a nossa participação em tais trabalhos à aceitação, pelos interessados, segundo acentuou o Sr. José Carlos de Macedo Soares, no método de negociações diretas entre os chanceleres dos países beligerantes em presença do grupo mediador, e à inclusão, entre os componentes deste, dos Estados Unidos da América e do Uruguai.

Entendia o Brasil que seriam inúteis todos os esforços, enquanto se não efetuassem negociações diretas entre os contendores.

Aceito o nosso ponto de vista, o Governo argentino convidou a Bolívia e o Paraguai a enviarem, com aquele objetivo, seus representantes a Buenos Aires.

Um novo fato histórico iria facilitar os entendimentos, dar outra direção às negociações diplomáticas para a pacificação da América. Os delegados dos países beligerantes, encontravam-se na capital argentina, em maio de 1935, quando o Presidente Getúlio Vargas, em um vaso de guerra, acompanhado de brilhante comitiva, na qual se destacava o seu chanceler, Sr. José Carlos de Macedo Soares, desembarcou na capital portenha, para retribuir a visita com que o Presidente Augustin Justo honrara o Brasil.

Já se sabia, dados os antecedentes da questão, que nessa viagem o problema do Chaco seria encarado de frente. Num esforço enérgico e por certo decisivo, procurasse-se encerrar a guerra que, havia três anos, devastava, empobrecia e sangrava o Paraguai e a Bolívia.

A chegada do Presidente Getúlio Vargas a Buenos Aires, num ambiente festivo, de carinhosa amizade pelo Brasil, manifestada por todas as formas pelo povo argentino, fez com que se volvessem para a capital portenha os olhos da América e do mundo.

Um profundo, vigoroso, avassalante sentimento de solidariedade estendeu-se por todo o Continente. A imprensa platina, fazendo-se eco das aspirações gerais dos países americanos, reclamava a paz do Chaco, como coroamento da hora sagrada de confraternização que se vivia à margem do Rio da Prata.

Já a Bolívia e o Paraguai haviam enviado a Buenos Aires os seus respectivos chanceleres, Srs. Tomaz Elio e Luiz Riart. Estavam também presentes os representantes das demais nações mediadoras.

No Brasil, onde, a princípio, a questão do Chaco se desenvolvera nos bastidores diplomáticos, a opinião pública se colocava unânime ao lado do Presidente Getúlio Vargas e do seu chanceler, Sr. José Carlos de Macedo Soares.

A fogueira da guerra acesa no Chaco representava perigo permanente para a paz e a segurança de todos os países da América. Decidimos, assim, enfrentar todas as dificuldades, aceitar as responsabilidades e vencer os riscos de uma iniciativa final para a pacificação do continente.

Ainda uma vez, como em outras fases da nossa história, acudimos ao apelo que nos era

feito para intervir como conciliadores na vida de outras nações americanas. Os riscos que corremos outrora, as interpretações errôneas da política que então praticamos, os sacrifícios de sangue e de dinheiro que ela nos custou, não fazem vacilar, hoje como ontem, o Brasil. O Presidente Getúlio Vargas desembarcou em Buenos Aires levando consigo a certeza de que da sua visita resultaria, entre outros incalculáveis benefícios, a paz do Chaco.

Desde, porém, as primeiras reuniões dos mediadores, no palacete da Senhora Olmos, onde se hospedara o chanceler brasileiro, Sr. José Carlos de Macedo Soares, não foram pequenas as dificuldades com que se defrontaram os pacificadores.

O chanceler argentino, Sr. Saavedra Lamas, num gesto de suprema gentileza, propusera que as reuniões se realizassem na residência do ministro das Relações Exteriores do Brasil, para evitar que o seu colega e hóspede, "depois de percorrer tantas milhas marítimas para vir à Argentina, não fosse obrigado a caminhar de sua casa na Avenida Alvear, até à chancelaria de Buenos Aires".

Por força dessa atitude gentil, digna de um Talleyrand ou de um Metternich, coube ao Brasil presidir e encaminhar os trabalhos iniciais da comissão dos mediadores. Fê-lo com firmeza e decisão, abrindo caminho para o exame direto, objetivo, prático do conflito.

O Presidente Getúlio Vargas, informado de tudo quanto ocorria, assistiu, durante alguns dias, com conselhos e deliberações, o seu ministro de Relações Exteriores.

Mas a tarefa dos pacificadores era bem árdua. Se ela não abatia o otimismo sistemático do Sr. Macedo Soares, provocava, de outro lado, o pessimismo justificado do Sr. Saavedra Lamas, que o chanceler argentino,

na madrugada histórica da assinatura do protocolo de paz, na Casa Rosada, confessou que era apenas tático.

O certo é que lhe sobravam razões para ser pessimista, desde que possuía a experiência dos seus nobres e dedicados esforços, malogrados em tantas outras iniciativas. A tática visava, no fundo, preparar, em caso de necessidade, uma retirada estratégica. Fui testemunha de todos os acontecimentos emocionantes que, em Buenos Aires, numa das mais árduas e difíceis batalhas diplomáticas travadas no Continente, precederam à assinatura do protocolo de paz no Chaco.

A impressão que então se tinha era de que o Brasil, que durante longo tempo se mantivera como vimos, numa atitude discreta em relação à guerra entre a Bolívia e o Paraguai, por uma questão de princípios e devido a circunstâncias especiais, resolvera, afinal, empenhar-se a fundo na pacificação.

Se o Presidente Getúlio Vargas já havia partido do Rio de Janeiro com o pensamento de coroar com esse feito sua viagem a Buenos Aires, na capital argentina tal propósito tornou-se inabalável no seu espírito.

No curso das primeiras conversações, apesar das dificuldades inquietantes, ele não deixou um só momento de participar, e mesmo de estimular o sadio otimismo do seu ministro das Relações Exteriores. Era tamanha a convicção do Presidente de que se poria termo à guerra, que chegou a pensar em adiar seu embarque para Montevideu, a fim de aguardar a assinatura do protocolo de paz, que então parecia eminente.

Decidiu-se, afinal, diante da hipótese, que se tornou realidade, do prolongamento das negociações, que o Sr. Getúlio Vargas embarcaria, ficando o Sr. Macedo Soares.

Essa deliberação foi tomada pouco antes da hora marcada para a partida do Presidente, que acabava de regressar de sua excursão à Tandil, no interior da Argentina.

A permanência do Sr. Macedo Soares em Buenos Aires, após a partida do presidente, à frente das negociações pacifistas, foi desde logo considerada compromisso soleníssimo do Governo brasileiro em empenhar esforços extremos para restituir a paz à América.

Não nos atemorizavam então as impressionantes dificuldades do problema e o perigo de tomar a iniciativa da pacificação numa hora delicada, após a majestosa recepção do Sr. Getúlio Vargas, na terra amiga de que era hóspede. Um malogro viria empanar de maneira lamentável o brilho da viagem presidencial.

Mas, nessa altura, ao sentir melhor, em Buenos Aires, a importância excepcional do caso do Chaco, que se refletia mais diretamente no Rio da Prata, estimulado pelo ambiente de confraternização continental aí reinante, a paz não era mais para o Brasil apenas um sentimento — era uma paixão.

Essa paixão, porém, não perturbou, antes serviu, a uma segura tática diplomática.

Na verdade, havia motivos para o pessimismo sincero do Sr. Saavedra Lamas, refletido, aliás, na impaciência da imprensa de Buenos Aires. Eram pessimistas até mesmo os representantes do Paraguai e da Bolívia. Em meio das negociações enervantes, dizia-me o senador argentino Mario Bravo, em sua residência, que interesses ocultos determinaria a continuação da guerra e que só assim se explicava quererem todos a paz e, não ser possível concluí-la.

Só o Brasil não se deixava contaminar do desânimo que se generalizava. É que não havíamos sofrido nenhum dos dezessete re-

vezes anteriores e conservávamos, assim, intacta a nossa fé numa solução satisfatória.

Além disso, tudo indicava ser impossível, após três anos de luta, perder a última oportunidade de fazer cessar a guerra. O esgotamento dos dois países era visível, difícil a compra de armamentos.

Demais, se outros haviam, heroicamente, perdido dezessete vezes a partida, justo seria que pagássemos também o nosso tributo, perdendo uma, por amor à paz. Uma vitória, aliás, já estava ganha era a do entendimento direto entre os beligerantes.

Sempre nos parecera impossível a realização da paz imposta por terceiros, sem a aproximação dos contendores. O Itamaraty bateu-se, desde o início da questão, como vimos, pelas conversações diretas entre o Paraguai e a Bolívia, bem como pela integração dos Estados Unidos da América e do Uruguai entre os mediadores.

Já na primeira reunião do grupo mediador, o chanceler do Brasil, evitando o debate teórico e doutrinário da questão do Chaco, formulou a nossa primeira proposta, concreta e clara. Estávamos diante de uma guerra em que se consumiam as melhores energias e a mocidade de dois povos valentes. Deveriam, assim, os mediadores procurar estabelecer, antes de tudo, uma trégua entre os beligerantes. Evitavam-se, desse modo, sacrifícios inúteis, ao mesmo tempo que se cuidaria de submeter à arbitragem o dissídio paraguaio-boliviano.

Embora então rejeitada, essa fórmula veio a prevalecer mais tarde, com algumas modificações, no protocolo de paz.

A trégua não convinha aos beligerantes, segundo alegavam. A Bolívia, entre outras objeções, não se conformava com a permanência de forças paraguaias no seu território.

rio, enquanto o Paraguai argumentava que a trégua daria tempo ao adversário para reorganizar suas forças e preparar o prosseguimento da guerra.

Tornou-se penosa, em reuniões sucessivas e esgotantes alternativas, a marcha das negociações.

Houve momentos em que tudo pareceu perdido. E como todos guardavam cautelosamente a retirada com um pessimismo tático, só o Brasil ficaria em má posição, em tão lamentável conjuntura.

Foi então que a nossa diplomacia, longe de desanimar e considerar encerradas as negociações, estimulou-as, tomando novas iniciativas, sempre auxiliada pelos demais delegados mediadores.

Em dado momento, o Sr. Macedo Soares, procurando sair do "impasse", propôs que se promovesse, perante o comitê, o encontro dos Srs. Tomaz Elio e Luiz A. Riart, respectivamente, chanceleres da Bolívia e do Paraguai.

Até então entrava um deles na sala em que se reuniam os mediadores depois que o outro se retirava. Houve receio de que o encontro de ambos fosse prematuro e mesmo imprudente. Feitas, porém, as necessárias sondagens, deliberou-se promovê-lo. A fim de evitar constrangimentos recíprocos, resolveu-se que cada um deles entraria por porta diferente, ao mesmo tempo.

Apesar de haver falhado esse plano, pois o chanceler do Paraguai entrou antes, a primeira reunião com a presença dos delegados dos beligerantes correu sem nenhum incidente, embora nada se adiantasse. Permanecia a intransigência, de parte a parte.

Valendo-se da autoridade moral cada vez maior que adquirira, pela sinceridade, boa fé

e coragem com que agia, o Brasil desenvolveu intenso e fecundo trabalho junto aos representantes do Paraguai e da Bolívia. Reuniões particulares, conferências reservadas se sucediam, sem descanso, até altas horas da noite. O Sr. Saavedra Lamas e os outros delegados também trabalhavam.

Chegou-se, afinal, a uma fórmula de paz. Era o momento decisivo. O Paraguai, que discutia com a Bolívia a posição a fixar para os respectivos exércitos, os efetivos que teriam após a desmobilização, estabelecera condições, que o adversário examinava. Sabia-se de antemão que a Bolívia as aceitaria. Era a paz. Era o êxito do trabalho obstinado de conciliação.

Mas, na mesma noite em que os mediadores aguardavam, reunidos, a resposta do governo de La Paz, uma notícia aziaga estourou como uma bomba: os paraguaios haviam obtido retumbante vitória pelas armas.

Decorreram, na Casa Rosada, na sala em que estavam os mediadores, horas dramáticas. O Sr. Luiz Riart não comparecia. A inquietação aumentava.

Afinal, chegou o ministro das Relações Exteriores do Paraguai, que, depois de breve conferência com os mediadores, entregou aos representantes da imprensa, ao sair, uma nota.

Nela, o Paraguai declarava que, apesar de se considerar vitorioso pelas armas, mantinha os seus propósitos de paz e os compromissos já assumidos.

O PROTOCOLO DE PAZ

Apesar de tudo, ainda perduravam algumas dificuldades sérias, levantadas em La Paz e Assunção. Na reunião da noite de 9 de ju-

nho, até às duas e meia da madrugada, o Sr. Luiz A. Riart, que havia conversado pelo telefone com o presidente do Paraguai, manteve-se intransigente na defesa de sua fórmula, na qual solicitava garantias quanto à desmobilização e à cessação da luta.

Como consequência dessas exigências, o Sr. Tomaz Elio, chanceler da Bolívia, fez pedido idêntico de garantias, em nome do seu país, para aceitação da proposta.

Em face dessa atitude dos governos de La Paz e de Assunção e diante da fadiga dos mediadores, que se conservaram em silêncio, o Sr. Saavedra Lamas, que presidia a sessão, ia levantá-la, quando o chanceler do Brasil, Sr. Macedo Soares, receando que no dia seguinte a situação se agravasse ainda mais, pediu a palavra. Fez então caloroso apelo aos chanceleres da Bolívia e do Paraguai para que consentissem no início da desmobilização e deixassem as demais questões para serem resolvidas na Conferência da Paz.

Os senhores Tomaz Elio e Luiz A. Riart concordaram. Ao deixar a sala das reuniões, o Sr. Saavedra Lmas, dirigindo-se aos jornalistas, dizia-nos a frase que ficou célebre: "Terminou o ceticismo tático."

Por sua vez, o Sr. Macedo Soares, confessando claramente o resultado da reunião, declarava: *Pacem habemus*.

Embora os governos de La Paz e Assunção ainda pedissem esclarecimentos sobre algumas cláusulas do projeto de acordo, ninguém duvidava mais que estava terminada a guerra. Aguardava-se apenas a chegada dos chanceleres do Chile e do Peru, que viajavam de avião, para assistir à assinatura do

protocolo de paz, marcada para 12 de junho. A imprensa de Buenos Aires regozijava-se com o sucesso obtido, atribuindo-o em grande parte à visita do Presidente Getúlio Vargas e à ação conjunta dos Governos do Brasil e da Argentina.

O pessimismo do Sr. Saavedra Lamas era interpretado como resultante de bem calculada tática, uma *hermosa mentira*.

Um grande órgão da imprensa platina viu, no curso das penosas negociações, o conflito de duas culturas: uma, empregando métodos diretos da escola romana, a do chanceler do Brasil; outra obedecendo aos postulados metafísicos da escola alemã, a do chanceler da Argentina.

Acrescentava: "O caso do Sr. Saavedra Lamas é estranho, pois o seu ceticismo encobria, com finura, a tática do otimista, que só se revela diante do resultado prático."

A verdade é que a paz do Chaco dependeu da energia e da decisão com que foi conquistada, após dezessete malogros das negociações anteriores. Foi um ato de fé e de coragem diplomática. No dia 12 de junho de 1935, realizou-se a assinatura do protocolo de paz, no Palácio do Governo de Buenos Aires, em sessão solene presidida pelo General Agustín P. Justo, presidente da República Argentina.

Diante de enorme assistência, que enchia o grande salão de honra, na qual se viam inúmeras senhoras, os chanceleres do Paraguai e da Bolívia firmaram, entre aplausos vibrantes, juntamente com os mediadores, o Protocolo sobre a Convocação da Conferência da Paz. □



A Estratégia — Seu Desdobramento no Espaço e no Tempo*

Carlos de Meira Mattos**

Matéria extraída da gravação, em fita magnética, na palestra proferida, pelo autor, no Centro de Estudos Estratégicos, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Foi preservada a linguagem coloquial usada na palestra, tornando o assunto do artigo facilmente assimilável pelo leigo.

Um respeitável sociólogo brasileiro disse que nós estamos sempre 50 anos atrás das nações mais adiantadas. Há pelo menos 30 anos eu frequento os centros de estudo de estratégia das universidades americanas e européias. O estudo da

estratégia hoje se difundiu e encontra, nas universidades, um interesse bastante grande, mesmo entre os alunos de graduação.

O primeiro livro de Estratégia que se conhece, que é um tratado, data de 500 anos antes de Cristo. É de Sun Tzu, um general chinês. Esse livro ficou conhecido no Ocidente em 1724 (ou 1772?), porque um padre francês, Amiot, que servia em Pequim, o traduziu para o francês. Aí, ele foi traduzido

**** General-de-Divisão, conceituado intelectual reconhecido no Brasil e no exterior.**

* Selecionado pelo PADECEME.

para o inglês e começou a se difundir no Ocidente. Mas a Estratégia existiu antes de Sun Tzu. Desde que as guerras adquiriram um certo volume, houve necessidade de uma inteligência, e a estratégia, eu costumo dizer, não é mais que a inteligência aplicada numa disputa, numa luta.

Vamos ver o que dizem sobre a Estratégia os principais pensadores.

Existe um trinômio Política-Poder-Estratégia, e não se pode entender a Estratégia sem se entender esse trinômio. São os chamados conceitos fundamentais.

A Política, para os principais autores, é a arte de governar. Esta é a síntese do pensamento de Aristóteles, Platão, Maquiavel, Montesquieu, Rousseau, Raymond Aron. A Política é a luta pelo poder, segundo Morgenthau, autor do livro básico de ciência política nos Estados Unidos. A Política é a arte de governar o Estado, dirigindo sua ação interna e externa, conforme conceito da Escola Superior de Guerra (ESG). A Política fixa objetivos a atingir. Sintetizando, dir-se-ia que a Política é a luta pelo poder, fixando objetivos e atingir. Porque, se não houver objetivos, não há Política.

Vamos ver o que é Poder. O Poder é a soma de recursos materiais e valores psicológicos de que dispõe o Estado, tendo em vista os objetivos que a política pretende alcançar ou preservar. Então, para se alcançar os objetivos da Política, o Estado tem que ter Poder. Nenhum objetivo da Política poderá ser alcançado sem a aplicação do Poder. Acho que é uma coisa clara — quem não tem Poder não pode ter Política; quem tem pouco Poder tem que ter uma Política pouco ambiciosa; quem tem muito Poder pode ter uma Política bastante ambiciosa. O Poder apresenta-se sob diferentes expressões: política,

econômica, psicossocial, militar, à técnico-científica.

Vejam os que é Estratégia. Estratégia é a arte de aplicar o Poder, tendo em vista os objetivos da Política. Podemos ver que a Estratégia está completamente vinculada à Política e ao Poder. São duas vinculações inseparáveis da Estratégia. A Política é concepção; a Estratégia é ação. É a diferença entre o que fazer, da Política, e o como fazer, da Estratégia. Se a Política diz: "Precisamos desenvolver a Amazônia", a Estratégia vai nos dizer como desenvolver a Amazônia.

Essas conceituações São boas para a ordenação do pensamento.

Apreciemos o que temos mais sobre a Estratégia. Nasceu em berço militar. É a arte dos generais, como indica sua semântica grega. Com o tempo, transformou-se numa arte generalizada, do estadista, do político, do economista, do sociólogo. Foi a partir da Primeira Guerra Mundial que a Estratégia tomou impulso de generalização e todas as atividades apropriaram-se dessa palavra, através de sua metodologia, digamos assim, do seu mecanismo mental de formular o seu problema. Se partirmos da noção antiga de Estratégia militar, diremos que é a arte de empregar forças militares para alcançar os objetivos determinados pela Política. Isso é uma definição de Lidell Hart, um grande estadista inglês, que foi adotada por Raymond Aron. A Estratégia é a arte dialética de forças — e vejamos bem o sentido filosófico de dialética, de Hegel, da tese e da antítese — "é a arte da dialética de vontades, empregando a força para solucionar o conflito" (General Foch).

Vejam os que diz um estrategista mais moderno, que surgiu com a necessidade de criar uma Estratégia para a Guerra Nuclear.

Estratégia esta que também foi apropriada para outros tipos de guerra e de conflito. O General Beaufre diz o seguinte: "Creio que a essência do jogo da Estratégia gravita em torno de um jogo abstrato." É como disse Foch, "oposição de vontades", são duas vontades antagônicas. É esta arte que permite, independente de toda técnica, dominar os problemas que tratam, em si, esse antagonismo, a fim de aplicar a racionalidade com a máxima eficiência. Beaufre tem a preocupação muito grande de separar a Estratégia da técnica, porque viu que, em um determinado momento, o desenvolvimento tecnológico-científico tinha atingido um grau tão elevado, que começaram a desprezar a Estratégia, o pensamento estratégico, esse pensamento que é arte, que é dialética de vontades, que não pode ser substituído nem pela técnica nem pela ciência, porque a inteligência estratégica, nessa dialética de vontades, é que vai indicar qual é a tecnologia, qual é a ciência de que precisamos.

A escolha dos meios estratégicos depende de uma confrontação entre as vulnerabilidades do adversário e as nossas possibilidades. Isto é importante: um Estado pode ter uma Estratégia que não esteja de acordo com as suas possibilidades e com as vulnerabilidades do adversário. Porque um Estado que tem uma estratégia muito ambiciosa e um poder fraco é algo ridículo. Deve haver certo equilíbrio. Ao fazer essa confrontação entre as vulnerabilidades do adversário e as nossas possibilidades, ao avaliar o nosso Poder, é mister analisar o efeito moral, convencido daquilo que se quer convencer o oponente. Beaufre se preocupa demais com a parte psicológica da dissuasão, acha que, mesmo antes de ser aplicada a Estratégia, o adversário

tem que ser convencido de que vai enfrentar uma Estratégia forte e firme.

PLANEJAMENTO

Vamos ver o que o Beaufre fala sobre o planejamento, o plano estratégico.

A elaboração do plano estratégico gravita numa dialética. O planejamento estratégico consiste num jogo de avaliações constantes entre *fins e meios*, ou, ainda, entre *objetivos* almejados e nosso poder disponível. Em consequência, é necessário prever pressões adversas, possíveis a cada ação visada, e as possibilidades de conter cada uma delas. Quando planejamos, precisamos saber quais são as reações previstas e quais são as nossas capacidades de respondê-las. Essas pressões podem ser nacionais ou internacionais, podem ser morais, políticas, econômicas ou militares. Ações sucessivas e possibilidades de realizá-las devem ser previstas dentro de um sistema capaz de assegurar o poder de desenvolver o plano elaborado, apesar da oposição adversa. Quando se fala na oposição adversa, trata-se de uma característica da Estratégia — não existe Estratégia se não houver uma oposição. Estratégia é um jogo entre duas vontades — se não houver uma oposição a vencer, não há Estratégia. Essa oposição pode ser ativa, volitiva, anímica, e pode ser uma oposição do meio físico. Por exemplo, no caso do desenvolvimento da Amazônia, a principal oposição é o meio físico, principalmente porque a Amazônia tem uma geografia ingrata, uma geografia hostil ao homem. Mas se quisermos, por exemplo, assentar, fixar uma política nuclear para o Brasil, vamos encontrar oposições anímicas, oposições volitivas. Existem países e organi-

zações internacionais que são contra e que ficarão contra ela. Portanto, a Estratégia responde a reações volitivas, de vontades, ou a reações da natureza.

MANOBRA ESTRATÉGICA

A manobra estratégica visando a manter a liberdade de ação deve ser impositiva. Apartir do momento em que se perdeu a liberdade de ação, não se pode mais fazer Estratégia, a nossa Estratégia já estará completamente prejudicada.

Os grandes caminhos da decisão estratégica são definidos por quatro coordenadas, segundo Beaufre: as *forças morais* — se não tivermos uma vontade, uma coesão nacional, uma vontade nacional predominante, não poderemos ter uma Estratégia; as *forças materiais* — temos que ter poder material, se quisermos desenvolver a Estratégia que desejamos; o *momento e o lugar* — temos que jogar isso dentro do tempo e do espaço, sobre a escolha de como conduzir a manobra estratégica; a *pedra de toque é a liberdade de ação* — no momento em que perdemos a liberdade de ação, perdemos a capacidade de executar a manobra. A luta pela liberdade de ação é, com efeito, a essência da Estratégia.

Chegamos nós a uma conclusão genérica dos clássicos, que serve a todos os modelos: a Estratégia é um jogo de inteligência, é um jogo entre duas vontades onde leva vantagem quem é mais hábil, mais inteligente.

Há duas atitudes estratégicas, a defensiva e a ofensiva. Quando entramos em um problema estratégico, ou tomamos uma atitude defensiva, ou tomamos uma atitude ofensiva, mas as ações estratégicas são de três tipos: a ação direta, a ação indireta e a

dissuasão. A dissuasão é nova e está adquirindo grande importância.

“A manobra estratégica visando a manter a liberdade de ação deve ser impositiva. A partir do momento em que se perdeu a liberdade de ação, não se pode mais fazer Estratégia.”

Do ponto-de-vista clássico, as ações estratégicas são: a ação direta e a ação indireta.

O patrono da ação direta foi Clausewitz, um militar alemão que escreveu sobre Napoleão, sobre as guerras napoleônicas e das lições dessas guerras, porque Napoleão fez as guerras, mas não teorizou as lições. Seu livro de 1871, publicado por sua esposa, depois da sua morte, tornou-se um clássico de Estratégia. Clausewitz diz, em seu livro *Von Krieg*, em alemão, *Da Guerra*, em português: “a conduta estratégica ideal é a busca do centro de gravidade das forças inimigas e numa só e única batalha decisiva, destrui-las”. É interessante notar que ele considera que a Estratégia gravita em torno de procurar o centro de gravidade do inimigo e, se possível, em uma ação de choque única e decisiva, destruí-lo.

Vejam a Estratégia de ação indireta. O primeiro que tratou desse tipo de ação estratégica foi Sun Tzu. Depois de Sun Tzu, seu grande discípulo foi Mao Tsé-Tung. E, no Ocidente, quem propugnou a favor da Estratégia de ação indireta foi Lidell Hart, em vários livros sobre o assunto. Mas a Estratégia indireta, vamos ver, é bastante diferente da Estratégia direta. Sun Tzu defende a tese pela

qual, na guerra, ou na Política, se assim quiser, a melhor política é conquistar um país intacto, e não destruí-lo. Destruí-lo é pior. Capturar o exército inimigo é melhor que destruí-lo. A batalha deve ser vencida muito mais pela manobra do que pelo choque. Sua concepção, muito ligada ao pensamento chinês, de paciência, de levar as coisas no tempo, sem pressa, é muito diferente, do ocidental, que é pragmático e quer as coisas feitas muito rapidamente. É melhor conduzir uma guerra em cinquenta anos e derrotar o inimigo pelo cansaço, pela ação indireta, não atuar nunca sobre o centro de força do inimigo.

Vamos tratar, a seguir da dissuasão — um pensamento novo gerado pela guerra nuclear, mas hoje difundido e tornado importante principalmente para nós, brasileiros.

DISSUAÇÃO ESTRATÉGICA

A dissuasão é a Estratégia através da qual um país visado procura evitar a ação bélica, utilizando a ameaça de uma represália que o agressor não pode ou não está disposto a pagar, segundo o General Beauffre, na *Introduction à la Stratégie*. Prestemos atenção a esse raciocínio, porque cada uma dessas ações estratégicas tem um desdobramento racional. Beauffre diz que se deve criar uma ameaça que o adversário que lhe quer agredir não pode pagar; primeiro, porque não tem forças para tanto e segundo, porque a opinião pública ou mundial não lhe permite pagar. *Essa estratégia está sendo muitíssimo explorada pelos países fracos no mundo todo.* O que estamos vendo hoje na Bósnia, nos territórios da antiga Iugoslávia, o que vimos na Somália e até no Haiti, é a aplicação da Estratégia da dissuasão. Os EUA não querem

pagar — há uma síndrome contra as guerras do tipo Vietnam, tipo Coréia, tipo Argélia. Então, a Política não permite que o Governo pague porque o povo americano não aceita que seus filhos morram no exterior por alguma coisa que eles não entendem direito. É o que acontece na Iugoslávia, na Bósnia. Existem conflitos de toda ordem nos antigos territórios da Iugoslávia, mas a causa principal do conflito é que os sérvios que, dentre aqueles povos todos, são a maioria e são os mais fortes, querem reconstituir a antiga grande Iugoslávia, que se dividiu com o apoio de vários países e se transformou em pequenas etnias e pequenas republiquetas. Há conflito racial, há tudo isto, mas os sérvios são guerreiros, e provaram que são guerreiros, pois a Alemanha dominou todos os países do Oriente Europeu e não conseguiu dominar a Iugoslávia, que ficou na mão, primeiro de um guerrilheiro local, Mikhailovich, e depois na mão de um segundo guerrilheiro local, Tito. Os sérvios dizem: "Se vocês querem ocupar o país para defender essas minorias, venham. Mas isso vai custar caro. O país é montanhoso, teremos uma guerra de montanha, o que significa guerra durante uns dois anos pelo menos, e vai custar cem mil mortos. Vocês querem pagar isso?" Não. A França não quer pagar, nem a Alemanha nem a Inglaterra, nem os EUA querem. Então fazem ações militares que não sejam de ocupação. Optam pela ação naval e a ação aérea, mas desembarcar tropas de ocupação, isso eles não fazem. Então caímos naquele conceito de *dissuasão: os sérvios ofereceram uma ameaça de represália que o agressor não pode ou não está disposto a pagar.* A população americana não quer mais receber caixão de defunto todos os dias, como recebeu durante toda a Guerra do Vietnam. Tem horror disto.

O presidente que se meter em uma aventura desta perde a próxima eleição e o seu partido, também.

Então, vemos que surgiu uma nova Estratégia.

Um dos teóricos dessa nova estratégia é um francês, André Gluksmann, que diz, em seu livro *Les Discours de la Guerre*: "A ameaça dissuasiva encontra-se dividida entre duas componentes: a componente força e a componente intenção. Transmitir uma ameaça dissuasiva significa, ao mesmo tempo, manifestar uma capacidade e comunicar uma vontade."

É hábito, nos planos militares, estimar-se as capacidades do adversário, e não suas intenções. Ela não se exerce somente em avaliá-las, mas, principalmente, em influenciar o adversário, mostrar que aquele é um risco que ele não quer pagar, ou não pode pagar. Ela não se exerce somente para avaliar a capacidade do inimigo mas para influenciar. A dificuldade está em transmitir nossas intenções, a fim de torná-las persuasivas e

evitar que sejam tomadas como um blefe. A credibilidade da intenção é indispensável. Estamos diante de uma nova Estratégia, que é a da dissuasão. Está se falando muito numa possível ameaça amazônica, que existe porque hoje há uma Estratégia internacional dirigida pelos "grandes", que estão aceitando certas teses de territórios internacionalizados. A internacionalização de certos territórios, no interesse da humanidade, é apoiada pelos sete grandes mas estamos vendo que eles não se aventuram quando o risco a pagar é caro. Pelo sim, pelo não, acreditando ou não na ameaça amazônica, nosso dever, dever de quem é responsável pela defesa nacional, é criar uma força de dissuasão que convença qualquer organização internacional apoiada por Forças Armadas internacionais, que queira ocupar uma parte do território nacional, fazendo tábua rasa dos princípios de soberania e autodeterminação. Devemos apresentar uma dissuasão estratégica, obrigando-os a pensar: "bom, isto vai nos custar tanto e isto nós não queremos pagar". □



A EsAO e os seus Capitães, nos Primeiros 75 Anos

Jonas de Moraes Correia Neto*

Matéria extraída de palestra proferida, pelo autor, na cerimônia comemorativa do Jubileu de Diamante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO).

Chegamos a Bagé — Rio Grande do Sul, em setembro de 1945, os Aspirantes da Turma “Escola Militar do Realengo” a última turma de cadetes do Realengo e a primeira a receber as espadas em Resende.

Os artilheiros fomos para o 3º RADC (logo depois, seria 3º RA Cav-75), unidade a cavalo, com dois Grupos, praticamente completo em pessoal e cavalaria. Servia lá um capitão, figura típica da província, radicado na cidade, onde era estancieiro, e “car-

ga” do Regimento. Era experimentado *troupier*, disciplinador um tanto à antiga, exigente com o serviço (não tanto com a instrução), apaixonado pelo seu quartel.

Aquele gaúcho antigão havia se cristalizado, profissionalmente. Cada vez que chegavam novos oficiais — e a Escola Militar prestigiava Bagé, todo ano — nosso capitão se sentia mais um pouco defasado; notava que os jovens tenentes logo percebiam suas limitações e, por isso, ia ficando mais e mais frustrado, implicante, ranzinza. E os oficiais, à socapa, provocavam-no sem dó, apenas para verem a reação e depois se divertirem.

Com o primeiro ano de pós-guerra, 1946, a velha Escola das Armas, que nascera à som-

* General-de-Exército, ex-Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

bra da Missão Militar Francesa (1920) e passara fechada durante a guerra (1942 a 1945) agora era reaberta, com a denominação de Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAO) e com dois turnos/ano.

“A EsAO é a escola do Exército que tem o encargo mais belo de todos, qual o de reciclar os capitães.”

O capitão veio de Bagé, para cursá-la, logo no primeiro turno. Não era voluntário; teve de vir. Sendo inteligente, vivo e responsável, e querendo assegurar o retorno ao 3º RACav, estudou, aprendeu e disso deu provas. Concluiu seu curso em um dos primeiros lugares; convidado a ser instrutor, declinou e voltou depressa à querência aonde chegou pouco antes do novo comandante do Regimento — o Coronel Alves Bastos (futuro grande comandante desta EsAO).

Apanhado no laço do dinâmico comandante, que fazia vibrar o quartel, o capitão agora major, foi designado nosso instrutor, para nos ensinar e adestrar nas mudanças e novidades, em técnicas e emprego da Artilharia, transportando-nos, como se dizia, “do francês” para “o americano”. O homem parecia outro; era outro: competente, confiante, preciso, bom instrutor. E nós, observando-o, registramos o que a EsAO havia feito, recuperando o velho artilheiro.

Tal foi o meu primeiro contato com a Escola de Aperfeiçoamento. O segundo foi em 1948, quando vim servir no Grupo Escola (então REA). Para o nosso Grupo, era comum a semana com três dias de dureza em Gericinó. Era quando vivíamos, muito de

perto e muito mais, o trabalho realizado por esta Escola, do qual participávamos intensamente. Recordo o sentimento de dar algo mais, que púnhamos nas tarefas em proveito da EsAO, como se valesse qualquer sacrifício. Valia mesmo.

Depois, conheci a EsAO por dentro, na intimidade do aluno e do instrutor, que me orgulho de haver sido. Cedo, formulei sobre esta Escola o alto juízo que sempre confirmei: é a Escola do Exército que tem o encargo mais belo de todos, qual o de reciclar os capitães, instrumentando-os para ocupar postos e funções fundamentais, como são, sobretudo, os constantes dos Quadros de Organização (QO) dos Corpos de Tropa. E é certo a EsAO vem se desincumbindo disso com eficácia e brilho.

O CAPITÃO E A EsAO

Capitão é posto-chave, em qualquer exército regular. O valor de um exército depende do valor dos seus capitães. É que os capitães mobilizam áreas de decisão intermediária, que são pontes entre as chefias superiores e os escalões executantes. E é no posto de capitão que se coloca, pela vez primeira, o exercício efetivo do comando — portanto, a ação de liderança militar.

Isso é doutrinário e organizacional; entretanto, não deixa de ser instigante. É um desafio, mas também um prêmio. O capitão precisa estar preparado para corresponder às exigências — e vencê-las.

A missão maior desta Escola é habilitar o capitão a prosseguir, com êxito, na caminhada do oficialato. Com êxito e com entusiasmo, o que, na nossa profissão, está enlaçado — eis que somos aqueles homens que vivemos por valores que não morrem.

“O capitão aperfeiçoado estará por aí e por sua conta, para fazer o uso mais correto e útil de tudo que aprendeu. Só que agora dispõe de bagagem profissional mais ampla, diversificada, atualizada. Em suas funções, goste ou não do papel, vai ser modelo e guia, vai ficar em foco e vai ser cobrado.”

Repito a EsAO tem obtido muito sucesso, em seu trabalho meritório. Nunca afrouxou — nem no esforço, nem no ritmo, nem na busca da exaço. Realizou e satisfaz, inclusive quando foi forçada, algumas vezes, a funcionar com dois turnos por ano, medida excepcional, aliás cujas vantagens são duvidosas.

Chega esta Escola, agora, ao bonito patamar de três quartos de século de atuação sobremodo eficiente, sempre engajado no aperfeiçoamento dos capitães, a quem fornece o máximo, possível de conhecimentos — teóricos, técnicos e práticos — e a quem estimula para a futura aplicação.

É o que se espera da Escola. O que se espera dos capitães?

O capitão deve ser focalizado em dois aspectos, balizando etapas sucessivas: o capitão-aluno e o capitão aperfeiçoado.

Ao capitão-aluno compete explorar, da melhor maneira, tudo quanto a EsAO coloca ao seu dispor. Parece óbvio, mas nem tanto. É sempre possível extrair algo mais, perquirir e esquadrihar, cooperar complementando ou sugerindo (até discordando...) ousar ser criativo, oferecer exemplos da própria expe-

riência. Nesse receber e retribuir, enriquecem-se os capitães e a sua Escola.

O capitão aperfeiçoado estará por aí e por sua conta, para fazer o uso mais correto e útil de tudo que aprendeu. Só que agora dispõe de bagagem profissional mais ampla, diversificada, atualizada. Em suas funções, goste ou não do papel, vai ser modelo e guia, vai ficar em foco e vai ser cobrado.

A CULTURA DO OFICIAL

Nesta fase da carreira, o capitão (talvez já major) deverá ir abrindo mais o leque da sua cultura militar. É uma obrigação; pode ser um prazer, na medida em que o autodidatismo seja hábil, inteligente e bem direcionado. Para isso, não se inventou ainda um meio melhor do que a leitura. Ler, ler; mais e mais ler, porém selecionando aquilo que se lê, para que haja um real aproveitamento.

O nosso mundo está em rápida e profunda transformação. Não podemos afirmar como ele será, daqui a algumas dezenas de anos. Mas é razoável garantirmos que haverá enormes diferenças entre aquilo com que temos convivido, nos últimos cinquenta anos, e aquilo que está por vir. Realmente, o clima físico, como o ambiente social e a mentalidade humana, tudo já se acha em larga e intensa mutação, que vem vindo de longe, tem atropelado costumes e tradições, tem feito ruir idéias e tornado obsoletos itens materiais, com surpreendente rapidez e naturalidade.

As sociedades centradas em nações; as estruturas dos Estados; as relações internacionais; as pressões econômicas; a escensão das ONGs; a exploração (e a influência dominante) de fortes idéias, como direitos

humanos, ecologia, controle de armamentos, salvaguardas nucleares, soberania limitada, e outras, em que pese o parcialismo maldoso do seu uso; a posse segura do espaço e sua utilização, para vários fins, alguns só pacíficos na fachada; o crescente poder dos meios de comunicação social; o domínio, cada vez mais perfeito, das informações de toda natureza as quais ficam disponíveis no "tempo real"; o fantástico desenvolvimento dos equipamentos de comunicações; o generalizado emprego militar de simuladores; os revolucionários projetos de sistemas de armas de pequena ou nenhuma letalidade; a pujança autoritária das mega-empresas multinacionais, mais ainda, supranacionais; os hiatos, tendentes a crescer, entre os países mais avançados e bem dotados e os países mais atrasados, impiedosamente barrados nos seus justos anseios e nas suas claras necessidades de progresso e bem-estar; tudo isso, e muito mais, faz parte do elenco de modificações substanciais, que já principiaram, dentro dos Estados nacionais mais adiantados do mundo e nas relações entre eles, e deles com os demais, quer unilateralmente, quer em blocos, onde são defendidos interesses, tidos por comuns, mas que freqüentemente estão ao arrepio dos verdadeiros interesses da maioria dos povos.

Aí estão nítidas geratrizes de conflitos. Evidentemente, os novos comportamentos das sociedades, tanto internamente como no seu relacionamento externo, fará que apareçam diferenças, também, mais ou menos marcantes, na aparência, na forma, no vulto e na solução dos choques que vão surgir.

É claro que isso vai afetar, e muito, as Forças Armadas de todos os países. Para se ajustarem ao mundo do terceiro milênio, elas terão de acompanhar a evolução das socie-

dades, das quais são parte integrante, expressiva e inapartível. Dir-se-á que sempre foi assim... Só que hoje os fatores influentes atuam de maneira tão vertiginosa, que, ou se mantêm emparelhado ou se descompassa sem chance.

Então, as Forças Armadas terão de rever seus conceitos, sua estruturação e organização, suas doutrinas, seu emprego, até sua filosofia básica; enfim, terão de deitar um olhar crítico sobre uma porção de elementos cruciais da sua existência e do seu funcionamento, atentas principalmente às variáveis clássicas, hoje postas em xeque, como: inimigo provável, área de atuação, meios disponíveis (quais, onde, em que prazos), missão e objetivos (lista detalhada de alvos...). Elas terão de rever e, certamente, reformular tanta coisa, que acabarão tendo de fazer, e fazendo, em menos de vinte anos, o que não havia sido feito durante mais de duzentos anos.

A FORÇA DO SABER

Entretanto, com que base se há de tratar do assunto, de modo competente, consciencioso, seguro? Só existe uma base que é o Saber.

Numa obra recente, rica em concepções, informações, especulações e projeções (*Guerra e Antiguerra*, de Alvin e Heidi Toffler), tem destaque o conhecimento como sendo o elemento propulsor mais possante, no mundo por vir. A colocação é muito consistente. De fato, a tendência é que as pessoas, como os grupos, como os países, adquiram tanto mais capacidade e influência e importância, e poder, quanto mais dominarem uma gama de conhecimentos relacionados com suas atividades e com seus interesses. No outro

vértice e no meio do caminho, estarão amontoados os que não tiverem respondido "presente" a esta decisiva provocação.

Portanto, é preciso que os militares conservem e aprimorem sua boa fama de classe estudiosa e procurem solidificar, ainda mais, seu suporte cultural, a fim de que acompanhem a evolução, influenciem o processo e beneficiem-se das mudanças.

O conceito de cultura profissional já difere daquele que, antigamente, era adstrito às coisas específicas da profissão militar. Vai mais além, interessando-nos em todos os fatores que tenham reflexos na preparação e na utilização adequadas da Expressão Militar do Poder Nacional.

O esforço convém seja feito. Vale a pena fazê-lo. De certo modo, é um esforço solitário. O oficial tem de escolher o que vai ler, visando ao exercício profissional (não necessariamente à função do momento). Além de ser, dever tirar suas próprias conclusões, estabelecer ilações, armazenar idéias, e afinal acumular mais conhecimentos, os quais, todos, lhe hão de ser de utilidade.

Ora, existe o mundo e, nele, o Brasil. Tudo quanto fizermos, será com os pés no chão, sem devaneios. Comumente, não poderemos utilizar, como gostaríamos, o que tiver sido sugerido pelas nossas leituras — ao menos, por enquanto. Porém, o que jamais deverá ocorrer será que estejamos despreparados para dar uma colaboração positiva, ao Exército e ao País, por uma carência de conhecimentos, que tivermos dei-

xado de adquirir por descuido ou relaxamento.

Por pertinente, vale recordarmos que, no começo dos anos trinta, o Exército alemão, que desencadearia a Segunda Guerra Mundial, exercitava para ela os seus quadros valendo-se de simulacros de canhões e carros de combate, confeccionados em madeira e lona. Com tais meios, foram instruídos os aguerridos comandantes de tanques das massas blindadas, conduzidas por oficiais que se haviam tornado mestres em resolver temas nas cartas, porque não podiam, ainda, assumir acintosamente sua condição de combatentes.¹

Na mesma época, outro exército estava afundado num marasmo desanimador, sem perspectivas. Era o Exército dos Estados Unidos — que, quando teve início a guerra na Europa, setembro de 1939, tinha o modesto efetivo em torno de 225.000 homens (sendo 130.000 nos EUA e o resto da América Central e na Ásia), seu equipamento e armamento eram limitados, em tipos e quantidades, seus recursos orçamentários eram parcos. No Continente, possuía 3 divisões de Infantaria (DI) e 2 de Cavalaria (DC), com efetivos incompletos, e nenhuma Blindada (DB), somente umas poucas unidades de carros. Para enfrentar a sua crise e poder, um dia, sair dela em boa forma, o Exército americano investia na preparação dos seus quadros — e, enquanto isso, também usava, na instrução e nos exercícios, modelos em madeira...²

¹ A propósito, ler *Panzer Líder*, do General Heinz Guderian, Bibliex, coleção General Benício, vol. 44, fevereiro-março de 1966, fls. 11, 12, 17 e 20.

² Sobre os EUA, ler *Cruzada na Europa*, do General D. Eisenhower, Bibliex, coleção General Benício, vol. 118, 1974, tomo I (de dois), fls. 2 e 9.

Situações parecidas: nos EUA, por economia e para não ficarem inativos; no Reich, para disfarçar, enquanto se aprontavam para a revanche. Em ambos, o ensinamento: quem quer trabalhar e fazer, cria condições, inventa meios, estuda e treina e se mantém vivaz; quem não quer trabalhar, não quer fazer, encontra mil razões para justificar a inércia.

O que deve ler o oficial, na etapa aperfeiçoada de sua carreira — carreira em ascensão?

Sem nos determos em títulos, sugerimos que leiam obras sobre História Militar (relatos, biografias, análises, memórias), Geopolítica (cuja mutações já nos induzem a descrever de algumas velhas fórmulas), Estratégia (a militar e a alta estratégia), Relações Internacionais, Sociologia e Psicologia Militar, Liderança, obras de projeções políticas e sociais, etc. A matéria é disponível em bons livros e, igualmente, em boas revistas especializadas — entre as quais destaco *A Defesa Nacional*, pela sua admirável permanência servindo à nossa cultura.

Enquanto aluno da EsAO, o capitão provavelmente não achará tempo para leituras outras, que não as do curso. Porém, quem sabe... para repousar um pouco a mente, afastá-la das lides escolares, de repente, um livro ou artigo provocante poderá vir a calhar. É fato que os preços dos livros estão proibitivos. Todavia, a nossa ótima Bibliex costuma apresentar programação editorial de alto padrão, a custo relativo muito baixo; e a *Revista do Exército Brasileiro* e a *A Defesa Nacional* (apenas como exemplo) vêm publicando muito boas colaborações.

O capitão aperfeiçoado, onde estiver servindo, há de achar tempo para ler, se o desejar. Vai depender da sua convicção de que, nesse caso, não é somente a leitura singela,

prazerosa, que deve procurar (tipo Sidney Sheldon, Morris West, Agatha Christie, Frederick Forsyth...); muito além dessa, é à leitura informativa, às vezes polêmica, que deve recorrer, pois através dela o oficial adicionará mais alguns pontos de saber às suas gavetas cerebrais, que, quanto mais ativadas, mais eficientemente atenderão às consultas, mesmo após muito tempo.

Esse é o quadrante do leitor. E... quanto ao do escritor? Nossos oficiais, que têm reduzido demasiadamente seu gosto pela leitura, diminuíram ainda mais — talvez por isso — sua aptidão para escrever. No entanto, são capazes de fazê-lo, como se verifica nas monografias dos alunos da Escola de Comando e Estado-Maior, muitas delas, pela excelência do enfoque e da redação, selecionadas para divulgação.

Transcende a missão da EsAO — e para isso nem sobra tempo — priorizar esse ângulo, com seu alunado. Porém, pode a Escola (como, aliás, todos os estabelecimentos de ensino do Sistema de Ensino da Força Terrestre), pode e deve cooperar para esse desiderato de elevado valor cultural e moral, escorvando o interesse dos seus alunos, apoiando-os na busca e obtenção de boa leitura, colocando boas publicações à disposição deles, bem como de seus familiares.

A EsAO E A REVOLUÇÃO DE 1964

Essas considerações me trazem à lembrança o período imediatamente anterior à Revolução de 1964. Nesta Escola, vivíamos num clima de excitante preocupação e contida revolta.

A massa de alunos da Escola sempre foi formidável. Os capitães, que nos ouviam, entenderam o que lhes era posto à consideração; e a repercussão não demorou.

Quando chegou o 31 de março de 1964, o pessoal da EsAO estava “nas pontas dos cascos”.

Nesta Casa insigne, aquilo que se planta, com seriedade, com convicção, com honestidade, germina e floresce. Porque aqui impera o verdadeiro espírito militar. Enquanto se aproximava uma inexorável revolução, dura e decisiva, aqui ninguém se esquecia de que os interesses nacionais se estampam como o fiel de uma balança, ideal mais nítida, onde num prato fica a disciplina hierárquica e, no outro, fica a honra militar.

Como organização militar, a EsAO, na Revolução de 1964, ajudou a prepará-la e assistiu à sua eclosão e às primeiras ações no Rio. Além disso, foi no auditório desta Escola, em 14 de fevereiro de 1964, que o General Humberto de Alencar Castelo Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, ministrou a aula inaugural, que, conjugada à histórica Circular de 20 de março de 1964, do mesmo chefe, foi fator preponderante para tomadas de posições, pessoais e institucionais.

Não me contenho, na ânsia comovida de ler, aos capitães de hoje, alguns trechos daquela aula — “A EsAO na Atualidade” — que nós, os oficiais da EsAO, ouvimos embevecidos e tomamos em nossas mãos como escudos e pusemos em nossas bocas como clarinadas.

UMA DUPLA TROCA

Os capitães do Exército (e, com eles, seus colegas de outras Forças e de países amigos)

fazem da EsAO uma Escola magnífica. Que lhes retribui, equipando-os para serem muito bons e competentes oficiais. Essa dupla troca é característica de uma Escola assim, pois se estriba nos conhecimentos e se afirma nos serviços.

A EsAO é engrandecida, a cada ano, com a recepção aos capitães-alunos e com seu aperfeiçoamento, o que assinala o cumprimento de uma missão — imutável, perseverante e na qual ela tem de se conservar passo a passo com o futuro.

Os capitães valorizam a Escola, com a sua presença esfuziante, com a sua vibração militar, dando inestimável continuidade ao profícuo labor que aqui se vem realizando, há 75 anos.

E o Exército... venturoso o Exército que preserva uma escola do nível desta, para acolher atualizar os seus capitães.

CONCLUSÃO

Dispus-me a dirigir-me aos jovens capitães, como um velho militar, que na vida só soube ser e, por isso, só foi soldado, e nisso pôde se realizar completamente.

Nesses capitães me revejo e aos meus colegas, que, há exatos 40 anos, estávamos sentados na platéia, escutando talvez um pouco, mas sonhando por certo muito.

Eis o empolgante enredamento da carreira militar, um ciclo que anualmente se renova e faz com que nos sintamos cada vez mais integrados no espírito coletivo da nossa classe, mesmo quando, pela situação de inatividade, cada vez menos partícipes das atividades castrenses.

Costumo afirmar que, ao despir minha farda, que usei durante mais de 48 anos, retirei-la do corpo mas conservei-a no coração.

Essa a verdade; e porque, para um homem como eu, uma ocasião como esta é reconfortante, rejuvenescedora. Estou agradecido: ao comandante da Escola, pela sua lembrança de mim; às autoridades, pelas suas presen-

ças; à assistência, por me ouvir; em especial, aos capitães-alunos, pela sua atenção.

Que os capitães sejam felicíssimos no seu curso, nesta grande Escola, que poderia ostentar, no vetusto frontispício, estes dizeres:

EsAO!

AQUI SE ROBUSTECE A ALMA DO EXÉRCITO!

PISTOLA TAURUS.

QUALIDADE E SEGURANÇA A SEU SERVIÇO.

Com uma Pistola Taurus você tem a certeza de segurança. A segurança que só a mais alta tecnologia pode proporcionar. Taurus, marca de qualidade à sua disposição.



TAURUS
FORJAS TAURUS S.A.

Av. do Porto, 511 - Porto Alegre
RS - Brasil - CEP 91360-000
Fones: (051) 340-2244
Telex: (51) 1129 FTLUS BR
Fax: (051) 340-4981

PT 58 S.
Calibre 380, 12 + 1 tiros,
cano de 102 mm, dispositivo
de segurança manual, trava
de ferrolho, dente de
travamento de cão, percussor
a laser inercial, indicador de
cartucho na câmara,
acabamento inoxidável ou
niquelado.

Atenção: a separação de uma arma depende de regime especial. Por assimilar tecnologia, sua utilização exige treinamento e equilíbrio emocional. Consulte nos livros de Segurança e Defesa do Armer de Defesa.



Alemães Prisioneiros de Guerra no Brasil Durante a Segunda Guerra Mundial

Claudio Moreira Bento*

O artigo ratifica e retifica dados já divulgados e apresenta dados novos em busca da verdade histórica relativa ao episódio que nos veio à luz através do artigo memorialista assinado pelo Coronel Luiz de Alencar Araripe, em nossa edição julho/setembro de 1991.

Em 1991 divulgamos, em alguns periódicos, artigo versando sobre prisioneiros de guerra do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, assunto que, sob o título "Campo de Concentração no Brasil — um Episódio da Segunda Guerra Mundial", publicado no *Diário Oficial Leitura*, de São Paulo, em junho de 1991, provocou enor-

me surpresa e repercussão. Recebemos, em decorrência, expressiva e farta correspondência com dados complementares e congratulações pela revelação surpreendente.

Ao final do artigo concluíamos: esta é a ponta de *iceberg* histórico, sob a qual devem esconder-se histórias fascinantes a serem reveladas em toda a sua plenitude. Eis o que a seguir tentaremos fazer. Integrando os elementos surgidos a *posteriori*, esperamos revelar um pouco da parte imersa do citado *iceberg*.

* Coronel do Exército, sócio-benemérito do IGHMB.

AFUNDAMENTO DO CARGUEIRO ANNELIESE ESSBERGER E PRISÃO DE SUA GUARNIÇÃO

De 21 de setembro de 1943 a 15 de abril de 1944, por cerca de 7 meses, funcionou, no quartel do 8º Regimento de Artilharia Montada, em Pouso Alegre — MG, o Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre, que abrigou 62 prisioneiros de guerra alemães, 20 da Marinha de Guerra e 42 da Marinha Mercante germânicas, que integravam a guarnição do cargueiro alemão *Anneliese Essberger*. Proveniente de Bordéus — França, ele se destinava ao Japão atuando como “furador de bloqueio”.

Foi afundado pela própria tripulação, em 22 de novembro de 1942, na posição 00.54-N — 22.34-W, próximo do Equador, após ter sido descoberto, disfarçado em navio norueguês de nome *Skjilbred*, pelo Grupo Tarefa 23-2 dos EUA.

O Grupo Tarefa 23-2, constituído dos cruzadores *Cincinatti* e *Millwanke* e do contratorpedeiro *Somers*, pertencia à 4ª Esquadra americana, que tinha Recife por base. Os prisioneiros, recolhidos em quatro balsas pelo cruzador *Cincinatti*, foram entregues ao General-de-Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes, então comandante da 7ª Região Militar, encarregada da Defesa Territorial do Saliense Nordeste e da ilha de Fernando de Noronha. Foi aí que teve início a aventura de 62 prisioneiros de guerra no Brasil, os únicos que ele teve. Episódio sem importância militar, mas singularíssimo, despertou, desperta e ainda despertará muita curiosidade, à medida em que for sendo reconstituído em toda a sua plenitude.

PRISÃO NO QG DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO

Os 62 prisioneiros alemães, 15 oficiais e 48 suboficiais e marinheiros (anexo “A”), foram entregues, como dito acima, aos cuidados do General Mascarenhas de Moraes, por não dispor o Almirante Ingram, comandante da 4ª Esquadra americana, de instalações apropriadas em terra. Era comandante da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE), desde abril 1941, por indicação do General Mascarenhas de Moraes, o Capitão de Infantaria José Arnaldo Cabral de Vasconcelos (em 1991 general-de-brigada reformado), que nos prestou informações sobre os prisioneiros que lhe foram confiados por cerca de 7 meses, de novembro de 1942 a julho de 1943.

Os prisioneiros foram recebidos pessoalmente pelo Capitão José Arnaldo, na praça do Derby, vindos de bordo do cruzador *Cincinatti* em viaturas do Exército.

O Capitão José Arnaldo, em alemão, explicou, em breves palavras, como os prisioneiros deviam se conduzir. “Eles se mostraram obedientes, atenciosos e disciplinados, à exceção de dois, que foram encaminhados à Casa de Detenção do Recife, até embarcarem para o Rio. Ali eles ficaram afastados dos prisioneiros de Justiça.”

Os prisioneiros foram ouvidos por uma comissão da 7ª Região Militar, formada por um oficial médico descendente de alemães, e outro da Reserva, descendente de holandeses. Ambos falavam alemão. Depois foram ouvidos por uma comissão vinda dos EUA, presidida por um almirante.

Um dos recolhidos à Casa de Detenção foi Walter Ahrens, 39 anos, que, antes da guerra, trabalhara como padeiro na França. Ele falava o francês fluentemente e era muito extrovertido.

Certa feita pediu para falar com o comandante da PMPE e o procurou em seu gabinete. "Perfilou-se exageradamente, levantou o braço direito na vertical e gritou – Heil Hitler." Alertado sobre a inconveniência e inoportunidade de seu gesto justificou-se: "*C'est l'habitude.*"

Passados 35 anos, em julho de 1978, numa cervejaria sobre o Reno, a *Schwenfurt* o agora General José Arnaldo, encontrou-se com o Dr. Leo Hofmann, da reserva naval alemã, médico do *Anneliese Essberger*, e mais 5 ex-prisoneiros seus no Recife, que vieram de várias partes da Alemanha para um encontro. Todos estavam com as esposas. Escreveu o General José Arnaldo: "Foi uma noite de muita alegria. Na ocasião, fez-se sentir o deplorável efeito das guerras que separaram povos e indivíduos, mostrando o contraste de nossos dois encontros, no Recife, durante a guerra, e em Schwenfurt, na paz.

O Dr. Hofmann, médico pediatra e humanista, que serviu de intérprete entre os brasileiros e os prisioneiros, aprendeu um pouco de português no Recife, com apoio em seus conhecimentos de latim e de livros que o Capitão José Arnaldo lhe emprestava. Em 1978, dirigia um hospital em Schwenfurt e, sob o pseudônimo de Hernuch Leon, estava editando um livro sobre a saga dos 62 prisioneiros de guerra do Brasil e do "furador de bloqueio" *Anneliese Essberger*. O livro revelava a versão de sua aventura no Brasil e do qual estraçalhou alguns dados, de 3 folhas por ele enviadas ao General José Arnaldo.

OS PRISONEIROS ALEMÃES NO RIO DE JANEIRO

Em agosto e setembro de 1943, por cerca de 2 meses, os 62 prisioneiros permaneceram em trânsito do Recife para Pouso Alegre, no Rio de Janeiro, no Regimento Caetano de Faria de Cavalaria, da Polícia Militar do Estado, sediado na Avenida Salvador de Sá, nº 2, ao lado do Sambódromo. A Polícia Militar, na época, era comandada pelo Coronel Odylio Denys, de quem mais tarde ouvi falar, surpreso, pela primeira vez, na existência desses prisioneiros de guerra alemães no Brasil, e do bom comportamento que revelavam ter.

Eles chegaram ao Rio, provenientes do Recife, em 3 de julho de 1943, a bordo do navio *Poconé*, do Loyde Brasileiro. Foram identificados e registrados pela Polícia Militar, no *Livro Registro Geral dos Prisioneiros Alemães no Brasil, Livro de nº 24*. Permaneceram no Rio de 3 de julho a 21 de setembro de 1943, ou cerca de 2 meses e 19 dias.

Não há registros de alterações no Rio, a não ser tentativas dos oficiais de perambularem pela Tijuca, após burlarem a guarda, na procura de cidadãos alemães. Sem os endereços precisos dos seus conterrâneos, chamaram a atenção da população que julgou suspeitas suas atitudes. A polícia foi informada e os recolheu ao quartel com as regalias cortadas. O fato parece ter determinado a remoção dos oficiais para Pouso Alegre, dois meses depois da ida para essa cidade dos suboficiais e marinheiros.

OS PRISIONEIRO ALEMÃES EM POUSO ALEGRE

Os prisioneiros viajaram via ferroviária, do Rio para Pouso Alegre, em duas levadas. A primeira lá chegou em 21 de setembro de 1943, constituída de 48 suboficiais e marinheiros, e a segunda dois meses mais tarde, em 29 de dezembro de 1943, constituída de 15 oficiais, totalizando os 62 capturados em alto mar pela 4ª Esquadra americana. Eles retornaram ao Rio em 15 de abril de 1944, após o 8º Regimento de Artilharia Montada (8º RAM), abrigá-los como prisioneiros, no Campo Provisório de Concentração, por 6 meses e 24 dias.

Segundo o General José Arnaldo: "Os prisioneiros, ao deixarem Pouso Alegre estiveram novamente no Rio, no Regimento Caetano de Farias, Dali, via marítima, seguiram para o Recife, sendo alojados no Campo de Instrução do Exército de Engenho da Aldeia. Posteriormente, foram transportados para a Flórida, nos EUA, até o repatriamento.

Seguramente o Dr. Hofmann há de resgatar essa odisséia em seu livro citado.

A permanência dos prisioneiros de guerra em Pouso Alegre é imortalizada pelos depoimentos do então Tenente Heitor Carvalho e do então Aspirante Luiz de Alencar Araripe, que ali serviam na época. Tanto um como o outro, o primeiro em depoimento a nós prestado e o segundo em artigos em *A Defesa Nacional*, confirmam o Capitão José Arnaldo, no tocante ao bom comportamento dos prisioneiros, que pertenciam, como vimos, em maioria à Marinha Mercante (42) e em minoria a Marinha de Guerra alemã (20).

Os prisioneiros levaram 12 horas de trem no percurso Rio-Pouso Alegre. Chegaram ao destino por volta das 19 horas e foram escol-

tados, até o quartel do 8º RAM, por soldados do Exército de origem alemã.

O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO PROVISÓRIO DE POUSO ALEGRE

O Campo Provisório de Prisioneiros de Guerra de Pouso Alegre, no 8º Regimento de Artilharia Montada, foi criado por aviso 411/438, de 24 de agosto de 1943, do Secretário do Exército respondendo pelo expediente do Ministério da Guerra. Foram adaptadas para tal as instalações da 2ª Bateria, que fora destacada para defender o litoral, em Porto Seguro, ao comando do Capitão Manoel Sales Pontes Lima, tendo como subalterno o Aspirante Luiz Gonzaga de Andrade Serpa ("Serpa preto") que foi mais tarde Diretor de Ensino e Pesquisa do Exército.

No pavilhão da 2ª Bateria, foram colocadas grades nas aberturas das janelas, e as portas de madeira foram substituídas por outras gradeadas, de ferro. Ele foi cercado por uma cerca dupla de arame farpado. O espaço entre a cerca e o pavilhão destinava-se à hora diária de banho de sol, a mais apreciada da rotina dos prisioneiros. Foram colocados holofotes em posições estratégicas. As refeições eram servidas no pavilhão da Bateria e era a mesma dos soldados do Regimento.

Ali os prisioneiros receberam visitas frequentes de membros da Embaixada da Espanha, que representava os negócios da Alemanha no Brasil e que lhes pagava os vencimentos, bem como da Cruz Vermelha Internacional. A Cruz Vermelha procedia o intercâmbio epistolar entre os prisioneiros e seus familiares, na Alemanha, e fornecia-lhes

material de esporte e alimentos especiais. Em Pouso Alegre, ficaram na memória local, os alames, mortadelas e presuntos pendurados nas grades das janelas, pelo lado de fora, à guisa de geladeira usada pelos prisioneiros para conservar os alimentos nos dias frios de inverno.

Os oficiais ficaram confinados à Seção Extraordinária do Regimento, segundo Botim Interno.

A convivência entre os prisioneiros e seus guardas foi amigável. Os guardas forneciam-lhes cigarros, item que não era farto entre eles.

A rotina no Pavilhão, e fora dele, era comandada pelo suboficial da Marinha de Guerra alemã, Rudolf Genkow, de 33 anos.

Ela compreendia instruções de Navegação, Máquinas, Sinalização Semafórica, História e Moral e Civismo, esta acompanhada de canções militares e religiosas.

Segundo o então Aspirante Araripe, causou muita emoção entre os prisioneiros "o canto da Canção da Artilharia do Exército, cuja música foi apropriada da canção da Cavalaria alemã" por oficiais brasileiros que cursaram Artilharia no Exército alemão entre 1910 e 1912.

Mereceu destaque também, por ter fugido à rotina, um desenho encontrado durante inspeção ao Pavilhão de Prisioneiros representando um submarino alemão na superfície e sua tripulação assistindo ao afundamento de um navio com bandeira brasileira, após torpedeado.

O Coronel Rubens Guilherme de Almeida, comandante do 8º RAM e da guarnição de Pouso Alegre determinou, como punição, a suspensão do banho de sol por uma semana — punição modificada para castigo individual do desenhista, à luz da argumentação do suboficial Jenkow, que invocou a

cláusula das Convenções sobre Prisioneiros de Guerra de 1929, assinada pelo Brasil e a Alemanha, que proibia castigos coletivos.

A barreira da língua foi o grande obstáculo a uma maior aproximação. Atuava como intérprete o citado Dr. Hofmann, para coordenar as rotinas diárias comuns a todos os quartéis.

Conta o Aspirante Araripe hever, inadvertidamente, retido uma carta do marinheiro de guerra Josef Fuchs, de 20 anos a sua amada na Alemanha, conforme descreve, em detalhes, em artigo publicado em *A Defesa Nacional*.

O administrador do Campo Provisório foi o Capitão José Venturelli Sobrinho, que, após a chegada dos oficiais, passou a entender-se com o comandante do navio, Capitão mercante Johann, de 51 anos. Os prisioneiros, ao fumar, usavam latinhas para aparar as cinzas. Houve um deles que, com meios de fortuna improvisados, conseguiu estabelecer, com aproximação, as coordenadas geográficas de Pouso Alegre. Interessante também foi a tentativa desesperada de suborno de um prisioneiro, apelidado Himmler, para ser levado à noite, quando todos estivessem dormindo, à zona de boemia de Pouso Alegre. Não foi atendido.

O "FURADOR DE BLOQUEIO" ANNELIESE ESSBERGER

O Anneliese Essberger pertencia a John T. Essberger Shippeng Company. Ao eclodir a guerra, encontrava-se em Kobe, no Japão, tendo sua tripulação retornado à Alemanha pela ferrovia Transiberiana. Cinco meses antes do ataque a Pearl Harbour o navio saiu de Kobe com outra guarnição, transportando

um carregamento de borracha crua, tendo atingido Bordéus. Em 5 de novembro de 1942, deixou Bordéus com destino ao Japão, quando foi interceptado, 17 dias depois, ao norte do Equador, por navios da 4ª Esquadra americana.

O navio, segundo o Dr. Leo Hofmann, foi contruído em Hamburgo, seu porto de origem, em 1935, pela empresa *Deutschem Werft AG, Hamburger Finkenwerder*. O engenheiro foi John T. Essberger. O navio foi lançado ao mar em 19 de dezembro de 1935. Possuía 127,60 m de comprimento e 17,4 m de largura, tonelagem de 5.178,6 BRT, capacidade de carga de 8,365 ton, velocidade de 13 nós e dois motores. Sua cor era branca e preta e, na chaminé, trazia um E em azul. Sua identificação internacional eram as letras DJQC.

O *Essberger* estava guarnecido com um canhão 105 mm de duplo emprego, com excelente aparelho de pontaria, quatro metralhadoras e uma lancha torpedeira. Os vinte tripulantes de sua guarnição pertencentes à Marinha de Guerra eram encarregados do armamento.

O navio navegava com um dispositivo pronto para ser acionado, explodindo e afundando a embarcação, para que sua carga não cásse em poder dos Aliados.

Os líderes da guarnição da Marinha de Guerra eram o Segundo-Tenente Karl Bruns, engenheiro de Stetin, o Aspirante Victor Heinrich Betz, engenheiro, de Ulm Donnam, e o suboficial Rerdol Genkow, de Anterrade.

Da carga que levava para o Japão constavam roupas, botões de pressão, barris de calcário (?), medicamentos da Schering, bobinas de cabos metálicos de duas polegadas, cordas feitas de fibra de coco, caixas de pigmentos para tintas, gorduras vegetal e animal e óleos lubrificantes.

No trajeto, foram alvo de reconhecimento de um avião inglês e, mais tarde, bombardeados por quatro, sem serem atingidos. Para alguns tripulantes, isto aconteceu porque "o *Essberger* pulava fora d'água sob o efeito do bombardeio".

O *Essberger* foi localizado e o contratorpedeiro *Somers* foi encarregado de identificá-lo. Solicitado a identificar-se, respondeu ser o navio norueguês *Skjilbred*, que não constava da lista da 4ª Esquadra americana. As 06h46min de 22 de novembro, o *Essberger* parou e arriou dois botes. Viu-se um incêndio na casa do piloto. O *Somers* ordenou que não houvesse o desembarque, e lançou na água um salva-vidas com um Grupo de Abordagem, ao comando do Tenente R. H. White. Antes de o grupo abordar o *Essberger*, ouviram-se três explosões e, a seguir, foi arriada a bandeira da Noruega, subindo, no mastro principal, a da Marinha Mercante alemã. Os 62 tripulantes vagavam em 4 barcas salva-vidas. O Tenente White entrou no navio com dois oficiais e apanhou o que pôde em documentos e armas leves.

As 08h22min de 22 de novembro de 1942, o *Anneliese Essberger* afundou pela popa, na posição 00.54-N e 22.34-W, quase sobre o Equador. Ao cair da noite, o *Millwanke* recolheu os 62 prisioneiros e os transportou para Recife.

O *Anneliese Essberger* era um "furador de bloqueio", destinado a transportar, para o Oriente e, particularmente para o Japão, manufaturados, e de lá trazer borracha, óleo comestível, wolfrânio, titânio, cobre, quinino, etc.

Como os demais "furadores de bloqueio", ele tinha um distintivo: um mercante com uma águia na proa, tendo nas garras uma cruz suástica. Todo o conjunto era envolvido com

uma corrente com os elos rompidos pela proa na linha d'água. A corrente traduzia sua difícil missão de ludibriar a supremacia naval aliada nos oceanos e, numa operação de desespero, manter ligação Alemanha-Japão. Muitos comandantes conseguiram realizar o grande feito naval de transpor o cinturão do Atlântico Sul (estreitos), do norte para o sul e vice-versa.

O assunto foi por nós abordado com mais detalhes, na obra que focaliza o contexto de atuação dos "furadores de bloqueio": — Participação das Forças Armadas e da Marinha Mercante do Brasil na Segunda Guerra Mundial, Volta Redonda, *Gazetilha*, 1995 (Patrocínio da Odebrecht). Ele ainda possui muitos pontos a serem revelados.

Esperamos que o médico Leo Hofmann consiga mostrar, expressivamente, a face da saga vivida no *Anneliese Essberger* e, em especial, no Brasil (Recife-Rio-Pouso Alegre-Rio-Recife) em seu livro anunciado ao General José Arnaldo Cabral de Vasconcelos, do qual enviou 3 folhas;

Aqui retificamos algumas informações imprecisas nos artigos sobre o assunto, numa operação de aproximações sucessivas para resgatar esta história que causou tanta surpresa e impacto, ao levá-la a público em 1991. E, principalmente, a retificação da informação, em fonte citada, atestando o mau comportamento dos prisioneiros, o que os depoentes que com eles conviveram negam.

PREFÁCIO DO LIVRO DO DR. HOFMANN

Recebemos, do General José Arnaldo Vasconcelos, cópia de três páginas do projetado livro do Dr. Leo Hofmann, homem cul-

to e sensível, contendo o prefácio, as características do *Anneliese Essberger*, com a foto e um desenho feito pelo Dr. Hofmann. (Figura 1.)

Com a ajuda gentil da Primeiro-Tenente Eva Nisa Matzenbacher Berwaldt, gaúcha de São Xavier, professora de alemão na Academia Militar das Agulhas Negras, conseguimos resgatar as características do navio e o pensamento do Dr. Hofmann no prefácio do livro em que aborda a última viagem, o afundamento do navio e a longa prisão dele e dos 61 prisioneiros, no Brasil e EUA. Era mais ou menos este o pensamento que expressou no prefácio (Vorwort):

A tripulação do Anneliese Essberger era constituída de homens simples do povo alemão. Eles sobreviveram a todos os longos anos de guerra, de medo pela própria vida, por suas famílias, pela decepção e confusão espiritual, pela destruição e pelos atos desumanos da guerra violenta e sem sentido. Tudo durante o tempo em que foram utilizados nela, e em que foram prisioneiros de guerra, vítimas, com nojo e tédio, do sistema em vigor, que sonharam esquecer o mais rápido e completamente possível.

Esquecer os anos roubados pelos poderosos insensíveis e sem consideração, esquecer o mesmo arame farpado dos campos de concentração, a mesma comida, o mesmo dormir dias e dias, mas sempre com a infundável esperança de liberdade, em que pese a sensação de vazio interior tornar-se, dia a dia, cada vez maior.

E também previmos a vindoura calamidade, a debacle alemã depois da guerra. E a miserável e sem sentido existência, desagradável e lamentada do pós-guerra. Conseguimos suportar, por causa de nossa inabalável esperança que talvez valesse a pena

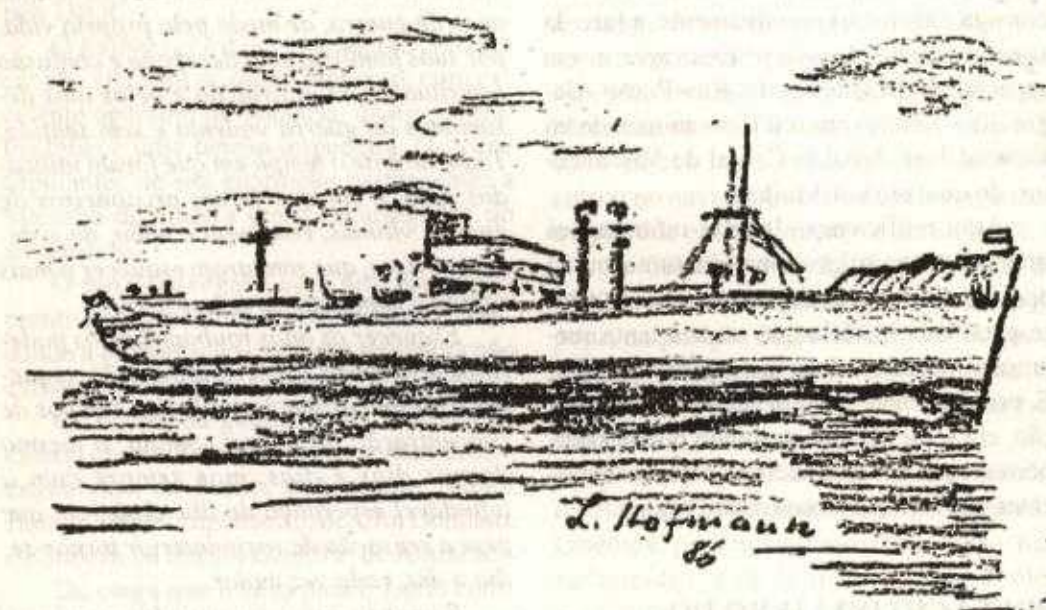
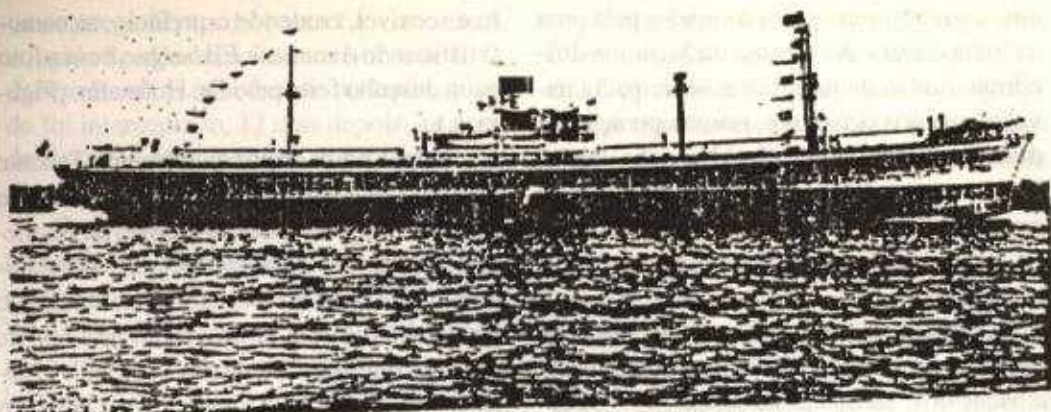


FIGURA 1: Foto e gravura do "Rompeador de bloqueio naval" (Blockadebrecher) *Anneliese Essberger* publicados em livro inédito do Dr. Leo Hofmann que foi médico do navio e prisioneiro de guerra no Brasil. A gravura é da lavra do Dr. Leo.

Nº de ordem	Nomes	Postos	Funções	Corporação a que pertencem	Data do nascimento	Nacionalidade	Nº da chapa de identificação (alemã)	Naturalidade
1	Johann Prohn	Capão	Comandante	Maz Mercante	27.10.1893	Alema	25.129	Wahlhuck/dm
2	Helmuth Kach	Capão	1º Oficial	Maz Mercante	13.07.1914	Alema	25.140	Koch
3	Man Datta	Capão	1º Eng	Maz Mercante	11.10.1891	Alema	25.141	Koch
4	Otto Kieper	1º Ten	1º Eng	Maz Mercante	23.05.1913	Alema	25.142	Hamburg
5	Gustav Kieper	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	13.06.1917	Alema	25.143	Hamburg
6	Dr. Leo Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	31.03.1917	Alema	25.144	Hamburg
7	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	01.05.1908	Alema	25.145	Swanow
8	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	04.07.1907	Alema	25.146	Swanow
9	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	12.10.1915	Alema	25.147	Swanow
10	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	08.11.1908	Alema	25.148	Swanow
11	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	17.10.1920	Alema	25.149	Swanow
12	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	23.08.1921	Alema	25.150	Swanow
13	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	17.05.1916	Alema	25.151	Swanow
14	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	21.12.1914	Alema	25.152	Swanow
15	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	09.09.1911	Alema	25.153	Swanow
16	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	19.08.1919	Alema	25.154	Swanow
17	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	19.08.1922	Alema	25.155	Swanow
18	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	19.12.1921	Alema	25.156	Swanow
19	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	04.11.1907	Alema	25.157	Swanow
20	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	21.11.1908	Alema	25.158	Swanow
21	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	11.02.1905	Alema	25.159	Swanow
22	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	01.12.1913	Alema	25.160	Swanow
23	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	08.10.1908	Alema	25.161	Swanow
24	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	01.03.1915	Alema	25.162	Swanow
25	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	01.05.1908	Alema	25.163	Swanow
26	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	11.12.1922	Alema	25.164	Swanow
27	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	05.02.1903	Alema	25.165	Swanow
28	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	20.06.1922	Alema	25.166	Swanow
29	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	31.08.1925	Alema	25.167	Swanow
30	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	08.11.1922	Alema	25.168	Swanow
31	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	27.05.1913	Alema	25.169	Swanow
32	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	16.10.1917	Alema	25.170	Swanow
33	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	07.10.1920	Alema	25.171	Swanow
34	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	29.04.1923	Alema	25.172	Swanow
35	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	03.06.1925	Alema	25.173	Swanow
36	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	08.05.1919	Alema	25.174	Swanow
37	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	17.03.1927	Alema	25.175	Swanow
38	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	31.01.1920	Alema	25.176	Swanow
39	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	07.08.1920	Alema	25.177	Swanow
40	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	17.08.1921	Alema	25.178	Swanow
41	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	04.06.1921	Alema	25.179	Swanow
42	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	31.05.1923	Alema	25.180	Swanow
43	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	17.07.1922	Alema	25.181	Swanow
44	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	09.03.1921	Alema	25.182	Swanow
45	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	21.06.1924	Alema	25.183	Swanow
46	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	15.08.1923	Alema	25.184	Swanow
47	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	07.06.1921	Alema	25.185	Swanow
48	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	10.07.1922	Alema	25.186	Swanow
49	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	30.07.1922	Alema	25.187	Swanow
50	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	27.12.1921	Alema	25.188	Swanow
51	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	17.10.1923	Alema	25.189	Swanow
52	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	15.08.1923	Alema	25.190	Swanow
53	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	03.08.1923	Alema	25.191	Swanow
54	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	06.01.1922	Alema	25.192	Swanow
55	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	10.01.1920	Alema	25.193	Swanow
56	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	02.12.1922	Alema	25.194	Swanow
57	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	18.11.1922	Alema	25.195	Swanow
58	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	07.06.1927	Alema	25.196	Swanow
59	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	25.11.1912	Alema	25.197	Swanow
60	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	21.01.1926	Alema	25.198	Swanow
61	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante	20.10.1919	Alema	25.199	Swanow
62	Wolfgang Huchard	1º Ten	2º Eng	Maz Mercante		Alema	25.200	Swanow

ANEXO "A": Relação dos Prisioneiros de Guerra Alemães no Brasil

viver e lutar para esquecer lembranças amargas.

Nós todos sempre sonhamos com uma nova vida, em liberdade e felizes, com nossas famílias.

Esses sonhos e esperanças, na paz, continuaram sendo os mesmos, para homens abalados e arrasados. Só então eles compreenderam as palavras de um escritor romano da época do Império Romano que falava da "farsa ou embuste da existência".

Nós, tripulantes do Anneliese Essberger, sobrevivemos da mesma forma como, há 300 anos, alemães sobreviveram, quando suas terras natais passaram a integrar a Suécia e a França.

Em contraste com os donos do poder na Alemanha, o povo humilde alemão há muito já havia aprendido a sofrer sem reclamar.

Repatriados, os tripulantes do Anneliese Essberger iniciaram a reconstrução de suas vidas interrompidas pela guerra. Seus pen-

samentos, mágoas e lutos naufragaram no esquecimento, do mesmo modo que seus anos perdidos na guerra.

As recordações, seguramente, para outros companheiros de desventuras, foram mais desagradáveis e dolorosas e "já nadavam sobre a sopa" — talvez alusão à alimentação dos prisioneiros de guerra.

E termina o Dr. Hofmann seu prefácio com estes versos alusivos aos seus sacrifícios e de seus companheiros de infortúnio:

"O que eles faziam, o que eles sofriam?

Para onde iam os navios?

Longe, bem para longe, em noite de tempestade.

Por que, para quê? Eles anotaram

Quem foi, quando e pra onde e como foi.

O que restou de tudo isto?

Restaram nossas mãos vazias e muito mais."

Dr. Lèo Hofmann. □

BIBLIOGRAFIAS

- ARARIPE, Luiz de Alencar, Cel. Prisioneiros de Guerra Alemães no Brasil. *A Defesa Nacional*, nº 753 julho/setembro de 1991 e nº 760 abril/junho de 1993.
- BENTO, Claudio Moreira, Cel. Campo de Prisioneiros de Guerra em Pouso Alegre — MG. *RIHGB*. V. 152, nº 373, pp. 1052-1056, outubro/dezembro de 1991. *DO Leitura*, São Paulo 10 (109) junho de 1991. *Ombro a Ombro*, Rio de Janeiro, nº 35, abril de 1991. *Sul de Minas*, Itajubá, 26 de abril de 1991. *Folha do Sudoeste*, Francisco Beltrão — PR, 30 de agosto de 1991 (transcrito em parte coluna Jorge Balieiro de Lacerda).
- . Campo de Prisioneiros de Pouso Alegre (complemento). Comunicação ao IHGB em 12 de junho de 1961 na CEPHAS, publicado na *RIHGB* v. 152, suplemento 1991, pp. 122-123.
- . Participação das Forças Armadas e da Marinha Mercante do Brasil na Segunda Guerra Mundial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio, 152 (372): 685-745, jul/set 1991.
- SANTOS, Fábio. Segunda Guerra: Brasil teve dois campos de concentração. *O Globo*. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1995, p. 14.
- VASCONCELLOS, José Arnaldo de, Gen Bda. Cartas de 28 de maio de 1991 a Pedro Shirmer e 26 de junho de 1991 ao autor depondo sobre os prisioneiros alemães sob sua guarda no Recife na Polícia Militar.
- HOFFMANN, Leo. *Blocha de brecher — Anneliese Essberger*. Alemanha, 1978 (3 folhas)/Prefácio, foto e características do navio.



COMENTÁRIOS

A REVOLUÇÃO DE 1930

João Ribeiro da Silva

A revolução, que se ultimou pelo triunfo do candidato da Aliança Liberal, teve na eleição presidencial de março o seu prólogo combativo e a sua gênese vitoriosa. Ao, então, presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Antonio Carlos, em cujas veias corria o sangue dos Andradas, emancipadores da nacionalidade, cabem a honra e a responsabilidade de terem promovido e iniciado a revolução racional com a apresentação das candidaturas dos presidentes do Rio Grande do Sul e da Paraíba à presidência e vice-presidência da República, em oposição às candidaturas apoiadas, senão impostas, pelo Catete, na continuidade de um hábito inveterado, que substituiu, à vontade popular, o arbítrio onipotente do chefe de Estado na escolha do seu sucessor.

Ruy Barbosa e Nilo Peçanha, quando das eleições que levaram à presidência da República o Marechal Hermes da Fonseca e o Dr. Arthur Bernardes, já haviam tentado, sem êxito, opor-se às invulneráveis candidaturas oficiais. O insucesso desses grandes movimentos de opinião, que mobilizaram para a luta essencialmente democrática das urnas alguns centos de milhares de eleitores, tinha deixado as oligarquias políticas compenetradas de que estavam ainda longínquos os tempos favoráveis à prática dos puros princípios republicanos e a redução dos poderes eleitorais do presidente.

O prélio político da eleição de março feriu-se e desenvolveu-se, porém, em condições essencialmente favoráveis à vitória dos princípios inscritos no programa da Aliança Liberal. A inabilidade política do Governo, em vez de tentar abrandar a oposição militante e desviá-la para o campo doutrinário, obstinou-se em excitá-la e enfiar-lhe, com as depurações dos deputados e senadores eleitos por Minas Gerais e a Paraíba, e com a atitude assumida perante a insurreição de Princesa. O assassinato do Presidente João Pessoa, epílogo trágico da luta sustentada pela pequenina e altiva Paraíba contra os usurpadores da sua honrada e pacífica autonomia acabou por arremessar os contendores pra a solução dramática da força.

O patriotismo, a eloquência e a bravura coligaram-se. Contra essa poderosa aliança o Governo nada mais tinha a opor senão a passiva subserviência e o comodismo cético dos políticos. Para vencê-la no terreno em que ia ferir-se a luta inevitável, seria necessário arvorar, como bandeira, um programa idealista, capaz de mobilizar as consciências e de arrebatá-las a opinião. Para substituir, só restavam, entretanto, ao Governo, os gélidos argumentos racionais da autoridade, da disciplina e da ordem, quando já a luta se trasladara para a esfera exaltadora do sentimento. Assim, tudo se desenvolveu até a vitória da Revolução dentro da lógica a mais inflexível na ética política.

As oligarquias políticas estaduais, cujo poder era meramente artificial ruíram. Só a espada fulminante de Juarez Tavora, o *Siegfried* cearense, abateu, em quinze dias, com breves

combates, os governos de Pernambuco, Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. Os exércitos do Rio Grande do Sul apossaram-se quase instantaneamente de Santa Catarina e Paraná.

Mais de trinta mil homens, em que se haviam incorporado regimentos de infantaria, cavalaria e artilharia de tropas regulares do Exército, comandados por oficiais com a competência profissional dos Coronéis Góes Monteiro, João Alberto Lins de Albuquerque, Alcides Etchegoyen e Mendonça Lima, conduzidos por chefes com o prestígio revolucionário e a experiência campeadora dos Generais Miguel Costa e Flores da Cunha, concentravam-se na divisa Paraná-São Paulo, dispostos a investirem contra o campo entrincheirado do Itararé.

A energia com que o Governo se empenhava para debelar a insurreição, que logo assumira o caráter de uma guerra civil, deparava com dificuldades crescentes, não por desfalecimento de ânimo, mas porque contra a sua ação reagente se erguiam obstáculos invencíveis entre os quais avultava o da sua impopularidade.

Na luta breve e pertinaz contra a revolução, o Governo e os políticos da facção governamental demonstraram uma consumada inabilidade e um desconhecimento reprovável da psicologia política, entregando sucessivamente, à oposição, todas as armas capazes de incrementarem a sua combatividade quando já as paixões haviam adquirido a supremacia.

O recurso à força não resolveria, entretanto, o problema político. A vitória da legalidade, mesmo quando fosse possível obtê-la à custa da ruína e do morticínio, não suplantaria, senão provisoriamente, o surto das aspirações revolucionárias. A luta transcendia, em suas reivindicações, do simples entrechoque dos exércitos beligerantes.

Foi perante essa situação, que reduzia gradualmente a autoridade do Governo a um espectro de autoridade, que os chefes do Exército depuseram as espadas sobre o altar da Pátria, negando-se a convertê-lo em cruenta ara de holocausto.

O Brasil certificou ao mundo que o seu povo sabia combater e derramar o sangue por um ideal; que o povo brasileiro, consciente dos seus deveres, dos seus direitos e dos seus destinos, exigia novas normas políticas e administrativas, ao nível da evolução cívica operada na consciência nacional.

*João Ribeiro da Silva é
Coronel Professor, do Exército*

DEFESA NACIONAL

Roberto Pereira da Silva

“Segurança é um estado, ao passo que defesa é um ato diretamente ligado a determinado tipo de ameaça, caracterizada e dimensionada.”

Como tipificar o que o poder decisório e o povo brasileiro pensam e como agem com relação a esse sentimento tão necessário à manutenção da nossa soberania e dos interesses nacionais?

A Defesa Nacional, como conjunto de medidas e de ações que, por intermédio do emprego do Poder Nacional, garantirá a segurança, seja ela individual, coletiva ou nacional, não é um

assunto sobre o qual a sociedade brasileira, como um todo, discuta ou debata em nível compatível com sua importância, em especial no que diz respeito às questões internacionais.

O assunto Defesa Nacional exige uma dimensão capaz de levá-lo, com a clareza desejada, aos diversos segmentos da sociedade, como fator primordial, para que não somente o Estado trate com exclusividade as questões de segurança, mas também que toda a Nação tenha a consciência da necessidade da existência das condições de defesa.

Urge que os órgãos que tratam da Defesa Nacional elaborem e façam aprovar os documentos básicos a ela inerentes. No Brasil, "não há documentos declaratórios oficiais sobre a Defesa Nacional".²

UMA ANÁLISE

A Guerra Fria terminou e o confronto Leste-Oeste também. Os grandes choques ideológicos globais não mais existem e as maiores motivações para o estabelecimento das ações estratégicas de defesa perderam o encanto e a prioridade.

O Brasil, acostumado a viver pacificamente, viu aumentar a distância das ameaças que carregam em seu bojo a violência bélica. A luta pela sobrevivência do dia-a-dia, as decepções na área administrativa e o desejo imenso de reverter esse quadro conduzem o povo a repudiar a definição de qualquer política que não esteja associada diretamente ao desenvolvimento e ao conseqüente bem-estar social.

A falta de esclarecimento da opinião pública conduz à interpretação enganosa de que esse

tema esteja associado apenas à atividade militar.

Uma política de defesa nesses termos não sobreviveria, se mantida solitária e afastada de outras políticas da competência do Estado, principalmente daquelas dirigidas ao desenvolvimento. A defesa será o resultado do equilíbrio do Poder Nacional em suas vertentes política, econômica, psicossocial, tecnológica e militar. A integração desses meios e a sua aplicação permitirão a manutenção dos objetivos fixados para a Defesa Nacional.

A ação de defesa da nossa soberania e da integridade nacional não significa um permanente ato de agressividade pelo uso do poder baseado na força. A existência da força, no entanto, dará poder para respaldar as ações comandadas pela razão e sustentará as posições brasileiras no cenário internacional. O ato de realizar a integração entre a força e a razão requer a formulação de uma política, estabelecendo premissas que garantam a promoção do desenvolvimento econômico e social e o fortalecimento das Forças Armadas.

Como organizar e utilizar nossas Forças Armadas? Sem dúvida, é um problema que tem e continua a merecer cuidadosa reflexão. As Forças Armadas brasileiras evidentemente têm políticas e estratégias adequadas e compatíveis com os recursos disponíveis e com as missões que lhes forem atribuídas. Será o bastante? Estaremos próximos do ideal?

Hoje, não podemos pensar em defesa estática, apoiada unicamente em configurações "inexpugnáveis". Temos de raciocionar com o pronto emprego, com a pronta resposta e, até mesmo, imaginarmos o ataque como forma de defesa. A hipótese de guerra é visualizada em caráter glo-

2. Thomaz Guedes da Costa — Política de Defesa: uma discussão conceitual e o caso do Brasil — Documento de Trabalho nº 10 (CEE/SAE, março de 1994).

bal e não mais como individualizada ou regionalizada. As avaliações de conjuntura revelarão nossas fragilidades, carências e potencialidades; os estudos de cenários prospectivos prevalecerão como orientadores da estratégia a adotar. Mais uma vez, perguntamos: como aprimorar a organização, o aparelhamento e a articulação das Forças Armadas?

Imagina-se uma organização profissional cuja dimensão seja ditada pela necessidade do resultado eficiente e eficaz, isto é, Forças Armadas com adestramento máximo, dotadas de equipamentos de última geração, articuladas estrategicamente e com grande mobilidade, para que possam ser projetadas em qualquer ponto do território nacional e exercer o controle do espaço aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras.

Assim entendemos o que seja defesa imediata, isto é, o instrumento capaz de neutralizar iniciativas atentatórias à nossa soberania.

É preciso, no entanto, estender nosso raciocínio ao que chamaríamos de "defesa total" ou planejamento para a guerra como sendo o momento em que apenas a organização das Forças Armadas para o pronto emprego não é suficiente, uma vez que toda a Nação é chamada a participar, ou seja, o momento em que o Poder Nacional precisa ser fortalecido para dar suporte à Defesa Nacional.

A Mobilização Nacional passa, então, a ser peça fundamental da Defesa Nacional, tanto para fortalecer as Forças Armadas, na antevisão do conflito armado, quanto para promover o poderoso instrumento de dissuasão.

Uma falsa sensação de tranquilidade invade-nos, em especial na América Latina, diante da aceitável integração entre seus vizinhos. Na verdade, isso não ocorre de maneira tão amena se a visão global for considerada. Planejar a defesa, desde o tempo de normalidade, facilitará a manutenção da paz e a solução pacífica das controvérsias e criará as condições essenciais ao uso

da força, como última instância para superar ameaças e, a seguir, para alcançar e preservar a paz.

A Política de Defesa Nacional tem de ser rapidamente implementada, a Lei de Mobilização Nacional institucionalizada e o Sistema Nacional de Mobilização ativado.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), por força de lei (Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992 — alterada pela Medida Provisória nº 529, de 10 de fevereiro de 1994), deve executar as atividades permanentes necessárias ao exercício da competência do Conselho de Defesa Nacional. À SAE compete também, entre outras obrigações, colaborar na formulação e coordenar, supervisionar e controlar atividades, programas e projetos relativos à Política de Defesa e à Mobilização Nacional.

É importante considerar a posição da SAE, quando se trata de assuntos pertinentes à Defesa Nacional. A Defesa Nacional não pode ficar ao sabor do comportamento governamental futuro. O controle da complexa rede de atividades, sob a direção do Sistema Nacional de Mobilização, precisa ficar definido em lei, e à SAE e somente a ela caberá a função de Órgão Central do Sistema. Outra decisão poderá acarretar uma transferência da responsabilidade imposta pela missão.

A SOLUÇÃO

Um fato que vinha sendo detectado no âmbito da SAE era a ansiedade, inclusive da área militar, de que a SAE, pela própria missão que lhe foi atribuída, teria algo a fazer para a formulação de uma Política de Defesa Nacional.

A SAE tomou para si essa iniciativa e promoveu um *workshop* no dia 26 de abril de 1994. O nível dos participantes e a qualidade dos de-

bates permitiram que o caminho fosse aberto com segurança e certeza do que se desejava.

Como resultado desse evento, Grupos de Trabalho Interministeriais foram criados; o cronograma, traçado, e as idéias básicas, discutidas. Chegou-se a um documento final, que refletiu o consenso das partes envolvidas. Necessárias se fazem a oficialização da Defesa Nacional e a sua apresentação à sociedade brasileira, porque um documento desse teor contém objetivos, premissas básicas e diretrizes que se relacionam diretamente com os diversos segmentos da vida nacional, representados pelas expressões política, econômica, psicossocial e militar, todas componentes do Poder Nacional.

Paralelamente ao trabalho relativo à Política de Defesa Nacional, o projeto de lei que dispõe sobre a Mobilização Nacional e que cria o Sistema Nacional de Mobilização regulará e institucionalizará as atividades da Mobilização, tornando seu preparo e sua execução possíveis, em benefício das ações estratégicas de Defesa Nacional.

CONCLUSÃO

A conclusão é uma arte por poucos alcançada. Ser conciso na discussão sobre Defesa Nacional é uma audácia. Tantos são os problemas envolvidos, que dissecá-los em poucas páginas é correr o risco de querer dizer tudo e não dizer nada. Mas é preciso tentar e foi o que fizemos, movidos pela vontade de reunir idéias, de conduzir um pouco mais o pensamento para esse tema tão sério e tão grandioso que explicitará a nossa capacidade de manter a soberania nacional e a defesa do Estado democrático.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece que todo indivíduo tem direito à segurança de sua pessoa e que todos têm o direito

de ser protegidos. Essa é uma razão suficiente para que a opinião pública seja esclarecida sobre a importância do significado da expressão "mentalidade de Defesa Nacional". Contatos devem ser mantidos de forma permanente com a sociedade pelo debate nas universidades, no Congresso Nacional, na mídia, etc..., porque o Estado, embora detentor da força, precisará do apoio do cidadão.

Os primeiros passos estão dados para a consecução de uma Política de Defesa Nacional e para a institucionalização da Lei de Mobilização Nacional e a respectiva criação do Sistema Nacional de Mobilização.

Somente a inexistência de vontade política nos impedirá de formalizar outros meios legais e de obter os meios materiais imprescindíveis, visando ao fortalecimento da nossa defesa.

*Roberto Pereira da Silva é
Pesquisador do Centro de Estudos
Estratégicos da Secretaria de Assuntos
Estratégicos da Presidência da República*

O BRASIL E O CONFLITO PERUANO-EQUATORIANO

Vasco Mariz

Alguns dos nossos leitores tiveram oportunidade de estudar os limites do Brasil com seus vizinhos antes de 1942. É possível que ainda se recordem que o Brasil tinha, até essa data, centenas de quilômetros de fronteira com o Equador, ao longo do Rio Javari, importante afluente do Rio Marañon, nosso Amazonas. Pois, a 29 de janeiro de 1942, na ci-

dade do Rio de Janeiro, durante a IIIª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Américas, foi assinado, pelos delegados peruanos e equatorianos, um "Protocolo de Paz, Amizade e Limites" entre o Peru e o Equador, tendo por garantes a Argentina, o Brasil, o Chile e os Estados Unidos da América. Esse Protocolo passou a ser conhecido como o Protocolo do Rio de Janeiro e seus instrumentos ficaram depositados nos arquivos do Itamaraty, como país-sede da conferência interamericana. Os parlamentares do Peru e do Equador aprovaram-lhe o texto e seus Governos o ratificaram oficialmente. Tudo fazia crer que a velha disputa estava terminada. Não seria assim.

A ampla área em litígio entre os dois países era maior do que o Estado de São Paulo e seu subsolo contém muitas riquezas minerais, inclusive petróleo. A região assegurava, ao Equador, a saída para o Oceano Atlântico, através do Rio Marañon, primeira grande etapa do Amazonas. A disputa, porém, vinha de bem longe, do século XVI, e os arquivos de Sevilha e os das chancelarias peruana e equatoriana estão cheios de documentos históricos e mapas vetustos que parecem dar razão ora a uma parte, ora à outra. Ao independizar-se o Equador, pelas mãos do bravo General Sucre, aquelas vastas terras que se estendem desde os contrafortes orientais dos Andes até o Rio Javari ficaram na posse do novo governo sediado em Quito. O Equador detinha, portanto, essa imensa e rica região amazônica de propriedade tão controversa. Pertenceria ela ao Equador, que tinha a posse da terra havia séculos, ou seria peruana, como clamava Torre Tagle, esgrimindo alguns argumentos bastante convincentes?

A Segunda Guerra Mundial havia começado em 1939 e o mundo assistia estarelecido e temeroso as ofensivas militares de Hitler, que antes já tinha ocupado pacificamente a Áustria e a Tchecoslováquia. Algum gênio geopolítico peruano julgou oportuno tentar a mesma tática de

fatos consumados em relação ao Equador, aproveitando a confusão internacional reinante. Afinal, ninguém prestava atenção ao que ocorria na costa do Pacífico sul, àquela época. Em poucos dias, o golpe era um sucesso. Para surpresa de muitos, os Estados Unidos da América, ao invés de condenar a invasão peruana, resolveram premiá-la, tudo em benefício de uma falsa imagem de união e paz continental perante o mundo. Em suma: o que Washington condenava veementemente nas aventuras militares da Alemanha, aceitou pacientemente na semelhante iniciativa peruana, mesmo que ela estivesse baseada em razoáveis fundamentos históricos, tal como alegava Hitler.

Nessa época, haviam surgido pequenas escaramuças entre soldados peruanos e equatorianos nos remotos postos de fronteira, imprecisamente demarcados, pela falta de recursos técnicos e financeiros de ambas as partes interessadas. Dessas escaramuças surgiu verdadeira ofensiva militar peruana, que não tardou muito em conquistar todo um Estado de São Paulo dentro do território amazônico peruano, mal guarnecido e escassamente armado para fazer valer seus direitos. Neste momento, o Brasil deixou de ter limites com o Equador. Volto a afirmar, no entanto, que, se o Equador tinha a posse da terra, então conquistada tão facilmente, o Peru possuía também motivos históricos e cartográficos que davam razoável base a suas pretensões. Seria fastidioso enumerar pormenores técnicos das razões das duas partes, muitas delas convincentes, outras um pouco menos. Lembraria apenas que o Equador tinha a vantagem da posse, já secular, do território depois conquistado pelo Peru, em 1941, à custa de um modesto punhado de vidas de soldados imberbes.

Com motivos fundamentados ou não, o Peru violou as normas do direito internacional, que condena a agressão militar e assegura a inviolabilidade do território de uma nação americana. O Peru não utilizou, portanto, o diálogo, a

persuasão, a negociação para impor seus pontos-de-vista históricos, respeitáveis até certo ponto. Tinha, porém, a força militar para impor seus argumentos e o fez em momento oportuníssimo, exatamente quando o Governo dos Estados Unidos menos podia aceitar um conflito militar no continente americano. A diplomacia peruana atuou com habilidade e convenceu Washington da necessidade absoluta de reconhecer o fato consumado, justamente para manter aquela imagem artificial de uma América Latina unida perante a Europa conflagrada. Infelizmente, coube à diplomacia brasileira o ingrato papel de convencer o Equador da conveniência continental para que abrisse mão de ampla parte de seu território.

Convocada a IIIª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Américas para janeiro de 1942, no Rio de Janeiro, caberia ao presidente da conferência, chanceler Osvaldo Aranha, tratar de convencer o Governo equatoriano a assinar um documento sacramentando a conquista peruana. Aranha foi persuasivo no seu *arm twisting* e conseguiu levar os delegados equatorianos, em prantos, a firmarem a alienação, talvez definitiva, de cerca de 1/3 do território de seu país. O Presidente Getúlio Vargas, obviamente, foi consultado, mas preferiu contentar o Governo norte-americano, que lhe acenava com vantagens diversas e significativas para o Brasil, entre elas a siderúrgica que o presidente Roosevelt nos prometera. Os equatorianos nunca nos perdoaram por aquele ato de coação efetivado pelo chanceler do Brasil, sob pressão insistente do Departamento de Estado. Todos os anos, no dia 29 de janeiro, cidadãos equatorianos apedrejam a Embaixada do Brasil em Quito com pequenos seixos, que não chegam a quebrar as vidraças do prédio da embaixada, mas que ficam no jardim, às dezenas, para quem os queira contar.

Um árbitro brasileiro, oficial da Marinha de Guerra, Comandante Braz Dias de Aguiar, foi

designado para chefiar a missão encarregada de demarcar as novas fronteiras entre o Peru e o Equador. Em 1945, a missão terminou seu penoso trabalho aparentemente a contento. Só aparentemente. Cedo se comprovou que uma pequena área de 78 km, não visitada pela missão, foi mal demarcada. Mas, antes disso, os peruanos ficaram descontentes com o árbitro brasileiro, que acertadamente não cedeu a suas pretensões de levar a fronteira entre os dois países até quase os contrafortes das montanhas dos Andes. Continuava o Brasil, portanto, a desagradar a gregos e troianos sem qualquer vantagem política ou econômica para nossos interesses na região.

O Comandante Aguiar e seus colaboradores não tiveram condições materiais de acesso à montanhosa zona de selva na cordilheira do Côndor. Decidiu-se, então, pelo *divortium aquarum*, entre os Rios Santiago e Zamora, que deveria seguir até a confluência dos Rios Santiago e Yaupi. Gravíssimo erro. As partes interessadas solicitaram o auxílio da Força Aérea dos EUA para realizar um levantamento aerofotogramétrico da região e facilitar a demarcação da fronteira. Esse trabalho durou nada menos de quatro anos e seu relatório só foi entregue aos Governos do Peru e do Equador em fevereiro de 1947. Surpresa geral.

Desse relatório surgiu um fato novo que tornava inexeqüível a demarcação estabelecida pelo Protocolo do Rio de Janeiro: foi descoberto um novo rio, o Cenepa, que tem nascentes na Cordilheira do Côndor. Este Rio Cenepa não figurava nos mapas da região e com sua descoberta comprovou-se o engano do Comandante Aguiar: não existe um *divortium aquarum* entre os Rios Zamora e Santiago e, sim, duas divisórias: uma entre os Rios Santiago e Cenepa e outra entre os Rios Cenepa e Zamora! É justo reconhecer que o árbitro brasileiro teve pouca sorte, pois desconhecia a existência do Rio Cenepa e não pode-

ria, destarte, haver tomado outra decisão. Deveria, entretanto, ter insistido em percorrer aquela área inóspita. Essa falha condenável é que vem causando todos os problemas diplomáticos e militares ao longo de quase 50 anos. Por isso, tem sido o Brasil indiretamente atacado anos a fio por ambas as partes.

O impasse foi espetacular e causou inúmeros debates no Continente. O Peru adotou a atitude surpreendente de que a decisão do árbitro brasileiro solucionou a questão e deve ser cumprida ao pé da letra. Já o Equador defendeu insistentemente a posição de que, à luz das novas descobertas topográficas, o Protocolo é inexecutável. Em 1969, o Presidente Velasco Ibarra repudiou formalmente a ratificação do Protocolo, que, depois desse ato unilateral, pode ser considerado extinto. O Governo de Quito apoiou-se em argumentos jurídicos da jurisprudência na Corte de Justiça de Haia e ainda na Convenção de Viena sobre os tratados, no artigo alusivo a sua nulidade.

Nos anos 70, os Governos dos dois países, em fase de melhor entendimento, organizaram projetos binacionais para beneficiar as populações fronteiriças da região de Puyango-Tumbes, na zona vizinha ao Oceano Pacífico. Chegou até a ser negociada a criação de um corredor até o Rio Marañon para dar uma saída ao Equador em direção do Rio Amazonas. Falou-se mesmo em um porto livre para o Equador no Marañon, talvez em Iquitos. Nada de concreto, porém, se pôde obter, devido à intransigência de alguns governantes de ambos os países, temerosos de ceder perante a opinião pública. A própria aceitação desses paliativos pelo Equador implicava em reconhecimento da conquista peruana. Manteve assim o Peru uma posição imobilista, embora em outras ocasiões de sua história recente tenha aceito a nulidade de outros tratados importantes, como o Tratado de Ancón, com o Chile, em 1926.

Após um período de relativa calmaria na fronteira, estalou, em 1982, um sério incidente na região em litígio, mais precisamente na localidade de Paquisha. A duras penas, o chanceler interino brasileiro João Clemente Baena Soares (depois Secretário Geral da OEA), conseguiu aquietar os ânimos dos dois presidentes. Se na invasão de 1941 poucos mortos houve, uma dúzia apenas, em Paquisha as vítimas foram mais numerosas. Nove anos depois, em 1991, outro entrevero ocorreu em Cusumaza, do qual a Conferência Geral da OEA em Nassau, em 1992, teve de tomar conhecimento formal.

Depois disso, tanto o Peru quanto o Equador trataram de consolidar suas posições militares na zona não delimitada. Infelizmente, em janeiro do ano corrente, aconteceu o mais grave conflito na região desde 1941, inclusive com bombardeios aéreos por aviões e helicópteros dos postos avançados de ambas as partes. E isso ocorreu apesar de estarem em vigor normas de procedimento, mutuamente aceitas, em casos de encontro de patrulhas dos dois exércitos. Os países garantes, com a coordenação do chanceler brasileiro, atuaram com presteza para suspensão das hostilidades, que desta vez causaram elevado número de mortos e feridos. Seja como for, para melhor avaliar a extensão dessas escaramuças, esclareço que todas as baixas em todos esses entreveros militares não chegaram a superar o número médio de mortos em um fim de semana na Baixada Fluminense, nos anos 90.

Os Estados garantes enviaram militares dos quatro países, chefiados por um general brasileiro, para atuarem como observadores. Infelizmente, nosso principal representante militar prestou declarações dúbias, que foram mal-interpretadas pela imprensa como favoráveis às teses peruanas. Devido à grita dos equatorianos, o Brasil teve de substituir às pressas o referido general, o qual provavelmente foi traído pelos seus modestos conhecimentos do castelhano. Os

presidentes do Peru e do Equador estiveram em Brasília e em outras capitais do Continente em defesa de seus pontos-de-vista e, em fins de março último, estavam sendo acordados os pontos de estacionamento dos observadores militares e o posicionamento de tropas de ambos os países fora da área em litígio.

Os jornais e a televisão sublinharam a atividade política dos dois presidentes e constataram que ambos "faturaram" com a guerrinha, obtendo elevados índices de popularidade nas pesquisas de opinião. O Equador tentou levar o assunto, uma vez mais, à arbitragem internacional, desta vez do Papa João Paulo II, mas o Peru continua irredutível no sentido de que a zona em litígio deve ser demarcada segundo as diretrizes traçadas pelo árbitro Braz Dias de Aguiar. Tanto Fujimori quanto Sixto Durán Ballén são homens inteligentes e hábeis políticos e é de se esperar quem sob a pressão da mídia televisiva, venham a encontrar uma solução satisfatória para o orgulho e o patriotismo de ambos os países. O assunto poderá ser levado às Nações Unidas pelo Equador, já que, no momento, a OEA não é foro de muita credibilidade. Por sua vez, o Peru pode ter dúvidas sobre a imparcialidade do atual Secretário-Geral da OEA, Cesar Gaviria, ex-presidente da Colômbia, já que seu país sempre esteve muito mais chegado ao Equador do que ao Peru.

Em termos militares, percebe-se que, pela primeira vez, nessa disputa secular, o Equador parece ter levado a melhor, ou pelo menos desta vez, nada perdeu de substancial. O Exército equatoriano está bem-equipado e adestrado e não fez feio nos rápidos confrontos com os soldados peruanos. Embora o Peru tenha mais do dobro da população do Equador e, no passado, tenha adquirido importante material bélico soviético e francês, o equilíbrio político-militar entre os dois países parece haver encontrado alguma equivalência. Na luta diplomática, conta o Peru com

sua eficiente equipe de Torre Tagle, mas tampouco se deve subestimar os diplomatas equatorianos, que vão explorar a fundo, na mídia, a posição equatoriana do país mais fraco. O lobby da Texaco, que controla o petróleo equatoriano, será certamente acionado e não devem os peruanos deixar de levar em conta esse fator.

Finalmente, uma rápida apreciação sobre a atuação da diplomacia brasileira à margem do conflito militar, que já ultrapassa meio século. A atitude de Osvaldo Aranha não foi entendida por muita gente responsável das Américas e cheirou a oportunismo de Getúlio Vargas. Afinal, impusemos a ratificação de uma injustificável invasão armada de um território que pertencia ao Equador havia séculos. Tal postura estava em flagrante oposição ao que se passava na Europa e, em protesto contra o injustificado afundamento de nossos navios mercantes, acabamos por declarar guerra à Alemanha poucos meses depois. Mesmo considerando que o Peru possuía argumentos históricos respeitáveis, nada justificava uma invasão militar do Equador, que jamais havia feito provocações a incitar uma ação agressiva maciça. Afinal de contas, o Equador era tão inerte quanto a Áustria ou a Tchecoslováquia. Depois do ocorrido, o Brasil deveria ter pressionado o Peru a retornar a suas antigas fronteiras e submeter a disputa à arbitragem. Um movimento de tropas brasileiras em algum lugar estratégico dos dois mil quilômetros da fronteira que temos com o Peru, provavelmente levaria o Governo de Lima a recuar. O Brasil, portanto, cedeu à pressão pouco esclarecida de Washington e terminou por desempenhar um papel infeliz. Em seguida, seu indicado para árbitro da demarcação deixou de realizar a exploração pormenorizada da Cordilheira do Côndor, ditou uma decisão inexecutável que agravou a disputa que se prolonga até hoje, cinquenta anos depois, com o sacrifício de muitas vítimas desnecessárias. Aguiar era competente, mas não teve a paciência

cia ou escrúpulo de terminar bem o seu trabalho de tanta responsabilidade.

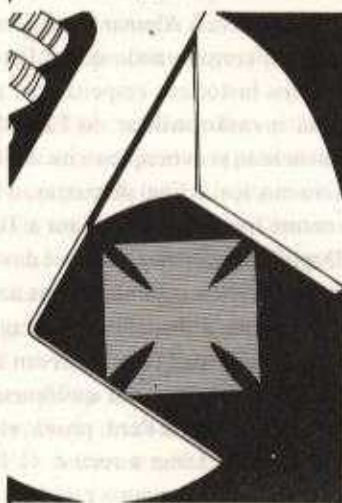
Mais recentemente, o Itamaraty tem agido com habilidade, ao chefiar a mediação dos entreveros de 1982, 1991 e 1995. Deveria persistir em seus esforços de mediação, a fim de obter uma solução pacífica e definitiva para a questão, a qual provavelmente será daninha para o Equador. Entretanto, seu espetacular prejuízo poderá, e deveria, ser minimizado mediante a concessão, pelo Peru, de um porto livre para o

Equador no Rio Marañon, talvez em Iquitos, além de alguns pequenos reajustes fronteiriços. Se isso for alcançado por mediação direta brasileira melhorará a imagem triste do Brasil nessa disputa entre países vizinhos. E alguns diplomatas brasileiros e norte-americanos residentes em Quito sentirão menor sensação de culpa.

Vasco Mariz é

Diplomata e sócio-efetivo do IHGB. Foi embaixador do Brasil no Equador e no Peru

Reparando bem a Renave é a maior.



maritima



RENAVE

em reparos navais, o maior é também o melhor.

Há muito tempo a Renave conquistou o primeiro lugar como maior estaleiro especializado em reparos navais da América Latina, na área da iniciativa privada. Criando e desenvolvendo novos métodos de trabalho, a Renave visa sempre uma maior racionalização de serviços e elevação dos níveis de produtividade. Por isso vem conseguindo uma expressiva redução dos prazos e dos custos de seus serviços.

RENAVE — EMPRESA BRASILEIRA DE REPAROS NAVAIS S.A.

PRAÇA 190 X. 15 - 10º ANDAR - CENTRO
RIO DE JANEIRO - RJ - TELEX: 3021 263-1311
363-4814 / 363-8861 - FAX: (021) 263-5092
TELEX: (31) 21993 FBNN BR

ESTALEIRO: ILHA DO VIANA - NITERÓI, RJ



INFORMAÇÕES

UM GRANDE HERÓI DA LAPA POUCO CONHECIDO E REVERENCIADO

Combateram na Divisão Expedicionária, ao comando de Gomes Carneiro, na Lapa, duas brigadas: a 2ª, com cerca de 400 homens da Guarda Nacional e Patriotas, ao comando do Coronel GN Joaquim Lacerda, e a 1ª, com cerca de 400 homens do Exército (Infantaria, Cavalaria e Artilharia da Guarnição de Curitiba) e mais o Corpo de Segurança do Paraná (atual PMPR), ao comando do Coronel do Exército Dulcídio Pereira.

A 1ª Brigada, encarregada do setor Sul de defesa da Lapa, esforço defensivo voltado para o Sudeste, foi comandada pelo bravo Coronel do Exército da Arma de Infantaria Júlio Augusto Serra Martins, muito pouco conhecido por sua vida e obra, antes e após a lendária resistência da Lapa, episódio épico que ele ajudou a escrever e imortalizar, como demonstraremos, para que lhe façam justiça histórica.

Serra Martins terminou sua heróica e aventureira carreira militar como general, no exercício de funções hoje correspondentes as de comandante dos comandos militares do Nordeste e da Amazônia. Sua brilhante e longa vida militar foi assim adjetivada por seus comandantes: *"Inteligente, zeloso, dedicado, disciplinado e disciplinador; conhecedor profundo da Arma de Infantaria; corajoso, bravo, calmo, sangue frio, valoroso, ativo, desembaraçado, criterioso e, sobretudo, leal, característica muito acentuada, ao lado de inteligente e dedicado"*.

MARANHENSE HERÓI DA GUERRA DO PARAGUAI

Nascido em São Luiz — MA, em 9 de junho de 1841, era filho de Lupércio Serra Martins. Foi batizado em 21 de setembro, na igreja Nossa Senhora dos Batismos, na cidade natal.

Em 16 de fevereiro de 1857, sentou praça no 5º Batalhão de Fuzileiros (5ª BFzo) em Belém — PA. No final do ano (7 de dezembro) entrou, como cadete, na Escola Militar. Reprovado no exame de suficiência, retornou ao 5º, em Belém, tendo sido destacado, em 1859, em Caxias — MA, cidade cujo nome é homenagem ao Patrono do Exército, por haver pacificado o Maranhão. Serviu em Florianópolis (1860-1864) como sargento, onde, aprovado plenamente no Curso Prático de Infantaria, exerceu a função de Instrutor Ajudante de Tiro de Armas Portáteis. Seguiu para a Guerra contra Aguirre, em 1864, tendo sido louvado por sua ação no combate de Paissandu. Foi promovido a alferes em comissão, em 1ª de julho de 1865, para ajudante-de-ordens da 2ª Divisão, à disposição da 4ª Brigada. Foi aprovado plenamente, pela segunda vez, no exame prático de Infantaria. Tomou parte da invasão do Paraguai na 2ª Divisão. Combateu em Tuiuti em 24 de maio de 1866, sendo elogiado, em ordem-do-dia (OD) do Exército nº 156, nos seguintes termos: *"Pelo valor e calma revelados nas funções de ajudante-de-ordens, tendo ido ao depósito de munição buscá-la para os corpos que não a tinham..."*

Combateu, com a 2ª Divisão, em 16 de julho de 1866, sendo louvado pelo Comando-em-

chefe (OD 86, de 13 de outubro de 1866) "*Pelo desenvolvimento (desembaraço), coragem e bravura na transmissão das ordens em combate*".

Foi elogiado, por sua ação no combate de 1º de dezembro de 1866, "Digno de menção pelo sangue frio e desembaraço revelados".

Deixou a função de ajudante-de-ordens da 4ª Brigada, a pedido, e, em 16 de agosto de 1868, passou a exercer essas funções na 3ª Brigada da 2ª Divisão. Com ela participou da manobra de envolvimento de Piquiciri, pelo Chaco, e combateu na Dezembrada (Ilororó, Avaí e Lomas Valentinas). Foi promovido, por ato de bravura, em Avaí, e mereceu elogio de seu comandante de brigada. A seguir, teve licença para visitar o Maranhão no início de 1869, em recompensa pelos seus excelentes e heróicos serviços.

De retorno da licença, foi escolhido, por seu valor, para ser um dos ajudantes-de-ordem do legendário General Osório, atual patrono da Cavalaria. Ao seu lado combateu em Peribebuf merecendo citação por seu desempenho. Foi ajudante-de-ordens do Conde D'Eu e, nessa condição, combateu em 16 de maio de 1869. A seguir, voltou a ser ajudante-de-ordens de Osório por mais três meses, até ser transferido para a Repartição do Quartel General (atual Intendência), como capitão em comissão, aos 27 anos, posto que seria confirmado, mais tarde, como sendo promoção por ato de bravura.

ATUAÇÃO ENTRE A GUERRA E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Retornou ao Maranhão com o 5º Batalhão de Fuzileiros. Em 1871, foi comandar a 6ª Companhia do 11º Batalhão de Fuzileiros, em Belém, cumulativamente com as funções de tesoureiro, eleito. Ali casou com Lourença Bayma Almeida, em 11 de janeiro de 1871, tendo tido três filhos.

Em 1872, foi aprovado plenamente, pela terceira vez, no Exame Prático de Infantaria. Em

9 de setembro de 1873, no comando de 30 praças, impediu uma desordem que ameaçava tumultuar a eleição que se realizava na Igreja da Sé, em Belém, quando chegou ao ponto de comandar — "Pelotão, preparar fogo, carregar!"

Comandou a guarnição de Macapá por três meses. Em 1875, aos 32 anos e muito doente, retornou ao 5º Batalhão de Fuzileiros em São Luiz, onde recebeu o seguinte diagnóstico: "Congestão crônica do fígado e béri-béri." Esse mal seria responsável, pelo restos de seus dias, por diversas baixas como doente no quartel. Esteve em missão no Rio e no Rio Grande do Norte, pelas quais foi louvado por sua disciplina.

De 1876 a 1878 serviu no Rio, no 7º Batalhão de Caçadores, aquartelado em dependências do Mosteiro de Santo Antônio, no Largo da Carioca. Serviu como tesoureiro econômico, merecendo louvor "pelo zelo, dedicação e interesse no desempenho das funções".

Em 1879, pela segunda vez, em Santa Catarina, comandou a 8ª Companhia de Infantaria (independente). Retornou ao 7º, no Rio, mais uma vez tesoureiro.

Aos 40 anos, em 1881, obteve licença de matrícula na Escola Militar. Frequentou a Escola Militar da Praia Vermelha por 3 anos, de 1882 a 1884 concluindo o Curso de Infantaria e Cavalaria. Seus graus no ensino fundamental foram muito baixos, em especial em Ciências Matemáticas. Saiu-se muito bem no ensino fundamental e em Desenho. Era professor famoso da Escola o General Pego Junior, um símbolo dos "científicos" que contrastava com o "tarimbeiro" Serra Martins, e cujas ações estariam em confronto, no Paraná, em 1894.

Em 1886, retornou ao 7º, no Mosteiro de Santo Antônio, como comandante de companhia e fiscal (subcomandante atual). Seu mal físico o ataca com frequência. Foi encarregado do policiamento do carnaval no Rio, em 1887, sendo elogiado pela eficiência com que se houve, assegurando um clima de ordem e de sábia diversão

aos foliões. Em 1888, destacou-se e foi louvado em parada de recepção a D. Pedro II.

Em 23 de janeiro de 1889, foi promovido a major, por antiguidade e estudos. Foi transferido para o 22º Batalhão de Infantaria, em organização. Não participou da Proclamação da República, por estar seu batalhão em viagem para o Amazonas, para onde fora transferido, para esvaziar o apoio do batalhão ao Marechal Deodoro, fiel que lhe era. Ainda em 1889, foi comandar, interinamente, e fiscalizar o 2º Batalhão de Infantaria, em Recife. Ali foi louvado por "inteligência, critério e lealdade", e foi condecorado com a Medalha Geral do Paraguai, passador nº 5 (5 anos de guerra).

Tenente-coronel por antiguidade, em 2 de julho de 1889, foi comandar o 15º Batalhão de Infantaria, em Belém. Em 1890, foi comandar o 33º Batalhão de Infantaria, em Aracaju, onde elogio o define: "Ativo, inteligente, disciplinador e conhecedor perfeito da Infantaria". Em 1891 foi comandar, em Manaus, o 36º Batalhão de Infantaria e as forças da fronteira. Em 1892, como coronel desde 7 de março de 1892, foi comandar o 14º Batalhão de Infantaria, em Recife. Possuía 35 anos de serviço. Foi elogiado por "zelo, inteligência, dedicação e lealdade". Esteve preso 3 dias, em casa, acusado injustamente de intervir em negócios políticos do Estado. Ele era deputado por Pernambuco até 1897. Foi suspenso do comando. Requereu Conselho de Guerra para justificar-se. No final do ano, o ministro da Guerra que substituiu o Almirante Custódio de Mello o nomeou para comandar, no Paraná, o 17º Batalhão de Infantaria, comando que não chegou a assumir, a não ser fração dele, no cerco da Lapa. O constante ir e vir de Serra Martins, era devido a sua capacidade profissional colocada a serviço do adestramento de unidades de Infantaria o que ele fazia com rara competência e liderança.

NA REVOLTA NA ESQUADRA E REVOLUÇÃO FEDERALISTA EM SANTA CATARINA

Ao invés de ir servir no 17º Batalhão de Infantaria, o Governo enviou o Coronel Serra Martins para comandar o 25º Batalhão de Infantaria, em Florianópolis, onde serviria pela terceira e derradeira vez, acumulando o comando interino do então 5º Distrito Militar (atual 5ª RM em Curitiba).

Serra Martins desamparado do apoio do povo e das autoridades de Santa Catarina, simpáticas à Revolta da Armada e a Revolução Federalista, honrou seu posto até ser obrigado a capitular em 29 de setembro de 1894, contando somente com a lealdade de 11 oficiais, 1 coronel, 1 major, 1 capitão, 5 tenentes e 3 alferes, entre os quais seu filho Alferes Serra Martins e o Tenente Muricy, que destaca e registra amplamente sua atuação exemplar na capitulação, a qual ele fez questão de registrar, em ata, que era Acordo, com apoio, inclusive, em Conselho de Guerra a que respondeu e foi absolvido e cuja cópia entregou a Muricy (MURICY, José Cândido da Silva, general. *A Revolução de 1893 nos Estados de Santa Catarina e Paraná*. Memórias. Rio, Bibliex, 1946 – Leitura valiosa que recomendamos aos profissionais das Armas).

O Coronel Serra Martins junto com seu filho, em que pese as deslealdades de João José Cezar, secretário civil do Capitão-de-Mar-e-Guerra Lorena, foi despachado, em 1º de outubro, a bordo do *Pallas*, e desembarcados num bote, em Sepetiba, o qual naufragou antes de chegar a praia, com bagagens, inclusive a de mulheres e filhos de soldados capitulados em Santa Catarina.

Apesar de identificar-se, oficiais e praças do 5º de Artilharia no atual quartel do 1º Batalhão de Engenharia de Combate, em Santa Cruz — RJ, antigo Palácio de Verão da Família Imperial, recusaram-se a reconhecê-lo, o que só foi

feito no quartel para onde foi transportado e onde respondeu a Conselho de Guerra pela capitulação de Santa Catarina e foi absolvido, doando mais tarde cópia ao Tenente Muricy.

SERRA MARTINS NA RESISTÊNCIA DA LAPA

Ainda em outubro, Serra Martins viajou, por terra, para a Lapa, onde se apresentou ao General Argolo, sendo designado comandante do que restara do 17º Batalhão de Infantaria, de Curitiba. Participou da expedição ao comando de Argolo de 1º a 26 de novembro de 1893, de Curitiba (PR) a Thompson (SC) e retornou até a Lapa. Combateu os federalistas de Piragibe, em Rio Negro, e no Rio da Várzea, sendo louvado, por seu desempenho correto, por Argolo, ao qual acompanhou até Curitiba. Comandou a guarnição do Exército de Curitiba de 16 a 30 de dezembro de 1893. De 1º de janeiro a 11 de fevereiro de 1894, por 42 dias, nomeado por Gomes Carneiro, comandou a 1ª Brigada na resistência épica ao cerco da Lapa, como encarregado do setor sul do perímetro defensivo, o mais crítico. Sua atuação, valorosa e intrépida, é bastante conhecida na vasta bibliografia da epopeia lapaana, da qual foi um dos maiores quinhoeiros das glórias que ali se agregaram à famosa saga militar.

Sobre a ação de Serra Martins, assim registra David Carneiro, em 17 de janeiro, em violento combate que envolveu toda a defesa da Lapa: "A frente sul dirigida pelo Coronel Serra Martins fora também atacada pela Artilharia e por 150 homens de Cavalaria, sendo repelidos. O Coronel Serra Martins foi ferido nesta ação em que teve morto o seu cavalo."

Mario Tourinho, futuro general que ali combateu, como artilheiro, registrou assim a atuação do Coronel Serra Martins, ao atender a um pedido de socorro do Tenente Lebon Regis, comandante de uma posição de Artilharia, futuro comandante do 4º Batalhão de Engenharia de Combate, em Itajubá — MG, e cuja filha casou com um filho do ex-presidente Wenceslau Braz: "O venerando Coronel Serra Martins (52 anos),

provetto em anos, com aquela bravura tão sua, pistola em punho, ocorreu a frente de um pequeno pelotão, como se fora um jovem alferes. E, a passo de carga, rechassou o inimigo, forçando-o a recolher-se ao interior de uma casa. Seis ou oito homens, de fisionomias estranhas, cabelos compridos até os ombros ficaram estendidos na rua para não mais levantarem..."

Esse dia foi o fatídico 7 de fevereiro. Pouco depois, Gomes Carneiro tombou ferido de morte. Até hoje se desconhece as demarches que expliquem o Coronel Serra Martins não haver assumido o comando da resistência da Lapa, que lhe caberia como militar mais graduado do Exército. O comportamento do Coronel Serra Martins foi heróico na Lapa.

Ele assinou as atas de capitulação como maior autoridade militar presente na Lapa. Era a segunda que o destino lhe reservara e, agora, contendo a cláusula de "proibição de ele tomar armas contra a Revolução e lhe assegurado liberdade e meio de transporte dentro do Paraná, a fim de honrar o destino que lhe conviesse". A capitulação em Santa Catarina, para ele Acordo, não lhe impôs a condição de não mais pegar em armas contra a Revolução.

Serra Martins, com sua vida e obra até agora desconhecidas, a não ser no Paraná e Santa Catarina, despertou, por suas atitudes firmes, bravas e leais de verdadeiro soldado a admiração de Milton Vernalha em *Maragatos e Pica-Paus* (Curitiba, 1984).

PERSEGUIÇÃO E FUGA DE SERRA MARTINS DO PARANÁ

A concluir-se de Muricy (*op.cit*) em que pese os termos das atas de capitulação de Tijucas e Lapa, os líderes de suas resistências foram perseguidos depois. O Coronel Joaquim Lacerda fugiu de Paranaguá para Antonina e, dali, para São Paulo. O Coronel Ismael Lago, ferido em Tijucas, foi preso ainda em tratamento. Serra Martins, perseguido, fugiu disfarçado como um caboclo professor de roça, montado num burrinho ruano rengo. Com ele, partiu do Barigui, casa

do Tenente Muricy, e atravessou os Sertões do Assungui, Serro Azul, Tamandaré, Arraial Queimado, Ribeira, até o Apiai. No final de jornada, vendeu o burrinho, com o que obteve recursos para apresentar-se, na fronteira de Itararé, ao General Ewerton Quadros, comandante do Corpo de Exército encarregado de libertar o Paraná e novo comandante militar do Estado.

Foi nomeado comandante da Guarnição de Itararé com a missão de, dali, prestar apoio logístico ao Corpo de Exército citado que invadiria o Paraná. Desempenhou essa comissão com todo o zelo e foi por isto merecedor dos melhores elogios do General Ewerton Quadros. Apresentou-se no Rio em 11 de setembro de 1894, para responder Conselho de Justificação relativamente a Lapa e foi julgado como tendo cumprido o seu dever militar. Após algum tempo, como oficial de 2ª classe, reverteu ao quadro efetivo. Ainda em 1895 assumiu o comando do 40º Batalhão de Infantaria, em Belém, alternando-o até o ano seguinte com o exercício de seu mandato de deputado em Pernambuco. Na Guerra de Canudos, foi-lhe confiado o comando da 5ª Brigada da 2ª Coluna Brigada General Savaget, composta dos 40º (Belém), 34º (Natal), 35º Batalhão de Infantaria (Terezina). Destacou-se no socorro à 1ª coluna, em 28 de junho de 1897, a qual se encontrava em posição difícil e com munição esgotada de boca e de guerra. Ele cumpriu muito bem a missão.

ATIVIDADE COMO GENERAL

Foi promovido a general-de-brigada em 12 de janeiro de 1900, tendo comandado o 1º Distrito Militar, em Belém (área do atual CMA). Foi inspetor do Asilo de Inválidos da Pátria (1901-1902). Comandou o 2º Distrito Militar em Recife, atual 7ª Região Militar, mais o Ceará, onde foi louvado "pela correção, zelo e dedicação" (OD Exército 244, 1903). Seu último comando foi o 1º Distrito Militar, correspondente hoje ao CMA, mais o Piauí. Serra Martins foi

reformado em 24 de janeiro de 1906, aos 48 anos de serviços e 65 anos de idade, com a qual faleceu em 14 de janeiro do mesmo ano, seguramente em Belém, onde deve estar sepultado, orientação a confirmar, para um possível traslado para o Panteon dos Heróis da Lapa, local que conquistou para seu sonho eterno e onde é uma grande ausência.

CONDECORAÇÕES

Serra Martins ornou seu peito com as seguintes condecorações: Cavaleiro da Ordem da Rosa (pelos combates de 16 e 18 de abril e de 2 e 24 de maio de 1866); Oficial da Ordem da Rosa (por combates na campanha da Cordilheira); Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro (pelo combate de 17 de fevereiro de 1868); Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz (por mais de 20 anos de bons serviços); Oficial da Ordem de São Bento de Aviz (por mais de 30 anos de bons serviços, recebeu em 1891); Medalha do Mérito Militar (pelo combate de 21 de dezembro de 1868) e, Medalha Geral da Campanha do Paraguai passador nº 5 (Certificado de que fez toda a Guerra).

Ao visitarmos a Lapa não deparamos com nenhum destaque especial à memória deste bravo. Na casa do Coronel Lacerda, deparamos com foto dos defensores antes do cerco, onde ele aparece identificado com o nº 8. No Panteon, sua placa não traz seu nome de guerra Serra Martins. Temos convicção de que não houve determinação de não reverenciá-lo à altura, fato que ocorreu seguramente por desconhecimento de sua vida e obra, que só agora revelamos ao Congresso Cem Anos da Revolução Federalista, promovido pelos três poderes do Paraná e com apoio em sua fé-de-ofício, que resgatamos com muitas dificuldades.

*Coronel Claudio Moreira Bento
Sócio Benemérito do IGHMB*

A SUA HISTÓRIA É MUITO IMPORTANTE PARA A HISTÓRIA DA NESTLÉ.



A maior alegria da Nestlé é participar de cada momento de sua vida. Fortalecendo laços de amizade que se renovam a cada novo dia e a cada nova história.

Nestlé
Sua vida, nossa história.



DESTAQUES DA IMPRENSA

MÉXICO UMA VEZ MAIS

Este é um tema que não vai sair de pauta tão cedo. A verdade é que o caso mexicano não se restringe às dificuldades do México, mas sim envolve o teste de um modelo que se julgava invulnerável e incapaz de qualquer crise.

Eu estou pondo minhas barbas de molho. Neste espaço, há cerca de dois anos, afirmei que o México era o mais bem-sucedido dos modelos adotados pelos países latino-americanos para sair da crise. Foi um equívoco meu e de todos. O México tinha tudo e fez tudo. Até a geografia era um aval definitivo às suas transformações, colocando-o ao lado dos EUA e fazendo parte da política interna americana, por dois motivos relevantes: os chicanos e a fronteira.

O México fez um grande ajustamento fiscal bem ao modelo do FMI, cortou despesas, equilibrou o orçamento, desregulamentou a economia numa modificação de profundidade, privatizou com velocidade e quase que doou seus bancos (que tinham sido estatizados por Dela Madrid, na crise de 82), abriu totalmente sua economia ao capital internacional e, como a maior de todas as âncoras, firmou o tratado de livre comércio com o Canadá e os EUA.

No meio de todas essas coisas consideradas extremamente certas, quando todo mundo pensava, inclusive eu, que a situação interna mexicana era de total apoio às transformações que estavam se processando, eis que surge Chiapas, as gigantescas manifestações de rua na Cidade

do México e a revelação de um estado de espírito da sociedade, exausta porque o modelo não incluía sua participação nos dividendos do êxito. Vieram Colossio e Mathieu.

Aí vem a pergunta que muitas vezes nos esquecemos de fazer: a economia é feita para o homem, destinatário de todas as ações de governo, ou o homem é feito para a economia?

As lições que tomamos são uma só. Nenhum plano dará certo, mesmo que tudo seja feito certo, dentro de uma visão conceitual, se não tiver o apoio do povo. E o apoio do povo somente existe quando ele participa dos resultados, quando ele se sente diretamente beneficiado por eles. Um bom governo é aquele que faz a felicidade do povo.

Algumas lições devemos aprender. O Brasil não é o México, e o plano brasileiro, também, não pode ser igualzinho ao plano mexicano, que mostrou graves vulnerabilidades. Não podemos criar internamente um clima de arrocho, a tese do sofrimento necessário, quando a nossa capacidade de aguentar desesperado, como a de todos os países da área, já está esgotada.

E já se viu, como aconteceu no México, que o neoliberalismo só tem o apoio do capital, se o país tiver êxito e não contiver riscos. Fora daí, ao primeiro sinal de alarme, o capital foge, não importando os destroços e desabamentos. Numa economia globalizada o capital não tem pátria. Adquire nacionalidade nas carteiras de câmbio de qualquer banco numa ordem de computador. Daí a bobagem de a Constituição definir empresa nacional e estrangeira.

A verdade final: a economia de mercado é concentradora de renda e, portanto, péssima distribuidora. Assim, olho na calibragem. Os problemas do México foram sociais. Um bom modelo pode ser como um bom remédio. Cura a doença, mas seus efeitos colaterais levam os órgãos vitais ao colapso. E aí, no paradoxo, vai a vida. É o velho provérbio: "De boas intenções o mundo está cheio."

(Reprodução de matéria publicada na Folha de São Paulo, edição de 05.05.1995, e assinada pelo Senador José Sarney.)

A BATALHA DE MOSCOU

O momento decisivo na Grande Guerra Patriótica aconteceu no final de 1943 foi óbvio para todo mundo. Afinal de contas, foi a partir desse momento que a União Soviética começou a infligir ao inimigo um golpe após o outro, tornando inexoravelmente cada vez mais próximo o dia de derrota completa do agressor. Embora a mudança fosse óbvia, não foi fácil estabelecer com exatidão quando esse processo realmente começou. Isso ainda continua sendo debatido até hoje.

A visão — formulada já em 1943 por Joseph Stalin e apoiada em 1957 pelo Presidium do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética — de que foi a batalha de Stalingrado que levou ao começo do fim da guerra tem se mostrado a mais constante. Essa idéia foi martelada na cabeça do povo soviético como um postulado sem necessidade de nenhuma prova. Todas as outras opiniões, por mais bem fundamentadas e lógicas que pudessem ser, foram pos-

tas de lado. Em consequência disso, a batalha de Moscou foi simplesmente descartada.

Isto se explica por dois motivos principais. Primeiro, depois da batalha de Moscou, o inimigo pretensamente teria conseguido retomar a iniciativa estratégica, o que não aconteceu após a batalha de Stalingrado. Segundo, a inclusão de Moscou no processo que levou a uma mudança do curso da guerra alegadamente contradiz a periodização do conflito usada pelos historiadores e aprovada pelo Presidium do Comitê Central do PC da URSS.

Mas é razoável essa explicação? Quando se analisam materiais de arquivo e outros já publicados, torna-se claro que, em seguida à batalha de Stalingrado, o comando alemão transferiu suas tropas das cabeças-de-ponte de Demyansky e Rzhevsk-Vyazma para o Sul. Ali, no dia 19 de fevereiro de 1943, eles lançaram uma contra-ofensiva às tropas de frente Sudoeste e depois à de Voronezh. Ao fazer isso, os alemães conseguiram assumir a iniciativa estratégica e infligir uma séria derrota a essas forças soviéticas, fazendo-as retroceder 150 km a 200 km para o Leste.

De acordo com o documento confidencial recentemente liberado, *Esboço Estratégico da Grande Guerra Patriótica de 1941-1945*, (Moscou, 1961, pág. 436), a investida do inimigo compeliu o quartel-general, "a enviar para ali, em fevereiro-março de 1943, 40 divisões de fuzileiros, uma unidade mecanizada e duas de blindados". Foi essa ajuda que tornou possível conter novo avanço do inimigo. Consequentemente, é infundada a primeira razão para avaliar negativamente a contribuição de Moscou na mudança do curso da guerra, pois tanto após essa batalha quando após a de Stalingrado, o inimigo conseguiu retomar a iniciativa estratégica.

Será que a inclusão da batalha de Moscou no processo que mudou o rumo da guerra contradiz a periodização aceita de sua história? Esse

método inclui no primeiro período da guerra não somente a inicial "repulsa do povo soviético à pérfida invasão da URSS pela Alemanha nazista", mas também "a criação de condições para uma radical mudança no curso da guerra". O momento crítico propriamente dito está incluído num segundo período. A divisão da guerra nestas seções de tempo se baseia em fatos objetivos e, no conjunto, parece lógica e clara, com exceção de uma coisa: como podem ser entendidas as palavras "criação de condições para uma readical mudança no curso da guerra"?

Na verdade, não podemos afirmar seriamente que essas condições foram criadas no curso das duas campanhas de verão-outono em 1941 e 1942, quando o agressor avançou 1.300 km a 1.800 km dentro do país, tomando um território que tem a área aproximada de cinco Alemanhas. Isto deixa de fora apenas a campanha de inverno de 1941-1942, no decurso da qual o Exército Vermelho esteve na ofensiva. E, como seu principal acontecimento foi a debandada das tropas alemãs perto de Moscou, só há uma conclusão lógica: as pré-condições para uma mudança radical só poderiam ter surgido naquele momento. Em outras palavras, foi a batalha de Moscou que de fato montou o palco para uma mudança de rumo na guerra. Esta visão não vai contra a periodização existente da guerra, mas, pelo contrário, nasce diretamente dela.

Durante a batalha de Moscou, os alemães perderam a iniciativa estratégica, pela primeira vez, e sofreram sua primeira grande derrota. Mas o principal é que foi aí que os alemães perderam sua *blitzkrieg* (guerra-relâmpago) contra a União Soviética. O fracasso da estratégia da *blitzkrieg* confrontou a Alemanha com a perspectiva de ter de fazer uma guerra longa e dilatada. Esse tipo de guerra exigia dos líderes do III Reich uma revisão do Plano Barbarossa de invasão e novos conceitos estratégicos para os anos subseqüentes, assim como recursos materiais adicionais. Mas esse era o tipo de guerra para o qual a

Alemanha não estava preparada. Para continuar mantendo essa guerra, a Alemanha teria de rever seus planos, sua estratégia, economia etc.

Conseqüentemente, a batalha de Moscou foi o começo de uma mudança no próprio caráter da guerra da Alemanha contra a URSS. Isto foi admitido por altos dirigentes militares alemães. Por exemplo, durante interrogatório, o marechal-de-campo Keitel declarou que, depois da batalha de Moscou, ele não viu nenhuma solução militar para a campanha do Leste. O General Blumentritt afirmou: "*A derrota perto de Moscou foi um momento decisivo na campanha russa*", enquanto o ajudante-de-campo de Hitler, vom Below, classificou os eventos nas proximidades de Moscou como "o grande ponto crítico no curso da Segunda Guerra Mundial".

O que foi realmente importante é que a vitória do Exército Vermelho nas proximidades de Moscou foi o primeiro fator decisivo que produziu o resultado final da guerra.

O segundo fator decisivo foi a batalha de Stalingrado. Diferentemente da batalha de Moscou, esta foi travada em condições nas quais a superioridade geral em potencial humano e equipamentos era do Exército Vermelho. Isso permitiu que o lado soviético atingisse resultados maiores e mais significativos do que obtidos na batalha de Moscou. Mas, devido a erros de cálculos do comando soviético e à forte resistência oferecida pelo lado alemão, que impediu o movimento do Exército Vermelho para o Oeste, depois houve assaltos, recuos e breves perdas da iniciativa estratégica.

O terceiro fator decisivo foi a batalha perto de Kursk, que deu a mais importante e pesada contribuição para a reversão da sorte da Alemanha. No decurso do combate, que foi inédito em tensão e escala, a iniciativa estratégica passou finalmente ao comando soviético. Depois de conquistar uma vitória sobre o inimigo perto de Kursk, o Exército Vermelho lançou uma ampla ofensiva e atingiu o Dniepr.

Pode-se considerar que a mudança no curso da guerra se completou quando a contra-ofensiva alemã rumo a Kiev, que durou seis semanas, foi detida. Esse acontecimento mostrou que as mudanças na luta armada tinham se tornado irreversíveis, que o Exército Vermelho era capaz, mesmo após travar batalhas incessantes durante cinco meses, de resistir aos golpes do inimigo e conseguir êxito sem precisar convocar grandes forças de reserva.

Assim, a luta para mudar o curso da guerra aconteceu de dezembro de 1941 até o fim de 1943. Durante este período, a iniciativa estratégica mudou três vezes de um lado para outro, até ser finalmente assumida e mantida pelo Exército Vermelho. A Alemanha foi incapaz de reconquistar a iniciativa e atingir seus objetivos. Exatamente 16 meses depois que o curso da guerra virou a favor da União Soviética, o *III Reich* foi derrotado e se rendeu incondicionalmente.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 08.05.1995, e assinada pelo Coronel reformado Boris Neuzorov, professor do Instituto de História Militar do Ministério da Defesa da Federação Russa.)

A GUERRA DO POVO BRASILEIRO

A Segunda Guerra Mundial teve início a 1º de setembro de 1939, com a invasão da Polônia pelos exércitos da Alemanha, e a imediata declaração de guerra para a França e Inglaterra, a 3 de setembro, em revida à brutal agressão da soberania daquele país, com o qual haviam assinado um tratado de defesa mútua.

Na Alemanha imperava o regime nazista, chefiado pelo *Führer* Adolf Hitler, um homem dominado pela obsessão de conquistar o mundo, e pela obsessão antijudaica, baseada na teoria da superioridade da raça ariana.

Ao invadir a Polônia, Hitler já havia anexado a Áustria em 1936 e dominado a Tchecoslováquia em 1938, sem dar um tiro, contando com o apoio das minorias alemãs deste país e dos simpatizantes e adeptos do nazismo, que constituíam a chamada *quinta-coluna*, a nova arma secreta usada pela Alemanha.

As classes dirigentes da França e Inglaterra assistiram indiferentes ao cativoiro daqueles países e de suas populações, entregues a Hitler, na vã esperança de que a Alemanha se voltasse logo contra a União Soviética, a Pátria do Socialismo.

Este acontecimento, considerado o maior do século, foi recebido do lado de cá do Atlântico com certa indiferença pelos jovens de minha geração, a de 1919-1920.

Nosso País vivia, há dois anos, debaixo de um regime ditatorial chamado de *Estado Novo*, regido por uma Constituição moldada na Itália, dominada pelo fascismo, pelo ditador Benito Mussolini e apoiado pelo partido dos "camisas pardas", como Getúlio Vargas fora apoiado para tomar o poder, pelos "camisas verdes" do partido integralista, pró-fascista.

A Alemanha e a Itália aliaram-se e formaram o poderoso "Eixo" Roma-Berlim, com o mesmo propósito de dominação do mundo.

Embora o Brasil só tivesse, oficialmente, entrado na guerra a 22 de agosto de 1942, ele fora envolvido por este acontecimento histórico desde os primeiros dias, em razão de sua situação geográfica: o Nordeste era estrategicamente importante para os dois lados, por ser o ponto do Continente mais próximo da África (Dakar) e da Europa.

Daf, poderemos afirmar que a Segunda Guerra Mundial começou sem o Brasil, mais por uma

fatalidade geográfica teria que terminar com sua participação.

Por outro lado, politicamente, Hitler e Mussolini queriam ter como aliado um dos maiores países da América, visando a criar um pólo de influência neste hemisfério, onde se encontrava, em potencial, seu mais forte inimigo, os Estados Unidos da América do Norte.

Desde o início do conflito mundial travou-se, em nosso País, uma contínua guerra de bastidores na área diplomática e na área militar tendo em vista a conquista desse valioso aliado.

O campo era muito fértil para esse jogo de influência, porque o Governo estava dividido, claramente, em dois blocos: de um lado, a ala germanófila, representada pelos ministros militares, a maioria das altas patentes das Forças Armadas, alguns ministros civis e pelo chefe da Polícia Federal; do outro lado, a ala americanófila, representada pelos ministros das Relações Exteriores e da Fazenda e por alguns generais e oficiais do Exército fora da tropa, como o popular General Manoel Rabelo, ministro do Supremo Tribunal Militar, e o Almirante Amaral Peixoto, interventor do Estado do Rio e genro de Getúlio Vargas.

A opinião pública também estava dividida e não tinha voz. A imprensa estava controlada e censurada e eram proibidas as manifestações públicas. Mas, as espetaculares vitórias militares da Alemanha nos dois primeiros anos de guerra, quando dominou quase toda a Europa e parte da União Soviética, exerceram grande influência sobre ela e, principalmente, sobre o presidente da República, encorajando-o a pronunciar um surpreendente discurso a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, a 11 de junho de 1941, francamente favorável às idéias fascistas, no qual afirmava que "batia palmas à nova era que se anunciava e que era preciso remover o entulho das idéias mortas e dos ideais estéreis", referindo-se à liberal democracia.

Mas, havia uma inusitada coincidência entre os que faziam oposição à ditadura em rela-

ção à política externa do Governo: os dois lados defendiam a neutralidade do Brasil. Os comunistas e as esquerdas definiam aquela guerra como interimperialista, que tinha por objetivo uma nova divisão do mundo entre as grandes potências. O Governo considerava a neutralidade como o melhor caminho para defender os interesses econômicos do País e para salvaguarda de vidas brasileiras, acompanhando a política abstencionista do Governo e do povo norte-americano.

A partir, porém, da invasão da União Soviética pela Alemanha, em junho de 1941, para os comunistas e para a esquerda a guerra passou a ter um caráter diferente. Deixou de ser interimperialista para se tornar uma guerra de libertação dos povos, como Stálin a havia definido em sua proclamação ao povo soviético e aos comunistas de todo o mundo.

E após a entrada dos Estados Unidos no conflito, a 7 de dezembro de 1941, o Governo brasileiro passou a considerá-la uma guerra em defesa do Continente americano, rompendo relações com o "Eixo" em janeiro de 1942. Hitler respondeu a este gesto do Brasil de maneira cruel, mandando torpedear nossos navios fora e dentro das costas brasileiras, afundando mais de 16 deles e causando a morte de cerca de 600 brasileiros; militares e civis, homens, mulheres e crianças.

Fortemente pressionado por amplas massas, que vinham protestando desde os primeiros afundamentos em fevereiro e março, o Governo vacilava, pressionado pela quinta-coluna, mas não pôde resistir ao clamor das multidões que em todo o País exigiam, nas ruas, a declaração de guerra, após o massacre dos últimos afundamentos entre os dias 15 e 16 de agosto, nas costas de Sergipe e da Bahia. E a guerra foi declarada a 22 de agosto de 1942.

Nunca, em toda nossa história, o povo brasileiro teve uma participação tão importante e decisiva nos destinos do País, como nesses me-

ses que antecederam a entrada do Brasil na Segunda Guerra mundial e nos dois anos e nove meses que a sucederam até a vitória final, assegurando a presença nos campos de batalha dos 25 mil soldados que constituíram a Força Expedicionária Brasileira.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 08.05.1995, e assinada pelo jornalista João Falcão.)

OS SAUDOSISTAS DA "GUERRA SUJA"

É fato notório que, durante o "regime militar", no dizer dos detratores e inimigos do regime de então, desenvolveu-se uma verdadeira guerra cruenta alicerçada na filosofia marxista-leninista do "direito de luta armada" pelos "oprimidos", que teve como ditame inexorável a famigerada doutrina que não "assassinavam, faziam justiça", que não "roubavam, e sim expropriavam"!

Fazer face a esse sectarismo fanático e ideológico custou muito caro àqueles que tinham como dever e obrigação manter a segurança, a ordem constituída e o respeito às normas vigentes e, particularmente, o patrimônio e a vida de terceiros, não raro inocentes "justicados" e assassinados, "expropriados" e roubados, por essa espúria e ignominiosa guerrilha urbana, que se desenvolveu nos centros urbanos e mesmo se estendeu ao Vale do Ribeira e ao Araguaia!

Tentativa frustrada e infeliz da esquerda armada modelada nos Montoneros e Tupamaros, inclusive integrada por jovens iludidos, velhos carcomidos, todos na percepção falsa do terro-

rismo leninista implacável, tentando inverter e subverter o regime, alimentados pela inteligência esquerdista que servia de pano de fundo!

Nessa luta desigual, em que toda a ação nefasta partiu dessa esquerda violenta, coube ao regime responder em certos momentos no mesmo grau! Centenas de inocentes e de defensores do regime, por dever e obrigação, perderam a vida, não raro de forma estúpida e desumana, como os casos do Capitão Chandler, do Tenente Mendes e do delegado Godinho, apenas para citar alguns.

Surgem agora saudosistas dessa luta triste, pretendendo reviver essa página negra da história por eles escrita e, inclusive, pretendendo que o Governo reconheça "desaparecidos políticos", inclusive pleiteando "indenizações"!

As famílias desses tidos como "desaparecidos políticos" merecem o mesmo respeito das famílias dos "assassinados a título de se fazer justiça", considerando-se que esses últimos cumpriam seu dever inequívoco de garantir a segurança e a vida de cidadãos ameaçados e postos em riscos pela sanha crimínogena e fanática da mesma caterva dos tidos como "desaparecidos".

Não me consta nenhum movimento para indenizar as famílias dos assassinados pela malta comunista-esquerdista!

Seria, portanto, uma visão unilateral do problema, particularmente considerando-se que a "guerra suja", como outras "guerras", tem seus ônus que infelizmente não se assentam em princípios humanos e cristãos que todos gostaríamos de reverenciar.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de São Paulo, edição de 13.05.1995, e assinada pelo Deputado Estadual de São Paulo, Coronel Erasmo Dias.)

POPULAÇÃO EXCEDENTE

Numa longa entrevista a Rouanet e Bárbara Freitag, o filósofo alemão Jürgen Habermas sublinha a idéia de População Excedente e de Subclasses. Diz Habermas: *Há novas situações que precisariam ser analisadas por uma teoria nova. Existiria uma "população excedente", segmentada em subclasses. Essas subclasses não têm mais nenhum potencial de ruptura. O que elas podem oferecer senão a autodestruição? É o caso, por exemplo, destas revoltas em Los Angeles.*

A idéia de população excedente é distinta da de desempregados, excluídos, miseráveis ou marginalizados. É diferente também do conceito de exército industrial de reserva. Esta distinção poderia ser resumida em uma expressão: *desintegração*. Se tomarmos como exemplo o conceito de exército industrial de reserva, podemos verificar que ele é usado — a partir do século passado — para explicar a dialética de uma situação em que há sempre uma massa de desempregados que "equilibra", para o empregador, o mercado de trabalho. Mas que cada um dos eventualmente desempregados de hoje será, eventualmente, empregado amanhã. Ou seja, a existência permanente de um volume de desemprego se explica pelo fato de que, individualmente, os desempregados são potencialmente empregados. Em uma palavra: a lógica do exército de reserva é integrativa, à medida que é fator de troca e de funcionamento da produção.

A idéia de lumpesinato, com a qual tenho trabalhado para analisar o quadro político-social do Rio, vem também do século passado. São os deserdados do campo, que buscam a cidade como alternativa de emprego. Perambulam como miseráveis — uma espécie de condição de transição — até que se incorporam ao exército de reserva. Por isso, a sua condição de transição. Se tivéssemos que apresentar esse raciocínio graficamente, teríamos três circunferências de cir-

culo, concêntricas. No núcleo, a produção. No segmento externo, o lumpesinato. Neste, teríamos setas indicando que rodam dentro de si mesmos e setas mostrando que passam à condição de "desempregados integrados". No segundo segmento, está o exército de reserva, e as setas indicam entradas e saídas para o núcleo. No entanto, nenhuma para o segmento externo.

O que se chama de população excedente "segmentadas em subclasses" são faixas da população que, não tendo como se integrar à "produção" (entendida esta como qualquer atividade cujos limites e regras de funcionamento estão formais e legalmente previstos, e seus agentes têm direitos também estabelecidos), constroem ou participam de atividades desintegradas da "produção" auto-sustentadas e que perdem qualquer expectativa, deixando de demandar a sua participação na "produção". Voltando ao exemplo gráfico anterior. É como se o segmento externo, que contém o lumpesinato, perdesse as setas que o conectam ao exército industrial de reserva e só contivesse as setas que mostram a circulação dentro de si mesmo.

A economia informal tem funcionado historicamente como um segmento dinamicamente integrado, seja porque antecipa atividades no campo, seja porque antecipa um outro regramento que passa a contê-la. É como se as setas de conexão ocorressem da mesma forma que as do exército de reserva com a produção e, numa sequência de tempo, ela mesma passasse a ser produção. Neste sentido, a economia informal se integra à economia formal e articula-se com ela.

Para que a população excedente, ou seja, para que as subclasses se constituam como tal, é necessário que defina uma atividade informal economicamente sustentável e que não possa, ou não queira, integrar-se à "produção". Quanto mais sustentável economicamente uma subatividade, mais atratividade terá. Quanto menos, mais miserável e menos atrativa. Quando

Habermas cita os EUA provavelmente lembra as subatividades ligadas às drogas e aos estrangeiros em situação ilegal. Se olharmos a realidade do Rio, poderíamos sublinhar as subatividades ligadas às drogas, à camelotagem abusiva como ponta de lança do roubo de mercadorias, do contrabando ou de empresários do asfalto, ao uso da rua como atividade e a indústria da invasão do solo urbano. Para que estas subatividades prosperem, são necessárias, a um só tempo, a passividade do poder público — quando não a sua cumplicidade — e a disponibilidade dos espaços públicos e do solo urbano.

Num quadro como esse, de presença, crescimento e desenvolvimento de subclasses, cabe ao poder público atuar em duas frentes. Numa delas, com a oferta de integração, seja econômica, cultural, social ou urbana. As políticas públicas, nesse caso, devem ultrapassar as políticas tradicionais de emprego, de assistência e de urbanização e, entendendo a dinâmica de sustentação da população excedente, romper a sua lógica propondo outra. A segunda frente é a repressiva. Esta deve estar voltada, principalmente, para as faixas que dirigem a ilegalidade destruturante, assim como para aportar custos adicionais e crescentes às subatividades, de forma a torná-las economicamente desinteressantes.

É este o quadro dentro do qual se definem e se desdobram as políticas públicas prioritárias da prefeitura, a partir deste diagnóstico da crise específica do Rio e das deseconomias que geram a sua involução. Ganham destaque neste quadro o programa favela-bairro, que avança além da urbanização e introduz a idéia de integração, tanto pela multiintervenção, como pela acessibilidade; o programa Rio Cidade, que reabilita os bairros a partir dos corredores, tornando a rua outra vez atrativa e espaço de integração, mobilidade e organização social; a defesa do solo e da propriedade privada, através do acesso à propriedade com regularização de loteamentos e ocupações e repressão às invasões;

a reabilitação e recuperação dos espaços públicos através do disciplinamento da camelotagem e da permanência nas ruas; o apoio e estímulo a atividades econômicas de grande capacidade multiplicadora e integradora, como são o turismo e as ações artístico-culturais, consideradas pela prefeitura integrantes básicos do desenvolvimento econômico e do emprego, nas condições do Rio.

É por isto tudo que temos insistido que a política no Rio, no que tem de fundamental para o futuro de nossa cidade, opõe, de um lado, a política da prefeitura e, do outro, os partidos ou políticos que insistem em representar, justificar e apoiar as subclasses em suas lógicas com se estas fossem as lógicas de interesse dos trabalhadores e dos excluídos. Para concluir com Habermas: estas serão as lógicas — isto sim — da autodestruição — dos pobres — e da cidade.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 15.05.1995, e assinada pelo Prefeito Cesar Maia, da cidade do Rio de Janeiro.)

HONG KONG — 1977

A maioria dos habitantes de Hong Kong sentirá um frio na espinha no dia 30 de junho, pois sabe que dentro de dois anos Hong Kong, a antiga pérola do Império Britânico, deixará de ser uma colônia e voltará à soberania da China.

Uma das consequências da derrota da China na guerra do Ópi (1839-42) foi a assinatura do Tratado de Nanquin, em 1842, em decorrên-

cia do qual a ilha de Hong Kong passou a fazer parte do Império Britânico. Novas divergências resultaram numa expedição militar anglo-francesa contra Pequim em 1858 e a conseqüente assinatura de novo tratado em 1860, pelo qual a China cedeu a Península de Kowloon à Grã-Bretanha. Em 1898, a Grã-Bretanha, aproveitando o enfraquecimento da China, obrigou-a a "arrendar" uma área maior ao norte de Kowloon que passou a ser denominada os *Novos Territórios*. O arrendamento foi pelo prazo de 99 anos, ou seja, até 30 de junho de 1997. Os três tratados constituem a base da atual administração de Hong Kong pela Grã-Bretanha.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Governo chinês buscou anular, sob o fundamento, justificado, de que se tratava de *tratados desiguais* a situação existente. Com a derrota da China Nacionalista, coube à República Popular da China prosseguir nas negociações visando à reintegração de Hong Kong.

Não obstante a sua política antiimperialista, nacionalista e revolucionária, a China comunista compreendeu a importância de manter a prosperidade de Hong Kong, através da qual grande parte de suas transações comerciais e financeiras são efetuadas. Aceitava a manutenção do *status quo*, mas deixou bem claro que não admitiria a independência de Hong Kong. Em 1960, se buscou adotar resolução no World Youth Forum favorável à independência de Hong Kong, junto com Macao e Timor, provocando enérgico protesto do representante da China. Em março de 1970, a China Continental reagiu à decisão do Comitê Especial sobre Colonialismo da Assembleia Geral das Nações Unidas que colocara Hong Kong e Macao na relação de territórios coloniais alegando que "as Nações Unidas não têm o direito de discutir estas questões".

Por ocasião da sua visita à China Continental em setembro de 1982, a senhora Thatcher teria salientado a importância de que os vínculos de Hong Kong com a Grã-Bretanha fossem

mantidos a fim de que o território pudesse continuar a ser um importante centro comercial e financeiro, mas admitiu que se poderia buscar uma solução visando a que o Reino Unido reconhecesse a soberania da China sobre Hong Kong. No final da visita, um comunicado conjunto foi divulgado segundo o qual os dois países concordaram em manter conversações por via diplomática "buscando o objetivo comum de manter a estabilidade e a prosperidade de Hong Kong".

Durante dois anos, os dois Governos buscaram uma solução, com repercussões negativas sobre a bolsa de valores e no setor imobiliário, havendo o dólar local sofrido uma desvalorização de 50%. Muitos habitantes começaram a emigrar e diversas companhias passaram a planejar a respectiva transferência para outros países. Finalmente, em 19 de dezembro de 1984, o Reino Unido e o governo de Pequim firmaram a Declaração Conjunta sobre a *Questão de Hong Kong*, onde a futura política chinesa em Hong Kong depois de 1997 se acha minuciosamente exposta. Nos termos da Declaração Conjunta, Hong Kong passará a ser uma Região Administrativa Especial, com um alto grau de autonomia com poderes executivo, legislativo e judiciário independentes; o principal funcionário executivo será nomeado pelo governo de Pequim depois de eleição ou de consultas em Hong Kong; o sistema econômico e comercial capitalista será mantido por 50 anos depois de 1997. Em 1990, o governo de Beijing promulgou a Lei Básica que passará a ser a constituição da Província.

O atual governador de Hong Kong, ao ser nomeado em 1992, submeteu um plano de reforma do Conselho Legislativo, cujos membros passariam a ser eleitos direta e indireta pela população local. O objetivo da reforma seria a de dar aos residentes de Hong Kong um grau de autonomia e uma capacidade de resistir às eventuais interferências de Pequim nos seus negócios. A iniciativa foi muito mal recebida pelo Governo chinês, que pôde lembrar que nunca na

história da ilha os seus habitantes haviam tido semelhantes direitos; que todas as medidas administrativas eram ditadas diretamente pelo Governo inglês. O senhor Lu Ping, o responsável chinês pelos negócios de Hong Kong, declarou peremptoriamente que se o território passasse a agir politicamente, com o intuito de influenciar o Continente, sérias consequências poderiam advir já que para a China "o valor de Hong Kong foi e será o seu valor econômico".

É sintomático que em fevereiro último um dos mais influentes líderes da China comunista, Li Ruihuan, adotou um enfoque totalmente distinto do que vinha sendo adotado pelo Governo chinês ao lembrar que a reconquista da soberania sobre Hong Kong "será excepcionalmente complicada", reconhecendo na falta de experiência que poderá resultar em medidas "inapropriadas e inadequadas".

Neste sentido, basta mencionar os gastos astronômicos para a execução dos planos de melhoria do aeroporto e do porto de Hong Kong, cujo eventual pagamento será eventualmente da responsabilidade do governo de Beijing.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 28.05.1995, e assinada pelo Diplomata Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.)

A CORDA BAMBA

No dia em que a ONU comemorou seus 50 anos, no mesmo local onde foi criada, em São Francisco, o presidente dos

EUA propôs que ela se transforme num órgão menor e mais eficiente. Vai nisto uma crítica à sua burocracia, que a torna lenta na reação e inflexível em seus métodos — pecados capitais num mundo com problemas em geral diferentes daqueles que inspiraram sua criação.

A natureza dos conflitos mundiais de fato deu uma guinada de 180 graus no último meio século. Em vez de guerras entre países, estalam agora guerras civis em que o direito de intervenção só se justifica por motivos humanitários. Hoje em dia é até difícil diagnosticar a causa das guerras internas (Bósnia, Croácia, Somália, Argélia, Ruanda, Haiti). Trata-se de explosões de conflitos latentes, étnicos ou religiosos, escondidos debaixo do tapete durante decênios ou séculos, subitamente desreprimidos devido à mudança da geografia política, mas que trazem à memória massacres e injustiças históricas.

Conflitos como o genocídio de Ruanda ou a limpeza étnica na Bósnia se destinam a destruir cultura, passado e memória do inimigo. No caso da Bósnia, as potências ocidentais, sob a liderança (ou falta de liderança) dos EUA, mostraram-se relutantes em invadir um terreno que a Alemanha hitlerista não conseguiu conquistar na Segunda Guerra Mundial. Mas nos últimos 15 anos, se houve fracassos como na Somália, Bósnia e Ruanda, houve também operações bem-sucedidas, como na Namíbia, El Salvador e Camboja.

Indiscutivelmente, a ONU, apesar dos problemas que a atormentam na atualidade, tem um registro positivo em sua história de dez lustros. No balanço de sua atuação no primeiro decênio do pós-Segunda Guerra Mundial, o historiador McNall Burns, na sua *História da civilização ocidental*, credits à ONU "um quadro modestamente impressionante". Induziu a URSS a retirar suas tropas do Irã e libertou a Síria e o Líbano da tutela dos franceses e ingleses. Nomeou comissão para investigar a infiltração de comunistas estrangeiros na Grécia. Pôs fim à sangrenta guer-

ra entre forças holandesas e nativas na Indonésia. Levou os ingleses a concordar com a repartição da Palestina e persuadiu beligerantes árabes e judeus a firmar trégua. Contribuiu para estabelecer acordo entre Índia e Paquistão.

Mas, ainda segundo McNall Burns, a despeito das disposições expressas do artigo 26 da Carta, nada fez para obter redução geral dos armamentos. Também não conseguiu afastar o constante atrito entre URSS e EUA, assim como não pode impedir a renovação parcial da luta na Palestina, em plena vigência do armistício. Aliás, sua famosa resolução 242, de 1967, que exigia desocupação dos territórios árabes tomados na Guerra dos Seis Dias, não foi respeitada, por intransigência e falta de entendimento das partes.

Ao ser criada, em junho de 1945, a ONU tinha 50 membros, todos dispostos a ser os "arquitectos de um mundo melhor". Hoje tem 185 países membros — mais do que o triplo. Desnecessário dizer que seus problemas igualmente triplicaram. Mas indiscutivelmente mudaram de conteúdo. A antecessora da ONU, a Liga das Nações, fracassou porque sonhou com uma república federal mundial. A Liga das Nações exigia unanimidade de seus membros. Vivia constantemente paralisada. Com o advento da ONU, os americanos se cercaram de garantias de que ela não os forçaria a entrar numa guerra e insistiram no poder de veto de um dos cinco membros permanentes: EUA, URSS, China, Inglaterra e França.

O poder do veto das grandes potências é um privilégio que provocou ressentimentos durante o meio século que transcorreu desde então. Mas hoje não há dúvida de que depois do fim da Guerra Fria e da Guerra do Golfo a ONU está madura para uma reforma. Japão e Alemanha, como representantes das potências econômicas, e Brasil e Índia, como representantes dos países em desenvolvimento, reivindicam assento permanente no Conselho de Segurança.

Criada para resolver grandes questões mundiais, a ONU, no entanto, passa atualmente por dieta de dificuldades que começa pela falta de dinheiro. Às vezes não há sequer trocado para comprar bandeiras ou capacetes azuis. Além disso, guerras étnicas e subdesenvolvimento jogam na estrada legiões de miseráveis: 23 milhões de refugiados vivem fora de seus países; outros 23 milhões vivem no exílio interno. É por isto que o Alto Comissariado para Refugiados se tornou uma de suas principais agências. Órgãos técnicos como a Unesco e a Unicef conseguiram sucessos. Já o mesmo não se pode dizer de suas instituições econômicas, como o FMI, o Banco Mundial e a OMC (antigo Gatt) — sempre acusados de impor políticas econômicas a gosto dos países ricos.

Os 50 anos da ONU coincidem com as dificuldades na Bósnia. Hoje ela é refém dos sérvios e sua insustentável missão de paz no olho de um furacão étnico e nacionalista impõe a necessidade de ser substituída por uma força internacional autorizada a entrar em combate. Naquela região a ONU caminhou durante alguns momentos na corda bamba, quando a ONU e a OTAN, concebidas para preencher missões diferentes, não conseguiram coordenar sua ação. É por isto que os EUA, temendo na Bósnia a "síndrome do Vietnã", adotaram a política da ambigüidade constante. E o presidente Clinton propôs, na festa dos 50 anos, em São Francisco, que a ONU defina melhor o seu papel de paz, recusando missões que não é capaz de cumprir. A proposta americana de reformulação da ONU dá ênfase à não proliferação nuclear, ao combate ao crime e ao terrorismo e à promoção da paz e do desenvolvimento.

Se o mundo continua ruim, mesmo com a ONU, seria pior ainda sem ela. A paz merece sempre uma nova oportunidade.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 28.06.1995.)

QUESTÃO POLÍTICA

O Brasil não é só o Mercosul. Ao norte, existe um outro grande país dentro do País, a Amazônia, onde vivem hoje 12 milhões de pessoas, quase três vezes a população que havia ali no início da década de 70. Trata-se de um território de 5 milhões de km² de fronteiras abertas e vulneráveis, sujeito a queimadas, invasões e desmatamentos descontrolados, que precisa com urgência de proteção e um programa de desenvolvimento racional que o integre definitivamente ao resto do Brasil.

O vazio demográfico na região permanece um grave problema. Tome-se o Estado do Amazonas, com quase 1,6 milhão de km². Dos dois milhões que o habitam, a metade deles se concentra em Manaus. Outros 500 mil estão em cidades médias, como Itacoatiara e Parintins, apenas 500 mil estão espalhados pela floresta.

A fronteira ali é uma ficção: passa-se de um país a outro sem se dar conta disso. O homem da floresta amazônica continua a conviver com o seu *habitat*, da mesma maneira primitiva como os bandeirantes, aventureiros e garimpeiros que desbravaram a região no século 17. Ele desmata, queima, extrai minérios, trafica, mas não consegue estabelecer um sólido vínculo com a região e com o País.

A Amazônia tornou-se grande desafio neste fim de século: é uma região estratégica sob todos os pontos de vista. Em primeiro lugar, há a batalha da biodiversidade, que está sendo conduzida em escala mundial. O Brasil, juntamente com Madagascar, Zaire e a Indonésia, detém a maior parte do luxuriante cinturão verde, onde se localiza grande parte da diversidade biológica do planeta: estes quatro países representam 75% de todas as espécies do mundo.

Todos eles passam por intensa modificação ecológica, necessitam de recursos para desenvolver políticas ambientais auto-sustentáveis, enfrentam sérias dificuldades econômicas. Este

quadro está a exigir — especificamente do Brasil, o mais importante deles — a formulação de uma política para o meio ambiente que concilie a preservação dos estoques genéticos com as necessidades básicas dos países em desenvolvimento e o interesse econômico das grandes nações industrializadas.

Significa dizer: a batalha ambiental será ganha nos trópicos. Para isso serão necessários investimentos, o reconhecimento da soberania das nações sobre seus recursos minerais (a Amazônia é a maior província mineral do planeta), o respeito ao direito da propriedade intelectual para produtos da biotecnologia — o uso da tecnologia, na ciência, na indústria, na medicina e na proteção ambiental.

Manejo ambiental racional é o que recusa simultaneamente posições extremadas que formam a esquizofrenia brasileira em face da região: a crença dos devastadores de que a floresta pode aguentar impunemente a destruição e o feitichismo dos ecologistas fanáticos, religiosos e burocratas que condenam a derrubada de um único arbusto. Posições equivocadas que resultam na mineração miúda, perdulária e poluidora praticada por garimpeiros que não ganham o suficiente para viver de forma decente.

A primeira medida concreta é tomar posse da região. A resposta foi o Sivam, sistema de radares e sensores para a vigilância da Amazônia. O programa tem o objetivo de aperfeiçoar o controle de voo sobre a floresta, fiscalizar as fronteiras, o garimpo ilegal, o contrabando, os traficantes de drogas e fornecer informações meteorológicas rigorosas.

Mas o Sivam requer alguns anos para ser implantado, e a região pede ação imediata coordenada de forma interministerial, envolvendo as áreas de Saúde, Educação, Agricultura, Reforma Agrária, Recursos Hídricos, Transportes, Forças Armadas e Polícia Federal.

É compreensível a preocupação dos militares com nossas imensas fronteiras desguar-

neçadas e esse gigantesco território que desperta cobiça internacional. Mas a Amazônia não é uma questão puramente militar. É um desafio político. Mais do que esparsos pelotões cruzando reservas e recrutando índios, é preciso romper com o legado colonial isolacionista e adotar uma política (e uma diplomacia) global para a região.

Ou seja, no plano externo, a possibilidade de rastreamento do espaço aéreo através de tecnologia sofisticada é a primeira resposta a teses esdrúxulas, como a da "internacionalização" da Amazônia. No plano interno, o imperativo é firmar a presença do Estado na região e coibir atividades clandestinas e predatórias de maneira firme. Para isso é fundamental realizar o assentamento racional de colonos, a geração de empregos, a criação de escolas e hospitais.

A Amazônia é assunto sério demais para ficar nas mãos de negligentes e alarmistas.

(Reprodução do editorial do Jornal do Brasil, edição de 01.07.1995.)

O PENTÁGONO E NÓS

Clinton diz que os Estados Unidos devem "mudar completamente de guarda-roupas", em suas relações com a América Latina. Como acabaram as ameaças de agressões externas, antes talvez reincidências do colonialismo europeu e depois por parte do comunismo com sede em Moscou, de origem "extracontinental", portanto, também se esgota a Doutrina Monroe. Foi o que assegurou o presidente americano em mensagem ao Congresso, enquanto Joseph Delfey, diretor da *United States*

Information Agency, a Usia, saudava o fato de que "a democracia e o modelo capitalista não são mais contestados" nos países latino-americanos e os investimentos estrangeiros "passam a ser bem recebidos".

A segurança nacional dos Estados Unidos, segundo Washington, se dá agora em termos econômicos. A guerra comercial substitui a Guerra Fria, escreveu Janette Habel, autora do livro recente sobre Cuba e conhecedora do assunto. Com a Cúpula de Miami, obra do governo Clinton, nasceria uma *partnership* para a grande renovação e estaria aberto o caminho na direção de vasta zona de livre comércio, do Alasca à Terra do Fogo. Fechada, como convém, às ambições européias e asiáticas. Por que então o Pentágono, máquina bélica, convocou uma reunião dos ministros da Defesa do Continente, para tratar de cooperação "em matéria de segurança"? A exclusão de Cuba, a única, atesta a permanência de cacoetes.

Embora preocupações comerciais ocupem agora a cabeça da agenda, ainda se pensa em Washington em "segurança coletiva". O fim da Guerra Fria desmontou engrenagens disciplinares regionais administradas pelas superpotências e resultou no advento de um "estado de anarquia potencial" (expressão de especialista do Pentágono) que precisa ser abafado a tempo. A troca de tiros entre Peru e Equador erigiu fantasmas de uma Bósnia latino-americana. O poder em dólares do narcotráfico corrompe os sistemas de poder e aponta para "narcodemocracias". Mudaram os imperativos da segurança regional, ditaduras militares não são mais "funcionais" e a estabilidade da América Latina passa pela normalização democrática e crescimento econômico.

Mas para isso é preciso "ambiente seguro". Com a reunião dos ministros da Defesa, o Pentágono quer dar sua contribuição à construção na América Latina, como anuncia o latino-americanista Abrahm Lowenthal, do "primeiro

continente totalmente democratizado". As Forças Armadas tratariam de examinar seu papel na consolidação da democracia. Seria estudada a adoção de mecanismos que fortaleçam confiança mútua e permitam a execução de operações conjuntas contra o narcotráfico etc. Talvez o bom senso até recomende o fornecimento de "tropas de paz" à OEA, tendo a ONU como modelo. Também é necessário decidir o que será feito com restos da Guerra Fria, como o Conselho Interamericano de Defesa, que sobrevive pela inércia.

Não só fantasmas de Bósnias, produzidos pela "indisciplina" que anarquiza a nova ordem mundial. Chiapas, no México conflagrado política, econômica e socialmente, mostra que persiste e se agrava o "potencial" de rebelião popular, embora Cuba esteja na lona e tenham acabado as guerras centro-americanas, contra as quais a CIA e o Pentágono se jogaram em nome da contenção do comunismo. Resta saber se a reunião convocada pelo Pentágono atentará para o fato de que nos últimos anos a pobreza no México cresceu mais de 50%. Um grande banco americano, citado pela revista *Harper's* e metido até o pescoço na crise financeira mexicana, pediu simplesmente que se acabe com a revolta camponesa de Chiapas, para tranquilizar o mercado.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 17.07.1995, e assinada pelo jornalista Newton Carlos.)

GERGELIM E FILHO ÚNICO

O diplomata e internacionalista George Kennan qualifica-os de *países monstros*, enquanto o presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso prefere classificá-los como de "porte continental". O traço mais característico do Brasil, da China, dos EUA, da Índia e da Rússia talvez sejam, no curto século 20 que E. Hobsbawm chama de Idade dos Extremos, as experimentações políticas. Algumas dão certo, como a decisão rooseveltiana de entrar em guerra contra o Eixo. Em pouco mais de três anos e meio, o esforço bélico levou os EUA a atingirem o quase pleno-emprego, o que não fora logrado na década intervencionista do *New Deal*. Outros experimentos estão fadados ao insucesso, como a do moderado Estatuto da Terra, que desde o governo Castelo Branco não conseguiu alcançar vôo no campo minado por um tabu que remonta às Capitâneas Hereditárias.

Na ex-URSS, na Índia de Nehru e Indira e na China de Mao amontoaram-se desacertos, cujo epicentro situava-se na auto-suficiência, mito que seus marcos institucionais decretaram para isolar suas economias das correntes mundiais. Quem se salvou a tempo foi a China, bem antes da *glasnost* e da queda do Muro de Berlim. Quando Teng Hsiao-ping (Deng Xiaoping), então vice-primeiro-ministro, declarou ao mundo, em 1974, perante os delegados à XXIX Assembleia Geral das Nações Unidas, que "autopropulsão" não significa "auto-exclusão" e rejeição ao capital estrangeiro, lançava uma revolução de alcance maior que todas as tentativas anteriores de promoção de uma nova China. Com Tchou Enlai na chefia do governo, ambos impuseram-se ao Bando dos Quatro (Tchang-Tchiang-Wang — Wao), por meio das Quatro Modernizações (da indústria, defesa, ciência e tecnologia). Dois anos e pouco transcorreram das mortes de Mao e Tchou, e Teng toma firme o poder nas mãos, inaugurando a política de abertura e reformas econômicas.

Em que pese à tragédia de Tiananmen, os resultados estão aí e o frágil nonagenário de Sitchuan, autor do repto *ficar rico é glorioso* veio comprovar que atirou no alvo. Tornou-se o Estado do maior fenômeno sócio-econômico dos últimos 150 anos, um país em desenvolvimento com previsões de transformar-se em nova superpotência. Como é possível isso, se quase 3/4 do ecúmeno demográfico da China se encontram ainda nos campos, se a metade desse total (400 milhões) vive em estágio de pobreza e mais de 80 milhões estão abaixo dessa linha? Há duas precondições para que tal aconteça, dentro de uns 25 anos: a primeira é global e envolveria toda a espécie humana, porque implica que não houvesse conflitos bacteriológicos, nucleares, químicos, difusão de terrorismos e catástrofes ecológicas e naturais, com poder de destruição em massa; a outra, que os chineses persistam em conter a explosão populacional, mantendo e aperfeiçoando a *política do filho único*, medida drástica e até agora bem-sucedida.

Num dos filmes chineses mais importantes, *A família do óleo* (ou *O lago fragrante*), de Hsi (Xie) Fei — premiado em Berlim com o Leão de Ouro 93 — a personagem principal apanha para valer do marido alcoólatra, quando este descobre que ela lhe esconde o uso da pílula anticoncepcional. Tudo se passa na roça, é a mulher quem trabalha de fato, fabrica óleo de gergelim com métodos artesanais e seu produto é o melhor da região. Ela tem com ele um filho adulto, epilético e retardado, e uma filha de oito anos, concebida em segredo com o amante, o motorista de caminhão que transporta os tonéis de óleo.

Todos os vetores dessa estória denotam que a história irá desmontar esses aspectos de origem feudal. O fato é que a China tem muita estrada pela frente ainda e, para crescer, tem de diminuir as taxas demográficas cumulativas. Se tiver um ritmo médio de crescimento anual em torno de 8% (está a mais de 11% no momento e somou 53,7% no último quinquênio), até o fim

do século; 7,5% entre 2001 e 2010; e 7% mais década, 0,7% — a China irá proteger-se além do que se imagina. Em 10 anos deteria o leme das relações econômicas da Ásia com o resto do mundo, superando o Japão; em 2020, estaria na dianteira dos EUA, do Japão e da Alemanha; em 2040, seu peso global seria de US\$ 13 trilhões, mais que os atuais PIBs norte-americano e europeu combinados. Sua taxa de nascimentos baixou de 33,43/1000 pessoas em 1970 a 19,68 em 1991 e, agora, encontra-se a 17,82. Nasceram 17 milhões de chineses em 1991, 12 milhões em 1994 e a meta é chegar a menos de 7 milhões, ao cabo de cinco anos. Nunca se viu compressão mais radical: país monstro é assim mesmo.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 20.07.1995, e assinada pelo diplomata Arnaldo Carrilho, cônsul-geral em Hong Kong, com jurisdição em Macau, países e territórios da Micronésia.)

CONTRADIÇÕES DA IMPRENSA

A maioria dos americanos acha que a imprensa tem forte responsabilidade na deterioração de valores e do caráter nos Estados Unidos. Segundo *Newsweek*, 67% culpam a mídia pela piora da qualidade moral da sociedade nos últimos vinte anos. A revista *Time*, depois de outra recente pesquisa de opinião, admitiu que o grupo Time Warner e outras empresas do ramo estão sob o fogo cruzado das pressões dos consumidores. O liberal Bill Clinton, ao criticar a exibição nos meios de comunicação

de "violência incessante, repetitiva e absurda", corroborou recentes ataques do senador republicano Robert Dole à mídia norte-americana. E não é por acaso que *The Book of Virtues*, livro de William Bennet, ex-secretário da Educação no governo Reagan, é um *best-seller*. A rejeição, alarmante, a certos comportamentos da imprensa não pode ser simploriamente atribuída a uma sístole conservadora. Talvez revele algumas contradições editoriais que precisam ser repensadas.

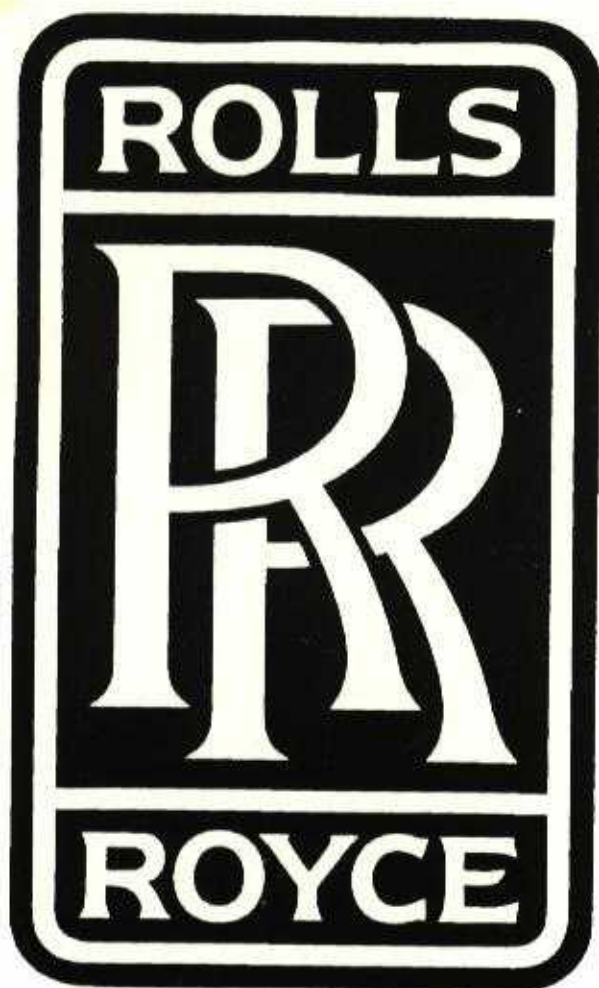
O caso Hugh Grant, ator inglês flagrado em Los Angeles mantendo relações sexuais dentro do carro com uma prostituta, é um paradigma da esquizofrenia informativa. Subitamente, uma imprensa arejada e defensora da liberalização dos costumes assumiu o papel de vestal vitoriana. O deslize de Grant, nada surpreende num personagem do mundo do espetáculo, foi julgado com critérios ascéticos próprios de trapistas. O cerco ao "perigoso libertino" deslocou dezenas de zelosos repórteres para salas de desembarque de aeroportos americanos. A mídia britânica, hipocritamente indignada, classificou de "abjeta" a nota de imprensa em que o ator se desculpou por seu erro. Imagine, caro leitor, o que teria acontecido se a saraivada condenatória tivesse partido de outro setor que não o jornalístico?

Publicações supostamente sérias, nos Estados Unidos e aqui, depois de escancarar suas páginas para exaustiva descrição de uma rotina *pulada de cerca*, criticaram a "fúria canibalística dos tablóides sensacionalistas". De fato, a chamada grande imprensa se julga acima do bem e do mal. O que é sensacionalismo barato num jornal popular é informação de comportamento nas respeitáveis páginas da *elite press*. O leitor, no entanto, cada vez mais arguto e seletivo não aceita gato por lebre. Daí a crescente insatisfação manifestada em insuspeitas pesquisas de opinião.

O modelo sensacionalista, festejado num primeiro momento, não é o melhor parceiro para a viagem da qualidade. Além disso, o gênero está dando sinais de esgotamento. O *Daily Mirror*, tablóide inglês fundado em 1903, mudou sua linha editorial para se tornar mais sóbrio. O motivo, conforme o editor Stephen Lynas, é uma queda inquietante no número de leitores. O desvio ético da *imprensa de escândalo* não reside, obviamente, na veiculação de notícias cruas, mas na exploração aética da miséria humana.

Recente matéria especial de *O Estado de S. Paulo* sobre a expansão devastadora do crack na cidade é um exemplo de denúncia dura, mas rigorosamente ética. Os repórteres passaram dias nas ruas, entrevistando viciados, dependentes, policiais, traficantes, médicos e autoridades. O resultado é uma impressionante radiografia do avanço da droga. O desespero dos viciados, o cinismo impune dos traficantes e a impotência das autoridades ganham contornos patéticos na força da reportagem. Vislumbra-se na exposição da chaga social a esperança de uma solução. A matéria, desenhada em cores fortes, não resvala para o sensacionalismo. Ela é chocante, mas verdadeira. Jornalismo de qualidade é isso aí. Apresentar a vida como ela é. Com suas luzes e suas sombras. Mas o realismo informativo não se confunde com a frivolidade do show mediático. A obsessão com a ribalta acaba deixando a marca da contradição.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 24.07.1995, e assinada por Carlos Alberto Di Franco, Chefe do Departamento de Jornalismo e professor titular de Ética Jornalística na Casper Libero e representante da Faculdade de Ciências da Informação da Universidade de Navarra no Brasil.)



Rolls-Royce - 30 anos fornecendo à Marinha Brasileira turbinas para helicópteros e para propulsão de navios.

Rua Voluntários da Pátria, 45 Sala 1006
Botafogo - Rio de Janeiro-RJ - CEP 22270-000

803 3402 - 1100 - 0011010

A PETROBRAS, ASSIM COMO TODOS OS INQUILINOS DO BRASIL, TAMBÉM PAGA ALUGUEL.

— Além dos impostos, taxas, contribuições sociais e previdência social, a Petrobras ainda paga aos estados, municípios e ao Ministério da Marinha, uma compensação financeira pela exploração do seu subsolo. São os royalties do petróleo, gás natural e xisto betuminoso, destinados exclusivamente ao abastecimento e tratamento de água, fornecimento de energia, pavimentação de estradas, irrigação, proteção ao meio ambiente e saneamento básico. Assim, a Petrobras faz com que os moradores de mais de 600 municípios no Brasil possam ter uma vida mais digna e saudável. Mesmo porque, ela existe no Brasil para explorar o petróleo, não os estados e municípios.

2 QUARTOS



PETROBRAS